



**Universidade de Aveiro** Departamento de Ciências Sociais, Políticas e  
2015 do Território

**André Saraiva Santos** **O reconhecimento diplomático da República da  
China e as suas consequências: O caso da  
República do Paraguai**



**Universidade de Aveiro** Departamento de Ciências Sociais, Políticas e  
2015 do Território

**André Saraiva Santos** **O reconhecimento diplomático da República da  
China e as suas consequências: O caso da  
República do Paraguai**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Chineses, realizada sob a orientação científica do Doutor Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

## **agradecimentos**

Terminada esta dissertação e mais um capítulo da minha vida académica, existem, logicamente, pessoas a quem tenho muito a agradecer e que sem a sua presença ou apoio na minha vida pessoal seria impossível. Gostaria então por começar pelo meu eterno herói, exemplo de homem e ser humano que tento seguir na minha vida: o meu pai. Sei que me acompanha todos os dias e que me apoia em todos os meus momentos. Espero deixá-lo orgulhoso hoje e sempre. Todos os dias te espero, todos os dias me fazes falta. Aos meus avós que tanto carinho lhes tenho, que me transmitiram muito daquilo em que me tornei e que nunca deixaram de me apoiar nos momentos mais difíceis da minha vida e à minha mãe. À minha noiva e mulher da minha vida que me acompanha em todas as caminhadas, aventuras e desventuras que este mundo tem para dar, um muito obrigado por toda a paciência, amor e amizade que nos une. Até ao fim do fim eu vou-te amar. À sua família por todo o apoio dado tanto a mim como à nossa relação e, em especial, aos seus avós. A Deus, por nunca me ter abandonado e ter sido o meu apoio em momentos penosos. Ao meu orientador pelos seus conselhos, indicações e advertências que completaram esta dissertação. Aos meus amigos que me acompanharam e continuam acompanhar em Portugal e no Brasil assim como à D. Fernanda e ao Sr. Mário que me ajudaram na minha estadia no Brasil. Aos apoios cruciais que recebi da embaixada paraguaia em Taiwan, especialmente do Primeiro Secretário Estanislao Lezcano, do Gabinete do Conselheiro da Educação na Embaixada da República da China no Paraguai e dos caros colegas observadores Peter M. Tase, Javier Diéguez Suárez e Xulio Ríos pela contribuição preciosa. Finalmente, agradecer à minha Universidade pelos apoios concedidos para a concretização deste estudo.

**palavras-chave**

República da China, questão de Taiwan, República Popular da China, República do Paraguai, reconhecimento diplomático, política.

**resumo**

O reconhecimento diplomático é uma premissa essencial para qualquer Estado que deseja acolher a legitimidade na cena internacional. Apesar de a teoria designar o reconhecimento baseado em imperativos políticos, ideológicos e no direito internacional, surgem outras variáveis que redefinem as bases nas quais se estabelecem relações oficiais entre os Estados ao longo dos tempos. Abordando a competição desencadeada entre duas repúblicas concorrentes (República Popular da China e República da China/Taiwan) na sua luta por espaço, legitimidade e reconhecimento internacional, pretende-se perceber de que forma essa disputa evoluiu, que meios foram utilizados por ambas para garantir essas três variáveis. Para além disso, este estudo foca-se mais detalhadamente no caso-exceção do Continente Sul-Americano, em que apenas uma única república ainda reconhece a República da China/Taiwan.

Nesta abordagem específica, propõe-se entender o que levou o Paraguai a reconhecer por mais de meio século a República da China/Taiwan, de que forma as relações dos dois Estados evoluíram, que pontos positivos e que dificuldades retiraram dessa relação, e de que forma a República Popular da China actua para reverter esta aliança diplomática.

**Keywords**

Republic of China, Taiwan's question, People's Republic of China, Paraguay, diplomatic recognition, politics.

**abstract**

The diplomatic recognition is an essential precondition for a state to receive legitimacy in the international arena. Despite this recognition is interpreted by theory in political, ideological and international law imperatives, other variables emerge, redefining the basis on which official relations between states throughout the years are established. Taking into consideration the competition triggered by two competing republics (the People's Republic of China and the Republic of China/Taiwan) in their struggle for international space, legitimacy and recognition, it is our purpose to understand In which way this dispute evolved, what means were used by both republics to guarantee these three variables. Moreover, this thesis will focus in the unique case in South America where there is only one republic that still recognizes the Republic of China/Taiwan.

In this specific approach it is our goal to understand what reasons did Paraguay have to recognize the Republic of China/Taiwan for more than half-century, in which way the relation between the two states developed, what positive aspects and hardships it faced and, in which way the People's Republic of China acts to reverse this diplomatic alliance.

# ÍNDICE

Introdução .....	1
Capítulo 1 - Enquadramento Histórico .....	5
1.1 República da China em Taiwan .....	5
1.2 - República da China e a República Popular da China na ONU .....	12
1.3 - Intervenção dos EUA.....	17
1.4 - Taiwan na pós-exclusão da ONU e desenvolvimento da sua política externa .....	21
1.5 - O Isolamento Diplomático (Décadas 1970-80):.....	23
1.6-Diplomacia Pragmática .....	28
1.7- Diplomacia Competitiva .....	39
1.8-Trégua Diplomática.....	46
Capítulo 2 - As relações histórico-diplomáticas entre a América Latina e a RC.....	55
2.1 Causas para a ausência de relações diplomáticas entre RC e países da América Latina .....	58
Capítulo 3 - As relações bilaterais entre a República do Paraguai e a RC.....	63
3.1 Início, desenvolvimento e marcos da relação diplomática Paraguai-RC .....	63
3.2 - Preocupações enfrentadas pela RC na sua relação com o Paraguai ao longo dos tempos .....	80
3.3 Quais os benefícios retirados pela RC da relação diplomática com o Paraguai.....	88
3.4 Motivos que justificaram/justificam a manutenção do reconhecimento paraguaio para com a RC .....	90
Conclusões.....	99
Bibliografia.....	103
Anexo 1 .....	115
Anexo 2 .....	116
Anexo 3 .....	118
Anexo 4 .....	119
Anexo 5 .....	120
Entrevista a Peter M. Tase.....	121
Entrevista a Xulio Ríos .....	124
Entrevista a Javier Diéguez Suárez .....	126

## INTRODUÇÃO

A República da China (RC), Estado com um estatuto político muito peculiar (já que o é *de fato*, mas não *de jure* - uma vez que essa condição lhe é negada pela maioria dos países do mundo por carência de reconhecimento internacional), luta pelo desejado “espaço vital” que lhe permita libertar-se do isolamento diplomático, conferido, em grande parte, pelas ações da República Popular da China (RPC). Apesar da guerra civil chinesa, que separou as duas Repúblicas, com governo Nacionalista e Comunista para lados opostos do Estreito de Taiwan, ter terminado, as suas divergências continuaram a ser batalhadas noutros campos de confronto, nomeadamente o diplomático, na busca pelo tão ansiado reconhecimento e legitimidade internacional. É nesse ângulo que o estudo da América Latina se torna num caso interessante e relevante de análise, visto que é nessa região que se situam a maior parte dos Estados que ainda mantêm as suas ligações e reconhecimento diplomático com o governo em Taiwan (12 países latino americanos correspondem aos atuais 22 aliados de Taipé), apesar de todas as tentativas de Pequim em contrariar essa realidade. Utilizando a frase de Lord Palmerston, que dizia que “entre países não existem amigos, apenas interesses”, os governos da RC e RPC conseguiram identificar, com perícia, as necessidades que se colocavam como obstáculos no desenvolvimento dos países latino americanos, e utilizaram essas assimetrias para garantir benefícios próprios em troca de ajuda. Por outras palavras, Taipé e Pequim necessitavam do reconhecimento diplomático e do apoio internacional destes países para as suas respetivas causas (como o voto a favor para a participação em organizações internacionais), e estavam dispostos a providenciar os produtos, cheques e os investimentos que fossem possíveis para satisfazer e fidelizar os governos da América Latina. Em contrapartida, no caso da RPC, adiciona-se uma cláusula indispensável que deve ser respeitada por todos os países que queiram iniciar conversações ou receber os abastados pacotes de ajuda financeira da China Popular: o corte de relações oficiais com o Governo de Taiwan e o respeito pelo princípio de “uma só China”, onde a ilha de Taiwan e as suas ilhas adjacentes fazem parte da “China” administrada pelo Partido Comunista Chinês, entidade governante e legítima de tudo o que diz respeito à nação e ao povo chinês. Caso um país desrespeite este princípio, ora querendo efetivar um reconhecimento dual, ora não querendo cortar relações com a RC, a diplomacia e a receção de ajuda financeira fica “congelada” até haver uma política com exterior contrária por parte do governo do país. Foi com base no respeito desta premissa, por parte dos outros países, que Pequim conseguiu isolar diplomaticamente Taipé, retirando-lhe aliados bastante importantes neste continente e no resto do mundo, deixando-o apenas com alguns pequenos ou até mesmo microestados, assim como, pequenas nações insulares de pouca expressão na cena internacional. É nestes países em quem a RC deposita, agora, as suas esperanças de aquisição de um estatuto legítimo de soberania e administração sobre os territórios que controla perante as demais nações do mundo. Contudo, o governo de Taiwan ainda mantém hoje, após mais de meio século, um pequeno e isolado reduto de apoio diplomático no continente sul-americano, e que curiosamente, é o país com maior expressão geográfica e um dos que possui mais influência internacional do pequeno lote de aliados da RC. O Paraguai foi e é um defensor da causa taiwanesa para a entrada na Organização das Nações Unidas (ONU), foi um membro fundador do bloco regional económico da América do Sul (Mercosul), revelando-se um bloqueador da assinatura de um Tratado de Livre Comércio (TLC) entre os seus restantes membros e a China Popular, e está presente nas demais organizações internacionais, o que facilita a difusão de atenção internacional que a RC necessita através de um aliado que roga por mais participação de Taipé nos fóruns mundiais.

Desta forma, nasce a necessidade de analisar profundamente um tema que marca a atualidade e que causa uma certa incógnita quanto aos motivos/razões de um Estado que, isoladamente, seguiu e continua a seguir uma orientação política divergente de todo um continente, quando até mesmo os seus vizinhos o pressionam para a reverter. Sendo um tema muito pouco explorado, não havendo estudos académicos que deem especial incidência

às particularidades deste caso, cresce a urgência para a realização de uma investigação académica que procure responder a algumas questões fulcrais e que tente despertar o interesse para a realização de outras mais. É este um dos grandes objetivos desta dissertação.

Convém ressaltar que o Paraguai não é um caso único no mundo de reconhecimento diplomático isolado num continente inteiro. Na Europa também existe um Estado (mais como uma entidade moral suprema e religiosa) que concede à RC o seu apoio diplomático: a Santa Sé, sediada na Cidade de Estado do Vaticano. Contudo, esta situação já captou a atenção dos observadores do mundo académico, que realizaram estudos introdutórios sobre a relação diplomática única entre ambos. Porém, o estudo de caso do Paraguai continua sem uma análise profunda. Assim, resultante desta situação, esta dissertação debruça-se sobre o caso paraguaio, uma vez que também existiu a facilidade providenciada por uma bolsa da Universidade de Aveiro para me dirigir ao continente Sul-Americano, a fim de recolher e analisar informações *in loco* para a execução deste tema.

Desta forma, esta dissertação está estratificada da seguinte maneira: o primeiro capítulo analisa o enquadramento histórico da “Questão de Taiwan”, a competição das duas repúblicas chinesas pelo reconhecimento internacional, assim como, por um lugar na organização que lhes garante legitimidade internacional: a ONU. Ainda nesta secção, examina-se a conjuntura que a RC enfrentou no período pós-exclusão da ONU e de que forma a sua política externa evoluiu/reagiu para enfrentar as dificuldades que se lhe apresentavam, ora pelos obstáculos criados pela RPC, ora pelo próprio afastamento da restante comunidade internacional, deixando a RC praticamente isolada diplomaticamente, com pouco mais de duas dezenas de Estados a reconhecer a sua legitimidade como Estado soberano. Posteriormente, analisam-se as reformas que se experienciavam na RC nas diferentes eras presidenciais e de que maneira se moldou uma política externa de sobrevivência e de manutenção dos poucos aliados que lhe restavam num ambiente diplomático internacional limitado para a sua causa.

O capítulo 2 examina o percurso histórico da política exterior entre os países do continente Sul-Americano e a RC, assim como, a interferência da RPC na mesma e a consequente perda de aliados diplomáticos latino-americanos que reconheciam a primeira. Nesta parte tenta-se perceber as causas e as consequências para a ausência, quase total, de relações diplomáticas entre os países sul-americanos e a RC.

No capítulo 3 analisa-se o caso exceção no continente Sul-Americano, sendo o Paraguai, desde 1988 (ano da mudança diplomática do Uruguai) até aos nossos dias, o único país desse continente que reconhece oficialmente a RC em detrimento da RPC. Neste capítulo examina-se a relação entre os governos da RC e do Paraguai, desde o estabelecimento das relações diplomáticas em 1957 até aos dias do hoje, procurando os motivos que levaram e ainda levam o último “bastião” diplomático da RC naquele continente a reconhecê-la como Estado legítimo e soberano.

Além disso, faz-se um levantamento dos eventos aflitivos de que a relação padeceu, quer pela interferência da RPC, quer por motivos da própria política doméstica do Paraguai, que colocaram várias vezes a relação entre os dois países em dúvida e até na iminência de terminar. Pretende-se também demonstrar, neste capítulo, quais são os benefícios inerentes para a RC, como para o Paraguai, na perpetuação desta relação que é ostentada há mais de meio século. No final desta secção, teremos enumerados e concluídos todos os motivos que aliciaram, e ainda aliciam, o Paraguai a permanecer como um dos poucos aliados diplomáticos da RC, isolado, e num continente rodeado de vizinhos fiéis ao princípio “uma só China” da RPC e de um bloco económico (Mercosul) que pressionam regularmente um dos mais pobres e pequenos países da América do Sul na mudança dessa convicção política.

Finalmente, são apresentadas as conclusões em resposta aos objetivos a que se propôs este estudo. As limitações e as dificuldades encontradas ao longo desta dissertação também são expostas.

## **OBJETIVOS**

De forma a conduzir esta investigação pioneira, estabeleceram-se as seguintes perguntas-chave que serviram de guia para a recolha de uma visão mais esclarecida do paradigma no continente Sul-Americano em relação às duas repúblicas chinesas e, mais especificamente, à singularidade do caso-exceção do Paraguai, aliado do Governo de Taiwan. Estas são:

- Quais as causas e as consequências para a ausência quase total de reconhecimento diplomático da RC no continente Sul-Americano?
- Quais as principais dificuldades experienciadas pela RC na manutenção da relação diplomática com o Paraguai?
- Quais os benefícios usufruídos pela RC na manutenção de uma relação isolada neste continente?
- Que motivações se justificaram/justificam para a perpetuação do reconhecimento paraguaio por mais de meio século, quando todos os outros países no seu continente encontraram razões para mudar esse reconhecimento diplomático para a RPC?

## **MÉTODOS**

Com o objectivo de responder às perguntas-chave desta investigação, procedeu-se à análise das mais diversas fontes de informação. Para os capítulos de enquadramento histórico, onde a revisão bibliográfica por parte de um grande leque de autores é mais abrangente, procedeu-se à análise de livros relacionados com a temática quer no repositório da Universidade de Aveiro e ISCAUA, assim como nos repositórios da Universidade de São Paulo e no Centro Económico e Cultural de Taipei sediado em São Paulo, recolha de informação através de artigos em revistas internacionais e de documentos presentes em sítios de observação e investigação das relações internacionais e política exterior do Continente americano, europeu e asiático. Devido à carência de bibliografia proveniente destas fontes proferidas anteriormente, nos capítulos seguintes, nomeadamente no Capítulo 3, onde se analisa as relações diplomáticas da RC-Paraguai, houve a necessidade de contribuir com informação proveniente dessas entidades oficiais de forma a obter documentos fidedignos. Alguns dos documentos foram providenciados através de correio electrónico ou em exemplares físicos. Assim, foram também estudadas notícias de imprensa taiwanesa e paraguaia que relataram os acontecimentos e os marcos relevantes desta relação e os discursos de elementos do governo paraguaio que foram cedidos pelo Gabinete do Conselheiro da Educação na Embaixada da República da China no Paraguai, assim como, pelo Primeiro Secretário da Embaixada da República do Paraguai na República da China-Taiwan. Para complementar toda esta variedade de fontes descritas, e uma vez que existem muito poucos artigos que abordem a atualidade deste tema, houve a necessidade de recorrer ao estudo de notícias publicadas em jornais e periódicos disponíveis em *websites* do Paraguai e da RC que noticiaram eventos importantes ao longo dos anos. Para além deste método, realizaram-se entrevistas com os principais analistas e observadores da relação RC-Paraguai, para obter uma pluralidade de opiniões e confrontá-las posteriormente. Referimo-nos a Peter M. Tase, um colaborador, jornalista *freenlancer* e investigador académico da “Paraguay Studies and Latin America Affairs in the United States”. Tase também é um colaborador activo de outros fóruns de análise como “Foreign Policy News” e “Eurasia Review”. Este autor analisou nos seus estudos as relações actuais entre o governo do Paraguai e de Taiwan, investigou a legislatura de Federico Franco prestando, posteriormente, essa contribuição em livro. Xulio Ríos é o actual director do “Observatório de la Política China”, fórum que analisa os mais diversos temas entre as duas Repúblicas. Xulio Ríos conduziu uma análise cuidada de alguns momentos da relação Paraguai-RC, especialmente na fase mais inconstante desta. Por fim, Javier Diéguez Suarez, observador e colaborador do “Instituto Galego de Análise e

Documentación Internacional” que deu particular atenção às relações entre os dois países desde o ano de 2007 até 2010, publicando vários artigos nesse período. Sendo um tema pouco explorado academicamente, estas três contribuições recolhidas prestaram um enriquecimento precioso a toda a investigação executada. Estas entrevistas foram realizadas através de correio electrónico e tiveram como principal objectivo perceber a interpretação individual de cada observador sobre questões intrigantes deste relacionamento diplomático.

## CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

### 1.1 REPÚBLICA DA CHINA EM TAIWAN

Após incessantes anos de revoluções<sup>1</sup>, humilhações da China em tratados com as potências ocidentais<sup>2</sup>, da queda de uma monarquia que deu lugar a uma República fantasma que ficou refém de um Presidente que se proclamou “Imperador”<sup>3</sup>, de uma “Expedição ao Norte” para combater senhores de guerra numa China fragmentada com províncias a proclamarem a independência<sup>4</sup>, uma guerra civil no continente que opôs Comunistas e Nacionalistas<sup>5</sup>, uma guerra sino-japonesa sangrenta que fez escorrer horrores na mente do povo chinês<sup>6</sup> e, como se não bastasse, quando se encontra finalmente resolvido o conflito com o Japão, dá-se de novo a retoma da guerra civil<sup>7</sup>.

Quando o Japão decide parar com a sua campanha imperial e sanguinária, as potências vencedoras delegam entre si os territórios que pertenciam aos derrotados, de acordo com a Conferência de Yalta. Nesta Conferência, ao invés do que havia sido feito na Declaração do Cairo em 1943, Chiang Kai-shek não foi convidado a participar, em grande parte face à descrença nas suas capacidades de liderança. Estaline, o líder da União Soviética, era agora o homem que ocupava o lugar do presidente da República da China (RC), conseguindo reclamar para o seu país importantes cláusulas do pós-guerra, como a Manchúria que havia sido prometida à RC no Cairo (Spence, 1999, p. 457). Da Declaração do Cairo, para grande felicidade futura dos Nacionalistas, cumpriu-se apenas um ponto que asseguraria à RC a tomada de território japonês: a Formosa (também conhecida como Taiwan - 台湾) e a ilha dos Pescadores (澎湖島).

---

<sup>1</sup> Na última dinastia Manchu, a China entrou numa espiral arrepiante de revoluções encabeçadas pelos camponeses, tendo começado o grande foco na Revolução de Taiping em 1850, prosseguindo para a Revolução de Nain um ano depois, a Revolução Taiping extinta em 1864 e uma outra revolução das minorias étnicas muçulmanas descontentes com o governo de Pequim. A China ainda não tinha passado por 28 anos de paz interna quando estala a Revolução dos Boxers em 1900, proclamando a expulsão das forças estrangeiras do “Império do Meio” (Pomar, 2003, pp. 37-38).

<sup>2</sup> A revolta dos Boxers colocou frente a frente as forças das Oito Nações Aliadas do Ocidente contra as tropas imperiais dos Qing e os participantes do movimento Boxer. O desfecho desta guerra não foi favorável à China, que viu a sua capital ser invadida e o governo manchu obrigado a assinar um protocolo de inúmeras compensações de guerra e o consequente endividamento do país (Spence, 1999, pp. 232-233).

<sup>3</sup> Sun Yat-sen (孙逸仙), fundador do Partido Nacional do Povo, *Guomindang* (GMD - 国民党) e da República da China, foi aclamado presidente janeiro de 1912. Contudo, decorrido um mês da sua estadia no governo abdicou do cargo por falta de apoio da hierarquia militar (Littel & Beck, 2003, p. 882). Yuan Shikai (袁世凯), que era general, toma o seu lugar e agarra-se às rédeas do poder, proclamando-se imperador em 1915 (Spence, 1999, pp. 282-289).

<sup>4</sup> A “Expedição ao Norte” foi um plano ambicioso elaborado por Sun para retomar a China pela força, já que esta se encontrava dividida em províncias independentes, descontentes com o governo de Pequim. Depois da sua morte, foi liderado por Chiang Kai-shek (蒋中正), general da academia militar de Whampoa, que assumiu a Presidência do *Guomindang* (Chang et al., 1983, p. 22). De salientar que a Expedição ao Norte contou com a colaboração activa de elementos do Partido Comunista Chinês (PCC), que tinham acordado com Chiang uma aliança para derrotar os senhores de guerra (Spence, 1999, pp. 326-327).

<sup>5</sup> Nacionalistas (fiéis ao *Guomindang*) e Comunistas entraram em conflito em 1927, quando Chiang lança o primeiro assalto para suprimir o mais pequeno foco de Comunismo na China. Na cidade de Xangai, em abril desse ano, os simpatizantes dos Comunistas foram expostos em praça pública para execuções sumárias, tendo-se procedido à invasão das organizações comunistas e extinção dos sindicatos que foram declarados ilegais (Spence, 1999, pp. 335-336). Depois do sucedido, Mao Ze Dong (毛泽东), líder do PCC, colocou os seus efectivos e simpatizantes em fuga pelo interior da China na chamada “Longa Marcha”, com o intuito de resistir às forças de Chiang (Littell & Beck, 2003, pp. 884-885).

<sup>6</sup> O Japão decidiu aproveitar a oportunidade de haver um conflito interno na China, entre Comunistas e Nacionalistas, para invadir o país em 1937.

<sup>7</sup> Em 1945, os EUA bombardeiam Hiroshima e Nagasaki, deixando os japoneses devastados e sem aliados, pois a Alemanha tinha apresentado a rendição meses antes. Na Suíça, o Japão pede o fim da II Grande Guerra (Chang et al., 1983, p. 27).

Antes da derrota japonesa, na Segunda Guerra Mundial, Taiwan e a Ilha dos Pescadores tinham sido entregues aos nipônicos no Tratado de Shimonosaki em 1895 (Spence, 1999, p. 222). Os japoneses fizeram um trabalho extraordinário em tornar Taiwan numa das regiões de maior desenvolvimento da época na região asiática<sup>8</sup>.

No entanto, apesar de terem um dos melhores índices de crescimento e de qualidade de vida da região asiática, os taiwaneses nunca deixaram de contestar os abusos a que foram sujeitos durante o período de colonização<sup>9</sup>. A derrota do Japão foi encarada com felicidade pelo povo de Taiwan, que esperavam ansiosamente o momento da mudança da bandeira do Sol Nascente pela de Sun Yat-sen e a libertação da subjugação ao japonês. O que não conseguiram perceber, contudo, foram as intenções dos chineses do continente (daqui em diante chamados de continentais). Os taiwaneses iriam aperceber-se que os ditos “irmãos” da civilização chinesa tinham ideias diferentes para a governação e para o povo taiwanês (Roy, 2003, p. 54).

Segundo Roy (2003), o ódio ao japonês era uma das enfermidades que padecia o chinês continental após a invasão e o estupro da soberania e território chinês. Todos os territórios chineses que, antes e durante a guerra, estiveram sob jugo nipônico, foram afetados por uma discriminação incrível por parte dos elementos do *Guomindang* (GMD).

As populações chinesas, que habitavam as cidades que foram tomadas pelos japoneses e que compartilharam e “cooperaram” com esse mesmo governo nipônico, receberam a menção estereotipada de desleais, infiéis e cooperantes das forças inimigas. Ora, Taiwan, não foi exceção nessa assunção bacoca.

Para além de os chineses continentais menosprezarem e não considerarem, desde há muitos séculos, os nativos de Taiwan como chineses de “puro-sangue”, sentiam agora que os povos da ilha necessitavam de um período de lavagem cerebral e de desinfestação de toda a influência japonesa que estava enraizada na população. O país, que decidiu entregar Taiwan e toda a sua gente aos japoneses, culpava agora a população do território que presenteou de estar demasiado “niponizada”.

---

<sup>8</sup> Os japoneses fomentaram a produção de cana-de-açúcar e apostaram na sua exportação que rendia milhões de *yens*, desenvolveram o sector industrial (têxteis, compostos químicos, máquinas industriais) e construíram infra-estruturas de grande envergadura (uma planta energética) (Goddard, 1966, pp. 143-160). Efectivaram um plano organizado dos terrenos da ilha, distribuíram impostos aos agricultores, estruturaram o sistema tributário e alocaram eficientemente os recursos humanos nas cidades e nas empresas (Fairbank & Goldman, 1998, p. 338). Construíram redes eficientes de comunicação e transportes (ligações ferroviárias e rodoviárias), renovaram os portos do arquipélago, estabeleceram uma central hidroelétrica de complementaridade e arquitectaram o saneamento e uma rede de esgotos renovadas (Ministry of Foreign Affairs, Republic of China, 2012, s.p.). A corrupção era quase inexistente o que assegurava um bom governo e, desta forma, conseguiu-se uma qualidade de vida e de rendimento maior do que qualquer outra província chinesa e, consequentemente, um aumento da população desde a colonização da ilha (de 2,5 milhões para 6 milhões) sem entrada de imigração chinesa (Roy, 2003, p. 54).

<sup>9</sup> Durante o período de colonização houve graves dificuldades enfrentadas pelos agricultores para comportar o sistema de impostos excessivos, havia taxas sobre quase todos os bens que um indivíduo possuía o que levava muitos agricultores a hipotecarem as suas terras para o governo e a lançarem-se nas mãos dos empresários japoneses como serventes de trabalho intensivo e fraca remuneração. A nível da educação, o japonês e a História do Japão tornaram-se obrigatórios e o ensino superior era uma meta quase só almejavável aos japoneses. Os nomes das aldeias, vilas e cidades foram todos traduzidos para japonês, não havendo vestígios da língua chinesa. Na justiça, havia uma legislação discriminatória, com uma lei para nativos e outra para colonizadores (Goddard, 1966, pp. 161-163). Procedeu-se à reformulação e até interdição de hábitos culturais chineses como a proibição dos “Três Maus Hábitos” sendo eles os pés de Lótus nas mulheres, uso da trança Manchu nos homens e uso do ópio. O calendário lunar foi substituído pelo gregoriano (Ministry of Foreign Affairs, Republic of China, 2012, s.p.). A censura na comunicação social foi instaurada (Spence, 1999, p. 429). Houve uma insatisfação crescente por parte dos taiwaneses que estavam insatisfeitos perante todas as mudanças no seu estilo de vida e inúmeras mutações que a sua terra natal estava a sofrer e o sentimento de inferioridade e desprezo perante um povo conquistador levou a manifestações, todas colmatadas na chacina e na perseguição (Goddard, 1966, p. 164).

As tropas da República da China chegaram em outubro de 1945 e o choque da população com os Nacionalistas fez-se sentir de imediato. Um dos choques iniciais foi o saque das tropas do *Guomindang* que roubavam o que encontravam, fosse nas casas dos nativos, fosse nos edifícios públicos. Estas atuações justificavam-se por, fundamentalmente, dois motivos: a primeira devia-se à fraca renumeração do exército Nacionalista, cujas tropas se viram obrigadas a roubar para se manterem vivos; a segunda prendia-se com a ideia enraizada de que os taiwaneses estavam em dívida para com as tropas chinesas que expulsaram os invasores japoneses e, como retribuição, deveriam providenciar todo o apoio patriótico que estes necessitassem.

Em seguida, vários acontecimentos se sucederam que mereceram a desaprovação e o descontentamento da população, como a declaração pública proferida pelo General Keh King-En, humilhando a terra e as gentes que o acolhiam, chamando-as de degradantes e atrasadas; a atribuição de um sistema marcial para governar a ilha (forma de governo comum dada aos territórios conquistados); a nomeação de Chen Yi (陈仪) (antigo colaborador dos japoneses, mesmo quando a China estava em guerra com o Japão, e antigo governador de Fukien -福建- que marcou o seu mandato pela extorsão, monopólio, corrupção e opressão), dada por Chiang Kai-shek como governador-geral de Taiwan, e a quase exclusiva nomeação de continentais para o seu governo; a política de desigualdade salarial entre continentais e taiwaneses manteve-se, sendo os últimos os mais prejudicados; aumento do desemprego da população nativa; o suborno percorria as autoridades policiais e, conseqüentemente, a sua associação criminosa com tríades passou a ser comum; o crime aumentou na sociedade; as doenças que tinham sido controladas e remetidas ao esquecimento durante a ocupação japonesa, como a cólera e a peste, reapareceram, e a resposta do diretor do sistema de saúde ao problema foi que “ [...] afinal de contas, só os pobres é que estão contraíndo a doença [...] ”; as infraestruturas de apoio às indústrias, que mantinham o bom desempenho económico de Taiwan e que tinham sido destruídas durante a Segunda Guerra Mundial, não foram prontamente recuperadas (Roy, 2003, pp. 56-63).

Uma das medidas que foram implementadas por Chen Yi, e que esmagavam a possibilidade de negócio e iniciativa privada, foi a imposição de uma forte carga de taxas sobre qualquer negócio que não estivesse subordinado ao controlo governamental (Ballantine, 1952, pp. 59-60). Segundo Kelly e Brown (2010, s.p.), a determinação de Chen era tão grande em colocar todas as empresas debaixo do olho atento do Estado que decidiu impor restrições no comércio de alguns bens que circulavam. Uma dessas restrições era o monopólio governamental dos produtos, como, por exemplo, o tabaco. Foi exatamente esta proibição que levou a uma revolta social de grande dimensão quando, em 27 de fevereiro 1947, elementos do *Guomindang* saíram para as ruas em busca dos cidadãos que não cumpriam com essa lei e vendiam tabaco no mercado negro. A sua vítima foi uma viúva de Keelung (基隆), que vendia cigarros para garantir a sua sobrevivência, e foi açoitada até à morte com a coronha de uma pistola. Posteriormente, as pessoas que assistiram àquele tremendo espetáculo de violência atacaram os polícias. Estes não hesitaram em abrir fogo sobre os protestantes, matando mais uma pessoa inocente.

No dia seguinte, houve uma aglomeração de pessoas insatisfeitas junto dos edifícios que controlavam o monopólio da ilha, mas as suas esperanças de diálogo ou a retificação das políticas de Chen Yi foram afugentadas pelo tiro das armas do exército Nacionalista, ordenado por Chiang Kai-shek para suprimir a revolta popular. A população revoltou-se em toda a ilha, procedendo a ataques a oficiais do governo, aos continentais e aos edifícios do *Guomindang*. Contudo, como seria expectável de um regime militarista e opressivo, como era o de Chen Yi, o pior estava para vir para os insulares e, nas semanas seguintes, os Nacionalistas lançaram uma violenta campanha de “caça ao homem” para torturar e matar quem indicasse a mínima suspeita de cooperação ao movimento revoltoso. Crê-se que cerca de 30.000 taiwaneses sofreram nas mãos dos polícias e agentes do *Guomindang* (Kelly & Brown, 2010, s.p.).

Esta demonstração de revolta contra o desrespeito dos valores que Sun Yat-sen, que defendia os “Três Princípios do Povo” (三民主义) de autogoverno, segurança pública e respeito pelos direitos humanos e individuais, valeu à população residente na ilha a sua segmentação em grupos, fazendo-se a diferenciação dos taiwaneses (pessoas que nasceram em Taiwan), dos chineses vindos do continente depois do abandono japonês da ilha, e dos indivíduos pertencentes às tribos indígenas (Lee & Williams, 2014, pp. 112-113).

Os EUA, um dos principais aliados dos Nacionalistas, sabendo das atrocidades levadas a cabo pelo partido em Taiwan, decidiram enviar um aviso a Chiang Kai-shek sobre a sua posição em relação aos acontecimentos decorridos, e num mês, Chen Yi é afastado do seu posto e substituído por Wei Daoming (魏道明), um administrador mais moderado, que tinha sido, por coincidência, o ex-embaixador chinês em território estado-unidense. Este assumiu o posto em maio de 1947. Logo de seguida, Taiwan passava a ter o estatuto de província chinesa, com os abusos excessivos de controlo por parte do governo a serem sujeitos a uma reavaliação e respetivas anulações, assim como, a iniciativa privada voltou a ser admitida (Ballantine, 1952, p. 64). Estas pequenas cedências, apesar da sua grande relevância para o povo taiwanês, parecem ser apenas mais uma estratégia de camuflagem dos planos autoritários que Chiang Kai-shek tinha em mente.

De acordo com Hsueh (2011, s.p.), em 18 de abril de 1948, ainda em plena Guerra Civil com os Comunistas, o partido Nacionalista encontra-se para a aprovação das “Provisões Temporárias Efetivas Durante o Período de Mobilização Nacional para a Supressão da Rebelião Comunista”<sup>10</sup> (动员戡乱时期临时条款). Estas ditas “provisões” previam a revisão da Constituição elaborada por Sun Yat-sen, na qual o atual líder do *Guomindang* estava isento de restrições constitucionais para tomar as medidas de conveniência e de emergência que achasse necessárias. Entre elas, estava a implementação da Lei Marcial. Estas medidas serviram para ampliar, ainda mais, os poderes executivos de Chiang Kai-shek, dando-lhe liberdade para, em “legítimo” acordo com a Constituição, agir da forma que mais lhe era conveniente.

Utilizando a legalidade que lhe era concedida, Chiang, logo no início de janeiro de 1949, a sentir-se pressionado e estrangulado pelos Comunistas na China continental, traça um plano de retirada e visiona Taiwan como uma das possíveis bases de resistência contra os Comunistas. Desta forma, Chiang decide retirar o moderado Wei Daoming como Governador e coloca novamente um líder militar no seu lugar. Chen Cheng (陈诚) tinha a missão de preparar o terreno para a chegada dos Nacionalistas, que viriam do continente em retirada. Como as medidas implementadas pelo seu antecessor eram contrárias às diretrizes dadas pelo Generalíssimo a Chen Cheng, implementou-se novamente um regime militar na ilha (Ballantine, 1952, p. 66).

A Lei Marcial, que foi implementada em Taiwan, teve a longa duração de 38 anos, com uma legislação própria que dava pleno direito às forças do *Guomindang* de deterem, interrogarem e matarem quem lhes parecesse suspeito de ter ligações com os membros do PCC, quem estivesse a atentar contra o Governo e/ou quem organizasse ou participasse em movimentos de rebelião. Neste período, também popularmente conhecido como “Terror Branco”, a população residente em Taiwan sofreu todo o tipo de opressões como “ [...] tortura; [...] pressão psicológica dos detidos; vigilância e intimidação dos seus familiares assim como outros associados do detido; e a sentença, numa média de dez anos, de várias centenas de prisioneiros políticos”. Aqueles que foram afetados neste período, apenas uma pequena maioria era, realmente, colaborador Comunista ou instigador de rebelião como estava definido por lei. Muitos eram acusados falsamente, vítimas de enganos ou de casos fabricados (Lin, 2014, p. 265).

---

<sup>10</sup> Estas provisões davam total liberdade ao presidente para adoptar um leque de inconstitucionalidades, como, por exemplo, (artº 1) tomar todas as medidas que achasse necessárias para evitar situações de risco ou de crises, (artº 3) o Presidente e o Vice-Presidente podiam ser reeleitos sem ser sujeitos a votações ou outras condicionantes dependentes de outrem, (artº 4) pode aprovar a eleição de membros do partido para as posições que ache convenientes sem estar sujeita às proibições da Constituição assim como demiti-los, entre outras regalias (Chang et al., 1983, p. 84).

Entretanto, na China continental, com a maioria das suas forças a colapsar para os Comunistas, avizinhandose a perda da guerra no campo da batalha continental e, não encontrando mais nenhuma escapatória possível, Chiang Kai-shek planeia um engendrado retiro para o único território onde seria possível manter um governo Nacionalista em exílio. De acordo com Kerr (1992), para o Generalíssimo não sofrer a humilhação da derrota, ele decidiu dissimular uma “aposentadoria” antecipada. Em 21 de janeiro de 1949, Chiang cede o seu posto de Presidente para um dos seus rivais dentro do *Guomindang*, Li Zongren (李宗仁), com o intuito de este sofrer os últimos apertos e sufocos de uma herança miserável, ou seja, uma causa falhada e falida, assim como, de uma guerra já perdida (a cidade de Pequim caiu para os Comunistas logo a seguir a este comunicado).

Chiang não queria que as responsabilidades da derrota caíssem sobre si, contudo, não abdicava totalmente das rédeas do poder presidencial, havendo uma cláusula especial que permitia a sua tomada de posse a qualquer momento que este achasse conveniente. Aliada a esta condição estava a sua manutenção como Líder Partidário do *Guomindang* e de Comandante Supremo das Forças Armadas, deixando poucos campos de ação de relevância para o seu sucessor, que poderia fazer muito pouco ou quase nada para inverter o destino dos Nacionalistas. Li Zongren seria apenas um fantoche que assumiria os últimos insucessos, enquanto Chiang Kai-shek dirigia, realmente, o *Guomindang*. No entanto, Chiang não seria considerado o homem responsável pela derrota definitiva dos Nacionalistas contra os Comunistas, já que não era o Presidente aquando da derrota militar. O seu trajeto, após a resignação do cargo, foi uma pura encenação para que ninguém percecionasse que o Generalíssimo estava, na verdade, a fugir da ofensiva Comunista. Chiang dirigiu-se à sua terra natal para prestar homenagem aos seus antepassados, tal como era a obrigação de todos os bons descendentes, seguido de uma estadia em Amoy (廈門), onde procurou local de meditação, como era costume dos velhos sábios. Terminou a sua jornada na sua primeira residência oficial em Taiwan, perto de Taipei. Aqui, o líder do *Guomindang*, impunha a sua vontade acima da do Presidente em vigor, ordenando o esvaziamento dos cofres de ouro ainda existentes no continente e o seu posterior envio para Taiwan, a recolocação das relíquias e preciosidades seculares e imperiais do antigo Museu Nacional enviados por mar para a ilha, persuadindo o auxílio militar e provisões provenientes dos EUA a atracarem nos portos da Formosa, em vez de se dirigirem para o Sul da China, onde se encontrava o isolado e desesperado Presidente Li, resistindo com os poucos recursos que lhe estavam confinados.

Com o avançar da guerra e após a queda de Xangai em 27 de maio de 1949, era a vez dos aliados dos Nacionalistas (nomeadamente EUA e Reino Unido) entrarem num período de reflexão quanto ao estatuto da ilha e qual o papel que realmente desempenhava Chiang Kai-shek. Nos EUA, a causa de Chiang e o contínuo sustente militar contra os Comunistas parecia já não ter apoio significativo por parte do povo americano. Os súbditos de Sua Majestade, no Reino Unido, propunham a incorporação da ilha sob o Comando Supremo das Forças Aliadas, liderada pelo General Douglas MacArthur, sediada no Japão. Os aliados do *Guomindang* pareciam cada vez mais relutantes.

Indiferente ao que se decidia no estrangeiro, Chiang decreta a, 1 de agosto, o oficial reposicionamento do Concelho de Emergência de Guerra e do Secretariado do Partido Nacionalista para Taiwan, onde agora o seu atual governador, Chen Cheng, tinha muito pouco a dizer quanto ao governo da ilha. Chiang Kai-shek pautaria o caminho como sempre o fez (Kerr, 1992, pp. 372-376).

A RPC foi aclamada a 1 de outubro de 1949 por Mao Ze Dong. Com a Guerra Civil praticamente ganha no continente, aos Nacionalistas apenas sobravam os territórios insulares de Hainão (海南), Taiwan e as suas pequenas ilhas circundantes.

Os EUA, apesar da perda de apoio por parte da população americana face aos custos elevados das sucessivas ajudas desembolsadas aos Nacionalistas, vão permanecer como um elemento decisivo no futuro da ilha nos próximos anos e até, da salvação das forças de Chiang da invasão Comunista.

De acordo com Cunha (2008), quatro dias após o oficial reposicionamento decretado por Chiang Kai-shek em Taiwan, Dean Acheson, que era na altura Secretário de Estado de Truman<sup>11</sup>, revela um documento surpreendente, conhecido comumente como “China White Paper”. Nele, Acheson prova que o colapso das forças do *Guomindang* foi provocado, não pela pouca ajuda estado-unidense aos Nacionalistas, mas sim, por um conjunto de fatores que transcendiam o apoio norte-americano.

Houve, desde o início, uma desastrosa gestão dos fundos e dos recursos despendidos pelos EUA, assim como, uma corrupção excêntrica e enraizada dentro do Partido Nacionalista, que levou à posterior descrença por parte do exército em quem os comandava e a consequente desistência dos soldados na causa pela qual lutavam. Por este relatório, os americanos percebiam para onde o seu capital estava a ser canalizado, caindo nas mãos corruptas dos elementos de um partido egocêntrico que se mostrava pouco preocupado com o futuro da guerra. O verdadeiro intuito de Acheson era persuadir o seu Presidente e os demais superiores do Senado americano que, os EUA deveriam agora cessar com as suas medidas de cooperação com o suposto governo em exílio em Taiwan, no qual teriam investido grande fé política e financeira e, onde os frutos colhidos dessa relação tendiam apenas para um lado. A única solução viável para Acheson, apesar de incómoda, seria “ [...] aceitar o inevitável e aprender a viver com a República Popular [da China]. Adeus à Formosa [...] ” (Cunha, 2008, pp. 30-31). O dito documento conseguiu alcançar o seu propósito.

Truman desvinculava o seu país do conflito entre as duas repúblicas chinesas, afirmando a 5 de janeiro de 1950, que os EUA não iriam tomar mais partido da guerra civil e que os dois partidos em confronto que resolvessem as suas próprias diferenças. Taiwan, e o *Guomindang*, pareciam ter os dias contados com o afastamento do seu maior aliado e do seu trunfo intimidador contra o Exército de Libertação do Povo (PLA, siglas inglesas) (Lin & Keating, 2002, s.p.).

Chiang Kai-shek, sem o apoio americano, completamente isolado e com as suas possessões territoriais a regredir em número, temia pelo fim da sua República, enquanto que, o exército de Mao estava a ser organizado para uma invasão devastadora e em grande escala à ilha de Taiwan. Mao sabia que a conquista de Taiwan iria ser extremamente difícil. Os Comunistas já tinham tentado invadir uma das ilhas adjacentes ao continente no Estreito de Taiwan que estava na posse dos Nacionalistas, chamada de Quemói (金門), em outubro de 1949 e, fracassaram. O PLA necessitava de tempo para organizar a sua logística e as suas estratégias. No entanto, essa regalia não foi concedida a Mao, uma vez que um evento a nível internacional iria desviar a sua atenção, interromper os seus planos e, consequentemente adiar a reunificação total da China sob um governo único, como era o desejo da sua missão sacrossanta (Cunha, 2008, p. 35).

Segundo Qing (2007), Mao traçou uma data para a tomada de Taiwan, que seria levada a cabo no verão de 1950. De facto, esse plano teria sido efetivamente concretizado, não fosse outros eventos desviarem a atenção do Grande Líder.

Na fronteira entre as duas Coreias, ocorriam movimentações de batalhões sul-coreanos para as proximidades do Paralelo 38, marca que delimitava a separação entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul. O líder norte coreano, Kim Il-Sung, na esperança de obter apoio à sua causa numa possível guerra contra os coreanos do sul, decide pedir auxílio militar ao seu aliado Comunista mais próximo, a República Popular da China. Mao mostrou-se solidário com a causa dos seus camaradas coreanos e deu um parecer positivo ao pedido de Kim.

Contudo, esta circunstância aparentemente normal de um Estado Comunista tentando ajudar outro em caso de guerra e protegendo-se mutuamente, foi alvo de discussão e especulação por parte de alguns historiadores sobre este tema. Sergei Goncharov, John Lewis e Xue Litai, informam-nos que a União Soviética, mais particularmente o presidente Estaline, tiveram um papel preponderante no desenrolar do futuro confronto.

---

<sup>11</sup> Presidente dos EUA.

O centro da discussão reside nas declarações de Estaline entre 1949 até o início do ano de 1950, que apadrinhava a ideia de que a Coreia do Norte deveria focalizar-se apenas na defesa do seu território nacional e não embarcar numa campanha sanguinária contra a Coreia do Sul. Estranhamente, em finais de janeiro do mesmo ano, Estaline parece aprovar a ideia do presidente Kim Il-Sung em tentar a reunificação militar da península coreana e, em abril na cidade de Moscovo, Estaline aprova o plano estratégico militar de Kim para invadir a fronteira do Paralelo 38.

O presidente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) nunca se justificou em relação à sua inesperada mudança de atitude face à situação das duas Coreias. Estes três historiadores mencionados anteriormente, que estudaram o conflito, propõem a hipótese de que esta repentina alteração de planos teria a ver com a retirada do apoio militar dos EUA a Taiwan, comprometendo, em grande medida, a posição dos Nacionalistas, que de um momento para o outro se viram desamparados e à mercê de uma invasão do Exército Vermelho. Mas porque não queria Estaline uma invasão da China Comunista a Taiwan? A conquista de Taiwan iria trazer mais um território aliado aos Americanos para dentro da esfera de influência Comunista, uma vez conquistado pela RPC. Por que razão Estaline não queria um desfecho glorioso e conveniente como esse?

A explicação reside na premissa de que o líder da URSS percecionava Taiwan ainda como um elemento de discórdia profunda entre a política dos EUA e RPC, e um assunto que afastava os dois países de um possível entendimento diplomático. Se a RPC concluísse a conquista da ilha de Taiwan, já não haveria entraves nem pontos de discórdia entre os chineses Comunistas e os americanos. Em oposição, se houvesse ainda uma força Nacionalista em Taiwan, se o PLA tivesse a sua atenção centrada noutro confronto armada, e ainda melhor, numa guerra contra os EUA, esta seria certamente uma excelente estratégia internacional por parte dos Soviéticos.

Depois de várias conversas com Kim, e com o próprio *Kremlin*, Mao foi persuadido por estes líderes a esperar passivamente pelos próximos acontecimentos, apesar da exasperante preocupação do presidente chinês quanto à possível intervenção das potências estrangeiras.

Apercebendo-se que, mais tarde ou mais cedo, o seu país teria de apoiar a causa norte coreana, e posteriormente, uma guerra na Península Coreana, Mao acelera a sua campanha militar contra os Nacionalistas, para que se pudesse completar o mais rápido possível a reunificação nacional da China Comunista. Assim, em meados de maio, o PLA já tinha tomado a ilha de Hainão (海南), que estava ainda sob domínio do *Guomindang*, e a ilha de Zhoushan, que foi abandonada pelas tropas Nacionalistas em retirada estratégica para Taiwan. Su Yu (粟裕), o comandante da RPC que seria responsável pela campanha à ilha, pedia em 23 de junho de 1950, batalhões para se proceder à conquista dos territórios insulares Nacionalistas. O pedido, feito à Comissão Militar Central do partido, foi aprovado, tendo-se enviado ainda mais contingentes do que Yu pedia. Dois dias após este despacho, a Coreia do Norte invade a Coreia do Sul. Desta forma, a 27 de junho, Truman muda a sua política em relação à situação de Taiwan e envia a 7ª Esquadra Americana para o Estreito de Taiwan, tornando a ilha, mais uma vez, numa espécie de “protetorado americano” (Qing, 2007, pp. 151-153).

A invasão norte coreana fez com que os EUA e os membros das Nações Unidas entrassem em cena e prestassem auxílio ao país vitimado. Como a esfera de influência dos países de ideologia comunista pareciam estar a ganhar terreno naquela parte do globo, estando Taiwan também na eminência de se tornar mais um território assediado pelo comunismo da RPC, os EUA decidiram enviar as suas frotas para o Estreito de Taiwan, efetivando assim um estado de neutralização. Mao Ze Dong perdia assim a sua derradeira oportunidade para derrotar os fiéis ao *Guomindang*. Sabendo que os Nacionalistas tinham novamente os “aliados” americanos do seu lado, o Grande Líder direciona os seus esforços militares ao auxílio a Pyongyang contra os Americanos e as Nações Unidas (Spence, 1999, pp. 501-503).

## 1.2 - REPÚBLICA DA CHINA E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NA ONU

A RC foi um dos membros fundadores da ONU. Após os acordos iniciais da Declaração de *St. James*<sup>12</sup> e do compromisso da *Atlantic Charter* de criação de uma organização mundial que respeitasse e assegurasse os princípios da justiça internacional<sup>13</sup>, a RC esteve sempre envolvida na gestação de um dos projetos mais ambiciosos da Humanidade. Desde a elaboração e assinatura da Declaração das Nações Unidas em 1942, por Song Ziwen (宋子文)<sup>14</sup>, à conferência de Dumbarton Oaks em 1944, onde participou exclusivamente a URSS, Grã-Bretanha, EUA e RC até à assinatura dos Princípios da Carta de São Francisco em 1945, todos os acordos tiveram a participação e colaboração dos elementos do *Guomindang*.

Em São Francisco, Chiang Kai-shek e outros representantes da RC assinaram o documento que iria coordenar o destino da Organização. A Carta das Nações Unidas previa que todos os países, que assinassem aquele compromisso, teriam de terminar confrontos militares, defender os direitos humanos de todos os homens e mulheres, independentemente da sua nacionalidade, e comprometerem-se a lutar pela melhoria das condições de vida, pela paz e pela liberdade.

No que diz respeito aos requisitos de entrada dos Estados nesta Organização, estes devem cumprir com os seguintes pontos: os membros devem estar dispostos a aceitar os princípios Carta e agir conforme os seus valores; a aceitação de um outro Estado fora das Nações Unidas e que queira ser um Estado membro da ONU deverá ser exposto a um sistema de voto, decidido em Assembleia Geral, com a anterior supervisão e análise do Conselho de Segurança; caso algum membro quebre o seu compromisso com a ONU, e os princípios assinados, será suspenso do Conselho de Segurança e perderá os direitos que lhe são auferidos como membro; um membro que tenha constantemente desrespeitado os Princípios da Carta será expulso da ONU, sob recomendação do Conselho de Segurança (para além destas condições, ainda existem outras exigências que serão discutidas em diante).

Para que se regulasse e para que se fizesse cumprir estes objetivos, a ONU criou seis órgãos cruciais, sendo eles a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, Conselho de Tutela, o Tribunal de Justiça Internacional e o Secretariado.

Para os objetivos específicos deste estudo, apenas se analisará dois órgãos da ONU, que terão especial relevância no desenrolar dos acontecimentos: a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança. A Assembleia Geral transformou-se no órgão deliberativo da Organização, onde todos os Estados membros deveriam ter o direito a participar. Nela, os mesmos poderiam discutir e expor recomendações perante a Assembleia em assuntos da mais variada índole<sup>15</sup>. O Conselho de Segurança tornou-se no principal órgão mediador, encarregado da preservação da paz no mundo, de assuntos que concernem a soberania das nações, a integridade territorial e a segurança internacional. Este Conselho era formado por onze membros<sup>16</sup>, onde cinco têm decisão de veto, sendo eles as

---

<sup>12</sup> Aquando Hitler bombardeava a Europa, criou-se, no Reino Unido, a Declaração de St. James onde se visionava o término da agressão e da violência entre países em prol da segurança social e económica (St. James Agreement; June 12, 1941, 2008, s.p.).

<sup>13</sup> Nos princípios acordados da Atlantic Charter encontram-se “ [...] o não engradecimento; não às modificações territoriais sem a livre e expressa vontade das populações em causa; direito à população de escolher qual a sua própria forma de governo; e o igual acesso aos recursos naturais para todas as nações [...] ” (UN Web Services Section, 2006, s.p.).

<sup>14</sup> Na altura, Primeiro-ministro da República da China.

<sup>15</sup> Esses centros de discussão englobavam a preservação da paz no mundo, a questão do desarmamento dos países, a inclusão de novos Estados membros na ONU, a discussão e aprovação do orçamento, o desenvolvimento da cooperação entre os países nas mais diversas áreas incluindo a económica, humanitária, social, cultural e saúde, a discussão de relatórios do Conselho de Segurança que necessitam aprovação da Assembleia Geral, a eleição de novos membros do Conselho de Segurança.

<sup>16</sup> O Conselho de Segurança começou inicialmente com onze membros, tendo sido aumentado o seu número para quinze, em 1963, com a aprovação do Artigo 23 de Carta da ONU (Silver, 2008, p. 87).

grandes superpotências globais - RC, França, URSS, Reino Unido e EUA (Charter of the United Nations and the Statute of the International Court of Justice, 1945, pp. 4-5).

Como dito anteriormente, desde os primórdios da formação da ONU, e depois de todos os esforços que foram feitos para criar tanto a nível da estrutura, quer dos valores que regem a Organização, a RC esteve inteiramente envolvida nesse processo.

Segundo Cunha (2008), a presença chinesa tinha um peso muito significativo, já que foi considerada uma das cinco potências mundiais e tinha o apoio firme dos EUA, que era um dos seus aliados e que, invariavelmente, os convidavam a participar nas conferências e nas decisões importantes relativamente ao futuro da nova ordem mundial. Foi esse peso que foi atribuído à RC, que lhes valeu a entrada como membro permanente do Conselho de Segurança, acabando por ter assim a possibilidade de vetar qualquer decisão importante que fosse aí discutida.

A Carta das Nações Unidas foi assinada pelos oito representantes dos Nacionalistas. No entanto, Churchill opoñdo-se à posição incondicional norte-americana, interroga-se sobre o lugar de destaque e de elevada importância que estava a ser atribuída naquela Organização ao governo da RC. O líder britânico antevia um futuro pouco esclarecido para a China, uma vez que era um país em inalteráveis confrontos internos, com pouca estabilidade política e governamental, sendo este “ [...] periférico e enfraquecido [...] que iria refletir-se numa perda de peso na comunidade internacional [...] ” (Cunha, 2008, p. 32).

A visão de Churchill não podia estar mais certa. Como analisado anteriormente, na parte histórica da Guerra Civil chinesa, Chiang e os Nacionalistas retiraram-se estrategicamente para Taiwan, não aceitando a derrota para os Comunistas, continuando a exercer a sua forma de governo nos territórios que lhes pertenciam, e esperando o momento certo para contra atacar o PLA no continente.

Os Nacionalistas consideravam a sua República a única forma de governo legítima, elegida por todos os chineses nas eleições legislativas, o que lhes conferia autoridade para governar tanto os territórios que ainda estavam sobre o seu controlo (Taiwan e as ilhas adjacentes), assim como, toda a China continental da qual tinham fugido.

Estes foram os argumentos apresentados pela RC na ONU para justificar a sua presença e o seu lugar naquele organismo e no Conselho de Segurança como membro permanente (Silver, 2008, p. 120).

Quando em 1 de outubro de 1949, Mao Ze Dong proclamou a implementação de uma nova república chinesa no continente, os membros da ONU sabiam que o lugar da RC, mantida pelos representantes Nacionalistas, iria ser contestado e colocado em causa pela nova república aclamada (Cunha, 2008, p. 32).

Este caso, em que existem dois elementos rivais reclamando a possessão do mesmo território não era totalmente desconhecido desta Organização. O continente Asiático já tinha apresentado um outro caso com o confronto das duas Coreias, tal como o do Vietname separado entre Norte e Sul. No continente Africano: Mauritânia e Marrocos também tinham tido disputas territoriais assim como no continente Europeu: a Alemanha Ocidental e a Alemanha Oriental se encontravam divididas ideologicamente (Silver, 2008, pp. 92-96). No entanto, este caso era considerado único e mais complexo dado que um governo democraticamente eleito tinha partido para o exílio, prometendo um dia voltar para retomar o lugar que lhe pertencia na China continental, e com a particularidade de dois governos chineses realmente existirem. Houve várias tentativas de integração das “duas Chinas” na ONU, nomeadamente por parte dos americanos, achando possível um entendimento pacífico entre ambas as partes e solucionando de uma vez o problema, havendo dois assentos para cada governo - um Comunista e outro Nacionalista. Como nos indica Liu (2011, p. 89) citado de Zhang Chunying (2000), os EUA durante a década de 50 tentaram persuadir Chiang Kai-shek a admitir uma postura pragmática em relação à sua política e tolerar a proposta da representação dual.

Para o Generalíssimo era tão repugnante alguém ousar pensar numa tal proposta que incluísse o conceito de “duas Chinas” para incorporar a ONU que, deparar-se com essa moção apenas seria interpretada como um

devaneio obtuso de alguém mal-intencionado. De fato, Chiang tinha o seu porquê de rejeitar veemente essa oferta, pois isso seria conferir a legitimidade governativa dos Comunistas no seu território atual, ou seja, o continente, deixando o líder dos Nacionalistas apenas com Taiwan e mais uns pequenos ilhéus sem expressão geográfica significativa para administrar. Uma restrição demasiado grande para os ainda grandiosos planos de reconquista do continente fantasiados por Chiang. Chiang acreditava solenemente que os seus delegados na ONU falavam por todo o povo chinês, não só aquele refugiado na ilha Formosa como também por todos aqueles que se encontravam no continente (Cheng, 1988, pp. 309-310).

Quimeras do General à parte, será importante perceber o que é que aos olhos da ONU se entende por “soberania”, “Estado” e “independência”, já que estes termos são utilizados no processo de admissão dos seus Estados membros e estamos perante o pedido de um novo país para entrar na Organização.

Um dos principais objetivos da ONU era eliminar qualquer indício de expansão fronteiriça dos países, já que esta tinha sido uma das causas da Segunda Grande Guerra. A soberania e a integridade territorial eram imposições que teriam de ser alcançadas pelos Estados. Para alcançarem o reconhecimento<sup>17</sup> de outros países e poderem encetar relações com os mesmos, o conceito soberania legal internacional teria de ser respeitado. Este conceito baseia-se na definição das fronteiras legítimas de cada país e na aceitação destas pelos outros Estados para que se possa criar um sistema onde a usurpação de território seria considerada intolerável e inaceitável pelos demais Estados. Para além do respeito pela soberania de cada país, a ONU apenas admitirá a entrada de “Estados amantes da paz”. Este requisito vago patente na Carta das Nações, levou a que muitas das admissões de Estados tenham de recorrer à Convenção de Montevideo de 1933 onde se define especificamente o que é um Estado, as suas obrigações e os seus deveres. Assim sendo, segundo o dito documento assinado em Montevideo, para se considerar um Estado como tal, este terá de auferir “[...] (a) população permanente; (b) território definido, (c) governo, e (d) capacidade de entrar em relações com os outros Estados [...]” (Silver, 2008, pp. 91-92). Outro pré-requisito para a admissão na ONU é “independência”. Mais uma vez, também este conceito é considerado ambíguo, já que não existe nenhuma convenção nem tratado algum que o esclareça, estando apenas sujeita à ponderação e ao julgamento da Assembleia Geral e à determinação efetiva por parte das grandes potências no Conselho de Segurança. Desta feita, a autora chega à conclusão que nesta questão de “independência”, não se trata de que o Estado tenha de cumprir com compromissos de ordem interna para que o seu país possa ser reconhecido como independente, mas sim no veredicto que os outros Estados lhe possam conferir já que não há regulamento por onde se regir (Silver, 2008, pp. 92-94). Portanto, o critério de seleção dos novos membros da ONU é munido de um rigor subjetivo em que os requisitos para a entrada estão repletos de termos ambíguos que estão altamente dependentes do assentimento das grandes potências. Alguns tratados e respetivas convenções anteriores à criação da ONU e que se revelam as pedras basilares do seu nascimento, assim como a própria Carta das Nações, incorrem em limitações de legislação que arrastam consigo situações de generalidade sendo passíveis de serem utilizadas da forma que mais convém a quem recair o peso da deliberação, como veremos mais à frente no caso da RPC e da RC.

Passado um mês e meio da proclamação comunista, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da RPC (Zhou Enlai) entrega ao Presidente da Assembleia Geral da ONU um documento que expunha a oposição do seu governo face à representação Nacionalista na Organização. Logo após esta advertência, a ONU recebe uma nova pressão, vinda de um regime de ideologia semelhante, solidário com a causa da RPC e apoiante do governo de Mao - a URSS.

---

<sup>17</sup> Como nos indica Brownlie (1987) citado de Nelson e Cabrera (2008, p. 357), o reconhecimento é “[...] a condição do estabelecimento das relações formais, opcionais e bilaterais, incluindo as relações diplomáticas e a conclusão de tratados.”. O reconhecimento é a consideração feita por um Estado ou governo em relação a outro como um actor internacional merecedor do princípio de igualdade debaixo das leis internacionais e demonstra a sua vontade de desencadear relações interestaduais de acordo com essas leis (Wei, 1999, p. 1174).

O representante soviético da ONU, Jacob Malik, apresentou perante o Conselho de Segurança o mote para a discussão sobre o “lugar chinês”. Malik propunha a exoneração do delegado da RC do Conselho de Segurança, com base no descrédito do governo que não era digno de assumir tal papel de relevância. Contudo, os desejos de Malik não tiveram o apoio esperado por parte dos membros no debate, que rejeitaram indubitavelmente a sua proposta (McDougal & Goodman, 1966, p. 677).

Mesmo com esta rejeição soviética, a RPC continuava a fazer progressos a nível diplomático. Desde a data da sua proclamação até ao final do ano dessa ocorrência (ano de 1949), a RPC já contava com o reconhecimento de dez países<sup>18</sup>. Logo na passagem para o ano novo, em 1950, a RPC acolhe o reconhecimento do seu país vizinho (a Índia) e do Reino Unido.

Churchill, como mencionado anteriormente, mostrava-se cético ao futuro do governo da RC e agora que esse governo estava no exílio, os britânicos optaram por uma postura direcionada para o pragmatismo. Para Churchill, o reconhecimento diplomático haveria de ser encarado como um meio para atingir um certo número de regalias que interessavam aos britânicos. Como proferiu: “ [...] a razão para ter relações diplomáticas não é conferir um cumprimento, mas sim assegurar uma conveniência [...]” (Saldanha, 1995, p. 140).

O Reino Unido reconhece a RPC em 1950 por uma mera questão vantajosa, onde os compromissos económicos de Sua Majestade no território controlado pela RPC tinham de ser assegurados assim como teria de ser acutelada a situação da colónia britânica de Hong-Kong (Cunha, 2008, p. 34). Chiang sentiu-se gracedado quando os britânicos anunciaram que a resolução da Guerra Civil chinesa teria de ser concretizada com a retirada das tropas Nacionalistas das ilhas adjacentes ao continente, a neutralização de Taiwan e a entrada imediata da RPC no lugar que pertencia à China na ONU (Cheng, 1988, pp. 311-312).

A política de Truman, pelo contrário, era bem mais cautelosa. Era do total interesse dos americanos a permanência da RPC fora das Nações Unidas até ao seu reconhecimento diplomático pelos EUA. Enquanto a RC mantinha o seu apoio incondicional às posições dos americanos no Conselho de Segurança, a sua expulsão e posterior ocupação do seu lugar para um elemento da RPC poderia significar o aumento do apoio às decisões dos comunistas da União Soviética e, conseqüente, perda de poder de decisão. Desta forma, os EUA decidiram regular as suas acções na ONU pela persuasão dos aliados no voto contra ou na abstenção em relação à entrada da RPC na ONU (Grasso, 1987, pp. 10-11).

De acordo com McDougal e Goodman (1966, p. 677) citado de Lie (1952), o ambiente rodeando a questão do “lugar chinês” na ONU chegou a preocupar o Secretário-geral Trygve Lie, que temia que a União Soviética após a rejeição da proposta apresentado por Malik no Conselho de Segurança, formasse uma organização comunista capaz de se tornar rival das Nações Unidas e provocar a sua dissolução, devido à fragmentação dos países que se aliariam à URSS.

Ademais, havia uma pressão incansável por parte da RPC que, desde o dia da sua tomada de poder até junho de 1950, despachou quase duas dezenas de pedidos à ONU, expondo o seu afrontamento quanto à permanência da representação Nacionalista. Contudo, todas estas tentativas de demissão não tiveram o resultado final pretendido. De facto, num dos artigos da ONU, existe a cláusula de expulsão do Organismo Internacional mas

---

<sup>18</sup> Ao reconhecer a China Comunista e, por conseguinte, proceder ao abandono desse reconhecimento à RC, isso arrecadava implicâncias e dificuldades para o estatuto legal internacional do governo de Taiwan. Esta escolha que os países tomavam significava que qualquer autoridade governamental da RC “ [...] não poderia mais ser considerada como o governo de qualquer Estado soberano, muito menos de toda a China (mesmo que essas autoridades continuassem a proclamarem-se como República da China/RC) e continuassem a reivindicar soberania de toda a China [...]”. Para além de ter constrangimentos em termos da participação em tratados internacionais por falta de legitimidade internacional, os interesses da população que residia na RC não saíam salvaguardados (como o mais direito básico de propriedade, p.ex.) pois não eram considerados, aos olhos desse sistema, cidadãos de Estado algum (Nelson & Cabrera, 2008, pp. 356-357).

essa saída do Estado membro tinha que estar de acordo com a violação de algum dos princípios da Carta das Nações Unidas, algo que seria impossível atribuir à representação da RC, pois não haviam cometido nenhum atentado contra os mesmos ou impulsionado algum delito internacional (Saldanha, 1995, p. 156).

Perante tal insistência da RPC, que passado pouco tempo de declarar a sua independência coloca grande preocupação em garantir a sua entrada na ONU, será conveniente perceber a causa para atribuírem tal relevância e tanto esforço político numa Organização Internacional como esta. O poder do governo sobre a população e o seu território nacional não seria suficiente? Não poderiam apenas existir simplesmente sem a autenticação de outras nações?

Como nos indica Silver (2008), a ONU mudou o conceito de soberania e do ambiente legal internacional. A política internacional de hoje despojou-se de atributos que outrora ostentava para se fazer valer como o uso da força e o poder. O que a ONU conseguiu foi tornar as antigas lutas pelo poder entre os países, numa busca pela obtenção de legitimidade das suas acções, tornando assim a expressão geográfica dos países menos relevante do que antes auferia, podendo os pequenos Estados rivalizar com os maiores. Um grande território não confere qualidade ao Estado, podendo um Estado pequeno ter um bom governo e o poder do mesmo pode ser medido, por exemplo, pela sua relevância económica.

Esta conjuntura exalta os Estados numa busca constante por legitimidade (que é atribuída em formas de colaboração nas causas que lhe são propostas ou a capacidade que um Estado tem de cumprir com as suas obrigações e os seus deveres) e dotar o seu governo de honestidade e de corrupção nula (Silver, 2008, p. 104). Quando munida destas qualidades, a sua posição entre os demais parceiros internacionais será mais favorecida. A razão pela qual a aceitação global é extremamente relevante é-nos explicada por Claude (1966, p. 372) onde a “ [...] aprovação coletiva é um bem importante e a desaprovação coletiva uma dívida significativa nas relações internacionais [...] ”. Se esta dita dívida não for soldada, existem consequências para o devedor que poderá ser isolado pela comunidade e prejudicado nos mais variados campos, como por exemplo, no comércio internacional e nos acordos de cooperação entre os Estados. A ONU tornou-se um centro onde a legitimidade das ações dos Estados é conferida, pois esta Organização ao aprovar normas unânimes entre todos os países do globo aproximase da universalidade, criando uma marca de aprovação política legítima (Silver, 2008, pp. 104-105). A China de Mao não queria obviamente ver-se alienada de tão prestigiada Organização Mundial e daí a sua persistência para com Trygve Lie.

Com a pressão exercida pela RPC e para evitar que o cataclismo da criação de um bloco soviético oposto se abatesse sobre a ainda jovem Organização Mundial, Lie é forçado pelas circunstâncias a procurar uma solução para o lugar da China Popular dentro da ONU, e pede ao Departamento Judicial do Secretariado que procedesse à formulação de um memorando considerando os mais variados aspetos no reconhecimento e na representação daquele Estado (McDougal & Goodman, 1966, pp. 677-678). O responsável da Organização justificou esta deliberação afirmando num memorando que, o problema do “lugar chinês” é algo inédito dentro das discussões levadas a cabo nos debates da ONU e deveria ser prestada a devida consideração uma vez que, pela primeira vez na história, dois governos antagónicos existem e reclamam os direitos pelo mesmo território e disputam uma posição nas Nações Unidas (Cunha, 2008, p. 34).

A forma encontrada para resolver esta situação e de formular uma decisão justa recaiu na premissa de que a legitimidade seria conferida se “ [...] o novo governo [RPC] exercia uma autoridade real dentro do seu território de Estado e se é obedecido habitualmente pela maioria da sua população [...] ” (McDougal & Goodman, 1966, p. 678).

Não obstante, o acontecimento da invasão militar na Península Coreana, como descrito anteriormente, e o consequente apoio das forças do PLA ao líder invasor, veio mudar todas as posições mantidas até então.

Em relação à postura adotada pelo Secretário-geral da ONU, que era anteriormente de ponderação, tinha passado para uma reprovação das ações tomadas pelo PCC que não se mostrava de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas (McDougal & Goodman, 1966, p. 678). O “lugar chinês” ainda iria fazer correr muita tinta até se descobrir uma conclusão definitiva e os EUA iriam ser decisivos nesse aspecto.

### 1.3 - INTERVENÇÃO DOS EUA

No que concerne a posição dos estado-unidenses, a participação da RPC no confronto apenas veio vaticinar o prolongamento da sobrevivência Nacionalista em Taiwan, salvando estes últimos da tomada militar definitiva que estava a ser aprontada por Mao. Se antes do confronto os EUA tinham deixado de prestar apoio a Taiwan e se desvinculado da sua proteção territorial, agora a RPC voltava a encontrar a grande potência no seu caminho, adiando a sua missão sacrossanta, consumando o *handicap* militar que não convinha ao Grande Timoneiro. Para além desse *handicap* militar, a China Popular enfrentava também um *handicap* político, porque as posições dos EUA e da Coreia do Sul mantiveram-se irredutíveis quando a RPC ofereceu a possibilidade de armistício esperando obter em benefício um lugar dentro da ONU e, também, quando a ONU determinou a sua posição oficial no conflito da Península Coreana, outorgando o papel de injuriada à Coreia do Sul (Cunha, 2008, p. 35).

Estes eventos são confirmados por Clough (2008), como ainda acrescenta que a Guerra da Coreia fez com que o governo dos EUA e a opinião pública americana mudasse o seu parecer de “não intervenção” face à ilha, uma vez que era considerada agora uma base vital e importante elo de ligação graças à sua posição geográfica e militar, fazendo a fundição do cordão de aliados à causa americana tanto a Norte (Coreia do Sul e Japão) como a Sul (Filipinas, Tailândia, Austrália, Nova Zelândia). Estes autores igualmente reforçam a tese de que Truman viu-se obrigado a modificar a sua política de afastamento à causa Nacionalista em Taiwan pois, o partido da oposição do presidente americano durante o seu governo, achava inconcebível o envio de contingentes militares para a Coreia para se combater os Comunistas coreanos, chineses e soviéticos, sem que se defendesse também a ilha Formosa de uma anexação vermelha. Para poder seguir em frente com a Guerra na Coreia, a defesa de Taiwan tornar-se-ia num requisito imprescindível que Truman teria de colmatar.

Contudo, apesar de sofrer um contratempo diplomático na ONU e um percalço estratégico militar com a intervenção americana no Estreito de Taiwan, Mao Ze Dong fazia questão de deixar bem claro a americanos, Nacionalistas e ao resto do mundo, que a China Popular não se tinha esquecido da sua missão de resgatar Taiwan e as suas ilhas adjacentes dos infiéis do *Guomindang* que as ocupavam “ilegitimamente”.

Em setembro de 1954, o PLA atinge a ilha de Quemói (金門), uma das ilhas mais próximas ao continente gerida e ocupada pelas forças Nacionalistas, com bombardeios fortíssimos. Alarmados por esta atitude agressiva, os EUA decidem colocar Taiwan debaixo do sistema de segurança americano, através da assinatura formal de um acordo bilateral de proteção militar e de apoio financeiro providenciado pelo governo americano em dezembro do mesmo ano. Certamente movido pela fúria de identificar mais um acordo a consolidar a aliança dos Nacionalistas com os americanos, Mao aprova a invasão de uma das ilhas de Da Chen (大陈群岛), situadas ao largo da província chinesa de Chekiang (浙江), que não tiveram qualquer tipo de retaliação americana nem vinda de Taiwan já que, estavam posicionadas fora da linha de proteção aérea. Após esta intervenção Comunista, seguiu-se a aprovação de uma Resolução no Congresso Americano para que se enviassem novos efetivos militares a fim de prevenir a usurpação de mais territórios nas mãos dos Nacionalistas.

Passar-se-iam poucos anos até Mao decidir temperar as águas do Estreito de Taiwan com mais pólvora dos seus bombardeiros. O seu alvo seria o do costume: a ilha de Quemói. Uma pronta reação da frota americana com a ajuda aérea proveniente de Taiwan salvou o território insular de males maiores, tendo o bloqueio das linhas de abastecimento sido levantado e os Comunistas recuado (Clough, 2008, pp. 822-824).

Com este leque de ofensivas bélicas quer fosse no ataque às forças da ONU na Coreia, quer fosse contra os territórios segurados pela RC no Estreito de Taiwan, tornava a defesa do lugar dos representantes do *Guomindang* na ONU, patrocinada pelos Estados Unidos, mais facilitada, pois era óbvio o desrespeito e a falta de sensibilidade por parte da RPC para com os princípios das Cartas das Nações, onde se apregoava a paz e a resolução pacífica dos conflitos. A “China Vermelha” era claramente um elemento agressor.

Foi por essa razão que desde 1950 até 1960, não houve grandes desenvolvimentos na questão do lugar chinês na ONU, resumindo-se essas actividades a tentativas frustradas de Malik em expulsar os elementos do *Guomindang*, resoluções Indianas e Soviéticas pedindo a mesma substituição, uma resolução Canadina propondo um estudo da situação, um debate inconclusivo em 15 de dezembro de 1950 e uma série de resoluções adiando sucessivamente, de ano para ano, qualquer tipo de progresso (McDougal & Goodman, 1966, pp. 678-680).

No entanto, embora não tenha havido progressos significativos na resolução deste caso, houve acontecimentos relevantes que se proporcionaram neste período de tempo e que demonstram o jogo de interesses entre americanos e Nacionalistas a fim de manterem uma conjunção favorável à sua respetiva condição.

Segundo Liu (2011), em meados da década de 50, a Mongólia aspirava a uma entrada na ONU, circunstância que desagradava profundamente os representantes de Chiang Kai-shek uma vez que, de acordo com o mapa imaginário do Generalíssimo, parte dos territórios mongóis pertenciam à China. Desta feita, a RC vetou no Conselho de Segurança, a proposta mongol de entrada à Organização. A ação dos Nacionalistas desagradou os representantes da URSS que ameaçavam contrariar as suas pretensões na ONU, como o bloqueio na admissão de países africanos recém-proclamados, nos quais a RC depositava grandes investimentos diplomáticos e económicos com a esperança de juntar mais uns quantos aliados à sua causa na Assembleia. Apercebendo-se da irredutibilidade de Taipei em abandonar o sonho platónico de recuperar a China perdida e de comprometer o futuro na ONU, Kennedy pediu a Chiang a entrada da Mongólia em troca de ajuda na influência diplomática com os africanos e do uso do veto sempre e quando surgisse uma proposta de entrada de Pequim. Chiang aceitou (Liu, 2011, pp. 91-92).

A facilidade e a desenvoltura diplomática e económica exercida pela RC nas suas relações exteriores. De 1960 até 1970, a República da China entrou numa corrida de persuasão ao voto, hospedando vários representantes mundiais em Taipei para que pudessem analisar *in loco*, os avanços e os frutos das políticas levadas a cabo pelo governo de Chiang. Para além disso, o “governo em exílio” lançou vários incentivos aliciantes, como por exemplo, programas de ajuda a Países em Vias de Desenvolvimento (PVD) africanos, asiáticos e sul-americanos, tanto ao nível da receção de indivíduos desses países em Taiwan para providenciar especialização e formação, como também no envio de pessoal técnico de Taiwan para esses PVD para a assistência em vários sectores necessitados, sendo a agricultura a área onde esse auxílio mais se fez sentir (Clough, 2008, pp. 840-841).

No entanto, mesmo com grandes esforços despendidos pela RC para melhorar a sua posição a nível internacional e procurar legitimidade externa pela corrida ao voto, a resolução definitiva do caso das “duas Chinas” na ONU iria conhecer avanços contrários às pretensões Nacionalistas no início da década de 60.

Em 1961, a Nova Zelândia efetuou um requerimento à Assembleia Geral da ONU para se proceder a um debate conclusivo no que toca a esta situação, tendo a delegação da URSS aproveitado oportunisticamente o momento para adicionar mais uma alínea na ordem de trabalhos: “Restauração dos legítimos direitos da República Popular da China nas Nações Unidas”. Este ponto visava a reposição do lugar e das regalias concedidas aos Nacionalistas dentro da ONU aos seus rivais do continente (Cunha, 2008, p. 37). Uma “China” minúscula ocupava uma posição de elevado destaque há muito tempo o que desencadeou uma pressão crescente proveniente da comunidade internacional (Liu, 2011, p. 93).

A ressuscitação da problemática e a saída do Estado de estagnação a que estava conferido o lugar chinês na ONU, tornou-se de tal forma incómoda que os EUA sentiram a necessidade de pensar numa nova conjuntura que lhes permitisse assegurar a permanência da RC na Organização. Os EUA atribuíram então, o nível de “questão importante” à proposta dos Soviéticos. Por outras palavras, isto significa que a proposta em causa teria de ser sujeita ao voto de todos os membros da Assembleia Geral e esta teria de angariar um parecer uniforme de 2/3 do total dos votantes (Cunha, 2008, p. 37).

Liu (2011) vai mais longe e afirma que Kennedy preferia a solução “duas Chinas”, no entanto, outros interesses bloqueavam-no em agir dessa maneira nomeadamente pela manutenção das suas alianças políticas dentro da ONU que certamente desistiam de apoiar os americanos caso estes se aproximassem das intenções dos chineses comunistas.

O xadrez político na qual os EUA se movimentavam encruzilhava-se com interesses vindos de toda a parte e se ora movimentar as suas peças numa direção satisfazia alguns, ora também descompunha outros. Para além de propor o nível de “questão importante” ao caso do lugar chinês na ONU, os EUA pensavam na hipótese de criar um comité de investigação destacado pela própria Organização para procurar e posteriormente sugerir uma solução. Nenhuma das propostas teve um aval positivo por parte dos representantes de Chiang, aliás, muito pelo contrário. Esta predisposição dos EUA em discutir abertamente e tornar possível o questionamento da representatividade e da legitimidade da RC na ONU não foi recebida com bons olhos. Para piorar a situação, o comité poderia comprometer o lugar que estava conferido à RC no Conselho de Segurança sendo possível a admissão de um outro membro permanente que substituisse o lugar chinês como o Brasil, o Japão, a Índia ou a Nigéria. De facto, nesse ano de 1961, o embaixador dos EUA Stevenson chegou dirigir essa possibilidade tanto ao seu presidente de Estado como ao aliado político Harold Macmillan (Primeiro-ministro do Reino Unido) implementando-se uma revisão da Carta das Nações para que se retirasse a RC do Conselho e pondo outra potência no seu lugar para que se esbatasse o peso da questão chinesa na ONU.

Chiang Kai-shek via-se sem grande espaço de manobra estando-lhe imposta a seleção entre o indesejável e o inaceitável. Relutantemente, o líder do *Guomindang* decide optar pela via menos comprometedora para os destinos da RC na ONU, aceitando a estratégia americana da “questão importante” (Liu, 2011, pp. 92-94).

Esta estratégia de retranca dos americanos provou ser frutífera já que prolongou a sobrevivência dos representantes de Chiang nas suas cadeiras da Assembleia e do Conselho de Segurança por, sensivelmente, uma década. No entanto, as intenções diplomáticas dos vários países dividiam-se cada vez mais e era visível, de ano para ano, o ambiente de incerteza e mutação a que estava conferida.

Esse facto é provado por Clough (2008, pp. 840-841), que nos indica que a RC passou a perder aliados diplomáticos, com o passar do tempo, devido à posse efetiva da RPC da plataforma continental. Países de alta importância, onde alguns sendo velhos aliados dos EUA e do *Guomindang* nas suas causas, mudaram o seu reconhecimento político para a RPC (como foi o caso da França em 1964 e posteriormente do Canadá e de Itália) criando assim um clima de metamorfose incerta sem grandes garantias de permanência dos representantes do *Guomindang* na ONU.

É também na década de 60 que se deu a primeira surpresa nas intenções de voto após tantos anos de adiamento da dita matéria. De acordo com Cheng (1988, p. 310), os Soviéticos decidem parar de promover a causa da RPC como o haviam feito desde que o problema chinês emergiu. Doravante, seria a pequena República da Albânia a assumir esse papel promotor<sup>19</sup>. Em 1965, alcança-se na votação da moção albanesa, uma divisão

---

<sup>19</sup> Em causa está a degradação das relações da URSS de Krushchev com esses dois países, que levou a um afastamento progressivo e em última instância um confronto militar sino-soviético.

uniforme da plateia na intenção de votos com um empate técnico de 47 votos para cada lado, registrando-se 20 abstenções.

Os EUA perceberam o descontentamento das intenções de voto face ao adiamento sucessivo da entrada da RPC. De forma a angariar a aprovação dos países em discórdia e em abstenção, os estado-unidenses apresentam, de novo, a intervenção do comité de investigação para resolver o imbróglie chinês. Como seria de esperar, Chiang não partilhava da mesma vontade mostrando-se em sério desacordo, apavorando Washington com uma saída repentina da ONU, mesmo sabendo que isso lhe valesse o suicídio político. Os dois presidentes voltariam à mesa de conversações como tinha acontecido em 1961, para negociar as condições e as concessões feitas por cada partido.

O Generalíssimo repudiava o pensamento de “duas Chinas” como já era sabido de tormentos antigos e, os americanos tentaram domar essa rejeição com os mesmos instrumentos que utilizara na reunião anterior: ajuda com as relações diplomáticas com países africanos e o veto contra Pequim. Chiang não se vergou com tanta facilidade desta vez, mantendo a sua ameaça mas mudando-lhe certas deixas afirmando que, se uma eventual proposta que concebesse a representação dual chinesa fosse aprovada, os Nacionalistas forçariam a saída da Assembleia Geral mas não se ausentariam do Conselho de Segurança (Liu, 2011, pp. 94-95). Para os Estados Unidos nesta década, o sustento do lugar Nacionalista tornou-se num inconveniente político anual “ [...] necessitando [a política doméstica] da permanência da RC na ONU mas a política internacional opunha-se a uma pequena China ocupando posição tão crítica” (Liu, 2011, p. 96).

No ano de 1970 é conhecida a primeira votação favorável ao despejo dos elementos do *Guomindang* da ONU. Esta votação só não proclamou a efetivação da expulsão devido à regra de 2/3 já que, o resultado desta apenas tinha ditado uma maioria simples (Clough, 2008, pp. 840-841).

No mês de outubro do ano seguinte, acontece o que se tornava, pouco a pouco, calculável. Os votantes da Assembleia que decidiram apoiar a causa da RPC alcançariam a vitória na moção que havia sido lançada pela Albânia, mesmo respeitando a regra de 2/3. Vitória clara, que permitiria finalmente aos diplomatas da confiança de Mao Ze Dong ocupar o lugar que tanto ansiaram e que tão incansavelmente almejavam, retirando de vez a delegação da RC de todos os seus lugares dentro da Organização que ajudara a criar (Cunha, 2008, p. 39).

Enumeram-se algumas explicações lógicas dadas por alguns autores para a inversão nas intenções de voto dos países que ditaram esse destino.

Acontecimentos internacionais modificaram o xadrez político dos EUA até então. A RPC, antigamente olhada como um inegável aliado da URSS tinha entrado num período de confrontações bélicas devido a disputas de integridade territorial com o Kremlin, nomeadamente numa ilha chamada de ZhenBao Dao (珍宝島) em 1969. A ideia de resgatar um poderoso aliado político, como era a China Popular de Mao Ze Dong, dos tentáculos do soviétismo de Moscovo era encarado por uma grande fatia da opinião pública americana, como um passo estratégico importante que necessitava de ser tomado (Clough, 2008, p. 841).

Silver (2008) repara que os americanos, efetivamente, tiveram uma mudança de política face à RPC, optando por um postura de dualidade que confundiu e colocou em desconfiança os seus aliados mais próximos dentro da Assembleia. O clima de aproximação nas relações diplomáticas levadas a cabo por Nixon em relação ao PCC mostrava uma outra face da atuação americana.

A entrada de novos países na ONU, que estavam solidários com a causa do governo Maoista, permitiu um desequilíbrio na balança de apoio que estava do lado americano e da República da China. A RPC que detinha na altura 800 milhões de almas sem nenhuma representação nas Organizações Internacionais e a negação do direito de uma grande parte da população mundial ao seu voto funcionava como um forte argumento contra a legitimidade do lugar da RC na ONU (Silver, 2008, pp. 121-122).

O importante acontecimento histórico que aconteceu em 1969 quando os EUA retiraram a sua frota naval do Estreito de Taiwan, “desmarcando-se” pelo menos militarmente, das tensões que envolviam as duas Repúblicas, assim como a presença de Henry Kissinger (Conselheiro de Segurança Nacional da Casa Branca) em Pequim para reaproximar os laços americanos e da RPC nos tempos da Guerra Fria. Um facto curioso é a casualidade temporal entre a visita de Kissinger e a declaração de Bush (embaixador dos EUA na ONU) assumindo ser possível a inclusão de duas Chinas na Organização Internacional (Cunha, 2008, pp. 37-38).

Então, se os americanos se queriam aproximar do PCC, porque proferiria Bush a possibilidade de haver duas Repúblicas na ONU quando se sabia de antemão que uma das condições fulcrais para as boas relações com a RPC era aderir ao princípio “uma só China” (一个中国原则)<sup>20</sup>, ou seja, a Comunista?

O ambiente político internacional já não era tão evidente como seria nos anos 50 e neste momento, os EUA não queriam perder a oportunidade de se aproximar e de ressalvar um importante aliado, como poderia ser a RPC, na luta de influências contra o bloco soviético (Cunha, 2008, p. 40), como também não abdicavam da conveniência política internacional e militar dos Nacionalistas e da ilha de Taiwan (Clough, 2008, p. 849). A política americana pautou-se por ser prudente e cautelosa a partir de 1969 e julgava ser possível a aplicação de uma solução ambivalente para o tratamento das duas repúblicas chinesas, sendo até vantajosa a presença das ditas “duas Chinas” na ONU e foi esse esforço que Bush despendeu na Assembleia Geral, como dito anteriormente.

Não será de admirar pois, a perda de apoio e a fuga de votos à causa americana e da RC na Assembleia Geral quando a política dos EUA parecia mais coincidir com um movimento de corda bamba que ora tendia para um lado ora para outro, não proporcionando coerência nem solidez na sua posição para que outros pudessem posicionar-se a seu favor e seguir o seu trilho como outrora o haviam feito.

#### **1.4 - TAIWAN NA PÓS-EXCLUSÃO DA ONU E DESENVOLVIMENTO DA SUA POLÍTICA EXTERNA**

Apesar dos EUA terem tido um papel extremamente importante para o desenvolvimento do caso da RC no organismo internacional, não só a sua postura contribuiu para a expulsão da RC como também se enumeram outros para o sucedido.

De acordo com Hsieh (1985, pp. 174-179), a própria estratégia do GMD em relação à ONU era limitada. A participação da RC na ONU e a sua inclusão nos debates internacionais conferia-lhe legitimidade perante todas as outras nações. No entanto, Taipé não conseguiu atingir o seu principal objectivo – recuperar o continente dos Comunistas – a tão afamada promessa de Chiang Kai-shek. Este desejo do Generalíssimo nunca se viria a concretizar devido à falta de coesão política e militar para uma intervenção unida assim como também não havia consenso entre os países da ONU para recuperar a China Comunista. Durante vários anos, como alternativa, a RC tentou travar uma luta estafante de encobrimento do problema chinês, ou seja, manter a RPC na escuridão e fazer com que a questão de quem era o verdadeiro representante do povo chinês não fosse levantada.

Pequim, por sua vez, cumpriu com a sua missão na política externa com êxito. Segundo Gurtov e Huang (1980, pp. 250-259), Mao optou por formular uma diplomacia concertada baseada num sistema de guerrilha política, ao

---

<sup>20</sup> O princípio de “uma só China” foi elaborado pela China Popular e funcionou desde a sua fundação como um pré requisito fundamental da RPC no estabelecimento de relações diplomáticas com outros Estados. A iniciação de laços oficiais com Pequim obriga que a outra parte respeite e reconheça o governo da RPC como “ [...] o governo legal único representante de toda a China e agrave ou se abstenha de relações diplomáticas com as autoridades de Taiwan [...]”, assim como a ilha de Taiwan é uma parte inalienável de toda a China (Wei, 1999, pp. 1174-1175).

qual chamou de “Três Mundos” (三个世界的理论)<sup>21</sup>. A visão estratégica do Grande Timoneiro passava por dividir os países do mundo em três secções, onde apelava aos povos da sociedade internacional, mais especificamente os PVD, para se unirem numa frente unida com o intuito de competir com as superpotências imperialistas da altura (EUA e URSS). Segundo Chung (2012, p. 147), a RPC conseguiu criar um panorama favorável para dissuadir os vários países do seu imaginário “Terceiro Mundo” para a luta contra os imperialistas, ou seja, alguns aliados políticos dos americanos e, consequentemente, dos de Taipé.

A RC estava demasiado dependente da nação forte que jogava a seu lado e o cerne da sua política externa baseava-se em pouco mais do que promover o anticomunismo às outras nações. Deficiências que limitaram o campo de atuação de Taipé, conferindo-lhe uma vulnerabilidade diplomática que teve consequências futuras (Chung, 2012, p. 147).

Se a RC não tivesse preferido a política de condenação que decretou aos países que mudaram o seu reconhecimento para Pequim ou a sua teimosia em não conseguir admitir uma convivência existencial com a RPC, talvez a sua situação tivesse conhecido desenvolvimentos diferentes (Garver, 1997, pp. 248-262). O próprio Chiang encabeçava essa ideia enraizada dizendo que “ [...] não há sítio para patriotas e traidores viverem juntos [...] ” (Hickey, 2007, p. 141).

Quando se chegou ao dia da decisão final, a 25 de outubro de 1971, não havia solução que restasse aos defensores da causa Nacionalista na ONU. A insistência de Chiang no princípio de “uma só China”<sup>22</sup>, a incapacidade de se adaptar a um ambiente em mutação para se manter na ONU, a permissão do avanço diplomático da RPC entre os PVD em África e na Ásia e a confusão criada pelos EUA em liderar uma proposta de representação dual e a sua reaproximação à RPC baralhou as contas dos aliados diplomáticos de Taipé (Chung, 2012, p. 147).

A RC após ter sido excluída do Organismo Internacional que lhe conferia legitimidade como Estado soberano, entrou num período de grandes apertos, sendo apelidado por Dennis Hickey como a fase do isolamento diplomático que durou de 1971 a 1988 (Hickey, 2007, p. 36).

A RC perdeu gradualmente o apoio de vários países, nomeadamente africanos. O *Guomindang* ajudou os Estados que mantinham relações diplomáticas e que reconheciam a sua legitimidade como também ajudou outros que não lhe conferiam tal estatuto desde os anos 60. No entanto, depois da sua expulsão em 1971, houve uma gradual desvinculação destes<sup>23</sup>, em grande parte devido a dois fatores essenciais. O primeiro associado à crescente legitimidade conferida à RPC. O segundo, ligado à fixação da RC em rotular qualquer país que considerasse a RPC como Estado soberano, indigno de relacionar-se com Taipé (Hsieh, 1985, pp. 200-212).

A visita de Nixon a Pequim em fevereiro de 1972 foi um golpe que o *Guomindang* não contava receber. O posterior acordo entre Washington e Pequim no Comunicado de Xangai deu início à normalização das relações entre os dois governos. Os EUA desmarcaram-se novamente (como o haviam feito antes da Guerra da Coreia) do Estreito de Taiwan, retirando contingentes militares de forma a anular qualquer hipótese de luta armada entre as duas nações. Se no terreno os americanos se retiravam, o seu discurso também recuava para uma posição de neutralidade. Nesse Comunicado, Washington concordou que independentemente de toda a conjuntura naquele

---

<sup>21</sup> Na teoria elaborada por Mao, o “primeiro mundo” era conferido aos imperialistas poderosos (as superpotências), o “mundo desenvolvido” que representava a burguesia nacional e o “terceiro mundo” que eram os PVD’s (onde existiam os camponeses e operários explorados) (Gurtov & Hwang, 1980, p. 251).

<sup>22</sup> A RC também tinha o seu princípio de “uma só China”, contudo, diferia da RPC argumentando que o governo legítimo de toda a China era aquele sediado em Taipé e não o de Pequim.

<sup>23</sup> Como nos indica Tien (1989) citado de Hu (2005), num período curtíssimo de 2 anos após a exclusão de Taiwan da ONU, da carteira de aliados com os quais a RC possuía relações diplomáticas “ [...] 45% tinham mudado os seus laços [diplomáticos] para a RPC [...] ” (Hu, 2005, p. 31).

momento específico admitiu que, existe “ [...] apenas uma China e que Taiwan faz parte da China [...], os EUA não confrontam essa posição [...] [e] reafirmam o seu interesse numa resolução pacífica entre os chineses na questão de Taiwan [...] ” (Cheng, 1988, p. 314). Este ficou conhecido como a política “uma só China”. Para além disso, os EUA vincavam bem a necessidade de se respeitar as vontades do povo na ilha aquando dessa “resolução pacífica” da questão de Taiwan (Wees, 2007, s.p.).

Pequim adaptou-se muito bem aos ventos da mudança. O PCC sabia que não poderia conseguir uma mudança drástica e repentina da política americana em relação a Taiwan e por isso decidiu flexibilizar a sua abordagem aceitando o início de relações com os americanos mesmo com a questão de Taiwan ainda por resolver. No entanto, apesar de ter feito concessões a esse nível, Pequim continuou com o seu *pressing* diplomático, alertando os EUA que se as relações entre os dois países quisessem progredir para outro nível, teria de haver cedências dos americanos em questões cruciais como o abandono contínuo das relações com o governo de Taipé e dos acordos ao nível da segurança assinados entre estes, assim como a retirada total de toda a presença militar americana no Estreito. Os americanos foram mudando constantemente a sua posição em relação a Taiwan e que o GMD veio perdendo o favor político do Senado, já que não fazia sentido, presentemente, a carga simbólica que era atribuída à RC como fortaleza contra o Comunismo, tal como não havia nenhum apoiante no Capitólio que questionasse a legitimidade e o poder político interno do PCC na China Continental. Foi nessa onda de pensamento que se depreendeu das declarações de Washington em Xangai que o processo de reunificação teria de ser alcançado, mas acima de tudo com a concordância dos dois lados do Estreito em fazê-lo e de maneira pacífica. Quanto a Chiang e o seu regime restava-lhe assegurar a sua prioridade: a sobrevivência (Cheng, 1988, pp. 314-315).

### **1.5 - O ISOLAMENTO DIPLOMÁTICO (DÉCADAS 1970-80):**

#### **1.5.1- JAPÃO E EUA: OS PORTOS DE ABRIGO**

A exclusão da ONU, o sumiço de aliados diplomáticos, a perda da sua posição nas várias organizações mundiais e o Comunicado de Xangai de 1972, representavam um sério problema para a RC. Para além desses fatores a considerar, ainda acrescia o desassossego provocado pela atuação do PCC. Quer fosse a nível organizacional ou a nível diplomático, Pequim estava determinada a colocar a RC fora-de-jogo, rejeitando incansavelmente as políticas alternativas “Uma China, Um Taiwan” ou “Duas Chinas” (Clough, 2008, p. 850). O *Guomindang* também não se afastava muito desta ideologia, mesmo depois de ter sido excluído da ONU e ter perdido o reconhecimento de um grande número de países (Cheng, 1988, p. 311). A avalanche de derrotas na ONU, na diplomacia, nas Organizações Não Governamentais (ONG’s) e outras, podiam atirar Taiwan para uma quarentena impiedosa de recessão económica e exclusão da comunidade internacional. Para isso exigiu-se uma adaptação a uma nova realidade. Para conseguir escapar do fosso, a RC teve de enveredar por uma política pouco ortodoxa e orientada para o pragmatismo para conseguir subsistir (Clough, 2008, pp. 850-851).

Um dos primeiros passos a tomar foi a salvaguarda dos interesses económicos. A RC refugiou-se nos parceiros mais próximos. O Japão, que foi um dos países que nunca negou os seus laços de afinidade com a ilha, assegurou a manutenção das relações económicas. O comércio realizado entre RC e os nipónicos não sofreu quaisquer retrocessos durante toda a década, como comprovam os números da importação do Japão para Taiwan que quadruplicaram durante os anos 1970, enquanto que as exportações sextuplicaram (Clough, 2008, pp. 850-851).

Estes resultados fantásticos deveram-se à quantidade de protocolos e acordos anuais assinados pelos dois governos em que alguns deles concediam permissão aos investidores japoneses de retornarem à sua antiga colónia para gerir as suas organizações, havendo assim um maior estímulo ao comércio entre a Formosa e o Japão.

Em relação ao campo diplomático, os desenvolvimentos foram menos entusiasmantes. A intolerância da RC face ao neutralismo e/ou ao estabelecimento de relações de qualquer ordem entre o País do Sol Nascente e a RPC, fechou o capítulo das relações oficiais entre os dois governos. O GMD queria o desprendimento de qualquer contacto com os Comunistas, condição que o Japão não estava preparado a tolerar. Os Nacionalistas ofereceram-lhes o ultimato, ou a RC ou a RPC (Cheng, 1988, p. 311). Por muito que os japoneses simpatizassem com Taiwan, estes não fizeram nada mais do que seguir a tendência internacional que era comum aos países que se viam obrigados a escolher entre a “China Continental” e a “China Pequena”. A escolha recaiu sobre a China de Mao em 1972. O Japão aceitou a visão de Pequim, outorgando que a RPC é a “única China” e que não apoiaria em nenhuma instância a independência de Taiwan e que esta é parte integrante do território chinês. No seguimento desta declaração, o Japão afirmou que manteria os laços não formais com Taiwan e que continuaria as suas relações económicas com o arquipélago. Após este acordo, o governo do Japão pautou as suas acções com a preponderância e cautela no que tocasse a possível ofensa do governo de Pequim e o posterior agravamento das relações. As medidas imediatas desenvolvidas abrangeram o campo político, com a proibição explícita de qualquer contacto oficial, entre diplomatas japoneses e da RC, e a exposição de simbologia relacionada com o governo na Formosa. As relações com Taiwan passariam a estar estritamente controladas e lidadas com precaução pelo Ministério de Negócios Estrangeiro. Os voos internacionais de Taiwan para o Aeroporto Internacional de Tóquio sofreram uma mudança de itinerário, aterrando num aeroporto nacional de menor dimensão para dar cada vez menos visibilidade à imagem da companhia aérea da RC. Nos meios de comunicação social, Pequim deu ordens explícitas que não permitia a abordagem de qualquer tema relacionado com a ilha e apenas um jornal teve a ousadia de lançar o pedido à RPC sobre a instauração de uma possível filial em Taipé. Lentamente, o nome de Taiwan e a imagem da RC esvaneceu-se do imaginário do cidadão japonês. No entanto, apesar de o PCC impor o fim das relações com o GMD como pré-requisito, o Japão continuou a manter interação com o governo da Formosa através de contactos “clandestinos” (Cheng, 1998, pp. 7 - 8).

Em concordância, Clough (2008, pp. 851-852) afirma que a boa vontade política do governo nipónico para com a sua ex-colónia foi demonstrada na aceitação do estabelecimento de escritórios com ligações ao governo da RC no seu país (e vice-versa), que não conferiam a plenitude das funções diplomáticas mas permitia-lhes exercer certas actividades e processos que normalmente eram da competência das embaixadas.

Assegurado o apoio benevolente do Japão, a RC continuou a contar também com o apoio dos EUA na diplomacia (até 1979) e a sua preciosa ajuda comercial. Em concordância com Cheng (1988, p. 315), Clough (2008, pp. 851-852) ressalva que, apesar do comportamento cauteloso já conhecido e adotado pelos americanos no que concerne à questão de “Taiwan”, os dois países tinham uma ligação económica importantíssima e de incremento. Estabeleceu-se um banco americano em Taiwan, a construção de uma instituição com propósitos comerciais na capital, a vinda de mais investidores, que promoveram a inserção de mais companhias americanas no mercado doméstico da ilha e todas estas aquisições permitiram que, de 1972 a 1978, as importações dos EUA para Taiwan tenham sextuplicado e as exportações quintuplicado. O volume comercial entre a pequena ilha e os EUA era, de grosso modo, sete vezes maior do que o volume comercial arrecadado entre a grande plataforma continental da RPC e os americanos.

### **1.5.2 - OS PAÍSES ASIÁTICOS MAIS PRÓXIMOS DE TAIWAN**

Tendo dois aliados de peso a auxiliarem Taiwan e a sua base para o crescimento económico, Chiang concentrou-se na política defensiva e em formas de prevenir uma possível invasão Comunista que nunca chegou a ser posta de lado por Pequim. O Generalíssimo tentou sensibilizar os líderes dos países mais próximos de Taiwan para a criação de uma organização asiática anticomunista, uma espécie de NATO do século XXI, onde os membros procurariam manter a paz da região numa primeira instância, e assegurariam a proteção mútua caso houvesse

ataque à sua territorialidade. A sorte, desta feita, não sorriu ao cabecilha do GMD, tendo falhado as conversações com os países que Chiang depositava mais esperança como a Coreia do Sul e o Japão. Os EUA souberam dessas intenções e também desprezaram o movimento. O projeto haveria de cair por terra.

A RC, vendo os seus planos com os seus velhos aliados a esmorecerem, sentiram a necessidade de criar novas relações diplomáticas com outros países. Contudo, a sua tarefa não era fácil (Cheng, 1988, p. 311).

As Filipinas eram um velho aliado na luta anticomunista desde a retirada Nacionalista para Taiwan. Fora assinado um protocolo em 1950 que aproximou desde logo os laços de amizade entre a RC e as Filipinas. Na altura da Guerra da Coreia, esse apoio foi reforçado com o reconhecimento da RC e o congelamento de qualquer contacto com o governo de Mao. Consequentemente, houve um fortalecimento dos mais diversos contactos, quer “ [...] económicos, como políticos [...], socioculturais e educacionais [...] ” e a formação de uma aliança realmente próxima. Contudo, o governo das Filipinas, na altura da conquista continental Comunista, instaurou restrições à entrada de imigrantes chineses e a proibição de viagens dos cidadãos entre os dois países (Jumamil, 2007, pp. 316-321). As medidas em relação à emigração sempre foram o ponto de discórdia e o tema mais sensível entre os dois governos. Os Nacionalistas mostravam-se extremamente insatisfeitos quanto à abordagem do governo filipino aos expatriados chineses. As Filipinas ameaçavam deportar todos os chineses que não respeitassem todas as exigências e condições da sua lei (Cheng, 1988, p. 311). Acontecimentos externos, como o acordo de Xangai entre os EUA e a RPC, vieram quebrar a barreira anticomunista que separava o governo do Presidente Marcos de Pequim, algo que não configurava nos planos de Chiang. Em seguida, o PCC aproveitou a ocasião para aliciar as Filipinas na assinatura de um acordo comercial de benefício mútuo<sup>24</sup>, que se concretizou em 25 de setembro de 1974 (Jumamil, 2007, p. 326).

Chiang Kai-shek não iria testemunhar a perda de uns dos seus maiores aliados na luta contra Pequim pelo reconhecimento. Dois meses após a sua morte, o presidente das Filipinas dirigiu-se pela primeira vez à RPC com o intuito de assinar um Comunicado Conjunto com o Primeiro-ministro. Neste, o governo filipino terminaria as relações oficiais com a RC, rompia com os acordos assinados com o governo Nacionalista, reconheceria a RPC como único governo legítimo, admitiria que Taiwan era parte integrante do território da China e a embaixada filipina teria de ser desmantelada de Taipé. Apesar de se terem adotadas medidas pouco ortodoxas para reparar os danos causados por esta quebra<sup>25</sup>, Manila já fazia parte da lista de aliados diplomáticos de Mao (Jumamil, 2007, p. 327).

A Governo da Tailândia também não simpatizava com o Governo de Pequim. No panorama ideológico havia uma divergência de posições, tanto a nível da religião (o budismo era religião oficial na Tailândia) como no sistema governativo (a monarquia ainda regia os destinos do país). No que concerne à integridade territorial, os tailandeses sempre se mostraram receosos quanto às futuras intenções expansionistas dos seus vizinhos. A RPC enviava apoio para todas as lutas pelo comunismo na região, ora na Guerra da Coreia ora na Guerra do Vietname, e poderia ser uma questão de tempo até Mao redirecionar a sua ofensiva à família real da Tailândia (Chinwanno, 2009, p. 83). De facto, os pupilos de Mao tiveram uma importância fulcral no engendramento de uma rebelião pronta a depor a monarquia e instaurar uma “democracia para o povo” (Duncan, 1966, p. 15). O próprio Ministro dos Assuntos Externos da RPC, Chen Yi (陈毅), revelou em 1965 os seus planos explicitamente dizendo: “ [...] Nós esperamos ter uma guerra de guerrilha em andamento na Tailândia antes do fim deste ano [...] ”. Após estas

---

<sup>24</sup> A RPC ficaria responsável pelo abastecimento de petróleo, ao contrário das Filipinas, que teriam de providenciar produtos alimentares (açúcar, coco) e outras comodidades (madeira, cobre e metais).

<sup>25</sup> Depois do Comunicado entre as Filipinas e a RPC, houve algumas mutações interessantes que ocorreram tanto em Manila como em Taipé, como a mudança do nome da embaixada da RC em Manila para CCEP (Centro Cultural e Económico do Pacífico) hoje mais conhecido como CECT (Centro Económico e Cultural de Taipé), enquanto que a embaixada das Filipinas em Taiwan reformulou o seu nome para de Escritório Económico e Cultural de Manila (EECM).

declarações, a Tailândia viu-se sacudida com movimentos comunistas que a tornou vulnerável tendo recorrido à ajuda dos EUA para conter estes focos de sublevação (Chinwanno, 2009, p. 83). Naturalmente, sendo a Tailândia anticomunista, havia motivos e razões fortes para uma relação próxima com a RC. O encetamento diplomático entre a RC e a Tailândia deu-se após o término da Segunda Guerra Mundial, com a derrota de uns dos aliados do governo tailandês (o Japão) e o fortalecimento da posição da RC no continente Asiático. Foi neste contexto que, em 1946, se assinou um acordo entre os dois governos dando-se início à troca de elementos diplomáticos e à existência de um estabelecimento de representação consular onde se prestavam importantíssimos serviços de apoio aos emigrantes (Chansiri, 2008, p. 91).

Imediatamente após as convulsões internas que o império chinês sofreu em meados do século XIX com revoltas da população e guerras com as superpotências ocidentais que uma grande vaga de emigrantes se refugiou no outro lado da fronteira tailandesa. Foi esta fatia muito importante de chineses que manteve as boas relações entre os dois países e impulsionou as suas ligações comerciais (Chinwanno, 2009, p. 82). No entanto, tal como o caso filipino, a Tailândia foi igualmente outro país que deu inconvenientes à RC com os seus expatriados. A replicação dos entraves ao nível da emigração dos seus cidadãos foi algo que desapontou os elementos do GMD (Cheng, 1988, p. 311). A tomada do continente pelas forças Comunistas fez com que as relações diplomáticas entre o governo de Chiang e o governo tailandês se mantivessem num impasse, tendo apenas sido cessadas em 1975 com o reconhecimento do país a recair sobre Pequim (Chansiri, 2008, p. 91). Como se tornou comum, após o corte das relações oficiais, procedeu-se à substituição da embaixada por um escritório representativo do governo da RC, desta vez, ocultado pelo nome da sua companhia aérea - China Airlines - em 10 de setembro de 1975 (Ministry of Foreign Affairs, n.d.).

Nos países onde não se colocava este problema que denegria as relações entre os governos, havia outras conjunturas que não permitiam uma aproximação total. Na região do Vietname, desde 1955 que eclodiam confrontos entre as forças do Norte (a República Democrática do Vietname, essencialmente apoiada por regimes Comunistas, onde a RPC participou) e as do Sul (República do Vietname, apoiada por países anticomunistas como a RC). De acordo com Larsen e Collins (1985), Chiang, decidiu enviar auxílio aos seus companheiros no Sul numa equipa chamada de Grupo Conselheiro e de Assistência Militar da República da China, onde prestavam apoio militar, assistência médica e logística, construção civil, ajuda económica (3 milhões de dólares), expertise agrícola assim como na providência de géneros alimentares em situações de grande aperto às populações (Larsen & Collins, 1985, pp. 115-119). No entanto, apesar de toda a ajuda externa recebida pelo Vietname do Sul, o desfecho desta guerra não favoreceu as forças resistentes à ofensiva comunista. A RPC e o Vietname do Norte iniciaram relações oficiais logo em 1950 (Mackerras, 2001, p. 180). Ora, quando a cidade de Saigão foi conquistada em abril de 1975, o país ficou unificado pelos Comunistas perdendo a RC mais um aliado para Mao (Ku, 1999, p. 405).

Na Birmânia, a situação não era totalmente favorável para a RC, devido aos danos colaterais de uma Guerra Civil falhada no continente. Como nos indica Roy (2003), quando o PLA conquistou as regiões do Sul da China, um grupo militar do GMD sobre o comando do General Li Mi (李弥), escolheu a fronteira birmanesa como esconderijo ideal para futuramente relançar um contra-ataque à província de Yunnan (云南). O exército com cerca de 12.000 homens leais ao GMD, que futuramente cresceu para 18.500<sup>26</sup>, executava estratégias militares de guerrilha contra as forças da RPC. O GMD presenteou o General pela sua resiliência com o título de governador da província chinesa e providenciava apoio técnico ao seu exército e, os EUA complementavam o auxílio com a distribuição de armamento via aérea. Sabendo deste envolvimento, o governo comunista da Birmânia obrigou os EUA a tomarem uma atitude assertiva, apelando ao desertar das tropas Nacionalistas do norte do seu país. Numa primeira instância, os americanos nada fizeram para mudar essa situação, mas quando o caso chega à ordem de trabalhos

---

<sup>26</sup> Essa subida rápida do número de efectivos deveu-se à aquisição de bandidos recrutados na região.

da ONU em 1953, a sua posição reverteu-se para uma pressão insistente contra Kai-shek. O pedido americano aos olhos dos Nacionalistas era injustificável, uma vez que a presença dos seus homens naquela área tinha sido constantemente apoiada militarmente pelos EUA e servia os interesses dos dois países. O GMD querendo dissimular o sucedido afirmou que as tropas não estariam a ser controladas pelo governo da RC e os efetivos militares no terreno criariam resistência se lhes fosse pedido para retirar da zona. Esta declaração apenas desencadearam mais pressão vinda de Eisenhower que se reuniu com Chiang e o seu filho (Chiang Ching-kuo 蒋经国) exigindo a retirada. Entretanto, a força aérea da Birmânia bombardeou as posições de Li Mi, tornando-se óbvio o descontentamento daquele país com a linha de atuação dos Nacionalistas. Em 1954, os americanos compensaram a retirada do grupo guerrilheiro com a dádiva de 250.000 dólares ao GMD. No final desse ano, 6.000 unidades abandonaram o terreno e o dito Governador de Yunnan anunciou o desmantelamento da sua organização militar. Apesar de se pensar que o caso estaria resolvido, houve imensos militares do GMD que não aterraram em Taipé, tendo ficado na Birmânia para continuar a seguir ordens de Chiang. Só no final dos anos 60 as posições destas tropas foram descobertas e destruídas pelo PLA, tendo-se encerrado o capítulo do exército forasteiro (Roy, 2003, pp. 126-127).

Finalmente, um dos aliados mais importantes e mais chegados a nível ideológico à RC era a Coreia do Sul. Os dois países anticomunistas tinham os EUA como modelo e seguiam a trilha do capitalismo como forma de desenvolvimento para os respetivos países, de tal forma que lhes valeu o cognome de “cães seguidores do imperialismo americano”<sup>27</sup>.

A RC e a Coreia do Sul tiveram sempre conjunturas que facilitaram a sua união, entre elas sendo a mais visível a divisão da Península Coreana. A RPC sempre se mostrou recetível na ajuda aos seus “irmãos de sangue” norte-coreanos e, durante a Guerra da Coreia, o bando de Kim Il-sung contou com essa aliança para resistir aos chamados traidores capitalistas do Sul. A sua oponente, no entanto, desenvolvia fortes ligações com o regime de Kai-shek. Era a mais sóbria interpretação do regime de Seul que o governo supostamente em exílio na Formosa era o único e legítimo representante da China na comunidade internacional. Essa posição nunca se alterou durante os anos 50 e 60, tendo havido demonstrações de confiança e de amizade para com a RC e uma repugnância de contacto com os regimes “vermelhos”<sup>28</sup>. Contudo, a década de 70 marcou o início para a mudança. Com a reaproximação do Japão e dos EUA à RPC, através do reconhecimento diplomático e do Comunicado de Xangai, respectivamente, a Coreia do Sul inicia um processo de remodelação da sua abordagem com Pequim, reconhecendo que seria um elemento auxiliador para o serenar das tensões entre os dois países. A prioridade passou a ser a versatilidade política a fim de promover o ambiente pacífico na Península Coreana. Em 1972, Seul deu o primeiro sinal de mudança, abrindo as portas ao comércio externo com o mundo comunista e tornou-se mais flexível a um possível entendimento diplomático com a RPC. Em contrapartida, o avanço dos contactos e dos acordos com a RC perdiam o seu propósito fulcral. Em março de 1973, os sul-coreanos, surpreendentemente, procuraram estabelecer pontos de concordância com Mao ao nível da integridade territorial, nomeadamente na delimitação de fronteiras no Rio Amarelo. Mais inesperado, foi a terminologia com que a república coreana usou para com a China Popular, nomeando-a pelo seu próprio nome, “República Popular da China”. Apesar de Pequim

---

<sup>27</sup> “美国服用走狗” Foi um termo utilizado pela imprensa da RPC para baptizar os países que seguiam a ideologia Americana (Chöng, 2007, p. 33).

<sup>28</sup> Seul chegou a colocar em risco a sua posição com Pequim quando em setembro de 1961 foram capturados aviões de reconhecimento da RPC no seu espaço soberano e o governo sul-coreano nem sequer pensou na hipótese de negociações com o governo de Mao, tendo escoltado rapidamente a tripulação e um dos aviões para Taiwan. A RPC não era uma entidade com quem Seul estaria disposto a dialogar, prova disso foi a captura de alguns dos seus barcos e tripulantes pelo PLA, uma situação que não mereceu a preocupação dos sul-coreanos em canalizar esforços para um resgate dos seus cidadãos (Chöng, 2007, p. 30).

ter rejeitado benevolmente o entendimento, afirmou estar apto para discussão de outras parcerias que se vieram a concretizar mais tarde, na abertura de rotas aéreas, explorações de petróleo conjuntas, levantamento das proibições de troca de correspondência com os países comunistas, intercâmbios entre as Universidades de bibliografia nacional e a não menos importante mudança de título atribuída por Pequim à Coreia do Sul que a passou a denominar na ONU como “República da Coreia” em vez de “regime fantoche”. Em finais dos anos 70, a RPC e a Coreia do Sul já tinham iniciado uma colaboração bilateral através de trocas comerciais, que apesar de terem sido feitas através de intermediários como a sua região especial de Hong Kong, constituíram um importante passo importante para a regularização das tensões históricas existentes entre ambos assim como também promoveu o isolamento da RC (Chöng, 2007, pp. 29-33).

## **1.6-DIPLOMACIA PRAGMÁTICA**

### **1.6.1- CHING-KUO**

Chiang Kai-shek morreu a 5 de abril de 1975 e quem lhe sucede é o seu filho Chiang Ching-kuo<sup>29</sup>. O legado que Ching-kuo herdou do seu pai não colocava Taiwan e a RC numa posição fácil de defender na comunidade internacional. No período compreendido entre 1963 e a data da morte de Kai-shek, a RC perdeu imensos aliados políticos (40), o que contrastava com a excelente campanha de angariação conduzida pela RPC (62) (Bellows, 1977, p. 8). O remédio de Chiang, para sobreviver à enfermidade do isolamento, dependia essencialmente de dois tónicos: reter os seus aliados políticos e manter acordos com os EUA que lhe garantissem a salvaguarda de um ataque proveniente da RPC. Funcionou até certo instante e terminou sendo a receita para o desastre (Chung, 2012, p. 159). Apesar deste desfavorecimento, a RC ainda se mantinha vinculada a organizações internacionais de renome e com clara importância como “ [...] o Banco Asiático de Desenvolvimento, o FMI, o Banco Mundial, Associação de Desenvolvimento Internacional [...] ” (Bellows, 1977, p. 11)<sup>30</sup>. Não obstante, a permanência nas mesmas foi quebrada ou emendada pouquíssimos anos depois do novo presidente entrar em funções<sup>31</sup>. Para além destes percalços iniciais, os primeiros anos do novo presidente da RC foram abalados por um acontecimento que iria marcar o futuro da RC: o presidente dos EUA anunciou o fim das relações diplomáticas com o seu governo em prol do estabelecimento das mesmas com a RPC<sup>32</sup>. Apesar das tentativas de manutenção das relações de governo para governo de Ching-kuo terem sido refutadas, Taiwan conseguiu manter o fornecimento de armamento americano, algo que violava os princípios acordados com Pequim. Os americanos apesar de desejarem relações privilegiadas com a RPC, também esperavam uma resolução pacífica da “questão de Taiwan”

---

<sup>29</sup> Entre a morte de Kai-shek e a tomada de posse de Ching-kuo, Yen Chia-kan (严家淦), o antigo braço direito do Generalíssimo sucedeu-o e foi o presidente provisório da RC até 20 de maio de 1978 (Lentz, 2013, p. 173).

<sup>30</sup> Nestas organizações em que a RC ainda participava, a RPC ainda não cumpria com os pré-requisitos de entrada e enquanto a China Comunista não apresentasse a sua candidatura à entrada, as mesmas não estavam dispostas a excluir a RC sem motivo aparente (Clough, 1993, p. 144).

<sup>31</sup> O ano de 1980 noticiou a expulsão da RC do Banco Mundial que se viu obrigado a excluir a sua representação para conseguir incorporar a RPC (Jacobson & Oksenberg, 1990, pp. 78-79). Exactamente com os mesmos contornos se procedeu à saída do FMI (Jacobson & Oksenberg, 1990, p. 75). A presença no Banco Desenvolvimento Asiático foi acomodada sob condições impostas pela RPC que exigiu a alteração do nome RC para poder continuar a exercer o seu direito de membro (MOFA, 1985, s.p.). Deu-se assim o nome de “Taipé Chinês”.

<sup>32</sup> Várias razões podem ser apontadas para a mudança de intenções dos EUA. A aproximação das relações entre EUA e RPC já vinha a ser pedido pelo Congresso Americano no ano de 1975 e que arrecadou 218 apoiantes. Uma sondagem Gallup em 1977 relatava que 62% dos participantes favoreciam o estabelecimento de relações oficiais com a RPC. A nova administração de Jimmy Carter, com o histórico de pedidos anteriores, acelera as visitas a Pequim das suas delegações. O fim da Guerra do Vietname, marcou fim à interpretação de Taiwan como a fortaleza de contenção ao Comunismo (Clough, 1993, p. 137).

e foi nesse sentido que acordaram com o GMD o *Taiwan Relations Act* (TRA) em 1979. Muito sucintamente, esta ata previa que as comunicações entre os dois governos seriam de carácter não-oficial, através de canais não-diplomáticos, com o estabelecimento de um elo de ligação para o efeito chamado de Instituto Americano em Taiwan<sup>33</sup>. Para além destas condições, a natureza do TRA era garantir a resolução pacífica do futuro de Taiwan e o envolvimento dos EUA na segurança e na defesa dos interesses e da vontade do povo na ilha (Clough, 2008, pp. 864-866). Como nos aponta Chang (2001, p. 8), “[...] este foi, e continua a ser, a primeira lei dos EUA com a função específica de proteger e reconstruir relações com um ex-aliado [recentemente] desprovido de reconhecimento [...]”. Os EUA dotaram este TRA de uma flexibilidade perspicaz, embora entorpece em contradição e ambiguidade. A ata consegue colocar em salvaguarda os direitos dos Taiwaneses para com os e nos EUA (fazendo parte uma lei internacional privada), mesmo que Washington não considere a RC como Estado soberano perante o mundo (parte da lei internacional pública) (Nelson & Cabrera, 2008, p. 370).

Desde o início, com a receção da notícia inesperada e repentina das intenções dos EUA e apesar de existir a possibilidade de Taiwan ficar órfão de proteção de uma grande potência, nunca ocorreu ao novo presidente da RC estabelecer uma aliança com a beligerante rival, URSS. Ching-kuo manteve-se leal aos seus princípios e reforçou a rejeição de qualquer apoio, quer económico quer militar, dos soviéticos (Clough, 1993, pp. 136-137). O filho do Generalíssimo assumia que a RC “[...] nunca lidaria com o diabo [...] [e] a luta contra o comunismo e a recuperação nacional é a [sua] política nacional básica [...]” (Clough, 1993, p. 143).

Como nos indica Chung (2012) citado de Hsieh (1985), como Pequim se mostrava empenhada em continuar a exercer um cerco ao estatuto internacional da Formosa, rotulando Taiwan como uma província da sua República, afastando-a de todos os compromissos internacionais possíveis e tornando claro que é inaceitável o intrometimento de terceiros na sua missão, Ching-kuo preparou a sua própria política de retaliação para prevenir a degradação da sua situação nas relações com o exterior. Esta política englobava a diferenciação da RC como a “China Livre” dedicada à defesa de valores nobres como a Democracia, com uma estratégia para o desenvolvimento focalizada no capitalismo, totalmente divergente da sua opositora. Para resistir às investidas da RPC aos países que ainda reconheciam a RC como Estado soberano, Ching-kuo tentou reaproximar-se daqueles que partilhavam os mesmos valores praticados em Taiwan e reforçar as suas relações diplomáticas com esses governos (p.ex. Coreia do Sul). No que toca à angariação de novos aliados, a estratégia passava por aliciar PVD’s na América Latina, na Ásia e no Pacífico assim como em países de reduzida expressão geográfica (nomeadamente em África) oferecendo-lhes pacotes de ajuda externa<sup>34</sup>. Segundo Chung (2012, pp. 189-190), citando Lin (1989), a RC optou por mudar a hostilização que era imediatamente concedida nos tempos de Kai-shek aos países que mudavam o reconhecimento para a RPC<sup>35</sup>. Em contrapartida, elegeu o seguimento de relações cordiais com os

---

<sup>33</sup> Em Washington, a RC abria igualmente um escritório para servir de instrumento não oficial de representação do povo Taiwanês (Nelson & Cabrera, 2008, p. 362).

<sup>34</sup> Como é apontado por Mendes et al. (2011), existem interesses mútuos entre aqueles que querem obter o reconhecimento diplomático (RPC e RC) e aqueles que estão dispostos a dá-lo (neste caso, os países de África e da América Latina). Estes últimos são por norma países repletos de assimetrias que impedem a progressão ao desenvolvimento. necessitando, obviamente, de auxílio além-fronteiras. Desta feita, encontram-se abertos para oferecer os seus recursos naturais e o seu voto na ONU em troca do fornecimento de “[...] produtos manufacturados, ajuda financeira e investimento directo [...]” algo que os primeiros estão claramente dispostos a conceder (Mendes et al., 2011, p. 71).

<sup>35</sup> Dois exemplos que se podem retirar desta actuação mais lenta e expectante adoptada pela RC quando os países optavam por mudar o reconhecimento para a RPC, são os acontecimentos com a Líbia e Gâmbia. No primeiro caso, a RC preferiu manter a sua embaixada em Tripoli aberta e os embaixadores não regressaram imediatamente após a notícia aos seus países de origem. Na Gâmbia só passado 16 dias da notícia oficial do governo gambiano é que a RC se pronunciou sobre a “suspensão” das relações diplomáticas. Durante essas semanas, a RC encetou entrevistas de entendimento com o governo do país africano para que se pudessem manter a cooperação em outras áreas (Bellows, 1977, p. 17).

mesmos, através de canais alternativos ao diplomático, como o estabelecimento de missões nos países que iriam ser conduzidas por escritórios de representação que teriam nomes diferentes dependendo do país em questão (Hickey, 2007, p. 44)<sup>36</sup>. Como diria Hickey (2007, p. 54), “[...] se as relações formais não são possíveis, os laços informais, substantivos ou virtuais servem como um excelente substituto [...] aumentam as ligações internacionais complexas e abrangentes de Taiwan [...] apoiam a segurança da ilha e detêm a agressão da RPC”. O “Ás” da adaptação estratégica de Ching-kuo foi a prossecução da sua “diplomacia total” (总体外交) (Chung, 2012, pp. 189-190).

A elaboração deste esquema funcionaria como uma defesa às intenções Comunistas de isolar a RC internacionalmente através de anticorpos versáteis. Aquando da elaboração deste ajuste estratégico, a RC dotá-la-ia de um carácter volátil que poderia sofrer uma metamorfose ao longo dos tempos. Por outras palavras, inicialmente Ching-kuo procuraria expandir e olear as relações com um conjunto de países que partilhassem a ideologia anticomunista ou que não tivessem seguido essa forma de governo, sendo assim mais fácil iniciar as conversações com pontos de concórdia. Após esta fase primordial, a RC estaria disposta, igualmente, a lidar com as nações que não desenvolviam repulsa ao comunismo. Para tal, Taipé utilizaria um leque de instrumentos para facilitar o contacto com a comunidade internacional e prevenir o seu isolamento político. Instrumentos esses que “[...] incluíam os intercâmbios políticos, económicos, tecnológicos e culturais, e [esses] meios poderiam chegar a ser pouco ortodoxos [...]” (Geldenhuis, 1990, p. 149). Com estes métodos alternativos, a RC procurava novas formas de desenvolver cooperações e acordos tanto com países como com organizações internacionais. Na mente de Ching-kuo, esta “diplomacia total” transportá-los-ia a uma conjuntura de tal forma interconectada com organizações e países no mundo que a RPC não conseguiria o seu objectivo. O próprio corroborou esta visão pronunciando-se da seguinte forma: “[...] [Com] mais de cem países a continuarem com a manutenção das relações económicas sólidas, comerciais e culturais conosco, nós nunca permitiremos que os Comunistas completem o seu projeto sinistro de nos isolar [...]” (Bellows, 1977, p. 17).

A “diplomacia total” teve tal impacto no pragmatismo face ao exterior que a RC já nos finais dos anos 80, que deixou-se de exigir aos Estados o reconhecimento de “uma só China”, para aceitar o reconhecimento dual, ou seja, para o governo de Taiwan, um Estado poderia conduzir relações diplomáticas tanto com a RPC como com a RC (Geldenhuis, 1990, p. 149).

De igual relevância foi a iniciativa de Ching-kuo de procurar maneiras de participar com Pequim nas mesmas arenas internacionais (ver anexo 1). A criatividade levou Taipé à participação nos Jogos Olímpicos através do consentimento da chamada “fórmula Olímpica”<sup>37</sup> (permissão concedida a dois Estados de participar nos Jogos) (Hickey, 2007, p. 148).

Ching-kuo distinguia-se assim de seu pai, preferindo interpretar a sobrevivência internacional da RC como um fator que tinha tanta ou mais importância que continuar a proclamar que o seu governo era o representante de todo o povo chinês. A adaptação de Ching-kuo, à conjuntura que lhe era imposta quando assumiu a presidência, valeu-lhe a fomentação de relações com outros países, que apesar de algumas não terem o carácter diplomático que era desejado, retiravam acordos bilaterais mutuamente benéficos para ambas as partes e expunham Taiwan

---

<sup>36</sup> Os nomes poderiam incluir o Escritório de Representação de Taipé, Escritório Cultural e Económico de Taipé ou a Missão Comercial da República da China. O próprio governo assegurava que todas as funcionalidades desempenhadas por elas iriam ser praticamente as mesmas que uma embaixada ou um consulado desempenhariam (Hickey, 2007, p. 44).

<sup>37</sup> Em 24 de março de 1981 em Lausanne, assinou-se o a fórmula do comité olímpico que aceitava a participação de Taiwan nos Jogos Olímpicos de Los Angeles em 1984 utilizando o nome de “Taipé Chinês”. A RPC deu o seu parecer positivo apesar de algumas condições terem de ser levadas em conta como a não utilização da bandeira da RC, não podendo esta ser içada, nem o hino nacional tocado quando os atletas são premiados com medalhas (Hung, 2002, s.p.).

à ribalta internacional onde se constatava o controlo efetivo do governo e a sua vontade em desempenhar um papel ativo com as demais nações do mundo (Chung, 2012, pp. 190-191).

Outro ponto divergente da ideologia de Kai-shek era o facto de Ching-kuo querer mudar a imagem do seu partido procurando reconciliar-se com a população Taiwanesa (Hu, 2005, p. 31). A essa estratégia foi dado o nome de “Taiwanização” (台湾化), uma tentativa política de integração do segmento populacional oprimido no partido responsável pela governação da ilha através de dois procedimentos: o recrutamento de membros taiwaneses e a construção de um sistema democrático. Esta iniciativa de Ching-kuo que inicialmente funcionou como um alicerce de apoio à minoria taiwanesa no partido, rapidamente evoluiu para uma campanha de aproximação aos inferiorizados. O presidente pretendia que o GMD renovasse a sua imagem como um partido sensível aos ideais democráticos e de abertura política, assim como também pretendia prevenir a instauração de dois grandes males que amedrontavam o regime, sendo eles: o comunismo e a divisão interna da população na Formosa (Chung, 2012, pp. 186-187). De acordo com Ko (2005), Ching-kuo necessitava de apoio complementar à já desgastada velha guarda política e continental do GMD, e como muitos desses veteranos Nacionalistas sentiam que os seus interesses não seriam atendidos, a lealdade era algo que escasseava para o filho do Generalíssimo<sup>38</sup>. Então Ching-Kuo procurou o dito “sangue novo” na admissão de novos membros taiwaneses para o GMD, e durante os anos 70, a larga maioria dos recrutados para o partido Nacionalista eram de origem taiwanesa (Huang, 1996, p. 117)<sup>39</sup>. O *clímax* deste acontecimento histórico ocorreu em 1984 aquando da nomeação do primeiro vice-presidente de linhagem taiwanesa para a administração de Ching-kuo (Lee Teng-hui 李登輝) em clara desconsideração das preferências da velha guarda continental (Ko, 2005, p. 153).

Outro choque arrebatador foi a formação ilegal em 1986 de um partido político opositor ao GMD chamado de Partido Democrático Progressista (PDP) que segundo a lei marcial ainda em vigor era expressamente proibida. Apesar disso, logo nesse ano, o presidente da RC deu ordens para se organizar um comité para que se analisasse o fim definitivo da lei marcial<sup>40</sup> e para que a RC pudesse ser dotada de um sistema pluripartidário (algo que aconteceria no ano seguinte) (Huang, 1996, p. 112). Mais um golpe que denotava o afastamento de Ching-kuo da ala conservadora do partido.

Segundo Wu (1994), citado de Chung (2012, p. 181), “[...] Taiwan tinha de se democratizar rapidamente para dizer ao mundo que não era mais uma ditadura autoritária [...]”, pois internacionalmente um dos trunfos que a RC tinha contra a RPC era a imagem de “China Livre” e os valores democráticos e capitalistas que a diferenciavam. Seguindo a postura quase ditatorial tornar-se-ia um paradoxo incompreensível. Em concordância, Ko (2005, p. 137), afirma que só promovendo a legitimidade de uma democracia em funcionamento contra a RPC é que Taiwan poderia aspirar a algum favor internacional depois do seu isolamento.

Hansson (2007), abrange quatro motivos fulcrais que se prendem com: o fator EUA, China, Revitalização do Partido e a Saúde do presidente. Em relação aos EUA, o autor acredita que houve intenção por parte de Ching-kuo de agradar aos EUA no levantamento da lei marcial, afirmando que o anúncio do fim desta era no entender do presidente mais importante para o exterior (EUA) do que aqueles que iriam deixar de viver sobre ela. No que concerne à China, e ainda com a ideia de reunificação nacional em mente, Ching-kuo apercebeu-se que a retoma

---

<sup>38</sup> Também por essa razão demorou 3 anos a Ching-kuo assumir o lugar de seu pai na presidência. A ala conservadora do GMD não sentia a mesma lealdade pelo herdeiro de Kai-shek e muitos antecipavam que a sua vinda não traria nenhuns benefícios para a sua posição dentro partido (Ko, 2005, p. 153).

<sup>39</sup> Apesar de ter havido um grande número de entradas no partido, apenas 14,6% conseguiriam chegar ao Comité Central (o órgão máximo do poder político na Formosa) (Huang, 1996, p. 117).

<sup>40</sup> Contudo, manter-se-ia as “Efectivas Provisões Temporárias Durante o Período de Mobilização Nacional para a Supressão da Rebelião Comunista” pois Ching-kuo acreditava que Taiwan deveria manter uma democracia condicionada face a uma possível ameaça militar de Pequim (Chung, 2012, p. 181).

do continente por meios militares, tão efusivamente enunciada por seu pai, era praticamente impossível e por essa razão optou pela resolução através de meios pacíficos como a utilização de meios políticos. Ching-kuo assumia que o povo chinês no continente preferia ser governado por um regime democrático e por isso executou as reformas anteriormente mencionadas (Hansson, 2007, pp. 15-22). Há que considerar também que durante o seu mandato, os dirigentes da RPC desenvolveram uma proposta que respeitava a tão desejada reunificação pacífica aclamada pelos americanos. O PCC exaltava a intenção de salvaguardar os interesses de todos os intervenientes no processo de reunificação nacional através de uma proposta chamada de “Um país, dois sistemas” (一国两制) (Cunha, 2008, p. 50)<sup>41</sup>. Em retaliação, Ching-kuo desenvolve o seu plano para que a RC não se vergue perante as vontades de Pequim e por isso elabora a “política dos três não” (三不政策) em clara rejeição de contacto, negociação ou de compromisso com os Comunistas (Wu, 1994, pp. 112-113)<sup>42</sup>. Estratégia que lhe pouparia tempo para levar a cabo as suas reformas democráticas, adquirir legitimidade internacional e sentenciar o adiamento da reunificação.

A revitalização do partido envolvia a necessidade de apagar a carga negativa que estava cotado o GMD com assassinatos de opositores ideológicos e as detenções de protestantes pacíficos. Haveria que convir que tentar estabelecer uma relação de legitimidade diplomática com estes comportamentos encabeçados pelo partido no poder não era propriamente fácil.

Finalmente, a saúde de Ching-kuo nunca se restaurou completamente desde 1981 e houve uma urgência grande em definir qual seria o seu sucessor. Talvez por essa razão, estas medidas tivessem sido implementadas num ritmo tão acelerado e a eleição de um taiwanês para a eventual sucessão, trouxesse uma efetiva implementação das reformas diplomáticas que eram necessárias, em vez de deixar recair essa missão nos membros mais conservadores do partido (Hansson, 2007, pp. 15-22).

Para complementar a necessidade de democratização desejada tanto internamente como internacionalmente, fez parte das orientações governamentais de Ching-kuo implementar igualmente o terceiro princípio de Sun Yat-sen, ou seja, promover a melhoria das condições de vida da população da RC<sup>43</sup>. O bem-estar dos taiwaneses era um item importantíssimo para a concretização da consolidação nacional que era necessária para enfrentar a desilusão do isolamento internacional (Chung, 2012, p. 203). Quando o exterior não estava disposto a dar legitimidade a Taiwan e perante a ameaça de uma RPC determinada a deteriorar as possíveis alternativas políticas, Ching-kuo acreditava que uma das maneiras de resistir às constantes pressões seria concentrar-se no seu desenvolvimento interno, fomentando a sua economia dando melhores perspetivas e

---

<sup>41</sup> Esta fórmula foi criada propositadamente para acomodar Taiwan e o povo aí residente no processo de reunificação com a RPC. Para o efeito, cumprir-se-iam os seguintes passos: o cumprimento de uma só China sendo Taiwan parte dessa China estando impossibilitada a sua independência; a convivência de dois sistemas económicos no mesmo país (socialismo no continente e capitalismo em Taiwan); e privilégios alargados ao nível de autonomia (a nível económico, cultural e militar), adoptando-se o estatuto de Região Administrativa Especial a Taiwan; (White Paper - The One-China Principle and the Taiwan Issue, 2000, s.p.) Para além disso, ser-se-ia respeitado “ [...] os desejos fortes do povo de Taiwan, administradores dos seus próprios assuntos e, a total salvaguarda dos seus interesses imediatos e de longo prazo [...] ” (Tiexun, 2009, p. 49).

<sup>42</sup> Na interpretação do presidente, a fórmula de Pequim visava denegrir o estatuto internacional e a soberania da RC, enfraquecer a consolidação que estava em marcha (Taiwanização) e a corrosão das relações entre EUA e a Formosa tendo como último objectivo o corte do fornecimento de armas americanas. Além disso, era da convicção de Ching-kuo que não deveria ser a sua China Livre, seguidora dos princípios do pai fundador da República que devia ceder perante Pequim, mas sim vice-versa (Chung, 2012, pp. 188-189). Ele próprio afirmava que não existe nenhuma “Questão de Taiwan” existindo sim uma “Questão China”, ou seja, como unificar os dois lados à luz dos princípios de Sun (Ching-kuo, 1986, p. 13).

<sup>43</sup> Ching-kuo admitiu os erros de seu pai e dos que o rodeavam nos seus últimos vinte anos de governação no que toca à negligência dos “Três Princípios do Povo” e à colocação dos interesses pessoais em primeira instância. Ele admitiu que seguiria uma política revolucionária, onde a preocupação pelos interesses da população teriam primazia nas políticas futuras do partido (The Collection of President Chiang Ching-kuo's Speech and Articles, 1983).

qualidade de vida à sua população e também tornando Taiwan num parceiro económico importante e aliciante para os outros países. Passando de uma orientação política focalizada na ideologia partidária para uma direcionada para os problemas económicos e alcance dos objetivos, resolvendo problemas económicos com soluções económicas, Ching-kuo elaborou os “Dez Grandes Projetos de Construção” (十大建设), que serviram para desenvolver sectores fulcrais para o crescimento<sup>44</sup> (Chung, 2012, p. 174-175) e que foram concluídas nos inícios dos anos 80, dando-se de imediato a aprovação de mais “Doze Novos Projetos para o Desenvolvimento” (Chang et al., 1983, p. 210)<sup>45</sup>. A sua preocupação com a população de Taiwan foi ainda expressa na sua vontade política de abrir as portas às visitas familiares entre os dois lados do Estreito, não esquecendo os laços que uniam a nação dividida pela Guerra Civil (Chang et al., 1983, p. 188)<sup>46</sup>. Ching-kuo morreu a 13 de janeiro de 1988, mostrando ser um manobrador exímio do pragmatismo, com uma interpretação bem mensurada da realidade que o rodeava e do ambiente em mutação em que a RC se tinha de moldar. Foram estas qualidades que permitiram a RC experienciar uma das mudanças mais radicais na sua política doméstica, para com o exterior e para com a RPC (Hickey, 2007, p. 149).

A libertação dos delírios do passado como a reconquista do continente por meios militares e o início de uma abertura a nível político na RC foram passos gigantes que Ching-kuo tomou e que procuravam reforçar o desprendimento do GMD da sua veia repressiva e autoritário para uma de abertura à democracia. Ching-kuo procurou, com esta manobra, conferir um maior grau de legitimidade ao GMD de forma a justificar tanto dentro de Taiwan como internacionalmente, a imagem de que o seu governo era aquele que seria capaz de governar a nação chinesa através dos ideais democráticos (Pinto, 2005, p. 50).

Ching-kuo partiu, deixando a RC nos inícios de 1988 com “ [...] presenças diplomáticas em 22 Estados e uma representação consular em apenas 2. Ao revés, 14 países mantinham embaixadas em Taipé e outros 3 tinham missões consulares [...] ” tendo a RC ainda o apoio de países com considerável expressão mundial como a “ [...] África do Sul [...] Arábia Saudita e Coreia do Sul [...] ” (Geldenhuis, 1990, p. 147).

### 1.6.2-LEE TENG-HUI

Lee Teng-hui tomou o lugar de Ching-kuo após a sua morte. Apesar de ter herdado um legado onde mudanças significativas ocorreram durante o período de Ching-kuo, o novo presidente da RC, aquando da sua tomada de posse, deparava-se ainda com entraves à implementação total da democracia em Taiwan (o povo ainda não era livre de eleger o seu representante máximo)<sup>47</sup>, alíneas na Constituição que colocavam a RC em estado de guerra

---

<sup>44</sup> Os projectos que mereceram a atenção do governo foram direccionados para as “ [...] indústrias básicas de capital intensivo como o ferro e aço, petroquímicas, têxteis, maquinaria, manufacturação e fabricação de veículos [...], desenvolvimento das infra-estruturas [...] [como] o Instituto de Pesquisa Tecnológica, e [...] o Parque Industrial Científico [...] ” (Taiwan's Economic Development, 2014, s.p.).

<sup>45</sup> Estes doze projectos diferenciavam-se da política de crescimento anterior pois para além de abordar o desenvolvimento das áreas industriais e das infra-estruturas, complementavam o investimento noutros sectores como o “ [...] agrícola, social e cultural [...] ”. Nesta iniciativa governamental prestou-se especial atenção à mecanização da agricultura, preocupação com as condições de vida da população, construção de caminhos-de-ferro passando por toda a ilha, novas auto-estradas, investimentos na indústria do aço, centrais nucleares e ampliação das infra-estruturas dos portos (Chang et al., 1983, pp. 210-212).

<sup>46</sup> Em outubro de 1987, alcança-se a permissão dos cidadãos da Formosa em viajar pela primeira vez ao continente depois da Guerra Civil para visitar os seus familiares (Wu, 1994, pp. 159-198). Com esta iniciativa governamental, pretendia-se que a sua população espalhasse a boa nova de um Taiwan próspero e politicamente aberto, bem diferente do que se vivia na RPC. Esta também foi uma das estratégias para denegrir a fórmula “um país, dois sistemas” (Chung, 2012, p. 188). Ele esperava que esta abordagem repercutisse novas reformas políticas e económicas na RPC (Hickey, 2007, p. 147).

<sup>47</sup> Após a morte de Ching-kuo, houve imensos estudantes a protestar a eleição dos presidentes baseados na sucessão dentro do partido e escolhidos pelos homens da assembleia e não pelo povo (Wachman, 1994, p. 151).

com a RPC e a herança do princípio de “uma só China” (Hickey, 2007, p. 151). Para além disso, Lee pretendia dar continuidade à expansão da “diplomacia total” da RC com os seus parceiros globais de forma a aumentar o seu espaço vital na cena internacional. Para que tal acontecesse, a estratégia do presidente taiwanês passava por duas prioridades essenciais: mudar as relações de hostilidade e desconfiança com a RPC e criar um senso de identidade nacional que faltava ao povo que residia em Taiwan para que estes tivessem uma voz e conduzissem o seu próprio destino (Chung, 2012, p. 208).

Lee não teve um apoio homogêneo dentro do GMD e decidiu iniciar a sua governação proferindo declarações que induziam a oposição à independência e a busca de caminhos para a unificação nacional. Foi esta a posição que levou Lee a assegurar uma base de apoio dentro do partido (maioritariamente taiwaneses) que contrariava a ala conservadora que o queria depor (Hickey, 2007, pp. 151-152). O novo presidente da RC iniciou o seu mandato abraçando inicialmente o princípio de “uma só China” (Pinto, 2005, p. 19). No entanto, as suas verdadeiras intenções seguiam uma rota contrária daquela que os Chiangs definiram para Taiwan. Para Lee a ilha não era nem a “fortaleza de contra-ataque” de Kai-shek, nem o “modelo de província da China” de Ching-kuo (Chung, 2012, p. 209). Lee apercebeu-se que a tarefa de unificação não deveria ser unilateral mas sim conjunta. Portanto, havia que exaltar o entendimento entre os dois governos que exerciam jurisdição no continente e em Taiwan (Lee, 2008, pp. 215-223). Assim, em julho de 1990, realizou-se a “Conferência sobre Assuntos Nacionais” onde se concluiu o fim do “Período de Mobilização para a Supressão da Rebelião Comunista” e das “Provisões Temporárias”. Renunciava-se assim à possibilidade de ofensivas armadas e às reformas de carácter especial impostas pelo Generalíssimo na Constituição da Formosa, abrindo-se um novo capítulo nas relações entre o Estreito. Lee aprovou as medidas em 22 maio de 1991. Colocados estes pontos de divergência com os Comunistas de parte, Lee tomou igualmente outro passo pioneiro para a reaproximação das repúblicas rivais. Estabeleceu-se um órgão semioficial (Fundação para os Intercâmbios entre o Estreito – SEF, siglas em inglês), sob controlo do Conselho para os Assuntos com o Continente<sup>48</sup>, para representar a RC nas negociações com a Associação para as Relações Através do Estreito de Taiwan (ARATS, siglas em inglês), órgão criado por Pequim para os mesmos propósitos (Chung, 2012, p. 213). Em sequência, fixou-se as Diretrizes para a Unificação Nacional (NUG, siglas em inglês) em março 1991, os novos mandamentos que guiaram a nova política da RC em relação ao continente. As posições do governo da RC no NUG previam uma unificação baseada em três períodos: de curto-prazo assente em intercâmbio e reciprocidade, médio-prazo para ajustar o fortalecimento da confiança mútua e cooperação, longo-prazo através de consultas e finalmente, a unificação. Estes períodos deveriam ser realizados para que se atingissem acordos acerca de ideais como a liberdade, a democracia e o desenvolvimento igualitário. Mais ainda, anteviam que tanto continente como Taiwan são partes inalienáveis da China; que a unificação deveria trazer o bem-estar e olhar pelos interesses da população; os direitos humanos deveriam ser respeitados, a cultura chinesa preservada, a democracia implementada e o exercício do poder legislativo deveria ser ativo; finalmente, a unificação só poderia ser concluída se fossem respeitados os interesses, a segurança e o bem-estar do povo de Taiwan (Henckaerts, 1996, p. 121). Contudo, nestas diretrizes estavam explícito um novo e inovador conceito: “Uma China, Dois Governos” (一国两府), em que cada “ [...] entidade política representa o território que está sob a sua jurisdição [...] ” (Chen, 1999, p. 24). O PCC já não era considerado um bando de rebeldes que tinha usurpado o continente aos Nacionalistas e, em vez disso, reconheceu-se que o continente encontra-se administrado pelo governo Comunista sediado em Pequim e que a reunificação da nação dependia da comunicação entre Pequim e Taipé (Pinto, 2005, p. 50).

---

<sup>48</sup> Este Conselho servia para “ [...] planejar, coordenar, avaliar e implementar a política de Taipé para com o continente [...] ” (Chung, 2012, p. 213).

Em abril de 1993, dá-se o primeiro encontro entre dois representantes da RPC e da RC após a fuga Nacionalista para Taiwan. Koo Chen-fu (辜振甫), presidente do SEF e Wang Daohan (汪道涵) presidente do ARATS encontram-se em Singapura para a assinatura de vários compromissos<sup>49</sup> e limar certas arestas no “princípio uma só China” (Chung, 2012, p. 213). Segundo o governo da RC houve um acordo inicial entre ARATS e o SEF para iniciar qualquer tipo de conversações baseado no respeito da fórmula conjunta “uma China, respetivas interpretações” (一中各表), mais conhecido como o Consenso de 1992 (九二共识) (Mainland Affairs Council, 2013, pp. 5-6)<sup>50</sup>. A reunião entre Koo e Wang terminou com vários pontos ainda por discutir numa próxima ocasião que estava prevista em 1995 (Pinto, 2005, p. 20). O governo de Lee foi aquele que quebrou o “deadlock” de negação mútua da existência das duas Repúblicas e que preferiu procurar um meio de coexistir com a RPC ao contrário dos Chiangs. Um dos seus motivos era alcançar o reconhecimento da soberania da RC sobre o arquipélago e, para isso, Lee sabia que a política de críspação não poderia continuar, mas sim aproximar-se dela, sendo esta estratégia, um meio para atingir um fim (Chung, 2012, p. 214). O reconhecimento da soberania nacional sobre um território manifesta o controlo territorial e populacional por parte do Estado e por conseguinte, um requisito fundamental para o reconhecimento internacional (Biersteker, 2013, p. 263). Tivesse a RPC aceitado esse fato, seria muito mais fácil aumentar a legitimidade da RC e a aceitação dos outros Estados do seu estatuto. Lee insistiu na proclamação da realidade e dos acontecimentos existentes, em detrimento das fantasias criadas pelos governos anteriores. O próprio afirmou que não havia motivo para manter oculta a divisão das duas Repúblicas no Estreito: “ [...] A nação Chinesa foi dividida em 1949 quando a RPC foi proclamada [...] a RC tem sido soberana e independente desde a sua fundação em 1912. Não precisa de declarar independência da RPC, que é um Estado mais recente que exerce jurisdição efetiva sobre uma parte totalitária diferente da nação Chinesa [...] ” (Lee, 1999a, p. 10).

Como Pequim nunca admitiu o tratamento do GMD como uma entidade política, a frustração passou a consumir Lee que tinha feito a concessão de reconhecer o governo Comunista no continente sem nada receber em troca do PCC (Chung, 2012, p. 221). Mais tarde, Lee iria enfurecer os Comunistas com a mudança de estratégia de “um país, dois governos” para uma “ [...] relação especial de Estado para Estado [...] ” (特殊的国与国关系) (Lee, 1999a, p. 12)<sup>51</sup>.

Lee procurou mudar o sistema político em Taiwan baseado no partido para um sistema político onde a população fosse participativa com pluralidade de escolha e liberdade<sup>52</sup>. Lee pretendeu criar a ideia de que o poder estava com o povo. “ [...] De hoje em diante, o povo como um todo, em vez de um indivíduo ou um partido político, estarão envolvidos com o poder de governar a nação [...] ” (Bush, 2005, p.89).

---

<sup>49</sup> Esses compromissos estão expostos em Pinto (2005, p. 20), Taiwan – um futuro formoso para a ilha?

<sup>50</sup> Elementos do SEF propuseram à ARATS em 31 de outubro 1992 um consenso no princípio “uma só China” em que ambas as partes abraçavam essa fórmula, mas, cada lado do Estreito poderia ter as suas próprias interpretações dessa China. Como diria Hu Jintao mais tarde, “ [...] Ambos os lados reconhecem que existe uma só China, mas concordam que diferem na sua interpretação [...] ” (Mainland Affairs Council, 2013, pp. 5-10). Para a RPC, a China engloba o continente e Taiwan formando um todo. Para a RC, a sua uma China compreende o seu território em Taiwan, e a RPC não tem qualquer jurisdição sobre o mesmo (Wang, 2010, p. 4).

<sup>51</sup> Lee pretendia esclarecer os seguintes parâmetros com esta posição: “ [...] A afirmação da soberania da RC em Taiwan; [...] reconhecer a soberania da RPC no continente; [...] acabar com a imagem de Taiwan de ser identificada por Pequim como a província renegada na sociedade internacional; [...] resolver as divisões sobre a questão da soberania insistindo numa base de igualdade para avançar para a reunificação futura da China [...] ” (Chung, 2012, p. 219).

<sup>52</sup> Em 1991, Lee legalizou e autorizou a formação de novos partidos políticos na Formosa assim como conferiu a legitimidade ao PDP (Pinto, 2005, p. 50).

Lee aproveitou o movimento “Taiwanização” iniciado por Ching-kuo para exaltar a identidade do cidadão taiwanês na elaboração da “subjetividade taiwanesa” (台湾主体性)<sup>53</sup>. Esta abrangia duas falhas que deveriam ser colmatadas. A reafirmação do povo taiwanês iria completar a soberania popular que legitimava a RC em Taiwan como também simbolizaria o livre arbítrio e a vontade de milhões na Formosa em percorrer o seu caminho. A nova forma de nacionalismo que Lee queria incutir pretendia ultrapassar a divisão hierárquica da sociedade taiwanesa criando um senso de união para desconstruir o nacionalismo chinês e tentar renovar a filosofia partidária do GMD para competir nas eleições com o PDP (Chung, 2012, pp. 226-228). Demonstrações de democracia como as eleições de 1996<sup>54</sup> ilustrariam a soberania popular e despertariam a identidade nacional necessária para que as gentes a viver sob a égide da RC, tomassem parte num destino compartilhado e pudessem proteger o estatuto de Taiwan no exterior (Chung, 2012, p. 231).

Estas mudanças levaram Hughes (1997, p. 155) a afirmar que Lee posicionou-se “[...] mais como o presidente de Taiwan do que como o líder do GMD [...]”.

A política com o exterior de Teng-hui foi marcada pelo *follow-up* da diplomacia total de Ching-kuo, apesar de lhe ter acrescentado certas componentes inéditas. A elaboração da estratégia para com o exterior passava por aproveitar a ambiguidade do seu estatuto. Nem a RC queria vender a imagem de identidade independente face à China, nem se considerava sob regime de vassalagem de Pequim (Nathan & Ross, 1998, p. 217). No entanto, algo que não era ambíguo era a finalidade com que Lee utilizou a sua política exterior. O presidente usou a doutrina da “existência” (存在), que incorpora a subjetividade taiwanesa para revelar que os taiwaneses existem e portanto enquanto existirem e estes tiverem identidade comum e vontade de percorrer um futuro partilhado, Taiwan existe (Lee, 1999b, pp. 95-98). Quando se perguntava a Lee como iria manobrar a sua política exterior este apenas respondia que “[...] é extremamente simples. Só é preciso agarrarmo-nos firmes ao princípio de que Taiwan existe. A existência de Taiwan é um facto e enquanto Taiwan existir, há esperança [...]” (Lee, 1999b, p.95). Estas frases mostram que Teng-hui tinha uma visão versátil quanto à questão da soberania e das relações da RC com o exterior, o que facilitava o alcance de algumas metas como o aumento da visibilidade e das relações de Taiwan com o exterior ou a busca de legitimidade em relação à soberania da RC nos territórios sob sua jurisdição na cena internacional (Glantz, 2001, p. 25).

Lee marcou a política das relações internacionais da RC seguindo uma “diplomacia pragmática” (务实外交) que consistia na consolidação das relações diplomáticas com os países que reconheciam a RC e estimular o seu progresso; continuar a expandir as relações substantivas e não-oficiais<sup>55</sup> com os países que não reconhecem a RC; e estender a adesão da RC a outras organizações internacionais ou recandidatar-se àquelas a que tinha perdido o lugar de forma a preservar os seus interesses nacionais (Hickey, 2007, p. 152).

Uma característica especial da administração de Teng-hui foi a ambivalência e adaptabilidade com que conduziu tanto os contactos formais como os informais entre os Estados. A RC continuou a admitir todo o tipo de contactos. No que diz respeito aos de carácter inteiramente diplomático, a RC aceitava o reconhecimento

---

<sup>53</sup> A “subjetividade taiwanesa” baseava-se na valorização do passado de Taiwan e das suas gentes, na sua diversidade e multiculturalidade, de forma a unir todas as etnias da ilha numa identidade comum e acabar com a segmentação da sociedade taiwanesa. O povo de Taiwan seria agora ele mestre do seu próprio destino e não de algum colonizador ou entidade suprema que o subjugasse. Era necessária uma nova identidade nacional para encarar os obstáculos que se colocariam para Taiwan futuramente.

<sup>54</sup> As eleições de 23 de março de 1996 foram as primeiras a que o povo taiwanês foi chamado a eleger o seu representante máximo democraticamente. No final, quatro candidatos destacaram-se na preferência dos votantes, tendo Lee Teng-hui sido o escolhido para continuar a representar a RC como Presidente com 54% dos votos (Hickey, 2007, p. 152).

<sup>55</sup> As relações substantivas da diplomacia pragmática de Lee consistiam no fomento das ligações “[...] políticas, económicas, culturais, tecnológicas, civis, académicas, turistas, etc. com quem quer que fosse na cena sociedade internacional [...]” (Chung, 2012, p. 236).

unilateral (a RC representa o governo de toda a China) como também passou a dar liberdade ao reconhecimento dual entre RPC e RC (a aceitação dos modelos Coreano e Alemão, reconhecendo dois Estados chineses) (Nathan & Ross, 1998, p. 217). Nos de carácter não-oficial, Lee adicionou um novo ingrediente à política da RC, que ficou conhecida como a “diplomacia de viagem” em que o representante do governo em Taiwan viajaria para outros países para se reunir com os respetivos presidentes a fim de dialogarem sobre os assuntos que lhe conviessem. Para ocultar o verdadeiro propósito da “visita” interpretar-se-iam como viagens turísticas não oficiais (Glantz, 2001, p. 26)<sup>56</sup>. Lee passou a recorrer às potencialidades do “turismo” em Estados com quem não possuía reconhecimento diplomático<sup>57</sup>.

Lee fez todos os possíveis para se estabelecer como membro das organizações internacionais (FMI, OCDE e OMC), assegurou o seu lugar em entidades importantes como o Banco de Desenvolvimento Asiático, a Cooperação Económica Ásia Pacífico (APEC em siglas inglesas), o Tribunal Permanente de Arbitragem e possibilitou que Taiwan integrasse as associações desportivas para poder competir juntamente com as outras nações do mundo (Wachman, 1994, p. 218).

Isto foi possível devido à aparente trégua de Pequim em conceder a participação de Taiwan em algumas organizações com a justificação de aumentar a cooperação entre os dois lados do Estreito e apenas com a utilização de nomes para Taiwan que respeitem certas condições<sup>58</sup>. No entanto, uma organização que a RPC nunca aceitaria a candidatura da RC seria a ONU (Wachman, 1994, pp. 218-219)<sup>59</sup>. Lee admitiu a adesão simultânea da RPC e da RC na mesma organização, alegando que as experiências das Coreias ou das Alemanhas serviam como um modelo a adotar e um estádio que preservava o *status quo* enquanto a unificação não se processava. Porém, a RPC rejeitou sucessivamente os pedidos que eram feitos anualmente. Pequim não mostrava qualquer entusiasmo com as acções da RC e para reafirmar a sua oposição, Jiang Zemin (江泽民) explicou as diretrizes que deveriam ser respeitadas para se concluir a reunificação em oito princípios<sup>60</sup>. Em contrapartida, Lee tal como fez Ching-kuo a Xiaoping, apresenta os seus próprios seis pontos que Pequim deveria respeitar<sup>61</sup>. As relações entre Pequim e Taipé não voltariam a conhecer momentos de concórdia, até finais do mandato de Lee (Pinto, 2005, pp. 21-23). Antes pelo contrário, a desconfiança ficou explícita na visita de Lee à universidade de

---

<sup>56</sup> Estas afamadas visitas aconteceram nos primeiros anos de governo de Teng-hui quando este começou a perder uma quantidade considerável de parceiros diplomáticos de grande importância entre 1990 a 1992, entre elas a Arábia Saudita, a Singapura, a Indonésia e a Coreia do Sul (Rich, 2009, p. 169).

<sup>57</sup> Aproveitando viagens de Estado a países amigos em África e na América Latina, Teng-hui passou pelas Filipinas, Indonésia e Tailândia em 1993, tendo feito o mesmo com a Jordânia e os Emirados Árabes Unidos em 1995 (Pinto, 2005, p. 20).

<sup>58</sup> Pequim recusava-se a aceitar o nome “Taiwan” para representar um Estado na comunidade internacional, assim como Taiwan recusava ser reconhecido com um subgoverno. O “jogo de nomes” entre Taipé e Pequim teve o seu maior consenso com a aceitação da fórmula olímpica “Taipé Chinês” (Wachman, 1994, p. 219).

<sup>59</sup> A Organização Mundial de Saúde também é outra organização que Pequim se mantinha firme em não deixar a RC participar, desde 1997 em diante, rejeitava os pedidos de admissão dos aliados diplomáticos que contavam igualmente com o apoio dos EUA e do Japão (Hickey, 2007, p. 51).

<sup>60</sup> Os princípios de Jiang abrangiam o respeito pelo princípio de uma só China; oposição às “duas Chinas” ou “uma China um Taiwan”; Negociações em patamares de igualdade para colocar fim às tensões do estreito; chineses não deverão lutar contra os da sua própria raça; Levantamento de proibições como comércio, transporte, intercâmbio económico; Preservação das tradições culturais chinesas; Pequim estava aberto ao diálogo e à recepção de novas propostas vindas de Taiwan; Assuntos do povo chinês, só aos chineses dizem respeito (Pinto, 2005, pp. 21-22).

<sup>61</sup> Os seis princípios de Lee incluíam que cada margem do estreito tem um governo diferente; a cultura chinesa é a base que fortalece o intercâmbio; as relações comerciais deveriam acontecer mas com benefício mútuo; os dois governos deveriam estar representados nas organizações internacionais num patamar de igualdade; a paz entre o estreito deve ser respeitada; ambos os governos deveriam ajudar a colaborar no processo democrático e crescimento da economia em Hong-Kong e Macau (Pinto, 2005, p. 22).

Cornell<sup>62</sup> onde proferiu um discurso que desencadeou exercícios militares por parte da RPC nos mares do estreito em claro objectivo de intimidação (Chung, 2012, p. 206).

A outra base da diplomacia pragmática de Lee era a “diplomacia do dólar”. Lee aproveitou o excelente desempenho económico de Taiwan e toda a riqueza desenvolvida domesticamente, assim como, a dos laços comerciais com o exterior para criar pacotes financeiros aliciantes traduzidos em “ [...] investimento estrangeiro, comercial, ligações tecnológicas, assim como ofertas de ajuda económica da RC, empréstimos, e assistência técnica a países para obter ou reforçar os vínculos diplomáticos, para ganhar maior acesso a entidades económicas globais e regionais e, em geral, para impulsionar a influência de Taiwan na arena internacional [...]”. Taiwan queria ter contacto privilegiado com entidades económicas de peso e promover a sua imagem no mundo, e ultimamente, criar mais relações económicas com os Estados para gerar riqueza. Para atingir tal fim, utilizou os seus recursos para financiar projetos económicos de grande envergadura, como a “ [...] criação do Centro de Operações Regional Ásia Pacífico para integrar Taiwan na região em várias áreas (transportes marítimos e aéreos, serviços financeiros, telecomunicações, etc.) e o estabelecimento de um Fundo de Desenvolvimento Económico Internacional (ICDF, siglas em inglês) para ajudar países amigos a desenvolver a sua economia [...]”. Estas incubações da RC visavam igualmente retirar certa dependência que Taiwan poderia ter face à China Continental, na medida em que se interconectava com outros países asiáticos (Glantz, 2001, p. 27).

Lee terminou o seu mandato a 20 de maio de 2000, alcançando marcos importantes para Taiwan, completando o processo de democratização deixado pelo anterior presidente, assim como provou à população da RC que a coexistência pacífica das etnias e a criação de uma entidade nacional na sociedade taiwanesa era possível. A soberania popular que Lee advogava durante a sua administração tornou clara a presença da RC em Taiwan como entidade responsável pelo seu futuro, completamente separada da RPC (Chung, 2012, pp. 256-257). A democracia pragmática veio reforçar a consolidação de que a RPC não controla Taiwan, já que a comprovação da sua “existência” ficou explícita na quantidade de contactos que Lee conseguiu estabelecer apoiados nas suas relações substantivas com Estados e organizações internacionais (Chung, 2012, p. 237). O “ [...] objectivo chave da diplomacia pragmática era escapar ao colete-de-forças do princípio ‘uma só China’, para que a soberania e a independência *de jure* de Taiwan fosse reconhecida pela comunidade internacional [...]” (Hickey, 2007, p. 42). A diplomacia do dólar ajudou Taiwan, independentemente dos valores morais e éticos que lhe estão agregados<sup>63</sup>, a aumentar os seus aliados diplomáticos e a manter anualmente propostas de reivindicação do seu lugar na ONU.

As relações substantivas entre a RC e os demais países do mundo saíram mais sólidas tendo havido um incremento no número de escritórios representativos da Formosa no exterior, e países que concordaram manter laços consulares, ou seja, o nível abaixo do reconhecimento oficial (Hickey, 2007, p. 44).

Dos 22 aliados diplomáticos herdados de Ching-kuo, Lee Teng-hui conseguiu atrair 17 aliados de Pequim com os seus pacotes de ajuda financeira<sup>64</sup>. Em contrapartida, Pequim retirou 10 aliados à RC, três deles aliados de expressão para Taipé como a Coreia do Sul, a Arábia Saudita e a África do Sul) (Zhu, 2012, p. 92).

---

<sup>62</sup> Para visualizar o discurso de Lee seguir *link*: <http://www.c-span.org/video/?65610-1/cornell-university-alumni-reunion>.

<sup>63</sup> Durante a presidência de Lee, houve vários casos em que microestados e países com menos recursos económicos que aproveitavam a “venda” do reconhecimento diplomático em troca de quantias generosas de dólares. Um breve exemplo foi o caso da Papua, em que o Primeiro-ministro Bill Skate em julho de 1999, não teve qualquer pudor em admitir que iria mudar o seu reconhecimento diplomático para a RC devido à recepção de cerca de 3 biliões de dólares (Rigger, 2005, p. 424). Austrália e Nova Zelândia demonstraram o seu desagrado ao desaprovarem as “ [...] práticas diplomáticas corruptas no Pacífico [...]” (Zhu, 2012, p. 92). Mas ainda antes destes actos naquela região do globo, Pequim e Taipé já tinham trocado acusações em relação à compra dos reconhecimentos, tendo o primeiro acusado a RC de comprar o reconhecimento de São Tomé e Príncipe em 1997 por 30 milhões de dólares, e o segundo criticado a RPC por fazer exactamente o mesmo com a Guiné-Bissau em 1998 por 100 milhões de dólares (Rawnsley, 2000, p. 32).

<sup>64</sup> No final do mandato de Lee a RC tinha na totalidade 29 aliados diplomáticos (Hickey, 2007, pp. 152-153).

## 1.7- DIPLOMACIA COMPETITIVA

### 1.7.1- CHEN SHUI-BIAN

Chen Shui-bian (陈水扁) desenvolveu praticamente desde o dia do seu nascimento, uma repulsa pelo GMD<sup>65</sup>. A veia independentista de Chen foi cultivada no seu ensino secundário por um professor anti-GMD e defensor da independência de Taiwan que mostrava às suas turmas os horrores do “Terror Branco”, o massacre de 28 de fevereiro e as demais desgraças cometidas pelo governo de Kai-shek. Mais tarde, o seu “mentor” havia de ser preso pelas autoridades, o que levou Chen a proferir que nunca se aliaria com os opressores. Também a sua mulher com quem haveria de casar, Wu Shu-jen (吴淑珍), viveu as ameaças de assassinato que eram constantemente lançadas a Chen quando este já se encontrava inserido na política<sup>66</sup> atacando as ideologias, acções e políticas do GMD (Hickey, 2007, p. 160).

Em 1985, Wu seria abalroada três vezes por um camião o que a deixaria numa cadeira de rodas para o resto da vida, paralisada da cintura para baixo. Uma circunstância que se crê ter sido aprontada pelos elementos do regime (Alagappa, 2001, p. 81). A partir desse dia, a luta de Chen contra o GMD para além de uma motivação política, tornou-se num caso pessoal. Em 1987, Chen afiliou-se ao partido da oposição, o PDP, depois de estar também ele preso. Em 1994, tornou-se presidente da cidade de Taipé, onde declarou uma “guerra cultural” aos continentais que se apoderaram dos altos cargos da sociedade na cidade e, obviamente, ao GMD. Em 1998, Chen perde as eleições para a cidade de Taipé, mas em 2000, Chen ganha as eleições para presidente da RC, aproveitando uma divisão interna no GMD para ganhar votos ao braço direito de Lee (Hickey, 2007, p. 161). A escolha da população aquando das eleições recaiu na preferência de dois blocos que se criaram em Taiwan, sendo estes conhecidos pelo “pan-azul” e o “pan-verde”<sup>67</sup>. O pan-azul envolveu a sua campanha defendendo “[...] o conservadorismo, a estabilidade, os valores tradicionais chineses e um forte sentido de nacionalismo da Grande China. [...] os pan-verdes concentravam-se nas conquistas democráticas [...] construção de uma identidade cultural taiwanesa e reformas que possibilitem a mobilidade social, como instrumentos para consolidar o término de uma era ditada pelo *Guomindang* [...]” (Pinto, 2005, p. 43).

Em relação à questão da soberania havia também visões divergentes. O GMD mantinha a sua convicção “uma só China”, com a RC a exercer jurisdição sobre os seus territórios desde 1912. A ala verde, PDP e UST, por sua vez, reconheciam que existia “um país em cada lado do estreito” (一边一国) e que o princípio “uma só China” é inaceitável. Se Pequim quisesse iniciar conversações teria de aceitar estas condições (Pinto, 2005, p. 44).

A interpretação das relações com Pequim de Shui-bian era a de que a RPC teria de admitir os factos reais de que existem dois Estados chineses que não prestam contas um ao outro, que a população de Taiwan tem o direito de escolher se o caminho a prosseguir é a independência (através de referendo<sup>68</sup>), mas, se a RPC ferisse a integridade territorial da Formosa a independência poderia ser declarada unilateralmente (Pinto, 2005, p. 58). Para Lien Chan, a RC deveria-se focalizar no *status quo*, tentando mostrar que uma China livre, democratizada e capitalista era capaz de vingar e prestar melhores dividendos à “Grande China”.

No que concerne ao intercâmbio entre os dois lados do estreito, GMD e PDP não concordavam na estratégia a tomar face ao *boom* económico da RPC. Para os Nacionalistas, a emergência do colosso chinês poderia dar

---

<sup>65</sup> Chen nasceu numa família pobre em que falavam um dialecto taiwanês, algo que o prejudicou na escola primária já que as crianças na RC eram obrigadas a falar mandarim, tendo sofrido castigos (Hickey, 2007, p. 159).

<sup>66</sup> Em 1981 Chen já tinha um lugar como candidato da oposição na Câmara Municipal de Taipé.

<sup>67</sup> O pan-azul incorporava o GMD, o Partido Primeiro do Povo (PPP) e o Novo Partido. O pan-verde constituído por PDP e União Solidariedade de Taiwan - UST (presidida pelo ex-presidente da RC Lee Teng-hui).

<sup>68</sup> O referendo “[...] representa o conceito de que a soberania pertence ao povo – uma espécie de ‘soberania popular’ [...]” em que o povo decide e vota no que é melhor, no seu entender, para o país (Wei, 1999, p. 1172).

novas oportunidades às empresas de Taiwan e a RC deveria aproveitar este ímpeto. O PDP, pelo contrário, via uma ameaça onde Shui-bian colocava reticências em relação à deslocação do tecido empresarial taiwanês e das unidades industriais para o continente criando desemprego no povo taiwanês. A população da RC votou e escolheu Chen Shui-bian como o líder que guiaria os destinos de Taiwan. Com a vinda do PDP, a interrupção em mais de 50 anos do governo do GMD imposto na ilha, viria mudar a relação entre Comunistas e Nacionalistas (Pinto, 2005, p. 44-45).

A abertura do discurso de tomada de posse do novo presidente ficaria marcada pela frase “Taiwan levantou-se”. Como “filho de Taiwan”, Shui-bian mobilizava as gentes da ilha para o comando da “Nossa Terra – Formosa”. Nessa intervenção vaticinou os “Cinco Nãos”. Estas alíneas pretendiam tornar claro que durante o seu mandato, desde que a RPC estivesse disposta a preservar a paz e não polvilhar as relações do estreito com pólvora de canhão, o PDP “ [...] não [prosseguiu para] declaração de independência, não mudaria o nome República da China; [...] não colocaria a relação especial de Estado para Estado de Lee Teng-hui na Constituição [...] não abandonaria as Diretrizes de Unificação Nacional e não [faria] referendos em relação à independência e unificação” (Pinto, 2005, p. 54). Apesar de Shui-bian querer preservar o *status quo* e evitar confrontos com a RPC, esta com as palavras de Shui-bian. A RPC via Shui-bian como um independentista e os seus Cinco Nãos, não contribuíram para acalmar Pequim. O PCC reclamava o requisito mínimo para se prosseguir o diálogo entre os dois lados como o respeito do princípio de “uma só China”. O PDP rejeitava-o há bastante tempo (Rigger, 2011, p. 150). Algo que diferenciava o antigo presidente Lee de Chen eram as suas interpretações da RC. Para Lee a sua preocupação era assegurar a existência da RC em Taiwan. Para Chen a RC era Taiwan e deveria procurar a sua autodeterminação (Chung, 2012, p. 306). Talvez por isso, as primeiras tentativas de Chen para dialogar com Pequim não tenham desencadeado qualquer progresso. Chen, no início do seu mandato, tentou criar um clima de confiança entre o estreito, que seria calibrado com visitas dos dirigentes chineses a Taiwan ou a visita do próprio Chen a Pequim. A premissa de que Taiwan era um Estado igual à RPC profetizada pelo novo presidente estilhaçava a sensibilidade de Pequim (Pinto, 2005, p. 58). O máximo que Chen retirou de frutuoso com o PCC foi o estabelecimento dos “Three Mini Links” (小三通) em janeiro de 2001, permitindo o comércio entre as pequenas ilhas de Quemói e Matsu (马祖列岛) com o continente (Pinto, 2005, p. 64). Mesmo neste acordo, cada lado tinha a sua própria interpretação dos factos, com a RPC a alegar que o pacto foi estabelecido na concordância de “uma só China”, e Taiwan a defender que os “Three Mini Links” foram uma cedência da RPC perante as pressões dos dirigentes taiwaneses para que se achasse algum consenso entre os dois lados antes de se proceder à discussão “uma só China” (Pinto, 2005, p. 76).

Não havendo muito a fazer quanto às posições mantidas pelos dois lados, Chen procurou novamente a aproximação do aliado mais importante de Taiwan durante toda a sua história: os EUA.

Os EUA estavam em rutura com a RPC desde 1999<sup>69</sup>. A campanha presidencial de George W. Bush parecia favorável em relação a Taiwan, afirmado que se fosse eleito, a neblina de ambiguidade em torno do Estreito de Taiwan seria levantada, depreendendo-se que os EUA defenderiam Taiwan, caso a RPC interviesse. Sentia-se em Taiwan que a vinda de Bush era a maior lotaria que poderia ser concedida à ilha (Hickey, 2007, p. 72). Bush foi eleito em 2000, iniciando o seu mandato por lisonjear Taipé pelos progressos democráticos e reprovando a política de Pequim de não renunciar o uso da força (Pinto, 2005, p. 36). Assim, a segurança de Taiwan seria salvaguardada e a prestação de todo o armamento possível para a sua defesa. Em 25 de abril 2001, o presidente norte-americano tornou lúcido o seu compromisso quanto à obrigação de defender Taiwan caso fosse atacada,

---

<sup>69</sup> Em 1999 deu-se o bombardeamento americano de uma embaixada chinesa em Belgrado, o acontecimento de um avião espia norte-americano que se despenhou na costa chinesa, desentendimento em matérias como o Tibete, Taiwan, comércio, direitos humanos, venda de armamento, proliferação, exercícios militares conjuntos entre EUA e Japão (Hickey, 2007, p. 72).

utilizando todos os meios que tivessem ao seu alcance. No entanto, Bush, no mesmo dia, alertou que os EUA continuavam a defender a política “uma só China”, como um aviso para Chen Sui-bian que caso Taiwan declarasse independência, os EUA não interviriam na proteção da ilha. Nesse mês haveria sido aprovado o maior pacote de ajuda militar dos EUA a Taiwan na década<sup>70</sup>.

A administração Bush também abandonaria os “Três Nãos” de Clinton<sup>71</sup> que colocavam obstáculos à ajuda americana na adesão de Taiwan em organizações internacionais. Tudo se encaminhava para um desenrolar perfeito das ambições taiwanesas no início do milênio, com o fim do mundo bipolar, o excelente desempenho económico de Taiwan expondo a sua importância no palco internacional, os desfalques da RPC face às violentas repressões das manifestações em prol da democracia e a chegada da globalização. Todos estes fatores fizeram com que as demais nações do mundo quisessem elevar as suas relações com Taiwan. Taipé estava agora a receber material militar que tinha sido antes rejeitado e contava com o apoio de um aliado de peso para a entrada nas organizações internacionais. Contudo, em 2001, ano drástico para os EUA na luta contra o terrorismo, levou-os a aproximarem-se da RPC como um aliado estratégico contra Al-Qaeda. O discurso intimidatório de Bush para com os Comunistas chineses em relação a Taiwan jamais seria o mesmo (Hickey, 2007, pp. 73-74).

O ano de 2002 foi o ano em que Shui-bian para além do pelouro de representante máximo da RC tomaria o cargo de presidente do PDP. Esta ambivalência de postos em que Chen se inseria foi interpretado por Pinto (2005, p. 59) como “um grande salto para trás” já que o PDP, desde a sua fundação tem propósitos e cláusulas independentistas, e torna-se conflituoso quando se tenta congregiar os interesses partidários com a Constituição da RC que proibia a independência de Taiwan, uma parte inalienável da grande nação chinesa. O ano de 2002 marcou a viragem do discurso de Chen na prossecução da independência da ilha, com vários anúncios de que o futuro da ilha iria ser decidido pela sua população através de referendos (Pinto, 2005, p. 40). Chen já mostrava incumprimento por um dos seus “Nãos” (o da independência) que havia proferido no início do mandato e, a partir de então, Shui-bian pautou a sua linha de ação mais como o presidente do partido de que propriamente da RC, afirmando que Taiwan deveria seguir o seu próprio caminho, levando o jornal “Taipei Times” a divulgar a notícia que Chen estava a aproximar-se cuidadosamente da independência (Pinto, 2005, p. 58-59).

Em 2003, o presidente de Taiwan faria o surpreendente anúncio que iria executar uma revisão na Constituição de forma a legalizar a realização de referendos à população. Algo que se viria a concretizar no dia das eleições presidenciais de 2004, em que Chen concedeu à população o sufrágio numa questão de política externa. Pediu-se aos eleitores que escolhessem se preferiam que o governo taiwanês desencadeasse esforços para se reaproximar do governo de Pequim ou se deveria investir no armamento defensivo da ilha. A percentagem de participação no referendo para as relações entre o estreito ficou aquém do expectável, não tendo sequer recolhido 50% do número de cupões necessários para validar o parecer da população. A melhor notícia para Chen naquele dia, em que também foi baleado com a sua vice-presidente Anette Lu (呂秀蓮), seria mesmo a sua reeleição como presidente da RC com a ínfima margem de 0,22% em relação ao seu opositor Lien Chan. No seu discurso após a reeleição, Shui-bian acendeu novamente o rastilho que preconizava Taiwan como

---

<sup>70</sup> Os EUA comprometiam-se em acompanhar o treino das suas tropas, a providência de oito submarinos a *diesel*, destróieres e aviões antissubmarinos (Hickey, 2007, p. 73).

<sup>71</sup> Em junho de 1998 numa viagem à RPC, Bill Clinton enfatizou “Três Nãos” em relação à questão de Taiwan: Não à independência de Taiwan, não à existência de “duas Chinas” e não à existência de “um Taiwan, uma China”. Mais ainda, proferiu que não daria qualquer apoio a Taiwan a fim de facilitar a sua entrada em organizações internacionais em que fosse requerido o estatuto de Estado soberano (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, s.p.).

um país soberano e independente para desespero de Pequim (Cunha, 2008, pp. 192-193)<sup>72</sup>. Além disso, Chen delineou uma série de objetivos que iria empenhar-se para serem implementados como a realização de mais referendos para os taiwaneses decidirem políticas que marcariam o futuro da ilha, a criação de uma identidade taiwanesa, mudanças constitucionais para executar mais reformas democráticas e aumentar as possibilidades de governação. No que concerne às relações com a RPC, Chen continuou irredutível em relação ao princípio “uma só China” (Pinto, 2005, pp. 54-55). Em 2005, a RPC promulga a Lei Antissecessão como forma de resposta e intimidação à intransigência do presidente da RC em aceitar a existência de uma China. Shui-bian, ainda que colocando em risco a própria segurança de Taiwan, não se vergou perante os anúncios do PCC, acusando-os de corroer o *status quo* entre o continente e o arquipélago através da insipiência do estatuto da Formosa como Estado soberano (Chung, 2012, p. 278).

A ala pan-azul, nomeadamente o GMD e o PPP, aproveitaram estes desacertos entre o partido no poder e a RPC da melhor maneira. Hu Jintao optou por renunciar à estratégia de *bullying* militar (como o havia feito em 1995/96) em prol do *soft power*<sup>73</sup> político, convidando cordialmente em 26 de abril de 2005, os líderes desses partidos da RC que defendiam a aproximação entre os dois lados, a visitarem a China.

Se nas eleições presidenciais de 2004 as intenções de voto entravam em inversão, em 3 de dezembro de 2005 as eleições locais mostravam a preferência da população pela ala pan-azul, tendo o GMD arrebatado a maioria dos votos nas províncias taiwanesas, com uma derrota pesada ao PDP (Cunha, 2008, p. 185).

Apesar dos sinais evidentes do descontentamento da população com o partido no poder, Chen continuava com a sua ousadia de confrontação com o outro lado do Estreito, tendo abolido em 2006 o Conselho de Unificação Nacional e anulado as Diretrizes para a Unificação Nacional (Hickey, 2007, p. 167). Na opinião de Chen, o documento que citava que o continente e Taiwan pertenciam ao mesmo território e que continha o possível caminho para a reunificação, era um impedimento à vontade do povo de decidirem por si próprios, o destino de Taiwan (Cunha, 2008, p. 124). A crítica a Chen já não só vinha de Pequim como também vinha dos meios académicos, tendo um professor conceituado de Taiwan criticado o presidente e o seu partido por não ver quaisquer benefícios na compra de uma “confrontação gratuita” com a RPC sem que se tenha um ganho qualquer associado (Cunha, 2008, p. 191).

Em 22 de março de 2008, Chen decide propor outra consulta popular, precisamente no mesmo dia das eleições presidenciais, em que os votantes eram indagados sobre a candidatura da Formosa à ONU. Estes poderiam escolher se queriam que o pedido de adesão fosse efetuado usando o nome “Taiwan”, em vez de “República da China”. Como havia acontecido em 2004, apesar de o “sim” ter ganho, o número total de votos foi insuficiente para considerar a proposta válida.

Em suma, o PDP não conseguiu aproveitar o momento dos Jogos Olímpicos em Pequim e a vulnerabilidade da RPC face aos protestos de independência no Tibete. Chen, com as suas iniciativas impopulares, sentenciou qualquer movimento independentista em Taiwan, não sabendo assim capitalizar o momento em que Pequim estava nas luzes da ribalta devido aos Jogos Olímpicos e aos consequentes protestos tibetanos que fragilizaram o PCC no exterior (Cunha, 2008, p. 194).

---

<sup>72</sup> Os líderes da RPC procuraram de seguida criar alíneas na sua Constituição para apressar o processo de reunificação nacional, estabelecendo prazos e objectivos (Cunha, 2008, p. 193), assim como cláusulas que legalizavam o uso da força caso Taiwan declarasse independência (Lei Anti-Secessão 反分裂国家法) (Wei, 2010, pp. 119-122).

<sup>73</sup> O *soft power* é descrito pelo seu criador, Joseph Nye, como a “[...] habilidade [de um país] conseguir o que quer através da atracção e persuasão em vez da coerção ou pagamento [...]” (Nye, 2012, s.p.) e “[...] através da legitimidade [das suas] políticas e os valores que as corroboram [...]” (Nye, 2004, s.p.).

Graças ao “ [...] ambiente de animosidade em relação a Pequim criado pelo [PDP], a crise económica vivida na ilha e as acusações de corrupção em torno de figuras cimeiras do Partido<sup>74</sup> [...] ” o PDP haveria de perder as eleições de janeiro de 2008 com uma derrota inequívoca, dando o lugar de presidente a Ma Ying-jeou (马英九) do GMD (Cunha, 2008, p. 193).

A vinda do PDP ao poder veio mudar por completo as diretivas da política exterior que a RC tinha desenvolvido até então. Sendo um partido relativamente recente na história da ilha, havia várias patologias das quais o partido sofria internamente, como a falta de visão política para os assuntos domésticos e exteriores, e inexistência de coesão entre os membros. Outra diferença crucial era o facto de o GMD centralizar na sua estrutura partidária o poder de decisão, que fluía desde o presidente para os atores responsáveis pelo contacto com o exterior (nomeadamente o Ministério Assuntos Estrangeiros - MAE). Com o PDP na liderança dos destinos da RC, toda a rede burocrática que interligava o topo com os ministérios perdeu-se. Por outras palavras, o MAE tinha “ [...] um papel muito limitado no processo de elaboração de políticas [...] ” e grandes dificuldades na abordagem com os assuntos externos. Com o MAE desprovido de orientação, o governo de Chen focava-se na diplomacia de povo para povo<sup>75</sup> que por vezes colocava Taiwan em situações embaraçosas quando atores individuais mostravam comportamentos ou declarações divergentes à filosofia partidária (Hickey, 2007, p. 111)<sup>76</sup>.

Deparado com as estratégias características utilizadas por Teng-hui, Chen não se opôs à diplomacia pragmática. No entanto, um item que Chen procuraria afastar da sua linha de conduta era o uso da diplomacia do dólar (Hickey, 2007, p. 87).

Em concordância com Hickey (2007), Rigger (2005, p. 425) afirma que Chen desde o dia em que assumiu o cargo de presidente expôs a sua intenção de contrariar esta tendência. Este queria ganhar a sua posição internacionalmente não com escândalos de suborno governamental para alcançar um maior número de aliados diplomáticos, mas sim como um Estado que promove a democracia, o comércio e o *soft power*.

Em 2003, Parris Chang (张旭成) um legislador com importância dentro do PDP, ainda dizia convicto que “ [...] nós diremos não a qualquer país que exija ajuda financeira em troca da manutenção de relações diplomáticas [...] ”. Para Chen a prioridade residia em ajudar os amigos diplomáticos de Taiwan com missões no terreno que beneficiassem os cuidados médicos das suas populações carenciadas em detrimento dos cheques dourados intergovernamentais. No entanto, Chen mais tarde iria perceber que as regras que queria implementar no xadrez político em que concorria com a RPC eram simplesmente impraticáveis e algo que Taiwan não poderia riscar do seu lote estratégico. Se Taiwan queria manter os já poucos aliados que dispunha assim como quem apoiasse a sua participação em organizações internacionais, a diplomacia do dólar era um recurso forçoso apesar da sua carga ética negativa (Hickey, 2007, p. 87).

Do conjunto de táticas da diplomacia pragmática herdada de Lee, a diplomacia de viagem foi uma das preferidas de Chen. O presidente de Taiwan tentou maximizar as potencialidades deste tipo de diplomacia e estendeu-a massivamente para com os EUA (Hickey, 2007, pp. 48-49).

---

<sup>74</sup> O presidente e a primeira-dama estiveram envolvidos em várias acusações de “ [...] lavagem de dinheiro, desvios, suborno e falsificação [...] ” (Tso, 2008, s.p.), que futuramente os levariam à prisão após Chen ter concluído o seu mandato (Chang, 2010, s.p.).

<sup>75</sup> A diplomacia de povo para povo é “ [...] uma estratégia transnacional para a resolução de conflitos, apoiando-se no papel que os cidadãos privados podem desenrolar para mitigar as relações interestaduais hostis [...] ” (Young, 2010, s.p.). Este tipo de diplomacia atribui importância aos “ [...] intercâmbios culturais, relações informais com pessoas de outros países através de organizações de massas ou sociedades de amizade [...] ” (“People-to-People” Diplomacy, 1987, s.p.).

<sup>76</sup> Nesta diplomacia de povo para povo, representantes rivais do partido no poder (GMD) em 2002, viajaram à capital dos EUA onde expuseram a sua oposição total aos referendos nacionais que estavam em marcha em Taiwan. Estes contactos foram prejudiciais para o PDP já que trouxeram para os EUA assuntos sensíveis e de discórdia na política interna, trazendo mais danos do que benefícios para a Formosa (Hickey, 2007, p. 111).

No ano de 2004, Taiwan possuía uma rede internacional de laços informais bem interconectada. Nesse ano “ [...] 48 países tinham estabelecido 58 escritórios representativos não oficiais ou centros de emissão de visas em Taiwan [...] ” e no resto do mundo a RC possuía “ [...] 92 escritórios representativos ou filiais nas capitais e cidades importantes de 59 países [...] ” (Hickey, 2007, p. 44). Contudo, foi nestas suas instituições no exterior que Chen tentou iniciar uma campanha de remodelação do nome. Associado à sua vertente independentista, Chen procurou reformular a palavra “Taipé” por “Taiwan”, tirando alguma ambiguidade que cobria o seu nome. Não só os escritórios representativos da RC estavam na mira de Chen, como também, as embaixadas. Marco que se veio a concretizar pela primeira vez no microestado do Kiribati (Hickey, 2007, p.47)<sup>77</sup>. Em pouco tempo, a vaga reformista chegaria igualmente às embaixadas da América Latina e das Caraíbas ao mesmo tempo que Chen procurava limpar todas as memórias do passado relacionadas com Chiang Kai-shek em Taiwan (Cunha, 2008, p. 193)<sup>78</sup>.

Um dos extremos do pragmatismo durante a administração de Shui-bian na política externa foi a flexibilização alargada do reconhecimento dual. Por outras palavras, Taiwan estava disposto a aceitar por parte dos países o reconhecimento das duas repúblicas, assim como visionava usufruir de benefícios de um reconhecimento dividido em termos geográficos. Em 2004, Michael Kau (高英茂) explicou o que poderia ser feito no Vanuatu, um país contendo seis províncias. Caso o reconhecimento dual se concretizasse, a ilha seria dividida em três províncias para cada república e ambas ajudariam o Vanuatu a desenvolver-se. Para Serge Vohor, Primeiro-Ministro do Vanuatu, era o ideal, já que há muito que queria estender o reconhecimento dual à RPC e a Taiwan para maximizar o melhor dos dois “mundos”. Todavia, como é sabido, a RPC rejeita categoricamente o reconhecimento dual e corta as relações com qualquer país que anuncie essa intenção<sup>79</sup>. A aceitação do princípio de “uma só China” exigido pela RPC para a manutenção de relações diplomáticas é uma grande condicionante para estes microestados. Esta preocupação foi exposta pelo diplomata do Vanuatu que reiterava não poder reconhecer Taiwan devido ao seu comprometimento com o princípio “uma só China”. Rapidamente, Kau replicava: “ [...] não há problema, vocês podem ter uma política de uma China e uma política de um Taiwan. Isto será o melhor para vocês [...] ” (Hickey, 2007, p. 42).

A persuasão de Taiwan apenas surtiu efeito com o acenar de um cheque de 28 milhões de dólares repartidos num prazo de cinco anos à ilha do Pacífico. As relações históricas de Taiwan e Vohor e o seu descontentamento com os pacotes de ajuda ajudaram, com muito custo, à mudança de relações diplomáticas a 3 de novembro de 2004 da RPC para Taiwan. Todavia, esta relação diplomática durou poucos dias, tendo a RPC exercido pressão económica sobre o governo de Vanuatu para reverter a decisão. A 19 de novembro, o parlamento do Vanuatu anulou o comunicado, anunciando o restabelecimento de relações com Pequim e a 10 de dezembro demitiu Vohor. A ajuda económica de Pequim ao país sobrepôs em poucos meses a inicial de Taiwan - 32 milhões de dólares (Fossen, 2007, pp. 24-26).

Juntamente com o Vanuatu, a administração de Chen terminou o seu mandato com mais oito perdas diplomáticas e apenas com a arrecadação de três aliados (Zhu, 2012, p. 92)<sup>80</sup>. Persuadir aliados a não mudar o

---

<sup>77</sup> Os representantes taiwaneses na embaixada justificaram a atribuição do nome como uma forma de esbater possíveis confusões de duas Chinas no terreno, uma vez que a RPC também tinha já tido uma embaixada no Kiribati (Hickey, 2007, p. 47).

<sup>78</sup> Um dos afamados batismos de Chen a um monumento dedicado a Kai-shek foi a mudança do nome do Memorial de Chiang Kai-shek em 2007 para “ [...] Memorial Nacional à Democracia de Taiwan por forma a comemorar a abolição da lei marcial em 1987 e o fim do governo absoluto do GMD [...] ” (Matten, 2012, p. 74).

<sup>79</sup> A RPC já o tinha feito com a Grenada nos anos 80 (Geldenhuys, 1990, p. 127).

<sup>80</sup> A RC conseguiu ganhar o reconhecimento do Kiribati (2003), de Nauru (2005) e Santa Lucia (2007). Contudo, a lista de perdas diplomáticas estende-se com Macedónia, Chade, Costa Rica, Dominica, Grenada, Libéria, Malawi, Senegal e Vanuatu.

seu reconhecimento para a RPC parecia ser a estratégia mais árdua que Taiwan enfrentara (Hickey, 2007, p. 42)<sup>81</sup>.

Com Pequim a atacar as conquistas diplomáticas de Taiwan em todas as frentes, registrando-se de ano para ano redução no número de Estados aliados, a vice-presidente Lu admitiu que ignorar a diplomacia do dólar era um erro e que Taiwan deveria voltar a investir nos países (Rigger, 2005, p. 426).

Para compensar os maus resultados com a sua carteira de aliados diplomáticos, Taiwan pode congratular-se da sua campanha de integração em iniciativas organizacionais durante a era de Shui-bian. O ingresso em ONG's foi uma das partes vitais da política externa de Taiwan com a utilização de táticas diplomáticas não convencionais. Nos finais do segundo ano de Chen à frente dos destinos do governo, a RC participou em "[...] 2,074 actividades das ONG's internacionais [...]"<sup>82</sup>, no entanto, em relação à entrada em organizações intergovernamentais (OIG's) a estratégia resultou menos frutífera. Taiwan só conseguiu alcançar a participação efetiva como membro de pleno direito em 22 OIG's e adesões como semi-membro (como observador ou associado) em 14. Muita desta representação tão limitada deve-se em grande parte à contenda da RPC em negar o acesso de Taiwan como Estado (Hickey, 2007, p. 50).

Pequim mostrar-se-ia mais benevolente com Taipé se a sua participação fosse encarada como uma entidade de cariz económico (não como um Estado) e/ou desde que cumprisse a exclusão do nome "República da China" ou "Taiwan" como título para a entrada de membro. Foi com o respeito dessa fórmula e sob o longo nome de "Território Aduaneiro Distinto de Taiwan, Penghu, Kinmen e Matsu" que a RC entrou na OMC em janeiro de 2002 (Hickey, 2007, p. 51). Contudo, quando Taiwan era alvo de alguma atenção internacional, o governo do PCC impunha medidas coercivas. Por exemplo, no caso da "Rede das Maiores Cidades Asiáticas 21"<sup>83</sup> (RMCA), organização desprendida de implicações estadísticas, o governo municipal de Pequim foi obrigado a retirar-se da mesma por ordem do PCC. A razão esbarrava na decisão dessa organização em votar 2006 como o ano em que Taipé receberia a conferência. Em 2005, a RMCA ficou órfã de capital para organizar a conferência, já que competia a Pequim a receção do evento (Government Information Office (ROC), 2006, s.p.). Apesar de toda a controvérsia, Taiwan foi anfitrião do evento em 2006.

Com a entrada de Taiwan na OMC, Chen Shui-bian focava-se agora na adesão à ONU e à Organização Mundial de Saúde (OMS). Na primeira, Taiwan continuaria a ser apoiada pelos seus aliados diplomáticos, que em 2005, incluíram o pedido de averiguação de possibilidades para promover a paz e a estabilidade no estreito de Taiwan. No que concerne à segunda organização, Taiwan tentou replicar solução que foi utilizada para participar na OMC, concorrendo como entidade e não como Estado, justificando a sua entrada com casos flagelantes que ocorreram na ilha como epidemias e terremotos. No entanto, essas calamidades não contribuíram para o degelo da posição de Pequim que continuou a rejeitar a sua entrada interpretando-a como uma maneira de Taiwan promover a sua independência, apesar de um grande número de países considerar justa a participação da "entidade" na OMS (Hickey, 2007, p. 51)<sup>84</sup>.

---

<sup>81</sup> Veja-se o exemplo da Macedónia, com quem a RC iniciou relações diplomáticas em 1999. O país passou por convulsões internas em 2001 e enquanto aliado de Taiwan, a Macedónia passou a amargura de não poder receber ajuda do seu aliado, nem de nenhum outro, devido ao uso do voto da RPC no Conselho de Segurança da ONU cancelando todas as missões de paz no terreno (Hickey, 2007, p. 43).

<sup>82</sup> Pelas contas do governo de Taiwan incorreu-se no gasto de "[...] 87 milhões de dólares em ajuda humanitária por todo o mundo [...]", ajudando países a combater calamidades que alastraram os seus territórios como a gripe aviária no Vietname (2005), terremotos no Paquistão (2005), cólera em São Tomé e Príncipe (2005), *tsunamis* na Indonésia (2006), entre outros (Government Information Office (ROC), 2006, s.p.).

<sup>83</sup> A RMCA foi "[...] fundada no ideal de criar um fórum de cooperação e partilha para lidar com problemas práticos das grandes cidades do Este Asiático [...]" (Government Information Office (ROC), 2006, s.p.).

<sup>84</sup> Taiwan tinha sido convidado pela OMS em 2005 e 2006 (Government Information Office (ROC), 2006, s.p.).

No que toca a acordos de cooperação económica com outros Estados, Taiwan procurou estabelecer Tratados de Livre Comércio (TLC)<sup>85</sup> com os demais parceiros económicos na sua região. Porém, a tarefa foi praticamente impossível, já que o ambiente de confrontação entre Pequim e Taiwan durante a era de Chen tornava qualquer acordo com outra nação uma ofensa à suscetibilidade da RPC, de onde se advinham mais prejuízos que benefícios com essa ação. Por essa razão, Chen teve de mudar a sua orientação estratégica de estabelecer TLC com parceiros regionais para parceiros diplomáticos na outra parte do globo, como a América Latina. Chen conseguiu ter sucesso no estabelecimento de cinco TLC com esses países<sup>86</sup>, mas, os pequenos aliados de Taiwan possuíam um “ [...] minúsculo volume comercial com a ilha [...] ”. Simultaneamente, a Formosa contemplava TLC a serem estabelecidos entre os seus potenciais parceiros económicos (continente, Coreia do Sul, Japão) com outros países, marginalizando assim o arquipélago das grandes oportunidades de incremento económico.

Taiwan, na era de Chen, tornava-se num Estado pária em que a política independentista do governo para além de não acarretar grandes dividendos na angariação de aliados diplomáticos, apoiantes à causa independentista ou na participação em OIG's, ainda corroía a sua “ [...] vitalidade económica [...] ” (Zhu, 2012, pp. 92-93).

## **1.8-TRÉGUA DIPLOMÁTICA**

### **1.8.1 - MA YING-JEOU**

Nas eleições presidenciais de 22 de março de 2008, a população da RC elegeu Ma Ying-jeou, do GMD com 58% dos votos contra 42% de Frank Hsieh (谢长廷) do PDP, favorecendo o candidato que aclamava uma reaproximação das relações entre os dois lados do Estreito e que desempenhasse um papel pacífico (Hollar, 2009, p. 91).

O momento da transição entre partidos no poder em Taiwan foi um acontecimento único, e foi frisado pelo novo presidente que anunciou ser um grande passo democrático para a nação étnica chinesa concluindo-se a segunda mudança de partido político do sistema democrático da RC (Oficina de Información del Gobierno, 2011a, pp. 1-4).

O princípio fundamental que Ma iria seguir na sua legislatura, era o de “ [...] colocar Taiwan primeiro para o benefício do povo [...] ”, e delineou quatro objetivos elementares. Primeiramente, havia que proteger a democracia e a liberdade; em segundo lugar, dever-se-ia preservar a paz e a estabilidade da RC; em terceiro, era necessário ampliar a participação na comunidade internacional; por fim, era vital tornar a RC num país com segurança ao mesmo tempo que alcança a prosperidade (Mainland Affairs Council, 2010, pp. 6-24).

Era intenção de Ma dar prioridade ao crescimento económico através das parcerias que se poderiam alcançar com a RPC, acabar com as restrições aos investimentos dos empresários taiwaneses no outro lado do Estreito<sup>87</sup>, alcançar facilidades nas ligações aéreas e marítimas com o continente<sup>88</sup> e amenizar as tensões políticas entre as

---

<sup>85</sup> Um TLC é um “ [...] pacto económico que baixa ou elimina tarifas em alguns bens, é um cumprimento definitivo no domínio da política económica, e por isso muito prezado por políticos, que posteriormente [permitem] expandir o investimento e prosperidade [...] ” (Bishop, 2004, s.p.).

<sup>86</sup> Os países latino-americanos com os quais Chen assinou TLC foram o Panamá (2003), a Guatemala (2005), a Nicarágua (2006), El Salvador (2007) e as Honduras (2007). A Costa Rica, a República Dominicana e o Paraguai encontravam-se em processo de discussão (Erikson & Chen, 2007, p. 77).

<sup>87</sup> Também era intenção de Ma de atrair investimento continental para o sector imobiliária de Taiwan, expandir os “Three Mini Links” iniciados na legislatura anterior (Cunha, 2008, p. 194).

<sup>88</sup> Dois dos planos do novo presidente neste aspecto eram a “ [...] criação de um mercado comum [e] a abertura de Taiwan ao atractivo mercado turístico chinês [...] ” (Cunha, 2008, p. 194).

duas repúblicas através de práticas pragmáticas (Hollar, 2009, pp. 91-92)<sup>89</sup>. O fator RPC teve e tem uma importância grande na elaboração da política exterior e interna da administração de Ma que quis construir uma “ [...] Ponte por Cima de Águas Turbulentas [...]”. O objectivo da nova administração era transformar uma relação conflituosa e tensa num motor para o desenvolvimento da RC e numa garantia de construção da paz tanto no estreito como na região pacífico-asiática. O abandono das contendas políticas em prol do diálogo aberto com Pequim era uma prioridade do governo, assim como promover uma base de equidade e cordialidade entre os dois lados. A manutenção do *status quo* era fundamental para Ma e daí a elaboração dos “Três Nãos” (Mainland Affairs Council, 2010, pp. 5-6).

Como fazia parte da tradição de todos os presidentes da RC quando chegavam ao poder, também Ma elaborou os seus “Três Nãos” em relação à China Popular, sendo eles o não à independência, o não à unificação nacional e o não ao uso da força (Cunha, 2008, p. 194). Ma encarava pragmaticamente o futuro das relações com o colosso económico mundial, dizendo que “ [...] a China é uma ameaça mas também uma oportunidade para Taiwan. O que devemos fazer é maximizar a oportunidade e minimizar o risco [...] ” (Cunha, 2008, p. 185). Ma sabia que voltar à mesa de negociações com Pequim era imprescindível. Assim, pouco tempo depois de ser reeleito, o SEF e a ARATS, retomaram as conversações depois de uma interrupção de quase uma década, tendo em novembro de 2008, rapidamente estabelecido acordos bilaterais ao nível das transportações aéreas e marítimas e correspondência postal (Mainland Affairs Council, 2008, s.p.).

Chen Yunlin (陈云林) e Chiang Pin-Kung (江丙坤), presidentes do ARATS e do SEF, continuaram com a manutenção de contactos próximos e busca de interesses práticos em que a RC e a RPC pudessem concordar, tentando Pin-kung seguir os princípios do presidente Ma de “ [...] pôr a economia por cima da política, os assuntos urgentes antes dos menos urgentes, e os fáceis de resolver antes dos difíceis [...] ” (Oficina de Información del Gobierno, 2011, pp. 1-4). Em duas ocasiões no ano de 2009, os dois presidentes conseguiram assinar catorze novos pactos numa grande diversidade de áreas<sup>90</sup>. Em junho de 2010 na quinta ronda de negociações, alcançou-se a assinatura do importante Acordo Quadro de Cooperação Económica (ECFA, siglas em inglês), ultrapassando-se as hesitações de Taiwan quanto ao comprometimento em assuntos económicos. Em síntese, o ECFA é um pacto que pretende normalizar a prática comercial entre o continente e Taiwan, com o corte ou diminuição de tarifas sobre os bens comerciais chineses e taiwaneses, abertura de vários sectores de atividade aos investidores chineses (financeiro, serviços e indústria transformadora), liberalização do investimento em ramos como as altas tecnologias e permissão de mobilidade dos cidadãos de ambos os lados do Estreito de trabalharem e visitarem a RPC e a RC. Os objetivos primários de Taiwan com a assinatura do ECFA incluíam: “ [...] o crescimento económico; converter-se na porta de entrada do investimento estrangeiro na China; estimular o incremento de aquisições das companhias Chinesas dos *inputs* de Taiwan, e assim fortalecer a posição de Taiwan na cadeia de fornecimento Asiática; e [...] transformar Taiwan num centro industrial regional [...] ” (Meltzer, 2014, p. 11).

Para além destas metas, Taiwan esperava não só beneficiar da abertura de um mercado de proporções gigantescas como também procurava integrar-se nas outras possibilidades da região. A RC procurou através de uma aproximação económica como o ECFA, uma forma de mostrar aos vários parceiros da região que a RPC entende o potencial da economia taiwanesa e que não prescinde de se aliar a um dos tigres asiáticos. Para além desse facto, Pequim e a ASEAN assinaram um acordo em 2010, um convénio que a RC há muito ansiava e que não

---

<sup>89</sup> A assinatura de um pacto de não-agressão com Pequim (Cunha, 2008, p. 194).

<sup>90</sup> Essas áreas abrangiam: “ [...] turismo, voos directos e embarques, serviços postais, segurança alimentar, finanças, combate à criminalidade, assuntos piscatórios, inspecções de produtos agrícolas e quarentena, *standard* de produtos, metrologia, testes e certificações [...] ” (Mainland Affairs Council, 2010, p. 6).

conseguiu concretizar face à oposição da RPC de qualquer tentativa de outros países em estabelecer TLC com Taiwan (Denmark & Fontaine, 2009, p. 3).

Mas, este acordo RPC - RC apenas conseguiu ser concluído com um pragmatismo louvável face às disparidades que ambos os lados enfrentaram ao longo da sua história política. O antídoto para desbloquear o clima de rejeição em relação às políticas respetivas foi explicado pelo negociante da parte taiwanesa. Pin-kung fez uma analogia entre a negociação e um inseto do Japão: um Tamamushi, mais conhecido como o besouro manhoso. A característica peculiar do pequeno inseto é o facto de manter o seu aspeto normal, apesar de mudar de cor dependendo da posição em que se o contempla, assim como varia conforme a exposição à luz. Para quem o vislumbra do exterior, o inseto pode adotar todas as interpretações cromáticas que o observador percecionar, que no entanto, o pequeno animal não deixa de ser aquilo que é. “ [...] Na diplomacia, a solução tamamushi-iro, refere-se ao acordo alcançado através de termos vagos e ambíguos que são desenhados para agradar a ambas as partes. Com a apreciação mútua, os partidos envolvidos não irão contestar as interpretações de um e do outro [...] ”. A administração de Ma sabia que a RPC não abandonaria o seu princípio de “uma só China” já há muito defendido para iniciar qualquer tipo de acordo com Taiwan. Portanto, Ma decidiu assumir uma posição estratégica de não confrontação dessa ideia, classificando o estado atual das relações entre Taiwan e RPC como um “reconhecimento da não negação mútua” (互不否认). Por outras palavras, para ultrapassar a barreira do pré-requisito “uma só China” da RPC, em que Taiwan é uma província chinesa, e para se respeitar a posição da RC de que o continente também faz parte da área da República da China, Ma propôs ‘uma China, diferentes interpretações’, fazendo com que cada república interprete a sua visão de China à sua maneira (Zhu, 2012, pp. 93-94). Como Ma explicou, “ [...] os dois lados não reconhecem a soberania um do outro, nem negam a autoridade um do outro para governar [...] ”. Ou seja, praticamente é impossível ambos os governos reconhecerem a soberania do outro baseado na lei internacional, mas não negam a autoridade de cada um sobre o território que governam (Lee, 2014, p. 12). A boa vontade política de Ma em relação ao continente ficou demonstrado na negação das fórmulas anteriores usadas pelos antigos presidentes (“uma China, dois governos” de Teng-hui e “um país em cada lado do Estreito” de Shui-bian) e a aceitação do “Consenso de 1992” que estabelecia a concórdia da RC e RPC sobre a existência de uma China (Wang, 2010, p. 1). Os elementos de concordância acertados nas negociações demonstra que os temas da unificação nacional e os “princípios” de cada república escondem-se cada vez mais por detrás das ambiguidades dos termos para que se permita chegar a pontos de concórdia em detrimento da anterior confrontação nas diferenças ideológicas (Zhu, 2012, p. 94).

Ora, concluído o processo, Taipé consegue adquirir o favor da comunidade internacional. Após as declarações congratulantes de Hillary Clinton a respeito da “histórica culminação” do ECFA, a RC conseguiu finalmente a abertura das portas para a iniciação do diálogo entre um membro da ASEAN e a entidade económica taiwanesa da OMC, o Território Aduaneiro de Taiwan, Penghu, Kinmen e Matsu em agosto 2010 (The China Post, 2010, s.p.). O Primeiro-ministro da Singapura, Lee Hsien Loong (李显龙), afirmou que o ECFA facilitaria as negociações entre os dois países assim como favoreceria toda a Ásia e o Pacífico (Oficina de Información del Gobierno, 2011b, pp. 1-4). Passados três anos, a RC alcançava o Acordo de Parceria Económica com a Singapura (ASTEP, siglas em inglês) assim como também assinava outro Pacto de Cooperação Económica com um parceiro do Pacífico, a Nova Zelândia (ANZTEC, siglas em inglês). Em relação aos grandes parceiros históricos da RC, a administração de Ma também concluiu pactos com o Japão em 2011<sup>91</sup> e retomou o diálogo com os EUA sobre o sector comercial em 2013 com o Acordo Quadro de Investimento e Comércio (TIFA, siglas em inglês) (World Trade Organization, 2014,

---

<sup>91</sup> Em 2011 assinou-se um acordo bilateral para as questões de investimento, em 2012 um acordo para a certificação dos produtos eléctricos e em 2013 um acordo sobre o comércio electrónico (World Trade Organization, 2014, p. 14).

p. 14)<sup>92</sup>. Como ficou demonstrado, a assinatura do ECFA fez com que Pequim atenuasse a sua rígida oposição aos acordos bilaterais com Taiwan (Rickards, 2013, p. 18).

Com um acordo com a RPC fechado e posterior abertura às oportunidades económicas, Ma delineou objetivos a longo prazo, almejando a adesão a importantes blocos comerciais, como a Parceria Trans-pacífico (TPP, siglas em inglês) e a Parceria Abrangente Económica Regional (RCEP, siglas em inglês). Ma pretende reduzir, o máximo possível, o prazo de adesão a estas parcerias e para isso visa libertar a economia da RC de todos os protecionismos e barreiras aos investimentos. O presidente da RC quer dotar Taiwan de todas as ferramentas necessárias à abertura económica para ajustá-las às “práticas internacionais” (Glaser, 2013, p. 27).

Um dos instrumentos essenciais do governo de Ma para o alcance desse propósito é o estabelecimento de Zonas Económicas Francas Piloto (FEPZ, siglas em inglês). As FEPZ “ [...] focalizar-se-ão na cooperação industrial transnacional, logística, cuidados médicos e produtos agrícolas de valor acrescentado. E os tipos de reformas económicas que serão testadas incluem reformas fiscais, redução de tarifas, liberalização de restrições ao investimento estrangeiro [...] ” (Meltzer, 2014, p. 14)<sup>93</sup>.

O motor da estratégia de Ma foi utilizar a economia como o ponto central de concórdia entre RC e RPC, para posteriormente obter mais espaço de manobra a fim de estabelecer acordos conjuntos com outras nações, fortalecendo a sua economia, rompendo com o isolamento que lhe estava confinado.

O clima de confrontação entre RC e RPC parou com a administração Ma, que deu preferência a um novo período pacífico, onde ambos os lados deveriam reconhecer a realidade e não negarem a existência um do outro, para que se abraçasse um novo rumo das relações baseado no benefício mútuo através da busca de soluções para os conflitos ainda existentes. O “princípio de negação mútua” quebrou uma série de pontos espinhosos que dividiam Taipé e Pequim. Ma não contestou o princípio “uma só China” e conseguiu pragmaticamente uma forma de colocar o conceito de soberania de parte para que o seu governo conseguisse defender as vontades dos 23 milhões de taiwaneses nas organizações internacionais. Assim, a participação de Taiwan nos organismos mundiais seria discutida na mesa de negociação entre as duas repúblicas. Desta forma, permitir-se-ia o encontro de fórmulas concordantes<sup>94</sup>, aumentando a participação de Taiwan nos organismos mundiais baseado em consensos de agrado mútuo (Lee, 2014, pp. 12-14).

Este pragmatismo do presidente Ma de preferir conviver amigavelmente com o seu opositor e transformar o clima de confrontação em ambiente pacífico, ficou exposto igualmente na sua política diplomática. Ma ofereceu a Pequim uma “trégua diplomática” (外交休兵) que consistia na paralisação da corrida pelo reconhecimento diplomático, estancando o número de aliados diplomáticos de cada república daquele momento, ou seja, 23 para Taiwan e 171 para a RPC. A Formosa comprometia-se a não procurar meios alternativos (como oferecimento de cheques) em troca do reconhecimento, nem aliciar os outros países ao reconhecimento dual. Como prova de honestidade para com Pequim, Ma cortou uma porção considerável do orçamento que era utilizado pelo MAE para seduzir os países a reconhecer a RC. A RPC aceitou as boas intenções do presidente e adotou com afabilidade a trégua que desejava, recusando o estabelecimento de relações com qualquer aliado diplomático de Taiwan (Zhu, 2012, p. 93). A iniciativa de Ma foi bem aceite pela RPC que chegou a recusar o pedido de dois aliados da Formosa (Paraguai e El Salvador) para negociar uma possível mudança de reconhecimento (Ku, 2009, p. 94). Paraguai e El Salvador tinham passado por eleições eleitorais que alteraram os presidentes dos seus governos, e

---

<sup>92</sup> O TIFA tinha sido estabelecido durante a legislatura de Lee Teng-hui em 1994, e era o veículo do diálogo entre a RC e os EUA para os assuntos de índole comercial. No entanto, o TIFA tinha sido suspenso de 2007 a 2013 devido a “ [...] controvérsias sobre as exportações de carne bovina para Taiwan [...] ” (Ministry of Foreign Affairs, 2014, s.p.).

<sup>93</sup> Para ler mais sobre as FEPZ, ver: Wang To-far (Why Free Economic Pilot Zones) *link*: <http://www.braintrust.tw/uploads/25%E6%9C%9F%E8%8B%B1%E6%96%87%E7%89%8806.pdf>.

<sup>94</sup> Por exemplo, o nome sob o qual a RC participaria no organismo e a conjuntura em que poderiam participar.

durante as campanhas de Fernando Lugo e Maurício Funes, ambos expressaram a vontade de se aproximar do gigante chinês. Ma ficou lisonjeado com o respeito de Pequim pela sua trégua (Duchâtel, 2009, p. 11).

Por que razão Ma elegeu a trégua diplomática? Em primeira instância, Taipé admitiu finalmente a influência militar, económica e diplomática de Pequim que transcende quaisquer esforços da RC em tentar competir com esse poder (Denmark & Fontaine, 2009, p. 2). Ma entendeu que em vez de utilizar exaustivamente os seus recursos ao favor de uma diplomacia competitiva, estes podem ser usados para ampliar a representação internacional da RC nas organizações internacionais, tentando ganhar o reconhecimento dessa comunidade como um parceiro estável e preservador da paz na região. A trégua diplomática trazia vantagens em diversos cenários: no internacional (incremento de confiança entre Taiwan e os outros Estados e reconhecimento do papel desempenhado pela RC nas causas internacionais) no regional (a quebra na confrontação RC e RPC possibilitou o estabelecimento de renovadas relações não oficiais com os países da Ásia e do Pacífico) no Estreito de Taiwan (a RPC e Taiwan passaram a resolver as suas controvérsias na base do diálogo) e com os aliados diplomáticos (Taiwan continuou a usufruir de excelentes relações e contactos bilaterais com os seus amigos diplomáticos) (Wang, 2010, p. 2).

No entanto, alguns países que em anos anteriores eram as recompensas de um jogo de reconhecimento entre Pequim e Taipé recebendo avultadas quantias de ajuda externa, não têm apreciado a estagnação da corrida diplomática. Como afirma Rich (2009, p. 172), “[...] a assistência ao desenvolvimento tem sido particularmente importante para microestados [e] ilhas onde a sua viabilidade económica pode ser posta em causa [...]” se este não se concretiza. Antigamente, estes países chantageavam as duas repúblicas, na medida em que, podiam sempre elevar a fasquia das suas exigências financeiras e esperar que RC ou RPC pagasse o montante desejado para “vender” o seu reconhecimento. Nenhum destes países em dificuldades tem interesse em ver esta batalha entre Taiwan e RPC resolvida ou estagnada, já que termina a sua autoridade de exigir incrementos no montante de assistência ao desenvolvimento. Segundo Rich (2009, p. 183) “[...] Na ausência de ofertas de assistência maiores, nenhum país mudou de reconhecimento [...]”. Na data em que o autor escrevera o seu artigo, a Gâmbia ainda não tinha abandonado o reconhecimento da RC, o que acabou por acontecer em novembro de 2013, tornando-se na primeira casualidade da carteira de aliados diplomáticos de Ma. Aquele país africano que manteve uma relação com Taiwan durante 18 anos, em que o seu presidente (Yahya Jammeh) era tido como o aliado mais próximo do governo da RC e que visitou Taipé 9 vezes, abandonou o seu reconhecimento alegando “interesses estratégicos nacionais”. O governo de Ma entrou em choque, tentando prontamente resolver este inesperado acontecimento enviando o antigo embaixador taiwanês na Gâmbia para inverter a situação, mas sem solução, admitindo-se oficialmente o corte nos laços diplomáticos (The Standard, 2014, s.p.). A razão para esta repentina mudança de intenções gambianas veio a ser explicada pelo Ministro do MAE e pelo embaixador taiwanês no país africano. Taipé recusou sucessivamente naquele ano desembolsar 10 milhões de dólares como ajuda financeira ao presidente Jammeh (CNA, 2013, s.p.). Taipé já não possuía o mesmo orçamento disponível para aliciar os países como antes, já que Ma tinha executado cortes nos montantes destinados à ajuda externa (Atkinson, 2014, s.p.). Embora Pequim esteja isenta de culpas, este foi um golpe doloroso na trégua diplomática de Ma que teve o partido da oposição PDP a questionar a viabilidade da estratégia (Wei-chen & Chung, 2014, s.p.).

Ma definiu que a ajuda externa aos seus aliados iria ser prestada apenas respeitando certas condições como “[...] metas apropriadas, processos legais e administração efetiva [...]” desse auxílio. Em vez dos cheques milionários, o presidente de Taiwan procurava a gestão, a supervisão e acompanhamento da assistência aos países (Oficina de Información del Gobierno, 2011c, pp. 1-4). Com Ma a exigir regulamentação e controlo nos custos, e com o antigo Ministro do MAE Francisco Ou (欧鸿炼) a pronunciar a amortecida declaração de que “[...] Taiwan não está em nenhuma posição de bloquear esforços de outros países em forjarem ligações comerciais com a China [...]”, a diplomacia confrontadora e aguerrida do PDP contrastava com a leviandade da nova

administração (Ku, 2009, p. 94). Apesar de Pequim não ter estabelecido relações oficiais com o país africano que abandonou o reconhecimento da RC, é com grande ceticismo que se encara o prolongamento indefinido da trégua diplomática anunciada pelas duas repúblicas (Scobell, 2014, p. 5).

A Gâmbia não foi nem é a última preocupação da administração Ma, tendo as Honduras anunciado a sua intenção de abrir um escritório comercial na RPC em dezembro de 2012 e em junho de 2013 rebaixando o estatuto do seu diplomata em Taipé passando de enviado extraordinário para encarregado de negócios (*charge d'affairs*) como uma espécie de pressão para receber ajuda externa de Taiwan<sup>95</sup>. Outros aliados diplomáticos como o Paraguai, a Santa Sé (Vaticano), o Haiti, o Palau e o Belize tiveram a mesma atitude com os seus representantes em solo taiwanês (Lee, 2014, p. 21).

Ainda no caso hondurenho, o posto de embaixador daquela nação em Taipé, esteve por preencher durante mais de um ano (Wei-chen & Chung, 2014, s.p.). Um dos motivos para a ausência de tal agente de primeira categoria, é o “[...] descontentamento do Estado acreditante com um comportamento do Estado acreditado [...]” (Sicari, 2007, p. 178). O embaixador do Panamá também se ausentou da cerimónia inaugural do Presidente Ma após a sua reeleição em maio de 2012 (algo anormal dos embaixadores aquando da eleição ou reeleição do presidente em que sedia a sua embaixada) e esse país da América Central adiou durante sucessivos meses a admissão das credenciais do embaixador taiwanês Diego Lin Chou (周麟) no Panamá (Liu, 2012, s.p.)<sup>96</sup>.

São Tomé e Príncipe também foi outro país aliado que desencadeou surpresas menos agradáveis para o presidente da RC, já tendo os seus assessores feito viagens à capital chinesa, e com abertura de uma delegação comercial da China Popular em São Tomé em novembro de 2013. Manuel Pinto da Costa, o presidente da nação em junho de 2014 deslocou-se pessoalmente à RPC numa “visita privada” sem nunca ter reunido com os aliados diplomáticos de Taipé (Veiga, 2014, s.p.). Outros sinais desconcertantes vindos de São Tomé foi a falta de comparência de Costa à visita de Estado de Ma ao país em 2012 obrigando este último a cancelá-la e noutra ocasião em janeiro de 2014, o “[...] avião de Ma teve de fazer círculos [à volta da ilha] à espera da chegada de Pinto da Costa [...]” ao local de receção (Wei-chen & Chung, 2014, s.p.).

De acordo com Atkinson (2014, s.p.), é bastante evidente que as relações substantivas entre os aliados diplomáticos da RC e Pequim estão a ser fomentadas e o exemplo de São Tomé é apenas a ponta do iceberg. O caso são-tomense é humilhante para a administração atual porque ilustra bem a incapacidade ou a negligência do governo em atuar perante estes casos. Parece também óbvio que Ma não está a fazer um bom trabalho a aperfeiçoar as relações com nenhum dos aliados diplomáticos de Pequim para que haja alguma intenção em se reaproximarem à Formosa<sup>97</sup>, nem tampouco consegue manter o seu pequeno número de aliados satisfeitos.

Segundo o mesmo, Ma foi vítima do seu próprio estratagema no xadrez diplomático, pois Pequim soube inverter o jogo a seu favor. Ora, se a numerologia favorece Ma ao nível da perda de aliados diplomáticos em anos de governação (1 perda em 6 anos de Ma contra 9 perdas em 8 anos de Chen), existe uma certa incerteza quanto à lealdade atual dos seus aliados diplomáticos. “[...] Uma fracção desconhecida mas presumivelmente significativa [...] continua a reconhecer Taiwan apenas porque a China diz que eles devem [...]”, como ficou claro

---

<sup>95</sup> O encarregado de negócios é o grau mais baixo de um representante nacional no exterior, que ao contrário dos embaixadores que são apontados pelo Chefe de Estado, são nomeados pelo ministério responsável pelos assuntos exteriores. O motivo pelo qual as missões diplomáticas de um país em outro passam a ser conduzidas por um encarregado de negócios é a instabilidade que pauta a relação entre ambos os Estados (Sicari, 2007, p. 87).

<sup>96</sup> Se as credenciais de um embaixador forem rejeitadas pelo outro Estado, o envio desse elemento não se concretiza, não tendo o país que rejeitou o representante preferir quaisquer explicações ou razões para o efeito, embora seja considerado uma boa prática divulgar os motivos da rejeição para a manutenção de relações cordiais entre os Estados (Sicari, 2007, pp. 90-91).

<sup>97</sup> Os representantes governamentais da RC não autorizados a visitar os países com quem Pequim tem relações diplomáticas e nem sequer estão autorizados a ter licenças de paragem ou de escala nesses países (Hsiuh-chuan, 2014, s.p.).

nos casos já mencionados de El Salvador e Paraguai. Pequim para além de saber que terá muitos aliados de Taiwan prontos a iniciar relações consigo caso seja essa a sua vontade, a RPC pode utilizar o cancelamento da trégua quando achar oportuno ou caso o caminho do governo de Taiwan para a reunificação for desviante e fora dos padrões desejados pelo presidente atual, Xi Jinping (习近平). A reunificação é para muitos dos 23 milhões de taiwaneses um futuro intragável e impensável, estando por isso esta trégua diplomática os seus dias contados, quanto mais se houver uma mudança para um candidato a presidente do PDP em 2016. Ma tem de enfrentar a realidade neste momento e perceber a verdade fria de que a sua trégua diplomática apenas tem a garantia de que consegue colocar um travão aos seus aliados de reconhecer a RPC, mas não pode forçá-los a reconhecer Taiwan incondicionalmente e intemporalmente. Hipoteticamente, quando Ma abandonar o seu posto ou quando a trégua diplomática se romper, o presidente de Taiwan pode enfrentar a angústia de ver o número dos seus aliados significativamente reduzidos e irá arrecadar com as culpas, apesar de este ser um dano colateral da sua política externa conduzida por Ma no presente (Atkinson, 2014, s.p.).

No campo da participação de Taiwan nas organizações internacionais, o grande êxito de Ma foi o alcance de um acordo com Pequim em 2009 para poder participar como membro observador sob a designação de “Taipé Chinês” nas assembleias anuais da OMS. Este foi um marco importante já que a RC reentrou num evento organizado por um organismo da ONU, da qual tinha sido excluída desde 1971. Contudo, apesar do presidente Ma tentar desvalorizar o tratamento dado à RC na organização, o “Taipé Chinês” é interpretado oficialmente por todos os participantes e pela organização com o estatuto de província chinesa. O então presidente da RPC, Hu Jintao, sublinhou que o espaço diplomático de Taiwan pode ser discutido em conjunto na mesa de negociações (Zhu, 2012, p. 93). De facto, embora se admita que tem havido uma abertura na cooperação e no diálogo entre os dois lados, o veredicto final pertence sempre a Pequim que seleciona caso a caso a participação ou o afastamento de Taiwan nas organizações. Como nos indica Duchâtel (2009), criou-se a percepção na Formosa de que a China Popular já tem bem definido quais são as organizações que deixará Taiwan participar e de que forma é que o deverá fazer. Caso a RC não aceite as condições, o não é sempre garantido. Aliás, *bullying* diplomático perpetuou-se na era de Ma, com a sua exclusão em eventos de menor exposição mundial como foi o caso da cerimónia da UNESCO em abril de 2009. Por que razão continua a RPC a exercer esta pressão sobre a presença taiwanesa em eventos semelhantes? Existem teorias diferentes, uma defendendo a utilização de uma estratégia ambivalente por parte de Pequim polvilhando a flexibilidade nalgumas situações articulando com intransigência noutras para mais tarde poder ter um maior margem de manobra e utilizar as cedências concedidas contra Taipé. A outra defende a ineficácia e a descoordenação entre as políticas internas e externas da administração Ma (Duchâtel, 2009, pp. 12-13).

Como é perceptível pelos acontecimentos acima descritos, a reaproximação a Pequim levada a cabo pelo GMD permitiu a aquisição de um clima menos tenso entre o Estreito, que é preferível para a comunidade internacional e para a população da RC pois reduz a possibilidade de acontecimentos alarmantes na região. No entanto, parece que este tem sido um dos raros pontos positivos que se podem apontar durante a administração Ma na política com o exterior. A participação em organizações internacionais está condicionada à vontade de Pequim, e a sua entrada respeita sempre o princípio de “uma só China” com Taiwan a ser interpretada como uma província chinesa e o seu estatuto dentro das mesmas é de *low-profile*, como uma entidade ou observador, nunca como estado-membro de pleno direito. A entrada na ONU torna-se num mero sonho. A trégua diplomática de Ma acarreta o desagrado dos seus pequenos parceiros que veem em Pequim uma oportunidade bem mais aliciante. Os aliados diplomáticos são vitais para Taiwan, já que o reconhecimento destes estados garante a sua soberania, previne o seu isolamento internacional, não permitem que Pequim utilize força coerciva para a unificação sem objeção internacional, apoia-a nas petições para entrar nas organizações internacionais e na manutenção do seu lugar nas mesmas. Estes são a prova de que há ainda nações que reconhecem a RC como um país e que o governo

de Taiwan tem legitimidade no exterior. É certo que muitos dos seus aliados diplomáticos são pequenas ou micro repúblicas. Porém o tamanho não se torna importante quando estes asseguram um lugar de voto em assembleias mundiais e podem reivindicar a participação taiwanesa nas organizações intergovernamentais mundiais como a ONU, enquanto Taiwan se vê apartada das mesmas. Desprezar o seu reconhecimento pode ser fatal para a RC caso não deseje ser “engolida” por Pequim. Os acordos económicos com a RPC apenas entrelaçam cada vez mais o futuro de Taiwan à unificação nacional estando os dois lados numa situação de interdependência em que mais tarde o partido maior absorverá o menor. Caso haja mudança de governo para um independentista (como o PDP), a corda no pescoço de Taiwan apenas se irá apertar cada vez mais sufocando o pouco espaço internacional que a RC possui, tanto em aliados diplomáticos como em organizações internacionais e blocos comerciais. A RPC provou ser demasiado imponente para se poder competir e um jogador incontornável no xadrez independentemente das táticas que a RC possa aprontar. Taiwan torna-se cada vez mais num ator de mínima dimensão refém da vontade de um gigante que controla o seu futuro em qualquer campo de atuação.

O enquadramento histórico dado no capítulo 1, demonstra os contornos da “Questão de Taiwan” e a forma gradual como a RC veio perdendo o favor internacional para a sua rival (principalmente depois da saída da ONU). A RPC tornou-se a partir de então num ator de grande relevância, obrigando a RC a adotar medidas que viabilizassem a sua política externa e diplomática para contrariar o isolamento diplomático. É na base deste acontecimento que foi analisado as eras de cada administração em Taiwan e de que forma as diferentes ideologias e formas de governo dos dois partidos que estiveram no poder, GMD e PDP, alteraram os destinos diplomáticos da RC. Explicados todos estes pontos importantes para o entendimento da rivalidade entre as duas repúblicas chinesas, o Capítulo 2 terá como propósito transportar todo este background que se acabou de aclarar para a explicação da situação vivida ao longo dos anos na América Latina e o ambiente competitivo gerado por RC e RPC em busca de aliados diplomáticos nesta zona do mundo.



## CAPÍTULO 2 - AS RELAÇÕES HISTÓRICO-DIPLOMÁTICAS ENTRE A AMÉRICA LATINA E A RC

Quando a RC transitou para Taiwan, os países da América Latina mantiveram o seu apoio ao governo de Kai-shek, mesmo quando a tendência de muitos outros países no mundo seguia a orientação da China Popular.

A política seguida pela RPC facilitou a retenção dos mesmos, face à abordagem revolucionária e maoísta que o PCC enveredava na sua política com o exterior. O seu extremismo e repúdio face ao Ocidente, assim como os sucessivos apelos a uma revolução do proletariado a nível mundial, não seduziram em grande parte os países latino americanos (Wang, 1990, p. 160). Para além disso, a RPC apoiava os movimentos guerrilheiros contra os governos vigentes na altura nos países da América Latina que, por sinal, tinham grandes afinidades políticas com Taipé (Mendes et al., 2011, p. 72). Em tempos de Guerra Fria, Taipé era uma base de apoio e formação militar para os países da região que, quando se viam privados do apoio dos EUA, viravam-se para Taipé em busca de auxílio. Esta era, de facto, uma demonstração do *hard power* e da capacidade de influência da RC naquela parte do mundo (Forman & Moreira, 2009, p. 98). O GMD reforçou bastante a sua cooperação com estas ditaduras no que se refere a assuntos da defesa nacional e da segurança do país a investidas de grupos guerrilheiros, mas, mais importante ainda, desenvolveu uma rede de contactos forte ao nível da diplomacia pessoal, com relações de amizade sólidas com as elites do poder governativo (Mendes et al., 2011, pp. 73-74). O anticomunismo também era um elo de ligação entre os países da América Latina e a RC, apadrinhado igualmente pelo “Uncle Sam”, que fazia com que os laços latino-americanos e Nacionalistas se conservassem (Expósito, 2004, pp. 7-8). Passadas as décadas de 1950 e 1960, a situação manteve-se inalterada. No entanto, com o início dos anos 1970, toda a conjuntura se modifica para a RC, muito devido à perda do seu lugar na ONU, à aproximação estado-unidense à China de Mao, à entrada em organizações internacionais, e a sua cada vez maior legitimidade internacional devido aos constantes reconhecimentos diplomáticos que ia adquirindo. Golpes duros que produziram um ponto de viragem e afetaram Taipé. A partir desse momento, produziram-se as primeiras brechas na América Latina e inicia-se uma guerra diplomática entre as duas repúblicas em busca pelo tão ansiado reconhecimento naquela região. Eventualmente, a América Latina não seria exceção à tendência mundial e, em dezembro de 1970, inicia-se a purga de aliados diplomáticos da RC para a RPC, começando pelo governo chileno, seguido do “ [...] Perú (1971), México (1972), Argentina (1972), Guiana (1972), Jamaica (1972), Trindade e Tobago (1974), Venezuela (1974), Brasil (1974), Suriname (1976) e Barbados (1977) [...] ”. Os fatores persuasivos utilizados por Pequim perante os demais países da América Latina eram essencialmente a criação de uma nova ordem económica internacional, que preservava a defesa dos seus direitos navais e uma área livre de armamento nuclear (Mendes et al., 2011, p. 72). Vários regimes da América Latina enfrentavam um dilema num mundo bipolar. Como não se reviam nos traços da ideologia soviética e tinham falta de confiança nos EUA por esta região, Pequim tornou-se numa válvula de escape, conseguindo haver uma reaproximação muito mais facilitada (Rodríguez, 2008, pp. 211-212). No entanto, estes não foram os únicos motivos essenciais. De acordo com Wang (1990), os erros praticados na política exterior de Pequim, nos anos após a sua fundação, foram reproduzidos por Taipé praticamente da mesma forma. Enquanto Pequim se apercebeu de que era escusado seguir uma visão revolucionária para a diplomacia com o exterior sendo mais proveitoso a adoção de uma estratégia pragmática, Taipé prosseguiu sempre a mesma diplomacia tradicional assente nos princípios morais, como o anticomunismo. O GMD não verificou que a diplomacia dos blocos ‘certos’ e dos blocos ‘errados’ tinha terminado, e que tentar moldar os países para se atingir a destruição do comunismo à escala global era descabido. Pedir às outras nações o “ [...] Sacrifício ‘para o que está certo’ [era] diplomacia do suicídio num mundo de realismo, [sendo] nada mais do que uma diplomacia da imaginação [...] ” (Wang, 1990). Quando Taipé deu conta que a sua política com o exterior

necessitava de formulação realista, já era demasiado tarde. Nesta altura cerca de 85% do território latino-americano estava diplomaticamente barrado aos oficiais de Taipé e os grandes negócios com estes mercados de grande envergadura interrompidos (Expósito, 2004, p. 7). Até meados dos anos 1980, o Equador (1980), a Colômbia (1980), a Nicarágua (1985) e a Bolívia (1985) também efetivaram a mudança das suas intenções diplomáticas para Pequim, restando apenas dois países na América do Sul leais à RC: o Uruguai e o Paraguai. Como é frisado por Rodríguez (2008), Pequim iria conseguir resgatar o Uruguai em 1988, mesmo antes de se produzir o massacre de Tiananmen<sup>98</sup>, mostrando claramente que esta transição era mais uma evidência que as relações baseadas em alicerces ideológicos (p. ex. anticomunismo) estavam já transpostas. Desde então, até aos dias de hoje, o Paraguai continua a ser o último bastião no continente sul-americano que resiste à tentação de mudar os seus laços oficiais para Pequim, permanecendo como aliado da RC (Rodríguez, 2008, pp. 211-212). Com um reajustamento da sua política e a percepção da verdadeira importância da América Latina<sup>99</sup>, a RPC conseguiu resgatar quase todos os aliados sul-americanos para o seu lado. Nem mesmo o grande poderio económico de Taipé conseguiria competir com a influência diplomática de Pequim, algo que acentuou o fortalecimento da sua função de ator político poderoso ao nível internacional (Mendes et al., 2011, p. 73). Com uma vasta gama de garantias e fundos, a RPC utiliza parte do seu larguíssimo arsenal financeiro em investimento e em promoção do desenvolvimento nos países latino americanos que ficam maravilhados com as fianças e os possíveis negócios provenientes dessa relação. Para terem acesso a estes privilégios, há que aderir à condição fulcral e que confere o isolamento e perda de legitimidade internacional de Taiwan: adesão ao princípio de “uma só China” (Leiteritz, 2012, p. 75). Um assentimento fácil de concordar, tendo em conta a grande aceitação internacional dada à China Popular e aos benefícios que advêm dessa relação.

Ora como o massacre de Tiananmen não surtiu efeito para abrandar o relacionamento entre América Latina e RPC, assim como também não cessou a perda estonteante de aliados diplomáticos por parte da RC, o governo decide utilizar outros métodos menos ortodoxos para reter a lealdade dos aliados que ainda lhes restavam e aliciar outros possíveis países à iniciação de laços diplomáticos (Rodríguez, 2008, pp. 211-212). O governo de Lee Teng-hui deu início à “diplomacia do dólar”, uma ferramenta muito apreciada entre os países daquele continente. Como nos é explicado por Mendes et al. (2011), estes tratavam-se de países pobres, com assimetrias económicas e sociais. A ajuda financeira era a melhor ferramenta diplomática que Taiwan tinha em seu poder para manter e aliciar parceiros e possíveis candidatos em dificuldades. O início da década de 1990, marcado pelo fim da Guerra Fria, provocou uma diminuição no receio de usurpação do poder por parte de grupos comunistas com ligações à URSS. A China Popular, nesta altura, tinha adquirido grande favor internacional e grande parte das nações globais já tinham aderido ao seu princípio de “uma só China”. As ditaduras na América Latina entraram em decadência e dá-se o conseqüente enlaço aos ideais democráticos. Com um ambiente estável acompanhado de paz e de democracia, os países latino-americanos focam a sua atenção em problemas mais graves da sua sociedade que tinham sido descurados durante os regimes ditatoriais. Para estes países em apuros e em busca de assistência financeira, Taiwan torna-se num parceiro aliciante e a diplomacia do cheque é exatamente a política exterior

---

<sup>98</sup> O massacre de Tiananmen (六四事件) é-nos apontado como um “pequeno parêntesis” na grande galopada da China Popular em termos de expansão económica e diplomática, ou seja, a repressão exercida pelo PCC à sua população e à vista de todos os actores internacionais, não foi motivo para que os laços entre América Latina e Pequim abrandassem (Mendes et al., 2011, p. 73).

<sup>99</sup> Delinear-se novos objectivos da RPC para a região entre a década de 1980 e de 1990, que abrangiam o afastamento das diferenças ideológicas com os governos vigentes e focalização na cooperação e nas relações de amizade; o estabelecimento prioritário das relações com os actores principais do continente como Brasil, Argentina e Venezuela; tornar as relações económicas num factor de atenção e motivação central; e procurar estabelecer contactos com partidos políticos com divergências ideológicas (não só criar laços à “esquerda”) (Mendes et al., 2011, p. 73).

necessária para atender às suas necessidades (Mendes et al., 2011, pp. 73-74). Contudo, todos os avanços executados por Taipé eram cautelosamente pautados com visitas de Estado planeadas por Pequim a grandes “sócios” influentes na região<sup>100</sup>. O apoio militar prestado pela RC a alguns países latino-americanos deixou de se desenrolar com tanta desenvoltura como era hábito nas eras das ditaduras, tendo-se ainda assim conservado. No entanto, o grosso das suas relações bilaterais passou a ser centralizado na prestação de assistência técnica e financeira. A RC proporcionava três tipos de ajuda: “ [...] 1) a ajuda financeira não-reembolsável<sup>101</sup>; 2) a ajuda financeira reembolsável; e 3) a ajuda técnica – essencialmente no sector agrícola [...] ”. Estes incentivos aos PVD’s tornam-se numa das principais razões para que estes países mais carenciados da América Latina não sigam a tendência mundial e mantenham as suas ligações diplomáticas com Taipé (Mendes et al., 2011, p. 74). Mas não só aos PVD’s interessou os aliciamentos da economia taiwanesa. O grande desempenho económico registado em Taiwan levou a que alguns dos parceiros diplomáticos da RPC decidissem também eles abrir escritórios de representação comercial na capital da RC, como foi o caso da Argentina, da Bolívia, do Brasil e do Chile, entre 1989 e 1992 (Rodríguez, 2008, p. 216).

Foi também por interesses económicos, e para estabelecer uma zona de livre comércio entre os vários países da América do Sul, que, em 26 de março de 1991, se assinou na capital do Paraguai o Tratado de Assunção que daria forma ao propósito jurídico de um Mercado Comum do Sul, amplamente conhecido como Mercosul. O Mercosul é uma organização intergovernamental em que os objetivos dos seus membros são a efetivação de um “ [...] mercado comum, a promoção do desenvolvimento social e económico e a manutenção da democracia entre os seus Estados-membros [...] ” (Dri, 2009, p. 70). Este acordo político-económico, inicialmente firmado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (e que mais tarde teve a associação de outros membros como o Chile, a Bolívia, a Colômbia, o Equador, o Peru e a Venezuela), previa uma livre movimentação de pessoas, bens e de serviços, assim como a eliminação de entraves ao comércio regional, como as tarifas a fim de se proceder a uma completa aglomeração económica na América do Sul (Klonsky, 2012, s.p.). Por esta organização ter um cariz político, a concretização de TLC com certos membros integrantes da Mercosul está condicionada a razões estatais que podem ser de índole política, diplomática ou estratégia (ABC Color, 2005, s.p.). Uma lei promulgada em 2000 entre os seus membros firmou o compromisso que nenhum país do Mercosul poderia assinar acordos comerciais com outros países em deliberação unilateral sem o consentimento dos outros membros (Ho, 2005, s.p.). Este fator é uma das razões pelas quais Taiwan não conseguiu ainda firmar um TLC com o Paraguai. Como os membros do Mercosul são aliados da RPC, a probabilidade do Paraguai criar um TLC com Taiwan são muito escassas, uma vez que estão sujeitas a aprovação destes e existe a relutância do governo do Paraguai em ferir as suscetibilidades dos seus parceiros influentes do Mercosul, como a Argentina e o Brasil (do qual a economia paraguaia está altamente dependente). Como é previsível, Taiwan pode ter sucesso na implementação de TLC com outros parceiros na América Central e nas Caraíbas, mas na América do Sul as portas estão fechadas (Mendes et al., 2011, p. 76). Para a RPC, a Mercosul continua igualmente inacessível para a assinatura de uma parceria estratégica, devido à presença de um dos quatro membros na organização que não reconhece Pequim. O Paraguai é a principal razão pela qual se deu o fracasso da diplomacia entre o bloco sul-americano e a China Popular (Oviedo, 2005, p. 8). Além disso, como único aliado da RC no Mercosul, o Paraguai é pressionado pelos colossos sul-americanos para abrir as suas relações com a RPC às custas da sua relação diplomática com Taiwan (WikiLeaks.org, 2011, s.p.). O último reduto da RC na América do Sul é considerado um estorvo na concretização de uma zona de

---

<sup>100</sup> A viagem de Yang Shangkun (杨尚昆) pelo México, Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, em maio de 1990, é prova disso (Rodríguez, 2008, pp. 211-212).

<sup>101</sup> Esta ajuda não-reembolsável de que nos falam os autores é descrita como aquela assistência “ [...] normalmente direccionada para o financiamento de infra-estruturas ou actividades de apoio ao desenvolvimento [...] ” (Mendes et al., 2011, p. 74).

comércio livre entre a RPC e a Mercosul, e desde 2004 que Pequim pressiona. A RPC tentou persuadir os seus aliados diplomáticos do Mercosul a coagirem o Paraguai na mudança dos seus laços com Taiwan (Williams, 2008, p. 59). Um desses episódios mais visíveis foi quando o Paraguai assumiu a presidência temporária do Mercosul no início de 2005, e o governo de Duarte Frutos foi obrigado a participar em reuniões do bloco que previam a reflexão dos laços entre Assunção e Taipé<sup>102</sup>. Como anunciado por Erikson e Chen, em 2007, o Paraguai iria entrar numa situação em que a sua posição como aliado da RC se iria tornar incompatível e indesejável com as ambições dos seus sócios do bloco regional (Erikson & Chen, 2007, p. 85). Como não lograram a execução dessa premissa, em 2012, Brasil, Argentina e Uruguai aproveitaram a suspensão do Paraguai no Mercosul<sup>103</sup>, para viabilizar um comunicado conjunto dos três membros restantes do Mercosul, que previa a criação de uma zona de livre comércio entre o bloco económico sul-americano e Pequim, ao qual o Paraguai se opunha (Felício, 2012, s.p.). Apesar de “suspensão” não significar propriamente “exclusão”, o Paraguai foi apartado do discurso nas conversações feitas entre o então Primeiro-ministro da RPC, Wen Jiabao (温家宝), e os três mandatários dos países do Mercosul. Cristina Kirchner (Argentina), por exemplo, nem mencionou o seu parceiro sul-americano aquando desse encontro por videoconferência (ABC Color, 2012, s.p.). Apesar de se perceber que as probabilidades de algo se materializar deste encontro serem muito reduzidas (já que a suspensão do Paraguai do Mercosul era temporária e a negociação do tratado levaria algum tempo), ficou bem clara a intenção dos três membros do Mercosul e da China Popular em prosseguirem um acordo (Costas, 2012, s.p.).

Como ficou demonstrado, o seguimento do princípio de “uma só China” é, por vezes, essencial para não ser alvo de pressões internacionais ou até mesmo evitar apartar-se das grandes decisões regionais, como foi experienciado amargamente pelo Paraguai na Mercosul por se manter leal a Taipé. Como nos afirma Mendes et al. (2011, pp. 71-72), “ [...] os governantes chineses pressionam os países apoiantes da ilha, usando o peso internacional da China para os penalizar [...]”.

## **2.1 CAUSAS PARA A AUSÊNCIA DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE RC E PAÍSES DA AMÉRICA LATINA**

Devido ao facto de os países da América Latina possuírem grandes assimetrias e problemas de desenvolvimento, a RPC e a RC aproveitam a utilização do seu poder económico para os auxiliar, na medida em que ajudam a colmatar as suas dificuldades através do fornecimento de assistência, investimentos, doações, empréstimos e produtos manufacturados. Em troca pedem-lhes reconhecimento diplomático, recursos naturais e apoio político (Mendes et al., 2011, p. 71). O interesse da RPC na América Latina cresceu e no século XXI, procura na região quatro objetivos, dois dos quais atingem as ambições da RC, nomeadamente a obtenção de apoio e legitimidade internacional e o resgate da grande fatia de aliados de Taiwan na América Latina para a adesão ao seu princípio “uma só China” (Leiteritz, 2012, p. 68). Pequim acena com pacotes de ajuda aos aliados da RC, mas é inflexível na adesão ao princípio, havendo que escolher entre Taiwan ou China Popular para se proceder ao estabelecimento de relações oficiais e o envio da tão desejada assistência. A América Latina alberga a maior percentagem de aliados diplomáticos da RC (12, atualmente). Países esses, de pouca expressividade ou influência geopolítica, mas todos eles juntos formam um grupo de Estados bastante significativo para a diplomacia taiwanesa e que segue o apoio aos EUA nos seus mais diversos apelos (Erikson & Chen, 2007, pp. 70-71).

A importância da manutenção destes redutos diplomáticos é altíssima, pois os parceiros centro-americanos e o Paraguai são essenciais para a manutenção do estatuto de Estado separado da RPC. Caso fossem perdidos

---

<sup>102</sup> Ver (Burdman, 2005, p. 218).

<sup>103</sup> Devido ao *impeachment* do seu presidente Fernando Lugo.

estes apoios diplomáticos, a sua posição em termos de legitimidade internacional ficaria seriamente deteriorada (Watson, 2004). Contudo, estes aliados além de serem persuadidos com a avultada assistência de Pequim, também recebem testemunhos próximos dos seus vizinhos no continente da contribuição fantástica que a RPC tem implementado *in loco*, a fim de combater as suas complicações. A propósito, a Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas reconheceu o contributo prestado pela China Popular no crescimento económico da região. Este cenário acaba por causar um ambiente de incerteza e hesitação entre os aliados de Taipé se as suas relações são, de facto, convenientes ou se deveriam optar pela outra “China” em busca de melhores condições (Mendes et al., 2011, p. 77).

Esta batalha pelo reconhecimento já não é totalmente desconhecida para estes Estados, o que faz com que fenómenos como o oportunismo político surjam à superfície. Países da América Central e Caraíbas (e até mesmo o Paraguai que será analisado no próximo capítulo) demonstraram estratégias de “flirt” como uma forma de recolher o maior número de benefícios possíveis (Mendes et al., 2011, p. 77). Eventualmente, as vantagens apresentadas pelo pacto com Pequim acabam por se sobrepor às da RC, como foi o caso da mudança de laços oficiais para a RPC da Dominica (2004), Grenada (2005) e da Costa Rica (2007) (Erikson & Chen, 2007, p. 80). A estratégia utilizada por Taiwan para salvaguardar a sua pequena lista de aliados baseia-se, principalmente, na prestação de ajuda financeira e de cooperação ao desenvolvimento a países pobres (Mendes et al., 2011, p. 82). A linha de ação dos parceiros de Taiwan como movida “ [...] por imperativos económicos entre Pequim e Taipé. [...] A luta entre China e Taiwan providencia uma fonte dos tão necessitados recursos [...] [e] tornou-se numa premissa particularmente atrativa porque as relações diplomáticas com um parceiro não excluem esforços para atrair investimento e incentivos ao comércio com o outro [...] ” (Forman & Moreira, 2009, p. 101). Ora, neste cenário, a RC tinha de abrir mão de um grande número de incentivos financeiros para conseguir competir com Pequim, e teria de dispor ainda de recursos financeiros para aliciar outros Estados que possam querer mudar o seu reconhecimento para Taipé em troca de assistência. Uma situação que parece ser incomportável para Taiwan, e daí o pedido da administração de Ma por uma trégua diplomática a Pequim. Como é apontado por Watson (2004), a América Central não representa um grande atrativo para a cada vez mais veloz economia chinesa, uma vez que não tem produtos dos quais a RPC careça ou que não tenha já produção. No entanto, se a RPC decidir fazer esforços concertados e persuasivos aos governos destes países, estes podem achar que esta é uma oportunidade demasiado boa para recusar. Aquilo que Taiwan tem para oferecer é facilmente alcançável por Pequim. Basta haver vontade política.

Como é natural, se a situação se põe difícil com os países de menor dimensão, então grandes nações, como aquelas que encontramos na América do Sul, estão fora do alcance para a RC. Os mesmos autores indicam que a China Popular é um parceiro estratégico demasiado importante para estes, já que o seu peso económico, tanto ao nível da exportação, como da importação, torna a relação diplomática com a RPC uma necessidade irresistível (Forman & Moreira, 2009, p. 101). Mas não só os argumentos económicos, como também os políticos, estão em cima da balança. Como argumenta Erikson e Chen (2007, p. 75), as características históricas da China Popular, sem um passado colonial ou imperialista, torna-se numa alternativa aos EUA e à UE, principalmente para governos ou partidos que não desenvolvem particular afinidade com as intenções ocidentais e americanas.

Como analisado anteriormente, Pequim utiliza a sua influência para colocar pressão nos aliados diplomáticos de Taipé. O clima de tensão no Mercosul, em que o Paraguai é pressionado pelos seus parceiros na organização, é um estratagema desenhado por Pequim. Assim como pediu ao México para persuadir parceiros na América Central, também no Mercosul deu indícios de exercer o seu “ [...] poderio económico como um meio para atingir um objectivo claramente político de remoção a Taiwan dos seus aliados diplomáticos no Hemisfério Ocidental [...] ” (Erikson & Chen, 2007, 75-76). Oviedo (2005, p. 9) corrobora este facto afirmando que Pequim faz pressão sobre terceiros, de forma a influenciar aqueles que sustentam laços oficiais com a RC. Brasil e Argentina têm sido

os intermediários de Pequim no aliciamento do Paraguai para se vergar ao princípio “uma só China”. Erikson e Chen (2007, p. 85) enaltecem que como o Paraguai é um dos elementos mais débeis do bloco, este pode muito bem vir a ser compelido a abandonar as suas ligações diplomáticas com Taipé e a perder a sua relação comercial mais persistente da sua história fora da região e do Ocidente.

As ferramentas diplomáticas empregues nas eras de Teng-hui e Shui-bian, já não são utilizadas com a mesma leviandade. Falamos, por exemplo, da “diplomacia do dólar”, que tem sido alvo de censura tanto na própria política taiwanesa, como também causa reprovação aos beneficiários. Transparência, responsabilidade monetária, persecução de uma política com o exterior coerente são alguns dos fundamentos utilizados na arena política para criticar as longas décadas de suborno e recompensas atribuídas por Taiwan. Após a Guerra Fria, muitos aliados de Taiwan transacionaram para democracias que rejeitavam a condução desse tipo de escândalos, e os que aceitavam os cheques dourados da RC caíam em desgraça, como foi o caso do ex-presidente da Costa Rica, Miguel Rodriguez, e do antigo presidente guatemalteco, Alfonso Portillo, ambos acusados de receber da administração Shui-bian avultadas quantias de dólares sem justificação aparente. Em Taipé, os elementos da oposição aproveitavam estes escândalos para rogar o fim desta diplomacia vergonhosa, assim como vinham reprovações no mesmo tom dos aliados que tinham a sua honra manchada por presidentes corruptos. Assim sendo, era e é “[...] embaraçante para Taiwan ser exposto como um governo que corrompe outros governos [...]” (Erikson & Chen, 2007, p. 79).

Em contrapartida, a RPC não possui estes tipos de “limitações”, uma vez que os responsáveis da política externa de Pequim não estão sobre fogo cerrado, tanto da imprensa livre e da legislação, como também não prestam contas à oposição eleitoral. A China Popular possui muito mais recursos para levar a cabo uma diplomacia do dólar e essa ideia pode ser comprovada na aquisição de aliados nos finais da era Chen.

Um dos grandes receios da RC é o tão afamado “efeito dominó”, que acarreta uma perda em cadeia dos vários aliados diplomáticos e que se torna num *handicap* tremendo na sua aclamação de legitimidade internacional (Erikson & Chen, 2007, p.80). Esse temor foi posto à prova quando a Costa Rica optou por Pequim, receando-se mesmo o seguimento do Paraguai e da República Dominicana, que recolheriam bastantes dividendos com uma tal mudança devido à sua estrutura económica (Mendes et al., 2011, p. 77). Forman e Moreira (2009, p. 101) também concordam que o Paraguai, que se manteve leal a Taiwan por mais de 50 anos, é um dos alvos principais de Pequim, o que o torna num receio ainda maior por ser o último aliado na América do Sul. Como nos indica Rodríguez (2008, p. 228), o poder de decisão em manter os seus aliados diplomáticos atualmente já não reside nas mãos de Taipé mas sim nas de Pequim (e Ma Ying-jeou apercebeu-se desse facto). Apenas por opção da RPC, Taiwan estaria a usufruir de um ambiente diplomático calmo, pois Pequim optou por uma postura perseverante e tolerante, não avançando a todo o vapor na persuasão dos amigos de Ma, mas tentando fortalecer a sua interação com estes. Pelo menos, enquanto a trégua dura.

No que se refere à participação em blocos e organizações regionais, a RC consegue ter uma entrada fácil nos blocos e fóruns regionais da América Central<sup>104</sup>, porém vê barrada a sua entrada nas demais associações do continente Americano, muito pela oposição exercida por Pequim, que já garantiu o seu lugar como observador em grande parte delas (Erikson & Chen, 2007, p. 76)<sup>105</sup>.

Este capítulo, que analisa apenas esta zona do globo, demonstra perfeitamente as ilações que se retiraram no primeiro. Nesta secção ficou demonstrado o papel relevante que a RC tinha na era pré-exclusão da ONU, e

---

<sup>104</sup> Taiwan participa como observador no Sistema de Integração Centro Americano e no Fórum de Presidentes e Legisladores da América Central. Participou igualmente, desde 1991, na Cimeira dos países centro-americanos (ver Rodriguez 2008, p.216).

<sup>105</sup> A Organização dos Estados Americanos e o Banco de Desenvolvimento Inter-Americano não aceitam a adesão da RC.

que com os EUA se tornaram importantes parceiros estratégicos e diplomáticos para os países latino-americanos na contenção do comunismo. Após a saída dos representantes de Chiang Kai-shek da ONU e da aproximação do governo estado-unidense à RPC, tudo mudou para os Nacionalistas em Taiwan, no que se refere à sua carteira de aliados diplomáticos e à sua participação nas organizações internacionais. A América Latina não foi exceção. Pequim conseguiu persuadir uma enorme fatia de aliados da causa taiwanesa, pois aproveitou tanto os erros tradicionais e obsoletos da diplomacia da RC como se tornou numa opção válida num mundo bipolar em que os países, face ao descrédito nas duas grandes superpotências, procuraram na RPC uma alternativa promissora. Os aliados que restaram à RC foram as ditaduras com quem tinham grande afinidade administrativa e pessoal, que, entretanto, também haveriam de tombar e serem repostas por regimes democráticos. A RC perde a sua importância como parceiro militar na frente contra o comunismo, passando apenas a oferecer a assistência técnica e financeira aos países como moeda de troca para o reconhecimento diplomático. Trunfo que a RPC também já possui e que pode abafar qualquer oferta monetária taiwanesa e ultrapassá-la em vários milhões. Assim, incapazes de competir com uma China Popular com cada vez maiores recursos de negociação para com os seus aliados diplomáticos, a RC, durante o mandato GMD de Ma, decide pedir uma trégua ao seu grande rival, implorando o freio na batalha que acabaria por perder inevitavelmente. Pequim respeitou, conseguindo a RC aguentar, por enquanto, o único bastião na América do Sul - o Paraguai – país que a RPC tinha grande interesse em arrecadar para a sua lista por ser um dos aliados mais importantes da RC. O capítulo seguinte pretende particularizar o caso-exceção que é o Paraguai, analisando o percurso desta aliança histórica, procurando levantar os motivos pelos quais o Paraguai reconheceu e ainda reconhece a RC, quais são os benefícios que acarreta essa posição para os dois países e que tipo de pressões internas e externas tem sofrido essa relação persistente.



## CAPÍTULO 3 - AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE A REPÚBLICA DO PARAGUAI E A RC

### 3.1 INÍCIO, DESENVOLVIMENTO E MARCOS DA RELAÇÃO DIPLOMÁTICA PARAGUAI-RC

A primeira data a reter no que se refere ao início das relações diplomáticas entre RC e o Paraguai é 9 de julho 1957. Este foi o dia em que o embaixador paraguaio sediado em Caracas, Carlos Montanaro, encaminhou uma Carta Oficial (No.74/57) ao então enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário da RC na Venezuela, Wanli Yen (*Embajada del Paraguay en Taiwán*, 2014, s.p.). Três dias após a recepção do dito documento, os Ministros das Relações Externas da RC e do Paraguai anunciam, nas respectivas capitais, o enlace diplomático assinado pelos dois países (Fleitas, 2013, s.p.). Este marco da história diplomática ocorreu numa altura em que dois generais autoritários estavam à frente dos destinos dos respetivos Estados – Alfredo Stroessner e Chiang Kai-shek (Venne, 2004). O Paraguai e a RC, naquela altura, partilhavam de semelhanças curiosas que os fizeram aproximar inevitavelmente. Primeiro a situação dos seus líderes, que como diz Moreira (2014, p. 307), “ [...] Stroessner era o chefe militar governante, o encarregado de delegar as diretivas e o principal forjador do projeto político [...] ” (assim o era Kai-shek). Em segundo lugar, a conjuntura partidária: “ [...] O Partido Colorado é o responsável fundamental do funcionamento do sistema corrupto, como assim também do processo de despolitização da cidadania [...] ” (assim acontecia com o GMD). Aproveitando essa característica marcante do governo de Stroessner, Venne (2004) indica-nos que a RC, após o estabelecimento do acordo diplomático, executou uma série de transferências monetárias que tilintaram nos cofres do governo paraguaio, como jeito de compensação. Seguiram-se a assinatura de vários convénios culturais (1961), económicos (1962), fortalecimento de amizade (1968) e de cooperação técnica-económica (*Embajada del Paraguay en Taiwán*, 2014, s.p.)<sup>106</sup>.

Em 1962, foi o ano em que o primeiro diplomata paraguaio assume o cargo de embaixador (não-residente) na RC (Taiwan Info, 1962, s.p.). Nicolas de Bari Flecha Torres, também embaixador do Paraguai no Japão, começou a sua missão diplomática com a RC em 23 de abril de 1962<sup>107 108</sup>. Yang Yun-chu também foi nomeado por Chiang Kai-shek para exercer funções diplomáticas em Assunção em junho de 1963 (Taiwan Info, 1963, s.p.).

Para além de fortalecerem os seus laços oficiais com tratados para a relação e o intercâmbio dos respetivos embaixadores, o Paraguai também era um fiel defensor da causa da RC na cena internacional, e desde 1950 que o seu apoio tinha sido demonstrado no organismo de maior expressividade ao nível das nações, a ONU. A partir desse ano, as numerosas petições que chegavam à ONU para retirar os representantes de Kai-shek em prol dos membros comunistas da RPC foram, na sua totalidade, repulsadas pelos enviados paraguaios àquele organismo, inclusive na Resolução Nº 2758 que ditaria o fim da presença da China Nacionalista na ONU. O Paraguai sempre manteve uma sólida posição quanto aos requisitos de entrada da RPC, declarando incansavelmente que a China Popular não cumpria com os mínimos exigidos em relação aos valores da Carta das Nações para lograr uma entrada na organização. Além disso, a convicção paraguaia era a de que a RC era a legítima representante da nação chinesa perante os atores e organismos internacionais (*Embajada del Paraguay en Taiwán*, 2014, s.p.). A saída da RC da ONU não atingiu as relações entre os dois países, que passado pouco tempo desse acontecimento,

---

<sup>106</sup> Ver anexo 2 sobre Convénios Bilaterais entre a RC e a República do Paraguai.

<sup>107</sup> Ver lista de embaixadores do Paraguai à RC em: <http://www.mre.gov.py/v1/Adjuntos/Libros/RepresentantesdelParaguayII.pdf>.

<sup>108</sup> A Convenção de Havana de 1928 sobre os funcionários diplomáticos cita num dos seus artigos que é possível que se proceda à nomeação do mesmo embaixador para vários Estados: “ [...] Todo o Estado pode confiar a sua representação perante um ou mais Governos a um só funcionário diplomático [...] ” (Sicari, 2007, p. 95).

voltaram a assinar mais acordos bilaterais<sup>109</sup>. Stroessner manteve-se irreduzível mesmo quando todos os seus vizinhos na América do Sul iniciaram o reconhecimento da RPC (Marks, 1998, p. 289). O Caudilho da nação paraguaia seguia uma “ [...] doutrina de segurança nacional’ estadounidense como fonte de legitimidade do seu poder [...] ” e por isso, esse alinhamento direcionado a Washington, levou a que as relações com Cuba se agravassem em 1960<sup>110</sup>. Em tal sintonia, Stroessner decidiu também não acompanhar o seu prezado amigo Pinochet quando este decidiu manter relações diplomáticas com o governo da RPC na década de 1970, e insistiu com o vínculo a Taipé (Guelar, 2013). O ditador paraguaio detinha uma profunda admiração por Chiang Kai-shek, a qual ficou demonstrada na visita do Ministro das Finanças da RC ao Paraguai em que Stroessner o “batizou” como “ [...] o principal líder anticomunista do mundo [...] ”<sup>111</sup>. Esse sentimento era igualmente compartilhado pela sua administração, mesmo depois da saída da RC da ONU, deixando Raul Pastor (Ministro dos Assuntos Externos paraguaio) bem claro que o seu país nunca deixaria de apoiar o governo de Taipé em todos os campos e organismos internacionais, nunca cessaria de apoiar a “China Livre”, que compartia os valores de democracia, liberdade e paz (os mesmos ideais que o Paraguai advogava mesmo em tempos de ditadura)<sup>112</sup>.

Anos mais tarde, poucos meses depois do Generalíssimo ter soprado o seu último suspiro, Stroessner encabeça uma viagem de Estado a Taipé, no dia 22 de setembro de 1975. O Caudilho paraguaio fez a sua entrada ostentando a sua farda de General Supremo do Exército do Paraguai, tendo visitado Kaoshiung (高雄) e Taichung (台中) com o Chefe de Estado-maior do exército da RC, Lai Ming-tang (赖名汤), numa passagem pelas academias e bases militares dessas cidades. Stroessner teve a oportunidade de apreciar as demonstrações das tropas do General Lai, assim como também visualizou o potencial da Marinha Nacionalista. A Força Aérea em Taiwan exibiu a sua prontidão e rapidez de processos quando se deu início a um simulacro inaugurado pelo próprio Stroessner. De regresso a Taipé, o Caudilho presenteou um espetáculo de música tradicional paraguaia para Yen Chia-kan. Espetáculo esse prontamente retribuído pelo seu homólogo com *shows* de ópera e arte marcial chinesa. No dia 25 de setembro trataram de assuntos menos lúdicos e mais protocolares, como a assinatura de tratados na área do turismo e do comércio<sup>113</sup>, firmados pelo Ministro Sapena e Shen Chang-huan (沈昌煥). Em seguida, Yen e Stroessner comunicaram ao mundo a sua aliança contra o comunismo e a ameaça que representa para as liberdades fundamentais dos países. Demonstraram preocupação pelos consecutivos avanços do comunismo, tanto na Ásia como na América Latina, e pediram uma maior união e cooperação entre as nações do “mundo livre” para colocar fim ao contágio dos movimentos revolucionários. Em claro ênfase às vantagens em ter um país livre das forças do comunismo, o presidente paraguaio elogiou os progressos realizados na “China Livre”, no campo da economia (um dos que apresenta “mais rápido crescimento na Ásia”) e na qualidade de vida conseguida pela população em Taiwan (“um dos mais elevados nesta região”). Stroessner ainda adiantou que acreditava ser possível a reconquista do continente, a missão tantas vezes ressaltada pelo seu amigo Kai-shek. Chia-kan não se

---

<sup>109</sup> Como, por exemplo, os convénios de 1973 e 1975. Ver anexo 2 sobre Convénios Bilaterais entre a RC e a República do Paraguai.

<sup>110</sup> O regime de Stroessner “ [...] foi um dos países que estiveram a favor da acção colectiva contra o regime cubano, por intermédio da Organização dos Estados Americanos [...] ” (Moreira, 2014, p. 304).

<sup>111</sup> Ver “The month in Free China” da agência Taiwan Review: <http://taiwanreview.nat.gov.tw/ct.asp?xItem=140714&CtNode=1208>.

<sup>112</sup> Ver “The month in Free China” da agência Taiwan Review: <http://taiwanreview.nat.gov.tw/ct.asp?xItem=133460&CtNode=1208>.

<sup>113</sup> O tratado comercial previa isenção de impostos a investidores chineses que tivessem vontade de investir na indústria paraguaia, redução de 50% nos primeiros 5 anos do imposto no terreno onde se localizava a firma. Foi um acordo que previa a duração de 20 anos. No âmbito do turismo foram concluídos acordos para permitir os cidadãos paraguaios e residentes na RC a entrada em ambos os países sem taxas alfandegárias sobre os seus pertences e privilégios a nível dos vistos. Ver anexo 2 sobre os “Convénios bilaterais entre RC e Paraguai”.

conteve na atribuição de louvores ao Caudilho, enfatizando as notáveis características de líder de Stroessner que permitiram o Paraguai ser um país politicamente estável, economicamente próspero e, graças ao seu comportamento repulsador comunista, permite a “ [...] defesa da justiça internacional e da paz mundial [...] ”.

Noutros contextos protocolares, Stroessner não só privou com Yen como também conheceu o futuro presidente da RC, Chiang Ching-kuo, dos quais se retiraram conclusões para uma maior entreeajuda entre RC e Paraguai. Nelas, o líder paraguaio solicitou mais apoio das afamadas e bem-sucedidas missões técnicas no terreno, assim como tentou atrair empresários da China Nacionalista a investir no Paraguai face às condições propícias prestadas pelo seu governo e assim conseguir criar mais oportunidades de emprego para os paraguaios (Taiwan Today, 1975, s.p.). Stroessner ainda teve oportunidade de prestar homenagem ao seu eterno aliado anticomunista Kai-shek em Ci Hu (慈湖)<sup>114</sup>.

Com o cancelamento de outras visitas a projetos de construção na ilha, não será pois de admirar que a comunicação dos membros do GMD ao embaixador norte-americano Leonard Unger referisse que a visita de Stroessner por Taiwan tinha interesses “exclusivamente militares”. Antes da sua partida, o Chefe de Estado paraguaio prometeu nomear em breve um embaixador residente na RC, sendo que os assuntos diplomáticos entre RC-Paraguai ainda eram tratados por um embaixador não-residente sediado no Japão (naquela altura, Desiderio Melanio Enciso) (Grafeld, 2006, p. 2). Foi uma promessa levada a cabo seriamente por Stroessner, já que sensivelmente um ano mais tarde chegaria o primeiro embaixador residente, com embaixada em Taipé, o General Timoteo Alvarenga (Taiwan Today, 1976, s.p.)<sup>115</sup>. A visita de Stroessner foi muito proveitosa para estreitar as relações diplomáticas, sendo também igualmente enriquecedora para o Caudilho, que recheou os seus cofres pessoais com dinheiro vindo do *Bank of China*. Monzón (2006, s.p.) revela que o ditador paraguaio depositou um cheque no Banco Central do Paraguai, no valor de 1.550.000 dólares americanos, em claro desrespeito pelas leis constitucionais do seu país, violando a legislação que proibia o presidente de receber outro tipo de remuneração fora daquela que auferia do Tesouro Nacional.

Nesta visita de Estado a Taipé, Stroessner teve também a oportunidade de conhecer o futuro embaixador da RC ao Paraguai, embora não estivesse consciente desse facto (Marks, 1998, p. 290). Wang Sheng (王昇), general de grande confiança no regime de Kai-shek, era visto por muitos dentro do GMD como o possível sucessor de Ching-kuo na presidência após a sua morte. Wang Sheng detinha posições importantes dentro do aparelho partidário. Ele era membro dirigente do Comité Permanente Central do GMD e ainda diretor do Departamento Geral Política de Guerra (Dean, 2014, s.p.). Contudo, Wang também pertencia à ala mais conservadora do partido, e quando Ching-kuo decretou o fim do ultraconservadorismo, Wang Sheng não se enquadrava nesses planos, sendo por isso uma peça a exilar (Jacobs, 2012, p. 59). De acordo com Dean (2014, s.p.), em Washington especulava-se que Wang Sheng seria o sucessor mais previsível na presidência da RC. A administração de Reagan convidou Wang a dirigir-se aos EUA para se encontrar com alguns dos seus oficiais<sup>116</sup>. Assim, aproveitando o afastamento temporário do General do GMD, oito membros do Comité ao qual pertencia Wang lançaram advertências que preocuparam Ching-kuo (o então presidente da RC). Os relatos alarmantes sobre usurpação de mais e mais poder por parte de Wang, graças à sua posição privilegiada, preocuparam Ching-kuo, que a maio de

---

<sup>114</sup> Local do Mausoléu, onde o corpo do Generalissimo ainda permanece sem enterro, já que de acordo com a sua vontade, o seu corpo só deveria ser enterrado quando a China estivesse unida sob um governo não comunista (ver Crook (2014) “Taiwan” – The Globe Pequot Press Inc, USA p.125).

<sup>115</sup> Para mais detalhes de como se procedeu à nomeação do primeiro embaixador residente à RC ver “Noticias de Taiwan (26 outubro 1976) – Embajada Paraguaya en Taipei: Visita del Canciller Nogués”: <http://taiwantoday.tw/noticias/ct.asp?xItem=160350&CtNode=2068>.

<sup>116</sup> Ver “Hoover Opens Papers of Kuomintang Leader” (2012) em: <http://www.hoover.org/news/hoover-opens-papers-kuomintang-leader>.

1983 decidiu terminar com o Comité e retirar Wang do Departamento Geral de Política de Guerra (Dean, 2014, s.p.). Quatro meses após esta decisão, Ching-kuo iria nomear Wang Sheng para embaixador do Paraguai, considerado um “ [...] exílio político de facto para o antigo poderoso conservador [...] ” (Jacobs, 2012, p. 59).

Wang Sheng chegaria a Assunção no dia 18 de novembro de 1983. Segundo Marks (1998, p. 289), quando o embaixador da RC chegou à capital paraguaia, o país tinha grandes assimetrias e pouco desenvolvimento. Pouco tinha sido feito para impulsionar o progresso no país, que tinha sido logrado no tempo das missões jesuítas mas que se extinguiu repentinamente, em 1767, após a sua expulsão. Pouco se poderia dizer do desempenho económico do Paraguai naquela altura, a não ser que se centrava no sector agrícola e que dependia excessivamente deste. A política do Paraguai, desde 1947 até 1983<sup>117</sup>, tinha atraído uma linhagem impressionante e ininterrupta de ditadores, sendo que o último, Alfredo Stroessner, já estava no poder desde 1954 e com 71 anos de idade. Como nos indica Moreira (2014), nesta altura começaram a surgir movimentos de oposição ao seu governo, com vários partidos políticos a unirem-se contra a hegemonia do Colorado (Moreira, 2014, p. 310). Não obstante, o general Wang Sheng apresentou as suas credenciais a Stroessner como o novo embaixador, proferindo no seu discurso inaugural uma salva à política levada a cabo pelo governo do presidente paraguaio, admirando o seu comprometimento para com o anticomunismo. Exaltou que o Paraguai seria considerado um grande pilar do movimento anticomunista e que ficaria nas páginas da história pelo papel que desenrolava, e, mais ainda, o seguimento dessa ideologia colocá-lo-ia como um dos países mais importantes do continente americano, assim como também do mundo inteiro. Frisou igualmente que os dois países estão ligados por laços comuns e defendem os mesmos valores como a liberdade, a democracia e a justiça social (Taiwan Hoy, 1984, s.p.).

A ênfase no anticomunismo prestada por Wang Sheng não era descabida, e essa era realmente um dos objetivos da sua missão como embaixador. Como delineado por ele, esse corresponderia ao seu primeiro propósito em Assunção: “ [...] primeiro, assegurar a posição diplomática de Taiwan na qual ultimamente se iria tornar no único estado sul-americano com o qual Taipé tem relações [...] ” (Marks, 1998, p. 291).

Com Wang Sheng a embaixador, as visitas pessoais a Stroessner não cessaram. Inclusive, ocasiões especiais (como no Ano Novo de 1984) eram acompanhadas com dádivas requintadas que relembavam a aliança entre os dois países<sup>118</sup>. O ditador paraguaio, como forma de retribuição e de demonstração da grande amizade que unia os dois governos, permitiu o assentamento, em março de 1984, do primeiro parque em homenagem ao seu falecido amigo e companheiro de causa, Chiang Kai-shek, assim como uma estátua em sua memória no 27º aniversário da Ciudad del Este (anteriormente chamada de Ciudad Presidente Stroessner). Ao local acorreram o embaixador e o General Lai Ming-tang que teceu novamente calorosos elogios a Stroessner e aos dois povos pela sua demonstração de amizade (Taiwan Today, 1984, s.p.). No mês seguinte seguiu-se a assinatura de mais um acordo bilateral em Taipé, um ato executado pelos Ministros dos Assuntos Externos, Chu Fu-sung (朱抚松) e Carlos Saldivar, desta vez no campo da extradição mútua<sup>119</sup>. O ano de 1986 também assistiu a mais um marco importantíssimo. Desta vez, o próprio Stroessner inaugurou, no dia 31 de outubro, a “Avenida Presidente Chiang Kai-shek” na capital paraguaia e erguia, na mesma, mais uma estátua ao Generalíssimo, marcando o centenário do seu nascimento (Taiwan Today, 1986, s.p.).

“ [...] A estátua [...] exemplifica essa conexão [dos regimes alinhados anticomunistas de Stroessner e Kai-shek]. Sobre a figura de um homem calvo com uma bengala na sua mão direita, usando vestimenta de Mao, como é

---

<sup>117</sup> Moreira (2014, p. 304) declara que “ [...] desde 1947, regiu no Paraguai um sistema de partido único, encabeçado pelo Partido Colorado [...] ”.

<sup>118</sup> Ver Taiwan Review (1984) “Concurrída cerimonia de izada de la bandera” acedido em: <http://taiwanreview.nat.gov.tw/ct.asp?xItem=107288&CtNode=230>.

<sup>119</sup> Para mais detalhes sobre o convénio ver: <http://taiwanauj.nat.gov.tw/ct.asp?xItem=105859&CtNode=103>.

assim conhecido no Ocidente, uma pessoa pode ler: “Tributo ao Generalíssimo Chiang Kai-shek, Presidente da República da China 1947-1975 [...]” (Rabossi, 2012, p. 60). A edificação deste monumento tem um significado importante para a RC, já que o Paraguai foi o país que se dignou a construir o maior monumento, fora de Taiwan, à pessoa do Generalíssimo (Burdman, 2005, p. 217). Ainda hoje estes tributos da Era Stroessner sobrevivem nas ruas de Assunção e Ciudad del Este à mudança dos tempos<sup>120</sup>.

De facto, o “pessoalismo” foi um dos traços mais característicos da diplomacia utilizada pelo GMD na América Latina. A criação de laços pessoais entre as elites que detêm o poder em regimes ditatoriais era uma manobra eficaz, uma vez que a sua permanência no poder seria, por norma, uma constante e perpétua ao passo que nas democracias as mudanças de administração eram mais frequentes. O “pessoalismo” resultou numa estratégia que trouxe bastantes frutos para Taipé em regimes ditatoriais pela América Latina. Naturalmente, o Paraguai foi um desses exemplos<sup>121</sup>. No entanto, em pouco tempo tornar-se-ia o único.

Como nos aponta Marks (1998, p. 289), a RPC, a partir da década de 1980, redobrou os seus esforços para arruinar e isolar as relações privilegiadas que a RC tinha com os Estados da América Latina. Em 1988, os países todos da América do Sul já tinham aderido ao princípio “uma só China” de Pequim, sendo o Paraguai a única exceção. Não só estava o Paraguai isolado nesta contenda pela escolha da “China legítima”, como também o seu governo autoritário via-se numa situação cada vez mais marginal.

Wang Sheng apercebeu-se desse facto e esse era um dos motivos pelos quais se reunia com Stroessner a fim de o persuadir para uma abertura do seu regime, dando mais liberdade à população. Apesar da bravura de Wang Sheng em apresentar este tipo de propostas a um líder totalitário, o conselho não passou disso mesmo (Marks, 1998, p. 290). Segundo Geldenhuys (1990), as críticas não tardariam a chegar a Assunção ao longo dos últimos anos do Strossismo. Os EUA e a Organização dos Estados Americanos foram particularmente duros com o desrespeito do governo para com os direitos humanos; A mudança dos regimes ditatoriais nos restantes países da América do Sul para a democracia atraiu ainda mais atenção para o Paraguai, visto como um anacronismo da região; A Igreja Católica do Paraguai, a Amnistia Internacional, a *América Watch* e os exilados paraguaios em países da América Latina e EUA difundiam as atrocidades da repressão exercida por Stroessner nos seus compatriotas; Um crescente número de pessoas insatisfeitas com o regime demonstrava a sua insatisfação; e o Paraguai passou a ser visto como uma das ditaduras esquecidas, tendo vários países se distanciando de Assunção. O isolamento do governo de Stroessner ficou igualmente explícito na sua diplomacia com o exterior. Sendo o Paraguai um país de fraca expressão geográfica e subdesenvolvido, aliado ao facto de prosseguir políticas de Guerra Fria em que repulsava relações oficiais com qualquer estado comunista, resultou numa diplomacia pouco ativa em que os seus interesses no exterior eram muito limitados. Esse facto é comprovado pelo número de embaixadas apresentadas pelo Paraguai nos últimos anos de Stroessner: apenas 23, sendo que 11 residiam na América Latina e outras 9 em Estados como África do Sul, Vaticano e RC. Mesmo com esta conjuntura, o Paraguai “ [...] estava bem melhor posicionado que a África do Sul e numa posição muito mais forte do que Taiwan [...]” (Geldenhuys, 1990, pp. 79-80). No entanto, era evidente o ostracismo concedido ao Paraguai pelos demais elementos da cena internacional quando se analisa as visitas de Estado prestadas por outros países, uma vez que de 1975 a 1988, nenhum líder visitou Stroessner, e este jejum apenas terminou com a visita do Papa João Paulo II ao país (Geldenhuys, 1990, p. 82). Um outro indício pelo qual o governo de Stroessner entrou em derrocada foi a configuração do país como um refúgio natural de gente criminoso, abrangendo a lista desde ditadores até nazis (Guelar, 2013). O mau desempenho económico e as disputas internas dentro do próprio Partido Colorado estiveram na origem do golpe de Estado que se iria suceder. Na noite de 2 de fevereiro de 1989, Andrés Rodriguez,

<sup>120</sup> Ver [http://www.bbc.co.uk/mundo/america\\_latina/2010/02/100218\\_0133\\_china\\_paraguay\\_jg.shtml](http://www.bbc.co.uk/mundo/america_latina/2010/02/100218_0133_china_paraguay_jg.shtml).

<sup>121</sup> Ver Esteban (2008) “The diplomatic Battle Between Beijing and Taipei in Latin America and the Caribbean” p. 16.

tenente general do exército paraguaio e outrora braço direito de Stroessner, realiza o golpe de Estado, concretizando-se assim a caída do maior período de governação de um líder na América Latina (35 anos), apenas superado por Fidel Castro (Moreira, 2014, p. 311). Stroessner haveria de viver o resto dos seus dias no exílio no Brasil, onde acabaria por falecer (Guelar, 2013).

Com a derrocada do Strossismo e com Andrés Rodríguez na nova presidência, a RPC decide aproveitar este momento propício para aliciar o Paraguai a abandonar o reconhecimento da RC e favorecer o princípio de “uma só China” de Pequim (Marks, 1998, p. 301). No impedimento de nova usurpação Comunista esteve Wang Sheng, que conseguiu convencer o novo presidente da República a manter os laços com Taipé em troca de privilégios brindados em assistência técnica e acesso ao mercado de Taiwan (Embajada del Paraguay en Taiwán, 2014, s.p.). Poucos dias depois do golpe de Estado, Wang expõe um comunicado público afirmando que a RC reconhecia o novo governo vigente no Paraguai e esperava que no país se pudesse finalmente concretizar as tão ansiadas mudanças em favor da liberdade e da democracia (Taiwan Today, 1989, s.p.).

Em 17 junho de 1990, o presidente Andrés visitou Taiwan, naquela que foi a segunda visita de um Chefe de Estado Paraguaio a Taiwan, embora este tenha viajado duas vezes à ilha em ocasiões anteriores (1975 e 1983) como General do Exército Paraguaio. O corpo diplomático da visita foi grandioso, com 46 membros do governo a viajarem até Taipé, onde Rodríguez pediu por mais cooperação económica e técnica, assim como a vinda de mais taiwaneses e respetivos investimentos para a nova “democracia participatória” da América do Sul (FCJ Editors, 1990, s.p.).

No ano de 1991, terminaria a missão do ativo embaixador da RC no Paraguai. A estadia de Wang em Assunção foi, sem dúvida, importante e esse contributo foi reconhecido pelo Presidente Rodríguez antes deste abandonar o país, que o classificou como “imensurável” (Marks, 1998, p. 310).

Andrés Rodríguez passaria mais dois anos no poder até entregar a pasta presidencial ao primeiro civil que iria governar o Paraguai após 40 anos de liderança militar. Juan Carlos Wasmosy, candidato pelo Partido Colorado, ganhou as eleições a 9 de maio de 1993 (Moreira, 2014, p. 315). Wasmosy não fugiu à regra de apoiar a RC na sua causa na ONU, como era hábito das presidências anteriores. Numa visita de Estado conduzida a Taiwan em agosto 1995, Wasmosy reiterou que a Assembleia Geral deveria reconhecer os esforços da RC, por ser um país que garante não apenas o seu desenvolvimento como também presta assistência a outras nações em necessidade<sup>122</sup>. O presidente também notou que, apesar de saber as intenções da RPC em denegrir as relações entre a RC e os seus aliados, a sua administração não via qualquer razão para terminar o seu apoio. Posteriormente Teng-hui e Wasmosy assinaram quatro acordos conjuntos nas áreas da cooperação económica, técnica-agrícola e habitacional (Taiwan Info, 1995, s.p.). Em julho de 1996, Wasmosy foi convidado por Teng-hui a viajar até Taipé quando este estava em viagem pela Coreia do Sul, ao qual assentiu. Wasmosy dirigiu-se aos empresários taiwaneses para que invistam e/ou façam comércio com o seu país e estreitou os planos de cooperação com Lee, como por exemplo a abertura de uma sucursal do *China Trust Commercial Bank* e a construção do Parque Industrial Taiwan na Ciudad del Este (Taiwan Info, 1996, s.p.). Ambos os governos bastante interessados em levar a sua relação cultural e comercial para outro nível, concluíram a criação do Instituto Paraguaio em Taiwan e a Câmara de Comércio Paraguai-República da China. Wasmosy procurou também nesta visita reciprocamente o convite e pediu a Lee que empreendesse uma visita de Estado até Assunção (Chong, 1996, s.p.). Lee aceitou, e o Paraguai foi a sua última paragem numa rota de passagem por aliados da América Central. Teng-hui e Wasmosy notaram que o último bastião da RC na América do Sul poderia ser uma porta de entrada para

---

<sup>122</sup> Em 1997, Wasmosy iria novamente fazer declarações à Assembleia Geral da ONU pedindo a ponderação da Resolução que colocou a RC fora do organismo internacional e privada da entrada nas demais actividades (FCJ Editors, 1997, s.p.).

Taiwan no Mercosul<sup>123</sup>, e houve a posterior assinatura de inúmeros tratados como “ [...] transporte aéreo, protocolo de facilitação comercial, convênio no setor agrícola, acordos de importação e exportação, etc [...] ” (Machado, 2010, p. 473). De acordo com Montero (1997, s.p.), na estadia de Teng-hui em Assunção um oficial do governo de Wasmosy indicou que era desejo do Paraguai substituir “ [...] os pactos estratégicos militares anticomunistas [...] por uma aliança socioeconômica [...] ”. O autor notou que as autoridades paraguaias estariam interessadas em abrir um escritório comercial com a RPC no futuro mas mantinham a sua rejeição em negociar qualquer pacto com Pequim em âmbito Mercosul. Também foi noticiado que a comitiva de Lee percebeu alguns dos lamentos expressados pelo seu anfitrião no que se refere à recepção de ajuda vinda de Taiwan, nomeadamente “ [...] pequena quantia de cooperação, incluindo doações incompletas e empréstimos custosos [...] ”. Estas queixas poderiam até ser encaradas com seriedade, não fosse a chegada do primeiro presidente da RC a Assunção, sinónimo de mais uma parcela de milhões de dólares para serem doados ao edifício governamental (mesmo sem qualquer plano de construção). No entanto, o tema principal que mais preocupação levantou nesta visita estatal foi o Parque Industrial Taiwan, que não estava a corresponder às expectativas de nenhum dos lados. O governo de Taiwan mostrava-se hesitante em despender mais dinheiro no Parque, devido à aproximação das eleições presidenciais que poderiam ditar a mudança da vontade de voto dos paraguaios para a oposição, e havia o receio de que esse governo eleito abandonasse Taipé para reconhecer o governo em Pequim, sendo assim um risco a injeção de mais investimento no complexo.

A entrada no novo milénio trouxe Chen Shui-bian para a presidência da RC. Contudo, o presidente do PDP foi exemplar na utilização das velhas táticas diplomáticas empregues pelo GMD em anos anteriores. Falamos do pessoalismo. Shui-bian recebia os altos oficiais (e inclusive as suas famílias) dos governos da América Latina em Taipé com todas as despesas a serem suportadas pelo cofre do seu governo. De facto em tempos de “guerra diplomática” aberta com Pequim, houve uma intensificação das visitas bilaterais entre a administração Chen e os seus parceiros diplomáticos, o que se traduziu num grande número de visitas realizadas por comitivas paraguaias a Taipé e ainda num número maior de viagens realizadas a Assunção por parte das delegações taiwanesas (Burdman, 2005, p. 16).

Shui-bian visitaria o seu homólogo paraguaio em Assunção em finais de maio de 2001, numa altura particularmente delicada, uma vez que o presidente Luis González Macchi estava a ser alvo de uma tentativa de *impeachment* lançada pela Câmara de Deputados, devido a denúncias de corrupção. Pouco tempo antes da chegada de Shui-bian a Assunção, houve a mobilização de vários militares que se encontravam fortemente armados, assim como de carros blindados posicionados em locais estratégicos da capital. Este acontecimento provocou um alarme social que foi atenuado pelo comandante das Forças Armadas do Paraguai, comunicando que esta mobilização ocorria devido à presença do presidente taiwanês no país. Não obstante, o Paraguai passava nesta altura por uma agitação social de indignação com o governo, manifestando-se em vários pontos do país com o corte de ruas protagonizada por grupos de camponeses (Olazar, 2001, s.p.). Esta crise política vivida pela administração Macchi não tinha sido a primeira do seu mandato, pois a 19 de maio de 2000 tinha insurgido a tentativa de um golpe de Estado por oficiais das Forças Armadas (Moreira, 2014, p. 318).

Apesar de todo o aparato militar, a visita de Chen ao Paraguai foi comentada pelo embaixador da RC, Agustín Liu (劉廷祖), que exaltou a necessidade de se criar um organismo para monitorizar e prestar auxílio aos trabalhadores taiwaneses no Paraguai, a assinatura de um memorando de entendimento em investimento e cooperação, e expôs a preocupação enfrentada pela RC quanto às tentativas da China Popular de denegrir os laços que ligam os dois países, através da “ [...] oferta de assistência de todo o tipo e fazendo-se valer das suas

---

<sup>123</sup> Ver Marlene Chen (1997) “President Lee Teng-hui Undertakes 16-day Diplomatic Visit to Central America” em: [http://www.taiwan-panorama.com/en/show\\_issue.php?id=1997108610082E.TXT&table=3&cur\\_page=1&distype=text](http://www.taiwan-panorama.com/en/show_issue.php?id=1997108610082E.TXT&table=3&cur_page=1&distype=text).

relações multilaterais [com outros países] [...]”. Devido a este último fator, a RC deveria estar cautelosa quanto aos desenvolvimentos no Mercosul (Huang & Wu, 2001, s.p.).

Esta visita de Chen aos seus aliados da América Central e a primeira ao Paraguai foi retratada mais tarde, pelo *Europa Year Book* de 2003, como uma viagem da “diplomacia do dólar”, em que Shui-bian prometeu a chegada de investimentos e de assistência aos aliados diplomáticos em troca do seu reconhecimento. A nova ajuda de Taiwan prometida por Chen chegaria rapidamente com a sua vice-presidente, Annette Lu, a visitar Assunção em janeiro 2002 (Taylor & Francis, 2003, p. 1170)<sup>124</sup>. Como resultado desta guerra diplomática entre Taiwan e RPC, em julho desse ano, chegou ao Paraguai uma delegação de oficiais da China Popular, o que inquietou o embaixador Bing-fan Yen (顏秉璠), que apresentou uma nova proposta de cooperação e mais ajuda taiwanesa<sup>125</sup>, seguido de uma reunião com membros do governo paraguaio que lhe aclararam que a RPC está decidida a isolar Taiwan da cena internacional. Apesar de todo o alvoroço, foi garantido ao diplomata taiwanês que o compromisso do Paraguai com Taiwan manter-se-ia inalterado e não procurava estudar a mudança para a RPC<sup>126</sup>. O mesmo discurso se ouviu em agosto, pelo Ministro do MAE, quando este, juntamente com a comitiva de Luis Gonzalez Macchi, iria viajar para Taipé em visita de Estado. “[...] Apesar do Paraguai reconhecer que tanto Taiwan e a China são dois países diferentes, a China insiste que o Paraguai agrave os laços diplomáticos com Taiwan se quiser estabelecer quaisquer relações oficiais com a China [...] o Paraguai não iria agravar os laços oficiais com Taiwan [...]” proferiu José Moreno numa conferência de imprensa (Shu-ling, 2002, s.p.). O chanceler Moreno Ruffinelli, durante este acto ao país asiático, deixou igualmente claro que tinha sido a China Popular a iniciar os contactos com o Paraguai para encetar relações e não o contrário<sup>127</sup>.

Bing-fan Yen teve momentos de grande desassossego durante a sua missão em Assunção. O embaixador procurou repetidas vezes lançar alertas para a comunicação social sobre os “perigos” destas tentativas de aproximação da China Popular ao governo paraguaio que tentavam romper com o desenvolvimento em curso das relações económicas e oficiais<sup>128</sup>. Em maio de 2003, outro empresário da RPC (Shih Hua Min), segundo Ruffinelli, deslocou-se ao Paraguai com o intuito de “comerciar”, e que o Paraguai não se opunha à vinda de homens de negócio vindos da China Popular. No entanto, opor-se-iam sim à chegada de membros do PCC camuflados de empresários à procura de outro tipo de interesse, já que nesse sentido está muito clara a posição de Assunção<sup>129</sup>. Desde a sua embaixada, Bing-fan Yen observou cautelosamente o itinerário desse indivíduo. Dias depois, Ruffinelli e o embaixador encontrar-se-iam e o chanceler esclareceria que os assuntos que dizem respeito a comércio e investimento da RPC no país são “perfeitamente normais” e que não há qualquer motivo para que estes não se sucedam. Yen aceitou esse facto, mas deixou avisos a Ruffinelli de que os propósitos da RPC são

---

<sup>124</sup> Ver “Visita Oficial de la Vicepresidenta de la Republica de China, Dra. Annette Lu, a la Republica del Paraguay” em: <http://www.roc-taiwan.org/ct.asp?xItem=8934&ctNode=2060&mp=307>.

<sup>125</sup> Ver “Más ayuda ofrece Taiwán ante la ofensiva de China Popular” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/mas-ayuda-ofrece-taiwan-ante-la-ofensiva-de-china-popular-653414.html>.

<sup>126</sup> Ver “China continental desea aislarnos, dice embajador” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/china-continental-desea-aislarnos-dice-embajador-653707.html>.

<sup>127</sup> Ver “Visita del Presidente paraguay a Rep. de China consolida las relaciones entre los dos países” em: <http://taiwanreview.nat.gov.tw/ct.asp?xItem=28242&ctNode=230>.

<sup>128</sup> Ver “Advierten sobre oscuras intenciones de Beijing” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/economia/advierten-sobre-oscuras-intenciones-de-beijing-684389.html>.

<sup>129</sup> Ver “Necesitamos inversion en Paraguay siempre que sea sana, dice canceller” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/necesitamos-inversion-en-paraguay-siempre-que-sea-sana-dice-canciller-699285.html>.

isolar Taiwan, destruir a ligação Paraguai-Taiwan e que não seria certamente por amizade ao país sul-americano que estes se aproximavam<sup>130</sup>.

Em agosto de 2003, Anette Lu desloca-se novamente ao Paraguai a fim de acompanhar Macchi no seu último acto oficial fora do Palácio de López (em que os dois inaugurariam um complexo habitacional financiado por Taiwan), e assistir à tomada de posse do novo presidente paraguaio, Nicanor Duarte Frutos<sup>131</sup>. Nicanor, a 15 de agosto subia à presidência debaixo de uma crise económica severa. Para solucionar este problema e voltar a ter crescimento no país, prometeu “tolerância zero” à corrupção assim como “mão firme” no que se refere à impunidade política (Moreira, 2014, pp. 321-322). Esta retórica tinha fundamento, já que os três presidentes que o antecediam tiveram problemas com a justiça<sup>132</sup>.

Nicanor, desde o início do seu mandato, defendeu as aspirações de Taiwan. Um mês após a tomada de posse, envia uma mensagem forte à Assembleia Geral da ONU, solicitando um lugar para os representantes daquele país no seio das nações (Suárez, 2008b, s.p.). Carlos Matteo Balmelli, presidente do Senado, também se mostrou indignado perante a posição que a comunidade internacional tomou perante Taiwan ao longo dos anos, classificando a sua atitude como um *apartheid* em que como a RPC tem mais poder, impõe a sua vontade, subjugando Taiwan. Na ótica de Balmelli, a situação RC-RPC é inegável: “ [...] Há uma só China, mas com dois estados. Há só uma nação chinesa [...] ”

Balmelli, entrevistado antes da sua partida para Taiwan, em fevereiro de 2004, reiterou que tinha rejeitado um convite de visita à RPC porque achava incongruente ser presidente de um Senado em que o seu estabelecimento tinha sido erguido com a ajuda de Taiwan e que a sua presença em Pequim seria simbólica. Desta feita, acreditava que até seria de “mau gosto” posicionar-se nesse tipo de jogos da política exterior. Ainda afirmou que, para manter a coerência e a racionalidade, o seu país deveria continuar a apoiar Taiwan, já que era uma “ [...] democracia, está entre as melhores economias do mundo, acompanhada de desenvolvimento social [...] ”, e a China Continental não aceita o estabelecimento de relações diplomáticas com o Paraguai sem o rompimento com Taiwan (Guerrero, 2004, s.p.). Balmelli antes destas declarações já tinha ressalvado a posição do governo paraguaio quanto à postura radical de Pequim, qualificando-a de uma “chantagem” e “inaceitável”<sup>133</sup>. Na sua condecoração pelo governo de Taiwan no Hotel Excelsior, o presidente do Congresso afirmou que a ideologia do governo paraguaio respeita “o princípio da soberania popular” e era totalmente contra o “ [...] argumento da força como última razão para resolver as discrepâncias que existem entre os povos [...] ”. Levadas estas premissas em conta, enquanto não se alcançasse uma resolução pacífica da “questão de Taiwan”, o Paraguai apoiaria a RC em todos os campos do reconhecimento jurídico do estatuto do país e tinha um compromisso com Taiwan na sua luta por alcançar a adesão à ONU (Balmelli, 2003, s.p.).

Estes pronunciamentos do Presidente do Senado foram respaldados pela Ministra do MAE, Leila Rachid de Cowles, que relembrou não haver possibilidade de estabelecer relações com a RPC, uma vez que, por razões de coerência política e ideológica, tal acontecimento é impossível de suceder. Mais ainda, o jornal *ABC color* descortinou de uma fonte diplomática a informação de que se por ventura o Paraguai estabelecesse naquela altura relações diplomáticas com a RPC, “ [...] automaticamente a República da China (Taiwan), retirar-se-ia

---

<sup>130</sup> Ver “Afirmar que ayuda china busca separar a Taiwán” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresia/economia/afirmar-que-ayuda-china-busca-separar-a-taiwan-700773.html>.

<sup>131</sup> Ver “Vicepresidenta de Taiwán inaugurará asentamiento” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresia/politica/vicepresidenta-de-taiwan-inaugurara-asentamiento-712638.html>.

<sup>132</sup> Ver “Duarte Frutos jura como presidente de Paraguay” em: <http://www.eluniverso.com/2003/08/15/0001/14/60DAC7B8C97647FF97A8DFD9D6C570CB.html>.

<sup>133</sup> Ver “Resaltan amistad entre Paraguay y Taiwán en acto de condecoración” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresia/politica/resaltan-amistad-entre-paraguay-y-taiwan-en-acto-de-condecoracion-731848.html>.

[daquele] país [...] Não é um condicionamento, mas será uma ofensa para os taiwaneses [...] ". Bing-fan Yen também reforçou esse sentimento, dizendo que logo que a RPC e o Paraguai estabeleçam relações, o país sul-americano será confinado ao esquecimento pela sua aliada (ABC color, 2003, s.p.).

No que se refere a este tema das relações entre Paraguai e Taiwan, os elementos da administração Nicanor eram bastante decididos em afirmar que a ligação seria para se manter. José Martínez Lezcano, Ministro dos Assuntos Económicos, veio a público redobrar o apoio do seu governo a Taipé, em janeiro de 2004, explicando que apesar de se pensar num acordo comercial entre Mercosul e RPC, isso não fará Assunção quebrar os vínculos "suficientes e convenientes" que ostenta com Taipé<sup>134</sup>. De facto, 2004 foi o ano em que Pequim procurou utilizar outros canais menos ortodoxos para aludir o Paraguai a mudar de orientação. A RPC utilizou o tratado de comércio com o Mercosul como ferramenta diplomática de negociação com a finalidade de "torcer a vontade de Assunção" (Burdman, 2005, pp. 219-220). O Paraguai passou a ser pressionado pelos seus parceiros no Mercosul, como Argentina, Brasil e Chile, todos eles sendo aliados de Pequim (Erikson & Chen, 2007, p. 75). A administração de Nicanor foi coagida com o propósito de iniciar negociações com a RPC para que se pudesse alcançar um tratado comercial para o bloco. No entanto, Assunção optou por denunciar primeiramente as "más práticas" levadas a cabo por Lula da Silva e Kirchner no apoio da RPC como "economia de mercado", sem que tivessem consultado o Paraguai previamente. Além disso, Lezcano veio posteriormente comunicar que, caso um acordo Mercosul-China compromettesse as relações entre o Paraguai e Taiwan, então o governo de Nicanor não seguiria esse caminho, pois não lhe convinha relacionar com a China Popular e esse acordo nunca se concretizaria, uma vez que sem unanimidade entre os membros do bloco, não existiria acordo possível (Burdman, 2005, p. 218). Ainda que estas revelações explicitassem a postura intransigente do governo paraguaio, a RPC não cessou a sua persuasão durante o ano de 2004. Em abril, diplomatas do PCC conseguiram vistos para entrar no Paraguai o que desatinou de imediato o embaixador Yen lançando renovados avisos sobre a vontade dos Comunistas em acabar com as relações Paraguai-Taiwan<sup>135</sup>. Em finais de junho, houve a confirmação de que Hu Jintao tinha pedido a Nestor Kirchner a utilização da sua influência perante o Paraguai a fim de se concretizar o rompimento com Taiwan e a adesão ao princípio de "uma só China". Kirchner informou o presidente chinês de que já tinha feito esse pedido a Assunção já que o reconhecimento de Taiwan coloca em causa um possível acordo de comércio<sup>136</sup>. Outro episódio aflitivo ocorreu em julho, quando o embaixador Yen foi confrontado com uma proposta vinda do Senado paraguaio sobre a possibilidade de se instalar um escritório comercial da RPC em território nacional, ao qual prontamente retorquiu que a sua inauguração traria consigo "objetivos políticos" e que seria "prejudicial" às relações entre ambos<sup>137</sup>.

No entanto, apesar destes momentos conturbados, a posição da nação sul-americana manteve-se firme. A resposta à súplica de Kirchner foi novamente negada por Nicanor, e " [...] não só se negou, como também num acto sequencial, realizou uma viagem de Estado a Taipé - anunciada numa conferência de imprensa junto do embaixador taiwanês em Assunção e descrita então como uma 'visita de solidariedade a Taiwan' [...]" (Burdman, 2005, p. 217). Em sentido contrário aos planos que o Mercosul arquitetava com a RPC, Nicanor procurou nesta

---

<sup>134</sup> Ver "Paraguay no romperá relaciones con Taiwán por el acuerdo Mercosur-China" em: <http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/politica/paraguay-no-rompera-relaciones-con-taiwan-por-el-acuerdo-mercosur-china-743471.html>.

<sup>135</sup> Ver "Bader alienta lazos con China popular, pero Yen pide no caer en la trampa" em: <http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/politica/bader-alienta-lazos-con-china-popular-pero-yen-pide-no-caer-en-la-trampa-757969.html>.

<sup>136</sup> Ver "China ofrece su Mercado, pidiendo a cambio Taiwán" em: <http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/economia/china-ofrece-su-mercado-pidiendo-a-cambio-taiwan-771377.html>.

<sup>137</sup> Ver "Oficina comercial afectará relaciones" em: <http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/politica/oficina-comercial-afectara-relaciones-772933.html>.

viagem a Taipé possibilidades para o estabelecimento de um TLC com Taiwan, com a ideia de tornar o Paraguai na porta de entrada para os investimentos taiwaneses no bloco económico sul-americano. Em 2005, foi a vez do Brasil coagir o Paraguai. Assunção assumiu a presidência temporária do Mercosul no primeiro mês desse ano, “ [...] já que o Brasil transferiu para o Paraguai o mandato regional de continuar as negociações entre Mercosul e a República Popular da China para lograr o estabelecimento de uma área de livre comércio [...] ”. O governo paraguaio teve sérias dificuldades em se relacionar com os oficiais da RPC já que não possuía qualquer tipo de relações com os mesmos e, naturalmente, as probabilidades de sucesso para atingir o tão ansiado tratado dissiparam-se (Suárez, 2008b, s.p.).

Shui-bian retribuiu o gesto com uma visita ao Paraguai em abril de 2006. No entanto, tal como aconteceu com a sua primeira visita a Assunção, o ambiente de tensão pairava na capital embora tenha contornos totalmente diferentes. Desta vez, os partidos da oposição ao governo do Colorado decidiram realizar um boicote à sessão a realizar no Congresso em honra do presidente taiwanês. Os opositores foram tão longe como violar a Constituição Nacional, em que cita que é “ [...] obrigação dos parlamentários de receber os chefes de Estado ou do Governo de outros países [...] ”. Obviamente, a reação do então embaixador David Hu (胡正堯), foi de desagrado e perplexidade para com a visita do presidente de um país amigo, informando que tinha sido previamente avisado pelos executores desta ausência devido à sua posição contra o governo<sup>138</sup>. Suárez (2008b) revela que em causa estaria a indignação dos opositores parlamentários pela doação “infame e corruptora” de mais 200.000 dólares entregues pelo governo taiwanês aos membros do Congresso nesse acto oficial. Miguel Abdón Saguier, membro do Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA), em seguida ameaçou quebrar os laços diplomáticos com Taiwan e abrir caminho para Pequim. Quase toda a oposição<sup>139</sup> decidiu boicotar esta sessão na Sede do Congresso Nacional, edifício que acolhe todos os anos os sucessivos encontros e episódios da vida política paraguaia e que foi construído com os fundos de Taiwan (Suárez, 2008b, s.p.). Num documento redigido pelo PLRA, assinalou-se que se interpretava as relações dos dois países fundamentalmente assente na “política dos cheques”, enumerando as doações taiwanesas: 500 milhões de dólares recebidos ao longo dos anos, 400 milhões de dólares emprestados no ano de 1999, os 20 milhões para a Sede do Congresso, os 30 milhões para projetos de habitações mais o recente cheque de 200.000 dólares. Baseando-se nestes factos, o líder do PLRA justificava assim a sua ausência, arguindo que as relações entre os Estados devem dar prioridade ao “ [...] interesse nacional [...] fundado na razão, honra e dignidade [...] ” (ABC color, 2006, s.p.). O distanciamento dos partidos da oposição perante a aliança próxima do Colorado com o governo taiwanês era visível. Suárez (2008b) retratou mais uma crítica lançada pelos opositores, desaprovando o uso das várias doações taiwanesas dadas a Frutos para a construção de habitações, fomentando a sua veia populista, em vez de se utilizar as mesmas verbas para promover o desenvolvimento do país, nomeadamente na aposta pela cooperação tecnológica e no investimento do sector secundário, que proporcionariam oportunidades de emprego à população do país. O manuseamento dos milhões provenientes de Taiwan e herdados pelo governo de Frutos contrasta com outro tipo de utilização que se dá à ajuda vinda da Coreia do Sul ou do Japão. Fernando Lugo (o futuro presidente do Paraguai) saberia aproveitar todos estes pontos para tecer críticas ao Colorado, o qual iria enfrentar nas eleições presidenciais de 2008, com a sua coligação de forças opositoras no movimento chamado de “Concertação Nacional”. A vinda de Lugo ao poder poderia trazer o Paraguai para a mesma lista onde se encontram há muito tempo os seus admiradores Evo Morales e Hugo Chávez: a lista de aliados diplomáticos da RPC (Suárez, 2008b, s.p.).

---

<sup>138</sup> Ver: “Vacío de opositores en sesión de honor al presidente Chen desagrada Taiwán” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/vacio-de-opositores-en-sesion-de-honor-al-presidente-chen-desagrada-a-taiwan-900937.html>.

<sup>139</sup> PLRA, Partido País Solidario (PPS), Pátria Querida (PQ), Partido Encuentro Nacional (PEN) e Unión Nacional de Ciudadanos Éticos (UNACE).

Não obstante, a visita de Chen prosseguiu, acompanhado pelo seu fiel amigo Nicanor Frutos<sup>140</sup>, onde tiveram ambos a oportunidade de inaugurar mais uma importante memória da relação que os liga. Shui-bian e Frutos abriram o “Taiwan Park”, que se localiza dentro do Parque Ñu Guazú e cuja construção foi compartilhada pelos dólares taiwaneses (CNA, 2006, s.p.). Chen aproveitou também esta oportunidade para estender outros laços menos convencionais com o Paraguai, como a atração de *expertise* paraguaio do mundo do futebol para Taiwan. Assinou um comunicado conjunto a fim de convidar treinadores paraguayos para darem formação a jogadores taiwaneses. O propósito desta estratégia, segundo o Ministério da Educação de Taiwan, era “ [...] fortalecer a competitividade do futebol em Taiwan.” (Ministry of Education, 2006, s.p.). Em julho de 2006, esse desejo da administração Chen haveria de se concretizar<sup>141</sup>.

Mesmo depois de Shui-bian abandonar Assunção e perceber o descontentamento da oposição, esse sentimento manteve-se intacto durante mais de um ano e foi experienciado, em primeira mão, pela vice-presidente Anette Lu, de visita à nação de 6 a 10 de julho de 2007. O reforço de confiança dado por Lu a Nicanor, indicando que jamais suspeitaria da má gestão dos fundos doados por Taiwan e que “confiava cegamente” na sua administração, não surpreendeu a oposição. Lu também não pareceu muito interessada em dialogar com os elementos descontentes da política paraguaia, limitando-se a cumprir com uma reunião de protocolo que praticamente não teve colóquio nenhum. “Manter-se-ão as relações” foi a frase curta e insípida que Lu utilizou para descrever o cenário da hipotética saída do Colorado e entrada de um governo da oposição, sem adiantar mais minudências (Suárez, 2008b, s.p.).

Nicanor, em outubro de 2007, realiza mais uma visita de Estado ao seu amigo Shui-bian em Taipé, não só para privar com a sua pessoa, mas para discutir temáticas importantes e projetos que visionava para o Paraguai, como a construção de ferrovias, habitações para população pobre, o perdão de uma parcela da dívida contraída pelo Paraguai com os bancos taiwaneses e o combate ao tráfico de estupefacientes<sup>142</sup>. Retornou a Assunção dias depois com um “cheque” de 71 milhões de dólares, que declarou ser uma doação para projetos que serão apresentados ao Congresso futuramente e que a próxima administração terá a quantia à sua disposição para executar os mesmos. Adiantou ainda que as dúvidas sobre o destino final das doações taiwanesas existem sempre, mas aclarou naquele instante que o Parlamento era quem estava encarregue de fazer a supervisão das doações anteriores e da nova<sup>143</sup>.

Numa análise das relações dos últimos anos das administrações Frutos e Chen dirigida por Suárez (2008b, s.p.), o autor indica que a sua essência veio à superfície, sendo que o Paraguai via em Taiwan uma garantia de fundos milionários que afluíam para Assunção anualmente, mediante “ [...] as visitas oficiais recíprocas de altas personalidades entre ambos os países [...] ”, e esta última dádiva milionária demonstrava “ [...] na perfeição o verdadeiro interesse que teve para o governo de Nicanor Duarte a amizade com Taiwan [...] ”.

Aproximando-se o dia das presidenciais paraguayas, em abril de 2008, as doações controversas de Taiwan foram um alvo evidente, com os elementos da oposição a anunciarem abertamente a preferência pelas relações com a RPC, fazendo menção ao seu gigantesco mercado que não estava a ser usufruído pelos homens de negócios

---

<sup>140</sup> A ligação de Nicanor com Chen era já bastante familiar. Mais um traço comprovativo disso foi a apresentação do filho de Nicanor ao presidente taiwanês, na qual o paraguaio lançou o boato gracejando que o seu herdeiro tinha sido um produto “Made in Taiwan”. Shui-bian acabou por ficar convencido e chamou-o de “filho de Taiwan”, convidando toda a família Duarte a visitá-lo no ano corrente, o que teve o aval positivo de Nicanor.

<sup>141</sup> Ver “MOE Opens Football Coach Training Camp Featuring Paraguay Trainers” em: <http://english.moe.gov.tw/ct.asp?xItem=7520&ctNode=507&mp=1>.

<sup>142</sup> Ver “Pasó el tifón y llegó Nicanor a Taiwán” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/paso-el-tifon-y-llego-nicanor-a-taiwan-1015040.html>.

<sup>143</sup> Ver “Nicanor volvió ayer de Taiwán con US\$71 millones y retomó su cargo” <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/nicanor-volvio-ayer-de-taiwan-con-us-71-millones-y-retomo-su-cargo-1016272.html>.

paraguaios face a constrangimentos vindos da política. As ajudas de Taiwan denegriram a imagem do país e o uso da “diplomacia” dos cheques foi colocada em evidência perante o público paraguaio (Suárez, 2008a, s.p.).

A 20 de abril de 2008, Fernando Lugo, ex-bispo de São Pedro, líder da Alianza Patriótica para el Cambio (AP-C), ganha as eleições presidenciais, colocando fim ao domínio de seis décadas do Colorado (Moreira, 2014, p. 325). Lugo e a sua administração também queriam colocar fim a outros assuntos pendentes. A “diplomacia dos cheques” seria erradicada, em clara menção às doações feitas por Taiwan ao longo dos anos (Mendes et al., 2011, pp. 77-78). As relações com a RPC eram um objectivo a ser perseguido e alcançado<sup>144</sup>, assim como se procuraria um melhor aproveitamento do potencial económico dessa relação (Forman & Moreira, 2009, p. 101). Existia de facto uma inclinação maior para o início de laços oficiais com a RPC, impulsionada por interesses de empresários assim como de políticos que se encontravam em sintonia com a opinião pública geral de que as relações com o exterior deveriam primar pelo pragmatismo e não por uma diplomacia tradicional, obsoleta e desgastada pelo correr dos tempos vindos da Guerra Fria (Suárez, 2010, s.p.). A mudança diplomática de Taipé para Pequim também traria benefícios para as pretensões do Mercosul e da RPC (Suárez, 2008b, s.p.).

Num espaço de tempo bastante próximo à eleição de Lugo, houve identicamente uma mudança de partido político e de administração na presidência da RC, com a saída de Chen para a entrada de Ma Ying-jeou. O novo presidente, para além da promessa de procurar melhores relações com a China Popular, comprometeu-se a eliminar uma das práticas que tinham manchado a imagem de Taiwan no exterior (e pela qual Lugo tanto prometeu não compactuar) – a “diplomacia dos cheques” (Scobell, 2014, p. 5). A trégua diplomática suplicada por Ma a Pequim foi bem recebida pelos oficiais do PCC que declinaram a possibilidade para se estabelecer relações diplomáticas com o governo do Paraguai (Ku, 2009, p. 94). A RPC rejeitou o pedido de uma nação que, até há bem pouco tempo, tinha tentado atrair para a sua órbita de aliados diplomáticos através de várias táticas persuasivas. Sendo o Paraguai uma captura aliciante, o que terá adiado esse desfecho? Essa resposta é dada por Xulio Ríos (2010), que explica que, de acordo com as prioridades de Pequim, a situação de Taiwan e não embarçar Ma com a sua trégua diplomática têm mais relevância do que quaisquer ganhos diplomáticos conquistados no presente. Como disse o autor, “[...] O tempo joga a seu favor [...]”, pois Taiwan encontrava-se debilitado para continuar numa guerra diplomática com a RPC, algo que deveria ser aproveitado para estreitar relações económicas e construir bases para um futuro reconhecimento diplomático com os países, como o Paraguai, mesmo que se rejeite inicialmente pedidos para negociação sobre o reconhecimento. Num momento oportuno e conveniente, Pequim poderia utilizar isso em sua vantagem (Ríos, 2010, s.p.).

Ma, ao informar-se das pretensões de Lugo para com a RPC, decide empreender a sua primeira viagem de Estado no exterior, tendo como destino Assunção. As declarações dos membros do governo pertencentes ao AP-C revelavam o pragmatismo como atitude predominante para o futuro. O novo governo sentia que estava presente uma situação que se assemelhava a um leilão, onde quem oferecesse mais garantias levaria o tão ansiado reconhecimento diplomático (Suárez, 2008c, s.p.). Nesta altura havia um impasse nas relações entre os dois países, levando mesmo o Ministro do MAE da RC, Francisco Ou, a afirmar que as intenções de Pequim para com a trégua diplomática de Ma seriam descobertas com o caso paraguaio (Suárez, 2010, s.p.). Num acto inteligente e estratégico, a RC decidiu atuar, não esperando somente pela decisão de Pequim. Haveria que explorar outras opções e encontraram-nas. “[...] a diplomacia taiwanesa, reaccionou apostando por ganhar influência e apoiantes no seio do Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA), [...] liderado por Federico Franco [...]” que era o vice-presidente do novo governo. Algo que funcionou, visto que Ma conseguiu arrecadar o

---

<sup>144</sup> Ver Eduardo Arce (2010, s.p.) “Paraguay planea establecer relaciones diplomáticas con China” em: [http://www.bbc.co.uk/mundo/america\\_latina/2010/02/100218\\_0133\\_china\\_paraguay\\_jg.shtml](http://www.bbc.co.uk/mundo/america_latina/2010/02/100218_0133_china_paraguay_jg.shtml).

comprometimento público de Lugo para a manutenção das relações com a sua ilha. Uma tremenda vitória das manobras diplomáticas multifacetadas da RC (Suárez, 2008c, s.p.).

Mais tarde, quando se percebeu que a RPC tinha optado por recusar aproximações com o governo de Lugo em respeito pela trégua, houve imediatamente a comunicação do sucedido pelas altas instâncias da RC. Francisco Ou não poderia estar mais certo, porque este caso serviu exatamente para ambos os lados do Estreito de Taiwan recuperarem a confiança há muito perdida e iniciarem uma inédita aproximação.

Contudo, quem não saiu satisfeito com este enredo foram alguns membros do novo governo de Lugo que se viram privados de concretizar uma pretensão desejada desde os inícios da sua campanha eleitoral. Desde então, os laços com a RC esfriaram. Mesmo sabendo desta trégua entre as duas repúblicas, a administração Lugo continuou a cortejar a RPC, sendo descrito por Suárez (2010) como “inacabável” o número de depoimentos registados pelos Ministros de Lugo, e pelo próprio, favorecendo o estabelecimento de relações diplomáticas com Pequim. O Paraguai do ex-bispo tornou-se mais interessado e participativo nas feiras e exposições realizadas na China continental<sup>145</sup> e pretendiam ainda abrir, finalmente, um escritório comercial para a China Popular na capital<sup>146</sup>. As tentativas de Taipé em oferecer novos investimentos e abrirem novos canais de diálogo com o governo de Assunção também não surtiram efeito, pois a administração Lugo afirmava ter negociações em curso com a “outra China” a fim de encetar relações diplomáticas. Como se não bastasse, a embaixada do Paraguai em Taiwan esperava há longos meses pela nomeação de um embaixador (Suárez, 2010, s.p.).

O apoio conferido pelo Paraguai à RC na ONU, que nas administrações anteriores eram hábito regular, era importante para Ma, que rogava a conservação do mesmo a Lugo nos dias da sua visita à inauguração presidencial em Assunção (Ferreira, 2008, s.p.). No entanto, as intenções do novo governo seriam outras. Numa revelação *Wikileaks*, foi a 31 de agosto 2008 que Assunção fez saber a sua vontade de não continuar a apoiar os interesses de Taiwan na organização e, novamente reiterou relações mais próximas com Pequim. A RC reagiu, assegurando a Lugo a paragem total do envio de ajuda financeira, inclusive o pacote de 71 milhões de dólares que tinha sido previamente prometido. Segundo informações do governo da RC, o Paraguai já tinha procurado por assistência financeira a Pequim em troca do reconhecimento diplomático. Como Pequim rejeitou e Taiwan estava na eminência de suspender a assistência financeira, o Paraguai sujeitou-se às relações ainda existentes com Taipé, moderando a sua postura através da aprovação no Congresso, a 17 setembro, do pacote de ajuda da RC. Esta posição calculista, as declarações contraditórias do presidente Lugo e respetiva administração demonstraram a inexperiência da sua política exterior (WikiLeaks.org, 2008, s.p.). Contudo, a intransigência de Lugo mantinha-se relativamente ao apoio na ONU. Ainda, em setembro, o presidente dizia a um meio de comunicação social que o seu governo “ [...] não vai votar mais [na ONU] por Taiwan apesar do facto de reconhecermos a assistência que o país providencia [...] ”. Questões sobre lealdade também começavam a ser colocadas a Assunção quando o grande adiamento de uma visita oficial de Lugo a Taiwan foi colocada ao Ministro das Relações Exteriores, à qual retorquiu remetendo para a agenda muito atarefada do mandatário em território nacional (Wsu, 2009, s.p.). Nunca um presidente paraguaio tinha retardado por tanto tempo uma visita a Taipé após a sua tomada de posse.

---

<sup>145</sup> No ano de 2008, criou-se a “Unión Cultural, Industrial, Tecnológica y Comercial Paraguay-China” (UCITC) que também apoiou pela primeira vez a participação do país sul-americano na Expo Xangai 2010 com o seu próprio centro de exposição. Ver Última Hora “Histórica presencia oficial de Paraguay en China Comunista” em: <http://www.ultimahora.com/historica-presencia-oficial-paraguay-china-comunista-n328814.html>.

<sup>146</sup> No entanto, esse plano não se veio a concretizar, por respeito à trégua de Ma. Ver Pablo Guerrero (2009) “Diógenes no cree que China habilite una oficina comercial en Asunción” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/diogenes-no-cree-que-china-habilite-una-oficina-comercial-en-asuncion-25688.html>.

Diogenes Martínez, ex-chanceler do Paraguai, reprovava, em junho de 2011 o tipo de abordagem diplomática que estava a ser levada a cabo: “[...] O governo paraguaio deve considerar que cortejar a China, ao mesmo tempo que se mendiga dinheiro, doações e todo o tipo de cooperação a Taiwan, não é a forma mais apropriada nem digna nas relações internacionais de um país [...]” (Soto, 2011, s.p.).

Apenas a partir de julho desse ano, vislumbrou-se alguns sinais de mudança nas relações Paraguai-RC que indicavam uma reaproximação entre os governos de Ma e Lugo depois da realização de intercâmbios e doações<sup>147</sup>, da assinatura de convénios bilaterais<sup>148</sup> e da primeira visita oficial do ex-bispo a Taipé a 14 de março de 2011<sup>149</sup>. A 18 de setembro, Lugo chegou a anunciar aquele que parecia ser um passo atrás nas suas declarações acerca do apoio do Paraguai à RC na ONU, afirmando que iria dar suporte ao seu reconhecimento como Estado independente, assim como iria falar sobre a questão palestina e da entrada paraguaia na Unasul. Lugo fazia estes pronunciamentos antes de embarcar para Nova Iorque para participar na Assembleia Geral<sup>150</sup>. De facto, a intervenção do presidente abordou a Palestina e a Unasul. Contudo, da RC nem uma palavra (Méndez, 2011, pp. 1-7). A administração de Lugo continuava assim a ser, desde a instalação das relações diplomáticas entre os dois países, o único governo paraguaio que não brindou apoio a Taiwan no organismo internacional<sup>151</sup>.

Depois da retribuição do presidente paraguaio à cerimónia de renovação do mandato presidencial de Ma Ying-jeou em maio de 2012 em Taipé<sup>152 153</sup>, Lugo enfrentaria, no mês seguinte, uma situação única e controversa na história da república paraguaia e abandonaria o governo. Desde o início do mandato do presidente Lugo, as divergências e as crispções com os elementos do seu governo nunca foram resolvidas. Como nos indica Moreira (2014) o seu governo foi constituído com “[...] inclinações pessoais, em vez [de se pensar] na realidade política do país, já que entre ‘progressistas’ e ‘independentes’ ocuparam mais de 90% dos cargos de confiança. O Partido Liberal, que acompanhou a campanha presidencial e que apesar de ter comportado dois terços do total de votos que levou Lugo ao poder, sentiu-se prejudicado [...]”. Os simpatizantes de Franco ficaram estáticos perante a percentagem de lugares que lhes havia sido atribuída, e isso criou divergências internas logo à partida (Moreira, 2014, p. 326). Lugo tratou com indiferença o seu vice-presidente desde então, e, segundo o próprio Franco, ele nem o chegava a informar sobre as decisões internas do partido, como sucedeu com a substituição do Ministro do Interior Carlos Filizzola<sup>154</sup>. Os anos de governo de Lugo trouxeram muitos aspetos negativos para a sociedade do país, como a subida da insegurança (altos níveis de criminalidade), da pobreza (segundo as estatísticas dos

---

<sup>147</sup> Ver EFE (2010) “Taiwán y Paraguay refuerzan intercambios” em: <http://www.abc.com.py/internacionales/taiwan-y-paraguay-refuerzan-intercambios-131165.html>.

<sup>148</sup> Ver Paraguay.com “Paraguay y Taiwán firman varios convénios de cooperación bilateral” em: <http://www.paraguay.com/nacionales/paraguay-y-taiwan-firman-varios-convenios-de-cooperacion-bilateral-37112/pagina/4>.

<sup>149</sup> Ver Office of the President Republic of China (Taiwan) “President Ma meets with Paraguayan President Fernando Lugo Méndez” em: <http://english.president.gov.tw/Default.aspx?tabid=491&itemid=23770&rmid=2355>.

<sup>150</sup> Ver ABC color “Lugo votará por Palestina, dará apoyo a Taiwán y resaltará ingreso a Unasur” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/lugo-votara-por-palestina-dara-apoyo-a-taiwan-y-resaltara-ingreso-a-unasur-309505.html>.

<sup>151</sup> Ver UltimaHora.com “Lugo dilata presentación de embajador taiwanês” em: <http://m.ultimahora.com/lugo-dilata-presentacion-embajador-taiwanes-n492224.html>.

<sup>152</sup> Ver Silgueira (2012) “Anuncian la firma de varios convénios” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/anuncian-la-firma-de-varios-convenios-403905.html>.

<sup>153</sup> Ver Silgueira (2012) “Presidente de Taiwán pide relación justa y legal” em: <http://www.abc.com.py/internacionales/relacion-justa-legal-y-eficaz-pide-a-los-paises-amigos-presidente-de-taiwan-404032.html>.

<sup>154</sup> Ver El Universo “Federico Franco, el cardiólogo que reemplaza al destituido Lugo” em: <http://www.eluniverso.com/2012/06/22/1/1361/federico-franco-reemplazo-designado-lugo.html>.

censos paraguaios 1 em cada 3 indivíduos era pobre), a incapacidade para controlar a ameaça do Ejército del Pueblo Paraguayo (EPP) e a inércia para a resolução dos problemas dos agricultores.

Em 15 de junho, 200 “sem-terra” (protestantes da luta pela terra) entraram em confrontos violentos com a polícia em Curuguaty, que culminou em fuzilamentos dos populares e a respetiva morte de 17 indivíduos e 50 feridos. Logo de seguida, os partidos da oposição (Colorado, UNACE, PPQ) chegaram a um entendimento para depor o atual presidente mediante um *impeachment*, ou seja, impugnação de mandato. Em seguida, o PLRA (partido da coligação) também aderiu ao movimento criado pelos anteriores. Entre o dia 21 e 22 de junho concluiu-se o juízo político. Na Câmara de Deputados, 76 dos 80 constituintes do quórum apresentaram-se a favor do *impeachment* e, na Câmara de Senadores, 39 dos 45 membros condenaram as atuações do presidente. Assim, no dia 22, Federico Franco, sendo ele o primeiro na linha de sucessão, transita de vice-presidente a presidente da República do Paraguai, destituindo-se Lugo do seu mandato (Moreira, 2014, pp. 327-329).

Não seguindo a tendência internacional dos outros países latino-americanos em condenar o *impeachment* de Lugo<sup>155</sup>, a RC e o Vaticano foram dos poucos intervenientes que apoiaram o novo governo de Franco<sup>156</sup>. O embaixador da RC em Assunção, José Maria Liu (劉德立), afirmou que a administração Ma aceitava a transição que se processou e que tinha sido de acordo com a constituição vigente. Franco, nessa ocasião, reiterou o seu apoio à RC, dizendo que iria manter as relações diplomáticas e que a cooperação entre os dois países seria para manter (Hsiu-chuan, 2012, s.p.).

O Paraguai tinha poder de veto em decisões importantes no Mercosul, nomeadamente em assuntos relacionados com a RPC ou a entrada da Venezuela no organismo. Estes dois permaneciam num impasse devido à oposição paraguaia ora em permitir a assinatura de um TLC Mercosul – Pequim, ora em admitir a adesão venezuelana que estava iminente em 2006, mas que caiu por terra face ao voto contra do Paraguai (Burdman, 2012, s.p.). Após o *impeachment* de Lugo e face à desaprovação de todos os membros do Mercosul e da Unasur, o Paraguai foi suspenso dos “órgãos decisores” desses blocos. Desta forma, os restantes membros constituintes do Mercosul tiveram a oportunidade perfeita para conseguir agregar a Venezuela à organização (Albertoni, 2013, p. 1). Como referido anteriormente, também aproveitaram a situação para abrirem portas ao diálogo com a RPC no estabelecimento de um TLC, algo que também estava impedido por discórdia do Paraguai (Felicio, 2012, s.p.). Conforme apontado por Burdman (2012, s.p.), existe apenas um obstáculo para que não se concretize tal tratado. Para a China Popular é imperativo que toda a América do Sul tenha o seu reconhecimento efetivado. Assunção ainda continua como o último foco de influência taiwanesa e, conseqüentemente, uma “reserva de oposição” ao tratado esperado.

No que se refere ao apoio da administração de Franco a Taiwan na ONU, o presidente paraguaio dirigiu-se à Assembleia Geral no dia 27 setembro de 2012, mas não tocou na questão da RC durante o seu discurso (Gomez, 2012, pp. 1-6). Sem embargo, a janeiro de 2013, elementos da Câmara de Deputados e o seu presidente, Victor Bogado, mostraram-se comprometidos quanto à missão de continuar a apoiar as causas taiwanesas em órgãos internacionais, como a Organização de Aviação Civil Internacional e a Convenção das Mudanças Climáticas<sup>157</sup>.

---

<sup>155</sup> Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Uruguai, demonstraram o seu descontentamento perante esta situação no Paraguai. Ver TheGuardian.com (2012) “Paraguay’s president Fernando Lugo ousted from Office” em: <http://www.theguardian.com/world/2012/jun/22/paraguay-fernando-lugo-ousted>.

<sup>156</sup> O Vaticano apresentou o seu apoio através do núncio Eliseo Ariotti em Assunção. Ver Vatican Insider (2012) “Paraguay; Eliseo Ariotti: “La Paz es un don de Dios y sobre todo un don de los hombres” em: <http://vaticaninsider.lastampa.it/es/en-el-mundo/dettagliospain/articulo/paraguay-paraguay-paraguay-16255>.

<sup>157</sup> Ver ABC color “Diputados expresan su respaldo a Taiwán” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/diputados-expresan-su-respaldo-a-taiwan-529706.html>.

Em 21 de abril de 2013, os paraguaios acorrem às mesas de voto para eleger o sucessor de Franco a presidente do Paraguai. Horacio Cartes, candidato pelo Partido Colorado seria o vencedor<sup>158</sup>.

Foi depois destas eleições presidenciais que Franco dirigiu a sua visita oficial a Taiwan, realizada um mês após dito ato, onde o presidente tentou apelar aos empresários taiwaneses para que investiguem as suas possibilidades de investir no país, principalmente na indústria agrícola (Tase, 2013, s.p.).

Na sequência destes acontecimentos, sucedeu-se o itinerário protagonizado por dirigentes políticos dos Departamentos de Concepción (Luis Urbieta) e de Central (Blas Lanzoni) à RPC, desde que a AP-C assumiu a presidência. Esta deslocação foi promovida pela UCITC<sup>159</sup>, que possui sedes em ambos os países, com a finalidade de chegarem a um acordo de cooperação que abrangesse o benefício comercial mútuo (Toledo, 2014, s.p.). Como nos aclara Tase (comunicação pessoal, 2015), esta foi “ [...] Nos últimos cinco anos [da presidência], a única visita oficial, ou quase oficial na República Popular da China [...] [que] alcançou muito pouca atenção por parte de Assunção [...] ”. Mais tarde, em agosto de 2014, iria chegar ao Paraguai, também pela primeira vez, a empresa chinesa Sinohydro encabeçada por Haiqing Feng, que procurava no país desenvolver planos na área da construção de infraestruturas<sup>160</sup>. Tase (comunicação pessoal, 2015) indica que apesar das imensas visitas de empresários da China Popular, nenhuma tinha sido recebida por integrantes do governo. No entanto, esta da Sinohydro, apesar de não ter sido recebida pelos membros da Chancelaria Nacional, foi sim acolhida pelo vice-presidente Juan Afara (membro do governo de Cartes).

Horacio Cartes iria assumir o seu cargo no dia 15 de agosto, e o presidente Ma Ying-jeou não faltou à inauguração, prometendo continuar a ajudar a desenvolver a economia, mediante os projetos de assistência que a RC providenciava, tentando também melhorar a vida do povo (Oficina de Información del Gobierno, 2013, pp. 1-4).

O retorno à presidência de um governo do Colorado trouxe boas notícias para a RC. Finalmente um presidente paraguaio exaltava o nome RC e Taiwan num discurso dirigido à ONU, falando dos avanços da posição taiwanesa nos organismos internacionais e falava do ambiente positivo registado no Estreito de Taiwan (Cartes, 2013, pp. 2-9). Passado pouco tempo, também José Antonio dos Santos, representante permanente do Paraguai à ONU, apoia e solicita a participação da RC nos órgãos das Nações Unidas ao mesmo tempo que se alcançam progressos nos Estreito (Santos, 2014, pp. 1-8). Em dezembro de 2014, o apoio paraguaio a Taiwan foi proferido pela Ministra do Ambiente, María Cristina Morales, apelando à participação da ilha na Conferência para as Mudanças Climáticas (COP 21) da ONU (Caballero, 2014, s.p.). Após estes reforços conferidos à RC e a confirmação de que os laços entre o governo paraguaio e taiwanês iriam prosseguir, as probabilidades de haver um acordo Mercosul-China Popular tornaram-se ínfimas (Albertoni, 2013, p. 3)<sup>161</sup>.

Os projetos de construção de vivendas tão populares nos tempos de Nicanor e Shui-bian voltaram a entrar em marcha<sup>162</sup>. A “cerimónia” oficial de entrega de cheques pelo embaixador taiwanês, no Palácio do Governo, ao presidente vigente (também protagonizada regularmente na era Nicanor-Shui-bian), voltou com o presidente

---

<sup>158</sup> Ver ABC color “Colorados vuelven al poder con Cartes” em: <http://www.abc.com.py/nacionales/partido-colorado-vuelve-al-poder-con-cartes-563578.html>.

<sup>159</sup> Unión Cultural Industrial Tecnológica y Comercial Paraguay-China.

<sup>160</sup> Ver ABC color “Chinos, interesados en obras de infraestructuras” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/economia/chinos-interesados-en-obras-de-infraestructura-1274032.html>.

<sup>161</sup> Ver “El gobierno de Cartes confirma relaciones diplomáticas de Paraguay con Taiwán” em: <http://es.mercopress.com/2014/01/11/el-gobierno-de-cartes-confirma-relaciones-diplomaticas-de-paraguay-con-taiwan>.

<sup>162</sup> Ver “Taiwán reforzará cooperación con Paraguay: Pdte. Ma” em: <http://www.taiwanembassy.org/ct.asp?xItem=476234&ctNode=2060&mp=307>.

Cartes, que em 13 de maio de 2014 recebeu 18 milhões de dólares para a construção de vivendas sociais (Tase, 2014b, s.p.).

A visita de Estado do presidente a Taiwan foi completada em outubro de 2014, assistindo Cartes ao dia nacional da ilha. Durante a mesma, Cartes quis deixar claro que iria utilizar todas as ajudas do povo taiwanês da forma mais transparente e honesta, enfatizando que o seu país tinha muito aprender com o modelo da ilha. Disse que o seu país quer “muito mais” para além da diplomacia nestas relações entre ambos, agradecendo todos os apoios concedidos até então para a melhoria das condições de vida do povo paraguaio. Cartes ainda explicou a grande relação que une ambos os povos, referindo que não existe “ [...] nenhum outro país no mundo, à exceção do Paraguai, que tenha tanto afeto e carinho para com a [República da] China-Taiwan [...]”. Ma manifestou a sua vontade de continuar a assistir o Paraguai através de cooperação com o seu homólogo e “empresário de êxito”, assim como aclarou que com este presidente o país oferece muitas mais possibilidades para desenvolver um bom trabalho, tanto ao nível da “ [...] abertura económica ao capital estrangeiro para conseguir crescimento e o desenvolvimento sustentável [...]”. Os elogios a Cartes continuaram, dizendo que o novo presidente tinha criado “um novo perfil para o Paraguai”, inserindo-se perfeitamente na cena internacional com os demais países. Ma não se esqueceu de agradecer a Cartes pelas suas declarações de apoio à sua nação na ONU e relatou que é com a ajuda paraguaia que Taiwan está a conseguir a entrada em novos fóruns internacionais. Os mandatários assinaram memorandos conjuntos, e Cartes recebeu a mais alta distinção do governo da RC (medalha da “Ordem da Jade Brillhante com Grande Cordão”) dada por Ma. Em termos económicos, e como é hábito dos presidentes paraguaios em visita a Taiwan, Cartes encontrou-se com empresários taiwaneses, apresentando e reafirmando as ótimas condições que o seu país brinda aos investidores, já que um dos objetivos do país é ser “ [...] um importante centro de logística na região [...] ” e ponto de passagem entre os dois Oceanos aos quais não tem acesso (Tase, 2014a, s.p.).

Perfazendo 57 anos de relações diplomáticas, a RC e o Paraguai parecem ter os seus vínculos diplomáticos e económicos gradativamente mais sólidos (Tase, 2014b, s.p.).

## ***3.2 - PREOCUPAÇÕES ENFRENTADAS PELA RC NA SUA RELAÇÃO COM O PARAGUAI AO LONGO DOS TEMPOS***

### ***3.2.1 FACTORES POLÍTICOS***

#### ***A SAÍDA DO PARTIDO COLORADO DO PODER E APROXIMAÇÃO DESTES À RPC***

Existe, inegavelmente, um vínculo histórico de longa duração entre o Colorado e os governos de Taiwan. No entanto, as relações de forte entendimento e simpatia com os membros do Colorado contrastam com o contacto menos intenso de outros partidos opositores.

A mudança de governo no Paraguai, especialmente se a troca implicar demover o Partido Colorado, foi anteriormente um dos temores do governo da RC. Já em 1997, elementos do governo em Taiwan afirmavam que no que refere a negócios com o país, não se iria gastar nem mais um dólar enquanto não se confirmasse o veredicto das eleições de maio no Paraguai. O PLRA, a principal força política capaz de rivalizar com o Colorado, patrocinava laços com a RPC e, portanto, a vitória do seu candidato ou de algum outro na oposição poderia automaticamente significar o reconhecimento da China Popular (Montero, 1997, s.p.).

A RC tem garantido na política paraguaia uma espécie de opositor persistente às relações diplomáticas RC-Paraguai, principalmente nos partidos de orientação esquerdista, que consideram um “anacronismo histórico” a perpetuação solitária na América do Sul do reconhecimento diplomático que “contra ventos e marés” ainda se

mantém (Suárez, 2008c, s.p.). Por essa razão, a instalação de um governo de esquerda em Mburuvicha Róga<sup>163</sup>, como o de Lugo, fez tremer a estabilidade das relações entre os dois países com pedidos de aproximação e de laços com Pequim (Suárez, 2008a, s.p.). Suárez (comunicação pessoal, 2015) declara que a forte ligação existente entre o Colorado e os governos taiwaneses desenvolveu uma “ [...] falta de confiança quase endêmica entre o governo de Lugo e a representação taiwanesa [...] ”. Desta feita, as campanhas do AP-C favoreciam a mudança para Pequim. Durante a Era Lugo, mesmo depois da rejeição de Pequim em encetar relações com Assunção devido ao seu comprometimento com a trégua diplomática de Ma, os comentários da oposição não pararam de afluir aos meios de comunicação social, apelando ao fim da aliança RC-Paraguai. Exemplos disso foram as declarações do próprio Ministro das Relações Exteriores, Hector Lacognata<sup>164</sup>, e de José Fernandez Estigarribia, secretário-geral da Associação Latino-americana de Integração<sup>165</sup>.

Lugo prometia uma política exterior virada para o pragmatismo, na qual o seu governo se aliaria com quem lhe prestasse mais benefícios (Suárez, 2008c, s.p.). Como analisado anteriormente, quando Lugo inaugurou pela primeira vez um governo de esquerda, quem lhe oferecia melhores negócios era a China Popular e, por isso, tentou cortejar Pequim.

Esta manobra do ex-bispo encaixa perfeitamente no cenário que Mendes et al. (2011) descreveram sobre o típico comportamento dos países que já estão familiarizados com a luta pelo reconhecimento diplomático protagonizado por RC e RPC. Numa verdadeira atuação baseada no oportunismo político, os países Latino-americanos utilizavam uma “ [...] estratégia de *flirt* com cada uma delas [Pequim e Taipé] de modo a obter mais vantagens [...] ” para o seu país (Mendes et al., 2011, p. 77). O *flirt* de Lugo na campanha eleitoral, por sua vez, valeu-lhe a movimentação de doações taiwanesas, arrecadadas pelo anterior presidente Nicanor, a seu belo prazer. Logo após ter inaugurado o seu mandato, fez-se valer da carência taiwanesa em manter o seu último aliado na América do Sul, e redirecionou os montantes da RC para onde lhe convinha, indo alguma percentagem parar ao escritório da sua irmã Mercedes Lugo<sup>166</sup>. Aproveitando os pavores taiwaneses, Lugo pediu e conseguiu “luz verde” da RC para mover o dinheiro que já tinha destino (Rehnfeldt & Espínola, 2009, s.p.).

A transição de partido político em Taiwan, entre GMD e PDP, não alterou as relações privilegiadas que mantinham com o Colorado. O GMD, como será analisado adiante no subcapítulo “Pessoalismo”, desde o início partilhou um relacionamento cúmplice com o governo em Assunção, baseado em convicções políticas semelhantes e em amizades pessoais. As relações Paraguai-Taiwan tiveram, segundo Suárez (2008), uma fortíssima ligação quando o PDP assumiu as rédeas do país, e a afinidade de Nicanor e Shui-bian ao longo dos anos demonstrava exatamente esse facto (Suárez, 2008a, s.p.). O elemento desestabilizador dos laços diplomáticos não residiu, portanto, em Taipé, mas sim em Assunção. Quando o Colorado saiu da presidência, a ligação diplomática de cinco décadas esteve a pontos de ser quebrada. Suárez (2010, s.p.) declara que durante o governo de Lugo (AP-C) houve, de dia para dia, uma aproximação gradual entre o Paraguai e a RPC, e que caso a trégua diplomática de Ma falhasse seria muito provável o início de diplomacia com a China Popular. Xulio Ríos (comunicação pessoal, 2015) descreveu as relações RC-Paraguai na era de Lugo como “ [...] tensas, turvas e confusas [...] ” e o único entrave para a junção do Paraguai aos aliados de Pequim “ [...] foi a trégua diplomática

---

<sup>163</sup> Vocábulo guarani que significa Casa do Líder. Remete para o Palácio Presidencial localizado em Assunção.

<sup>164</sup> Ver ABC color “Canciller, a favor de relación con China” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/canciller--a-favor-de-relacion-con-china-41086.html>.

<sup>165</sup> Ver ABC color “Relación con Taiwán es ‘herencia del stronismo’” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/relacion-con-taiwan-es-herencia-del-stronismo-156315.html>.

<sup>166</sup> Ver ABC color “No se puede redireccionar” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/no-se-puede-redireccionar-14583.html>.

[...]”<sup>167</sup>. Suárez (comunicação pessoal, 2015) declarou que nos próximos tempos caso a trégua se mantenha e se produza uma mudança de governo em Assunção que derrube o Colorado, as relações com Taiwan iriam sofrer “ [...] um evidente esfriamento [...] seriam menos estreitas e perderiam protagonismos, dado o forte vínculo que tem Taiwan [...] com o Partido Colorado [...]”. Peter Tase (comunicação pessoal, 2015) é da opinião que o aparecimento de um governo de esquerda não iria colocar um ponto final nas relações bilaterais RC-Paraguai.

Dentro do Colorado, onde os sucessivos governos da RC retêm grandes esperanças para a continuação dos vínculos diplomáticos, existiram algumas acções e opiniões de membros importantes que fizeram duvidar da sua incontestável lealdade à RC. Durante a Era Lugo, a presidente do Colorado, Lilian Samaniego, surpreendentemente compareceu juntamente com outros antigos dirigentes do coloradismo, no 60º aniversário de uma associação pró-China Popular baseada no Paraguai (Suárez, 2010, s.p.). Ainda nos tempos de presidência AP-C, o ex-ministro das Relações Exteriores do Colorado, Diógenes Martínez, pronunciava que seria um facto consumado que, em algum momento na história o Paraguai teria de iniciar relações diplomáticas com a RPC e que obviamente isso implicaria quebrar as suas ligações a Taipé (Soto, 2011, s.p.).

### **A UTILIZAÇÃO CORRUPTA DA ASSISTÊNCIA E DOAÇÕES DA RC PELO GOVERNO PARAGUAIO**

Como mencionou Suárez (2007, s.p.), “ [...] o Paraguai ocupa um dos primeiros postos entre os países com maior corrupção e desigualdade, e as ajudas taiwanesas frequentemente viram-se lacradas pela corrupção imperante e, muito especialmente, no partido governante [...]”. De facto, desde os inícios do milénio, as notícias de má gestão e de casos de corrupção pelos sucessivos governos paraguaios têm sido noticiadas com frequência. Entre 1999 e 2000, a administração do presidente Raúl Cubas conseguiu arrecadar um crédito taiwanês de 400 milhões de dólares para o pagamento de dívidas contraídas pelo governo. No entanto, esse empréstimo foi mal gerido na administração que lhe sucedeu (Suárez, 2008a, s.p.). Após a transferência de uma parte desse montante para credores, pelo menos 16,5 milhões desapareceram com o presidente Luis González Macchi, indiciado como cúmplice desse ato<sup>168</sup>.

No mandato seguinte, a relação Nicanor-Chen também protagonizou inúmeros casos associados à corrupção (Suárez, 2008c, s.p.). Segundo ABC color, Nicanor ocultou doações da RC de 29 milhões de dólares aos órgãos de controlo do governo paraguaio. O presidente admitia que o dinheiro de Taiwan estava a ser utilizado para beneficiar o povo, mas o primeiro pacote de ajuda financeira taiwanesa ao seu governo (5 milhões dólares) teve um destino incerto e ninguém tinha informação de quem administrava os cheques taiwaneses, pois nem existia sequer um acordo escrito sobre o assunto, apenas um contrato tácito e verbal<sup>169</sup>. Além disso, a passagem dos fundos taiwaneses doados a entidades governamentais para ONG’s, onde não existe supervisão do Estado da utilização desse dinheiro, foi posta em prática (ver também Suárez 2008b)<sup>170</sup>. Apesar de Nicanor, em 2006, tentar tranquilizar Shui-bian de que “ não lhe iria fazer passar vergonhas” com a gestão do dinheiro proveniente dos

---

<sup>167</sup> No entanto, Peter Tase (comunicação pessoal, 2015) expõe argumentos contrários ao de Ríos, dizendo que a relação RC-Paraguai durante o governo de Lugo “ [...] foram excelentes e alcançaram altos níveis de cooperação [...]”.

<sup>168</sup> Ver ABC color “Controlaría investiga posible malversación de US\$ 16,5 millones” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/economia/contraloria-investiga-posible-malversacion-de-us-165-millones-789504.html>.

<sup>169</sup> Ver ABC color “Dinero fácil” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/dinero-facil-771074.html>.

<sup>170</sup> Ver ABC color “Embajador Yen pide rapidez y buen uso de las donaciones de Taiwán” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/embajador-yen-pide-rapidez-y-buen-uso-de-las-donaciones-de-taiwan-771253.html>.

contribuintes taiwaneses<sup>171</sup>, a verdade é que o paraguaio atentaria contra esse mesmo princípio, que na cultura chinesa se depreende como “face” (面子). O caso mais gritante devido à sua infalibilidade, comprovando-se ser mais um dos exemplos típicos de corrupção levado a cabo por Nicanor, foi o mercado que estava a ser projetado para Coronel Oviedo, no Departamento de Caaguazú. Aquando da visita de Shui-bian, em 2006, Nicanor assegurou ao taiwanês a edificação de um mercado que se tornaria num centro comercial, dotado com os mais diversos apetrechamentos mecânicos. A Shui-bian agradeceu-lhe o projeto, ao qual concedeu a generosa quantia de 1.700.000 de dólares, a fundo perdido. O governo paraguaio teria igualmente de desembolsar 300.000 dólares nesse projeto para a construção de acessos, abastecimentos de água e luz. No entanto, segundo apurou Ramona Marecos, o moderno mercado idealizado converteu-se, em resultados práticos, numa “remodelação” que custou somente cerca de 40,600 dólares (200 milhões de guaranis), um valor muito aquém do suposto, e com dividendos quase inexistentes para a população, pois os produtores não conseguem fazer chegar os produtos ao local. Este foi mais um dos muitos exemplos da “[...] criação de falsas expectativas, [para] captar fundos do exterior para logo deixar sem efeito as promessas feitas ao povo [...]” (Marecos, 2009, s.p.).

A construção de vivendas sociais também foi uma das maiores marcas deixadas no Paraguai pelo governo de Taiwan, que tiveram particular ímpeto nos anos Nicanor-Shui-bian (ver anexos 3, 4 e 5). Como nos indica Suárez (2008b), a construção de vivendas sociais no mandato de Nicanor, com os fundos de Taiwan, foi o maior empreendimento levado a cabo numa nação sul-americana. No entanto, também estes numerosos projetos para beneficiar os “sem-teto” estiveram envolvidos em incalculáveis controvérsias, amplamente criticadas pela oposição paraguaia pela falta de transparência com que se geria as ajudas brindadas por Taiwan. Como se não bastasse, estes lares para os mais desfavorecidos tiveram denúncias ao longo dos tempos de lacunas arquitetónicas profundas, algumas das quais irreparáveis (Suárez, 2008b, s.p.).

Os casos caricatos envolvendo Nicanor não ficariam por aqui, estando também as suas campanhas eleitorais ligadas ao financiamento taiwanês. Como reporta Rehnfeldt (2011), revelações *Wikileaks* desvendaram comunicações da embaixada dos EUA em Assunção, em 2005, asseverando indícios de que Taiwan tinha canalizado ajuda financeira para o Partido de Nicanor durante os períodos de campanha (Rehnfeldt, 2011, s.p.). De facto, poucos anos mais tarde, e sem grandes incómodos, procedeu-se à entrega em mão de um cheque de 5 milhões dados pelo embaixador taiwanês ao presidente Nicanor em pleno período eleitoral em 2008<sup>172</sup>. Um evento oportunamente aproveitado pela oposição, acusando o Colorado de preparar o seu uso para a conversão de mais populares ao coloradismo<sup>173</sup>. Obviamente esta proximidade tornada pública entre o PDP e o Colorado, e os constantes incidentes de corrupção, fizeram com que os restantes partidos políticos da oposição se tenham apartado de conversações com o governo de Shui-bian. O grande pecado cometido por Taiwan no trato com os seus aliados diplomáticos, inclusive o Paraguai, foi a tremenda falta de controlo do dinheiro doado para os projetos de assistência. Apenas se passava um cheque aos governantes do país, e o fim que se lhe dava, a eles competia. Este desgoverno das ajudas, aliado ao facto de que o Paraguai é um dos países com maior índice de corrupção no mundo, era a receita para o desastre. A falta de supervisão taiwanesa das suas ajudas foi fator para o enriquecimento ilícito das mais altas esferas do poder político paraguaio<sup>174</sup>. Com a vinda de Lugo ao poder,

---

<sup>171</sup> Ver [adnmundo.com](http://www.adnmundo.com/contenidos/economia/presidente_taiwan_china_peligro_ec0805061253.html) “Según el president de Taiwan, China representa peligro” em: [http://www.adnmundo.com/contenidos/economia/presidente\\_taiwan\\_china\\_peligro\\_ec0805061253.html](http://www.adnmundo.com/contenidos/economia/presidente_taiwan_china_peligro_ec0805061253.html).

<sup>172</sup> Ver ABC color “Taiwán entrega a Duarte Frutos 5 millones de dólares” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/taiwan-entrega-a-duarte-frutos-5-millones-de-dolares-1044439.html>.

<sup>173</sup> Ver ABC Color “Taiwán aclara que dinero es para casas” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/taiwan-aclara-que-dinero-es-para-casas-1045759.html>.

<sup>174</sup> Ver Suárez (2007, s.p.) “Sutilezas de la diplomacia taiwanesa en Paraguay” em: [http://www.igadi.org/china/2007/jds\\_sutilezas\\_diplomacia\\_taiwanesa\\_en\\_paraguay.htm](http://www.igadi.org/china/2007/jds_sutilezas_diplomacia_taiwanesa_en_paraguay.htm).

obrigaria Taiwan a refletir melhor sobre a sua excessiva relação de confiança com o Partido Colorado e os escândalos de corrupção que marcaram o capítulo da sua relação histórica. A sociedade paraguaia também passou a associar a ajuda taiwanesa a casos de corrupção, fazendo-a cair em desprestígio (Suárez, 2008a, s.p.). O Paraguai foi atraído pela diplomacia do cheque de Taiwan e esta maneira de conduzir relações bilaterais entre ambos os países “ [...] caiu em descrédito por suspeitas de corrupção, e tem sido criticada por quem hoje está no governo [...] ” (Arce, 2010, s.p.).

#### ***FISCALIZAÇÃO LEGISLATIVA MAIS APERTADA CONFERE MAIOR CONTROLO A ASSISTÊNCIA DADA POR TAIWAN***

A RC, antes de sofrer o seu processo de democratização, enviava a assistência aos seus aliados e não procurava supervisionar o impacto que as suas doações tinham no terreno, e isso tornou-se numa grande ferramenta diplomática para com os países da América Latina. No entanto, depois de consolidada a democracia no país, a RC não podia mais praticar os gastos ocultos do governo autoritário e opressivo do antigo regime, necessitando de prestar contas das despesas a uma fiscalização cada vez mais exigente o que condicionou, de certa forma, os seus planos em manter e expandir o seu reconhecimento diplomático (Watson, 2004).

#### ***INCERTEZA QUANTO AO FUTURO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS RC-PARAGUAI COM A TRÉGUA DIPLOMÁTICA DE MA***

O futuro da relação diplomática entre Taipé e Assunção é um tema rodeado de incógnitas. No entanto, alguns factos parecem não deixar margem para dúvidas em alguns autores. Suárez (2010, s.p.) indica que o veredicto final das relações que mantém com o seu único aliado diplomático na América do Sul já não depende do governo da RC, visto que para o autor “ [...] dependerá unicamente da vontade de Pequim e, portanto, do êxito ou do fracasso da trégua diplomática entre ambas as Chinas [...] ”. O “risco” de uma possível troca de governos na RC que substituísse o partido “pró-China” GMD pelo “independentista” PDP, pois se a trégua diplomática de Ma fracasse e se a RPC arrecadasse um dos aliados mais importantes de Taiwan, a liderança do presidente e por inerência do GMD seria “debilitada”. Portanto, como indica Ríos, é preferível conceder algum “espaço internacional”, fortalecer o presidente Ma e a sua trégua diplomática<sup>175</sup>, adiando-se assim, por enquanto, o caso paraguaio buscando uma maior aproximação entre GMD-PCC (Suárez, 2008c, s.p.). No Paraguai esta situação parece ser conhecida, depois das declarações de Eladio Loizaga lembrando que o país apenas não tem laços oficiais com Pequim no momento devido ao “acordo bilateral” entre as “duas Chinas” que impede esse desfecho, em clara referência à trégua diplomática de Ma (Tase, 2014b, s.p.). Ora, numa altura em que RPC e RC se aproximam, torna-se cada vez mais notória a necessidade de refletir acerca das relações diplomáticas com Taipé, visto que as razões enunciadas no passado para manter esse laço (fossem elas económicas, políticas ou até mesmo de ideologia) já não fazem sentido hoje (Ríos, 2010, s.p.).

Como diria Scobell (2014, p. 5), “ [...] esta trégua diplomática é improvável de durar para sempre [...] ”.

### **3.2.2 FACTORES ECONÓMICOS**

#### ***POSIÇÃO DO PARAGUAI COMO ELEMENTO MAIS VULNERÁVEL DO MERCOSUL***

A excessiva dependência do Paraguai perante os seus vizinhos da região (nomeadamente Argentina e Brasil) é uma preocupação já antiga (Geldenhuis, 1990, p. 82). O Paraguai é consequentemente considerado o elemento mais fraco, com menos peso e o mais pobre da aliança Mercosul. Este conjunto de fatores não confere quaisquer

---

<sup>175</sup> Ver Xulio Ríos (2008) “Taiwán: Las maletas de Ma” em: <http://www.politica-china.org/nova.php?id=101&clase=6&lg=gal>.

vantagens, nem para Assunção nem para Taipé. Pequim pode utilizar o seu peso de grande potência mundial para persuadir os outros membros do bloco (como já o fez), de forma a pressionar o último reduto da RC na América do Sul a abandonar a sua aliança diplomática de mais de meio século (Burdman, 2005, pp. 219-220). A China Popular tem a conjugação perfeita de fatores. Como pertence ao G-20 dos países em desenvolvimento, exerce pressão sobre os aliados políticos de Taiwan, nomeadamente o Paraguai, mas também nos seus atuais aliados diplomáticos (Poblete, 2011, p. 27). Além disso, o Paraguai é também perçecionado pelos seus parceiros como um entrave à concretização de tratados vantajosos com a RPC (Erikson & Chen, 2007, p. 75). A China Popular partilha da mesma vontade, mas sabe que o Paraguai é o “problema” e tem de aludi-lo a ser seu aliado diplomático (Bishop, 2004, s.p.). Sendo um dos fundadores do Mercosul e membro ativo na mesma, o Paraguai também se vê privado pelo bloco de assinar um TLC com a RC, que lhe traria uma relação comercial bilateral mais profunda com Taiwan (Erikson & Chen, 2007, p. 82). Obter um consenso de todos os membros do Mercosul para conseguir estabelecer um TLC com Taipé era extremamente improvável de acontecer, apesar da grande vontade do governo taiwanês em procurar todo o tipo de conexões económicas e comerciais possíveis com o Paraguai (Bishop, 2004, s.p.). Pensou-se que este *handicap* político-económico seria quebrado com a vinda de Lugo para o poder (Poblete, 2011, p. 22). No entanto, como explicado anteriormente, a vinda de Ma e a instalação da trégua diplomática frenou essa possibilidade.

A política externa paraguaia ainda opera hoje de acordo com as influências dos seus parceiros do Mercosul. O momento que se vive atualmente no bloco é propício para a descoberta de novos mercados e, para isso, o Paraguai necessita de uma visão pragmática tanto na sua economia como na sua diplomacia com o exterior para recolher mais benefícios comerciais (Tase, 2014b, s.p.). Assim sendo, o Paraguai pode vir a sentir aquilo que Ríos (2010, s.p.) declara como o “medo do isolamento” por ser o único país no Mercosul que não tem relações com a RPC, um país em clara ascensão e que o poderia “ [...] [catapultar] para as posições centrais do sistema internacional [...] ”, e obviamente isto suscita algumas perguntas sobre o caminho da sua política exterior (p.ex. se a aliança com a RC é suficientemente vantajosa para justificar o reconhecimento).

### **O PODERIO ECONÓMICO DA RPC E INERENTES BENEFÍCIOS PARA O PARAGUAI**

Num estudo realizado por Rosana Pinheiro Machado na Ciudad del Este – cidade onde reside o núcleo duro do tecido empresarial e comercial taiwanês no Paraguai - a mesma analisou o ambiente vivido pela comunidade taiwanesa empreendedora naquele país. Devido ao crescimento exponencial da RPC em termos económicos, a vontade de estabelecer vínculos com o país cresce e o Paraguai não é exceção. Na Ciudad del Este deixou-se de privilegiar a procura de produtos fabricados em Taiwan para se abraçar o mesmo tipo de interações com Cantão (广州), muito por culpa da diferença de preços praticados. Até os próprios taiwaneses no terreno começam a procurar estabelecer contactos na RPC ou com chineses na cidade que tenham conexões ao continente, de forma a assegurar bons negócios. Esta imponentia económica da RPC parece não dar outra alternativa aos taiwaneses que se vêm impotentes e sem outro remédio se não comerciar com o sector empresarial da China Popular, para não serem “estrangulados” na atividade que exercem localmente com outros competidores chineses (Machado, 2009, pp. 242-243). Como adianta a mesma autora, “ [...] Taiwan para muitos, não se impõe mais como local mais vantajoso para a importação, o que faz reviver vínculos com a RPC. Dessa forma com seu sedutor poder económico, a China tem [captado] as populações ultramar e, com elas, tem criado um verdadeiro império [...] ” (Machado, 2009, p. 311).

Mais ainda, o Paraguai é um país com escassez tradicional de recursos naturais (Marks, 1998, p. 292). Essa foi uma das inquietações de Wang Sheng quando estava à frente da embaixada da RC, em que o general teve uma luta incessante na procura por bens que o seu país pudesse comprar ao Paraguai (Alexander, 2014). Para além do *handicap* que lhe foi conferido pela Natureza, Tase (2014) avança que o país tem outras carências,

nomeadamente infraestruturas estratégicas, como caminhos-de-ferro que transportem produtos entre os dois oceanos do continente sul-americano. Projetos de tal envergadura que só podem ser implementados caso um parceiro poderoso como a RPC decida estender ajuda. Aquilo que Taiwan aporta de assistência para o Paraguai é considerada escassa e o autor considera que Assunção está a perder tempo enquanto não se efetiva laços com a China Popular (Tase, 2014b, s.p.).

Como até já foi admitido pelo Ministro de Relações Externas de Taiwan, James Huang, o país não tem possibilidades nem potencial para competir com a RPC na batalha por aliados diplomáticos e convém não esquecer que a China Popular alberga a maior população do mundo, sinónimo de inúmeros consumidores que poderiam dar um novo ímpeto às exportações paraguaias, normalmente muito focadas no sector agrário. Um argumento bem aproveitado e esgrimado pela oposição ao Colorado (Suárez, 2007, s.p.). Ríos (2010, s.p.) indicou que a China Popular tornou-se no maior fornecedor do Paraguai no comércio com o exterior, tendo as suas relações económicas atingido bons indicadores que a tornam num parceiro importante para escoar produtos, como a soja e a carne, no mercado chinês. Existem organizações, como a Câmara Cultural e Industrial Paraguai-China, interessadas em ver o reconhecimento diplomático efetivado para se acelerar as relações comerciais. “O grande mercado chinês” é considerado, por Suárez (2008a, s.p.), um dos fatores mais alarmantes para que as relações Paraguai-Taiwan sejam alvo de reavaliação, visto que existem “enormes possibilidades” para os produtos paraguaios. A soja, sendo a matéria-prima mais exportada pelo país, tem como seu maior consumidor a nível mundial a RPC, o que desaponta de certa forma os empresários paraguaios que vêm os seus vizinhos brasileiros e argentinos a aumentar cada vez mais os seus lucros com aquele cereal devido às exportações destinadas à China Popular. Assim, como os seus governantes pretendem continuar vinculados a Taiwan, os homens de negócio paraguaios seguem com outras comitivas presidenciais (brasileiras e argentinas) quando estas se deslocam à RPC. Da mesma forma, tem havido pressões por parte da Camara Paraguuaia de Exportações de Cereais e Oleaginosas (Capeco), para se estabelecer relações diplomáticas com a RPC, sob pena de se prejudicar a sua exportação (Suárez, 2008a, s.p.).

A relação comercial RPC-Paraguai, quando comparada com dados do comércio exterior com Taiwan, é mais elucidativa na figura 2, onde podemos testemunhar que a relação comercial Paraguai-Taiwan, de 2001 a 2005, não chegou a ter a desenvoltura necessária para afirmar que ambos os países têm uma relação profunda a esse nível. Nesse período, a RPC, pelo contrário, investiu em ampliar as suas conexões com o Paraguai, buscando “[...] condições económicas propícias para que o Paraguai reconheça o governo de Pequim [...]” (Oviedo, 2005, p. 9).

**Figura 2** – Comércio Bilateral do Paraguai com a República Popular da China e Taiwan

**COMERCIO BILATERAL DE PARAGUAY CON LA REPUBLICA POPULAR CHINA Y TAIWAN**

*Unidad:* dólares estadounidenses

AÑO	REPUBLICA POPULAR CHINA			REPUBLICA DE CHINA (TAIWAN)		
	EXPORTACIONES	IMPORTACIONES	TOTAL	EXPORTACIONES	IMPORTACIONES	TOTAL
2001	2.830.000	72.100.000	74.930.000	11.270.167	24.042.308	35.312.475
2002	7.870.000	79.030.000	86.910.000	7.754.896	22.083.609	29.838.505
2003	12.740.000	126.190.000	138.930.000	10.474.370	26.521.510	36.991.880
2004	58.290.000	234.910.000	293.200.000	7.802.805	42.454.953	50.257.758
2005	16.310.000	103.990.000	120.300.000*	2.370.972	21.793.075	24.164.047**

**Fuente:** Elaboración propia en base a datos del Departamento de Planificación y Finanzas del Ministerio de Comercio de la República Popular China (中华人民共和国商务部规划财务部) y la Dirección General de Aduanas del Ministerio de Finanzas de la República de China.

\* Los datos del año 2005 corresponde a los meses de enero a mayo.

\*\* Los datos del año 2005 corresponde a los meses de enero a junio.

**Fonte:** Oviedo (2005, p. 9) “Crisis del multilateralismo y auge de la diplomacia bilateral en la relación Mercosur-China”

O volume da relação comercial RPC-Paraguai quintuplicou no ano de 2006 (Suárez, 2008a, s.p.). No gráfico da figura 3 e 4, do Ministério da Indústria e Comércio do Paraguai num estudo de 2009, e comparando o intercâmbio comercial do país com RC e RPC, encontramos alguns números curiosos. No que se refere à RPC, as exportações Paraguai-China, de 2007 a 2008, mais do que sextuplicaram, obtendo um crescimento, de 2002 a 2007, de 27,9%. No que concerne a Taiwan, as exportações Paraguai-Taiwan, entre 2007 a 2008, para além de ficarem cerca de 10 milhões de dólares atrás dos seus rivais, ainda denotaram uma queda de 3 milhões de dólares na transição anual. O crescimento anual, de 2003 a 2008, foi de 4,9%.

Figura 3 – Intercâmbio comercial bilateral Paraguai – RC (Taiwan) (estudo de 2009)

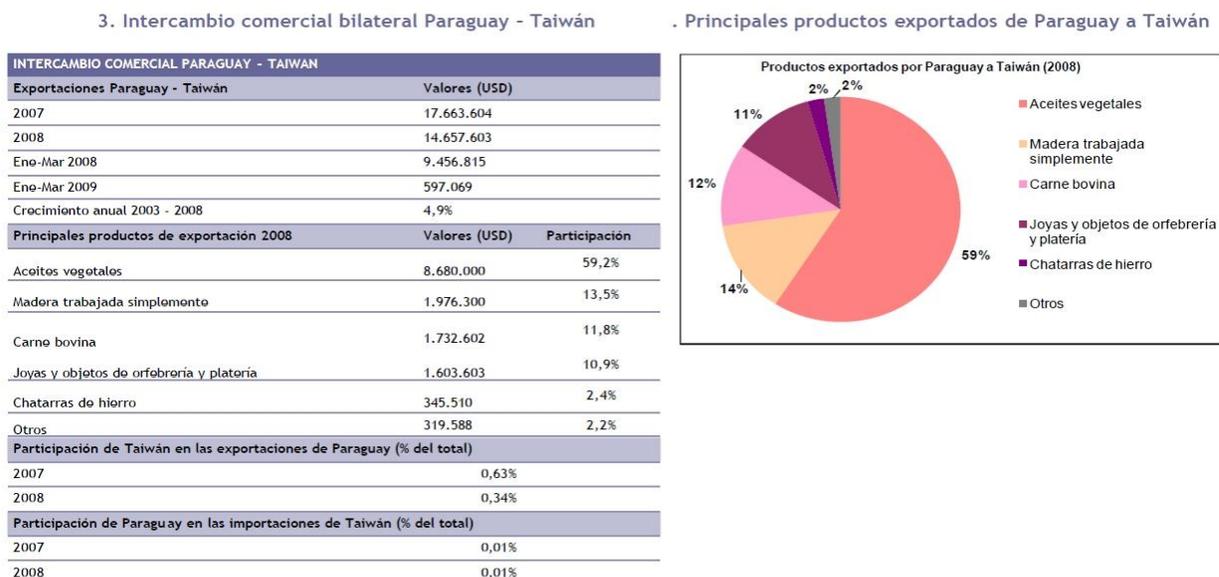
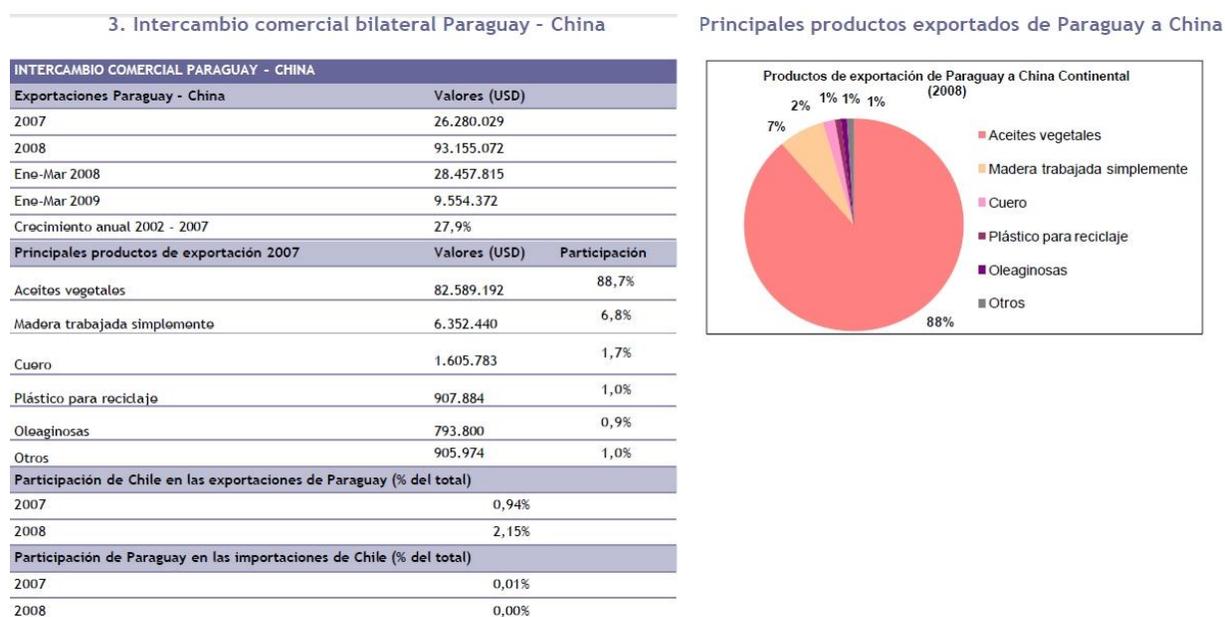


Figura 4 – Intercâmbio comercial bilateral Paraguai – RPC (estudo de 2009)



Fonte: Ministerio de Industria y Comercio (www.rediex.gov.py)

Forman e Moreira (2009, p. 101) explicam exatamente o que organizações e empresários paraguaios sentem e o que os dados de Oviedo (2005) e do Ministério explicitamente exaltam: “[...] a crescente importância da China como uma fonte de importações e como um potencial comprador de produtos, especialmente [...] soja, torna a normalização de relações com a RPC crescentemente irresistível.”

Para agravar ainda mais a situação para a RC, os seus projetos carregados de esperança e de milionários investimentos, não têm dado grandes motivos para sorrir. O Parque Industrial de Taiwan, um dos projetos ambiciosos assinados em 1995 por Wasmosy e Teng-hui<sup>176</sup>, começado no ano seguinte<sup>177</sup> e inaugurado em 2005<sup>178</sup>, tem sido palco de vários problemas judiciais que atrasam a vinda de novas empresas para o complexo<sup>179</sup>. Erikson e Chen (2007, p. 78) falam igualmente de problemas relacionados com capital humano que deixam o Parque Industrial praticamente vazio.

Quem retira maior proveito das relações Taiwan-Paraguai é o país asiático, já que os governos paraguaios apoiam Taiwan nos órgãos internacionais a troco de “migalhas”. O Paraguai prejudica-se não encetando relações com Pequim, colocando obstáculos às imensas regalias que poderiam advir do reconhecimento diplomático. É da sua opinião que o Paraguai, apesar de ter adotado uma postura persistente em manter laços oficiais com Taiwan ao longo das eras presidenciais, não pode continuar a negar um colosso como a RPC, e que a abertura de um escritório comercial seria um começo (Tase, 2014b, s.p.).

### **3.3 QUAIS OS BENEFÍCIOS RETIRADOS PELA RC DA RELAÇÃO DIPLOMÁTICA COM O PARAGUAI**

#### **3.3.1 BENEFÍCIOS POLÍTICOS**

##### ***PARTICIPAÇÃO DO PARAGUAI EM VÁRIAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E O SEU APOIO À CAUSA RC – TAIWAN***

Apesar do seu isolamento diplomático na era de Stroessner, o Paraguai teve uma adesão bastante significativa a organizações internacionais de grande relevo. O Paraguai, foi juntamente com outros países sul-americanos, um dos assinantes da Carta das Nações Unidas em São Francisco e membro pleno em todas as organizações da ONU, tendo até feito parte do Conselho de Segurança, entre 1968-1969, como representante dos Estados Latino-americanos (Mora & Cooney, 2007, p.178). A nível regional, o Paraguai juntou-se, como membro constante da Organização de Estados Americanos, à Associação Latino-Americana de Integração, ao Banco de Desenvolvimento Interamericano e ao Sistema Económico Latino-Americano (Geldenhuis, 1990, p. 81). Esta valência de conseguir estar presente em várias organizações internacionais e regionais de relevância tornam o Paraguai num aliado diplomático importantíssimo para Taipé. Esta situação é vista como uma das vantagens de Taiwan em ter o país como seu aliado, já que ainda persistem questões sobre a real soberania e/ou independência de Taiwan na cena internacional, e Taipé tem o Paraguai como um dos seus “amigos” oficiais. Outro benefício para a RC é exatamente a defesa da causa taiwanesa com pedidos de representação na ONU. O Paraguai tem-se

---

<sup>176</sup> Ver Taiwan Review “La Rep. de China y Paraguay consolidan los lazos de amistad y de cooperación” em: <http://taiwanreview.nat.gov.tw/ct.asp?xItem=59931&CtNode=230>.

<sup>177</sup> Ver Taiwan Review “Colocan primera piedra en parque industrial que construirá la Rep. de China en Paraguay” em: <http://taiwanreview.nat.gov.tw/ct.asp?xItem=53344&CtNode=230>.

<sup>178</sup> Ver ABC color “Gobierno de Taiwán decide controlar Parque Industrial” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresia/economia/gobierno-de-taiwan-decide-controlar-parque-industrial-844142.html>.

<sup>179</sup> Ver ABC color “MIC media en conflicto que afecta a parque taiwanés” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresia/economia/mic-media-en-conflicto-que-afecta-a-parque-taiwanés-1019396.html>.

juntado, ao longo dos anos, a alguns países que enviam memorandos à ONU contendo argumentos<sup>180</sup> que condenam a exclusão da RC do organismo, embora não tenham surtido efeito (Venne, 2004). Como é também defendido por Suárez (2007, s.p.), o Paraguai tem sido “ [...] um dos mais fervorosos defensores da admissão da República da China na ONU e em outros organismos internacionais [...] ”.

O último reduto de Taiwan na América do Sul é de importância colossal, pois o Paraguai é considerado o parceiro diplomático mais importante que Taipé possui, ora pela sua “posição estratégica” (a sua localização privilegiada no centro da América do Sul, o estatuto de economia emergente, e fronteiras privilegiadas e abertas ao comércio com gigantes económicos), ora pela sua importância política (um dos membros fundadores do Mercosul) (Suárez, 2010, s.p.). Com o Paraguai inserido no Mercosul, Taiwan tem conseguido ter um fiel representante da sua causa no bloco regional defendendo os seus interesses na região (Suárez, 2007, s.p.). De igual importância, a objeção paraguaia no Mercosul a um TLC com a RPC tem colocado travão ao desembarque de ainda mais interação comercial entre o bloco e a China Popular. Ríos (comunicação pessoal, 2015) ressalva exatamente esse ponto, afirmando que Taiwan “ [...] trata de explorar [...] ” a presença paraguaia no Mercosul.

Como aclarado anteriormente por Tase (2014b, s.p.), é Taiwan quem retira maior proveito destas relações diplomáticas com o Paraguai, pois a troca de “migalhas” tem recebido do país o incessante apoio na cena internacional, favorecendo a sua participação ativa. A posição de destaque dada à RC na política externa paraguaia conferiu-lhe prioridade que não é concedida a outros países asiáticos nem mesmo a organizações regionais.

#### ***O PARAGUAI É O ALIADO DIPLOMÁTICO DA RC COM MAIOR EXPRESSÃO GEOGRÁFICA***

Da pequeníssima carteira de aliados diplomáticos que a RC retém hoje (22), praticamente todos eles são países de pouca expressão, com economias muito vulneráveis e com pouca significância política (Rich, 2009). O Paraguai surge nesta lista como o país com maior expressão geográfica com quem Taiwan ainda mantém relações diplomáticas desde 1998, quando perdeu a África do Sul (Marks, 1998, p. 310).

#### ***MANUTENÇÃO DO ÚLTIMO REDUTO DA RC NA AMÉRICA DO SUL***

O laço diplomático que une a RC ao Paraguai é um inibidor de possíveis relações diplomáticas entre Assunção e Pequim e, portanto, mantém-se assim a inexistência de contactos formais (Tase, 2014b, s.p.).

#### ***O PARAGUAI AJUDOU A RC A EVITAR O ISOLAMENTO DIPLOMÁTICO***

Desde o início, segundo Marks (1998, p. 289), a necessidade de envolvimento da RC com o Paraguai foi essencialmente para evitar o isolamento diplomático: “ [...] Que Taiwan estivesse envolvido com tal nação remota origina-se quase por inteiro da sua necessidade de evitar o isolamento diplomático [...] ”.

### **3.3.2 BENEFÍCIOS ECONÓMICOS**

---

<sup>180</sup> Alguns dos fundamentos apresentados no memorando são descritos por Venne (2004) como a RC sendo um Estado soberano e digno de participação na ONU e na comunidade internacional, a exclusão de Taiwan é um acto de discriminação para com a sua população, retira-lhe regalias que outros países da ONU usufruem, a RC sempre se mostrou pronta a respeitar os pontos da Carta das Nações e a sua adesão como membro na ONU promoveria e manteria a paz na Ásia e no Pacífico.

### **VANTAGENS INERENTES CONCEDIDAS PELO PARAGUAI**

Como referido anteriormente, e como é corroborado por Tase (2014), o Paraguai continua a oferecer um leque de benefícios bastante atrativo quando comparado com os seus parceiros continentais: baixos custos na instalação do negócio, carga de impostos baixíssima (continuando a ser a mais pequena do Mercosul); acesso privilegiado aos mercados do bloco regional, um ambiente para negócios e investimentos que consegue ser mais propício do que os grandes gigantes do Mercosul (Brasil e Argentina); e um nível de crescimento económico a rondar os 5%. O Paraguai tornou-se, há pouco tempo, o oitavo maior exportador de carne (um bem que Taiwan tem vindo ao longo dos anos mostrado bastante interesse<sup>181</sup>) (Tase, 2014b, s.p.). Ao contrário de muitos outros países aliados a Taipé, os indicadores do Paraguai, no que se refere às oportunidades de investimento no país, são bastante propícias. O país sul-americano, comparado com outros da América Latina, no ano de 2010, era o segundo país com menor nível de dívida pública; o quarto com ambiente mais favorável para investir; em 2011 o segundo mais favorável para se começar um negócio (devido à baixa burocracia, licenças e outras permissões das autoridades até que a companhia entre em funcionamento); e o terceiro em facilidades para construção. O Produto Interno Bruto paraguaio tem vindo a crescer exponencialmente passando de 5.552 milhões de dólares, em 2003 para 18.592, em 2011. O Paraguai era o líder mundial de produção de excedente *per capita* em eletricidade (devido à sua grande capacidade hidroelétrica) e era o quinto maior produtor de eletricidade renovável no mundo. A nível de imposto, o país apresentava uma das taxas mais baixas do globo (Ministerio de Industria y Comercio, 2011, s.p.). Não esquecendo também que o país alberga a terceira zona franca mais poderosa do mundo, apenas atrás de Hong-Kong e de Miami<sup>182</sup>. Falamos da Ciudad del Este onde se encontra o maior núcleo empresarial taiwanês no país. Mesmo assim, é da opinião deste autor que o Paraguai necessita de mais investimento direto e que as relações privilegiadas com Taiwan podem trazer algo nesse sentido.

Como declarou Machado (2010, p. 473), o Paraguai tornou-se num parceiro importante para a RC na sua incessante procura por integração internacional, e o comércio e a cooperação financeira que ambos contemplam têm sido promotores nesse sentido.

## **3.4 MOTIVOS QUE JUSTIFICARAM/JUSTIFICAM A MANUTENÇÃO DO RECONHECIMENTO PARAGUAIO PARA COM A RC**

### **3.4.1 MOTIVOS POLÍTICOS**

#### **ALIANÇA ANTICOMUNISTA; HERANÇA DE TEMPOS DA GUERRA FRIA E DA ERA STROESSNER**

Moreira (2014, p. 303) explica-nos que Stroessner iniciou a sua liderança do país em tempos de Guerra Fria e tentou sufocar todos os movimentos ou réstias esquerdistas durante o seu mandato. A proliferação de movimentos comunistas no Paraguai tinha começado em finais do ano 1923 com a posterior fundação do Partido Comunista Paraguaio em 1928 (Moreira, 2014, p. 279). Stroessner empreendeu uma opressão sangrenta ao comunismo e aos que se opunham ao seu regime (Guelar, 2013). De facto, um dos motivos para que vários países na América Latina e Caraíbas tenham sido colocados debaixo da zona de influência de Taiwan foi exatamente as “[...] afinidades baseadas nos valores originados da orientação anticomunista [...]” (Erikson & Chen, 2007, p. 72).

---

<sup>181</sup> Ver ABC color “Taiwán quiere más carne de Paraguay” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/economia/taiwan-quiere-mas-carne-de-paraguay-1340670.html>.

<sup>182</sup> Ver ABC color “La tercera zona de libre comercio más poderosa del mundo” em: <http://www.abc.com.py/especiales/black-friday/la-tercera---zona-de-libre-comercio-mas-poderosa-del-mundo-400101.html>.

Yu San Wang, professor na *Fairmont College* dos EUA, corrobora esta afirmação dizendo que os aliados diplomáticos da RC, nos dias de hoje são os mesmos amigos dedicados ao anticomunismo na Guerra Fria<sup>183</sup>. Suárez (comunicação pessoal, 2015) esclarece que seria incoerente com a política do General Stroessner iniciar quaisquer relações com a China Popular se dentro do seu país se perseguiram indivíduos com orientações comunistas.

Assim, o governo opressivo anticomunista de Stroessner alinhou-se ao de Taiwan (Rabossi, 2012, p. 60). Um alinhamento que foi aconchegado com a adesão conjunta do seu governo com o do seu amigo Chiang Kai-shek na Liga Anticomunista Mundial (Arce, 2010, s.p.). Nesta organização consolidaram-se sólidas ligações com Taipé<sup>184</sup>. A RC participou com a instalação de comitês de proteção à segurança nacional no Paraguai para combater as ameaças comunistas<sup>185</sup>. Como afirma Marks (1998, p. 289), Stroessner idealizava em Kai-shek e no GMD “ [...] um modelo para a sua versão anticomunismo e assim [foi] um apoiante fervoroso de Taipé [...] ”.

Estes vínculos levam a que vários autores percecionem a relação Paraguai-Taiwan como um legado do anticomunismo ou da relação entre dois líderes autoritários. Erikson e Chen (2007, p. 82) afirmam que o persistente reconhecimento diplomático paraguaio da RC é “ [...] uma pendência do fanático regime anticomunista de Stroessner [...] ”. Carneiro (2007, p. 1272) partilha da mesma visão, entendendo que “ [...] essa situação deva-se ao resquício ainda existente do anticomunismo pregado pela ditadura stroessneriana e ainda presente na diplomacia paraguaia [...] ”. Montero (1997, s.p.) reportou igualmente que na Era do Caudilho, as alianças com outros países eram “ [...] militares, [...] baseadas num plano conjunto para combater o comunismo, pela qual recebemos apoio económico na forma de cooperação técnica e doações [...] ”. Suárez (comunicação pessoal, 2015) e Ríos (comunicação pessoal, 2015) também corroboram estas afirmações.

Numa revelação Wikileaks, a embaixada estado-unidense passava, numa comunicação, que o apoio do Paraguai a Taiwan na ONU e a do contínuo reconhecimento diplomático, sendo único país sul-americano a fazê-lo, eram políticas pertencentes “ [...] ao legado de anticomunismo do regime Stroessner [...] ” (WikiLeaks.org, 2011, s.p.).

Não obstante, não são apenas os estudos académicos e a comunicação entre embaixadas que o dizem, assim como os partidos políticos paraguaios, nomeadamente os de esquerda, que indicam que esta relação se mantém devido a heranças do Stronismo<sup>186 187</sup>.

### **CONTRARIAR O ISOLAMENTO DIPLOMÁTICO**

O Paraguai era um país isolado (tal como Taiwan) desde o regime de Stroessner. “ [...] Se o Paraguai experienciou isolamento nas primeiras três décadas do regime de Stroessner, foi largamente o isolamento da indiferença e da ignorância internacional [...] ” (Geldenhuys, 1990, p. 79). Venne (2004) faz menção a essa situação,

---

<sup>183</sup> Ver *DiarioLibre.com* “Latinoamérica, principal bastión de la diplomacia taiwanesa ante China” em: [http://www.diariolibre.com/latinoamerica/2014/10/12/i832711\\_latinoamerica-principal-bastin-diplomacia-taiwanesa-ante-china.html](http://www.diariolibre.com/latinoamerica/2014/10/12/i832711_latinoamerica-principal-bastin-diplomacia-taiwanesa-ante-china.html).

<sup>184</sup> Ver Pablo Stefanoni “Así fue el golpe de Estado en Paraguay” em: [http://www.medelu.org/spip.php?page=imprimir\\_articulo&id\\_articulo=1348](http://www.medelu.org/spip.php?page=imprimir_articulo&id_articulo=1348).

<sup>185</sup> Ver Taiwan Review “The month in Free China” em: <http://taiwanreview.nat.gov.tw/ct.asp?xItem=141564&CtNode=1208>.

<sup>186</sup> Ver Suárez (2008, s.p.) “Ma: el espejismo de Fernando Lugo” em: [http://www.igadi.org/china/2008/jds\\_ma\\_el\\_espejismo\\_de\\_fernando\\_lugo.htm](http://www.igadi.org/china/2008/jds_ma_el_espejismo_de_fernando_lugo.htm).

<sup>187</sup> Ver ABC color “Relación con Taiwán es ‘herencia del stronismo’” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/relacion-con-taiwan-es-herencia-del-stronismo-156315.html>.

no seu estudo, declarando que o Paraguai era um país com pouquíssimos aliados; em vias de desenvolvimento e com carências em relação a apoio financeiro. Condições perfeitas que anteviam a cooperação com Taiwan.

Finalmente, uma das razões pelas quais a RC tem conseguido manter os restantes elementos da sua carteira diplomática é o ostracismo, conferido aos países mais débeis pelos grandes atores mundiais e a constante luta destes Estados por “ [...] atenção internacional, enquanto Taiwan tem-los tratado como aliados importantes [...] ” (Watson, 2004).

### **IDEOLOGIA POLÍTICA**

De facto a ideologia política pode ter sido igualmente um dos motivos pelos quais o Paraguai justificou o seu reconhecimento da RC. Carlos Mateo Balmelli indicou que é uma hipocrisia a situação à qual está conferida a RC pela comunidade internacional na ONU quando já houve na história da organização duas Coreias e duas Alemanhas. Porque não poderia haver duas Chinas? O Presidente do Congresso assemelhava a atitude da ONU a um *apartheid*, um sistema de segregação no qual o Paraguai não compactuava (Balmelli, 2008, s.p.). No discurso proferido no Hotel Excélsior, aquando da sua condecoração pelo governo taiwanês, Balmelli aclarou a postura do governo paraguaio daquela altura em relação à RC e ao reconhecimento conferido pelo Paraguai a dito país. Segundo este, a política exterior do Colorado esperava a concretização da reunificação entre os governos de Taipé e de Pequim numa só China, e esse processo deveria ser levado a cabo em termos pacíficos e respeitando a soberania do povo. Enquanto não se deslumbre a concretização desse decurso, o compromisso do Paraguai seria apoiar “ [...] o reconhecimento do estatuto jurídico da [República da] China-Taiwan como Estado soberano e o acesso à adesão plena como integrante do Sistema de Nações Unidas [...] ”. Este era um compromisso baseado na lealdade e solidariedade de dois países amigos, mas também na coerência ideológica do governo para com as suas relações exteriores. Por toda esta conjuntura, Balmelli disse que era inadmissível submeter o Paraguai à “chantagem” política de quebrar as suas relações oficiais com a RC para que possa estabelecer posteriormente relações diplomáticas com a China Popular. Mais, o Presidente do Senado dizia que a exclusão de Taiwan dos organismos internacionais expunha um povo à exclusão, sem qualquer razão “jurídica” nem “ética” (Balmelli, 2003, s.p.).

Carron et al. (2004, s.p.) indicaram bem a postura adotada pelo governo paraguaio. Nos inícios da Era Nicanor, havia a crença de que a RPC era um país subdesenvolvido e com uma população gigantesca onde os êxitos económicos demorariam muitos anos a serem alcançados. Entre as “duas Chinas” a que tinha menos assimetrias era a RC. “ [...] Neste sentido apoiamos, por convicção democrática, pela complementaridade possível, por respeito aos direitos humanos a posição do Governo nacional em relação a Taiwan e à própria China Popular [...] ”. Além disso, ressaltava-se que na eventualidade de acontecer uma mudança de reconhecimento diplomático para a RPC, o Paraguai estaria entre os mais de 160 PVD, atirado para o esquecimento nessa longa lista, vendo-se apartado de interesses nacionais como as doações espontâneas e a complementaridade económica. Nas palavras destes autores “ [...] a China Popular equivale a ‘mil pássaros voando’: promete muito e cumpre pouco ou nada. Taiwan é ‘o pássaro na mão’ [...] não há países amigos nem países inimigos, simplesmente interesses [...] ”. E o interesse do Paraguai era seguir com a relação que sustinha com Taiwan enquanto não colocava obstáculos a negócios com a China Popular e às suas empresas. Acrescentando mais um ingrediente à justificação, os autores revelam que o Paraguai foi sempre coerente na sua política de não-reconhecimento de regimes que não respeitam os direitos humanos, que são comunistas e totalitários, como, por exemplo, a Coreia do Norte e a Alemanha Oriental e, por isso, não haveria razão para o fazer com a RPC.

### **PESSOALISMO**

As ligações pessoais entre os elementos da diplomacia da RC com os oficiais de outros países era frequentemente acompanhadas com fundos de assistência financeira utilizados como ferramenta diplomática para fermentar a relação próxima entre os indivíduos. “Aquecer o carvão antes de começar uma fogueira” foi uma técnica utilizada pelos diplomatas saídos de Taiwan, que remetia para a identificação de atores influentes (jovens burocratas ou oficiais do exército) na política exterior e que poderiam tornar-se importantes membros do governo no futuro. Identificados os alvos a persuadir, ofereciam-se intercâmbios na formação académica e militar a ditos elementos, que iriam desempenhar importantes papéis nos seus respetivos países da América Latina. Foi assim que Taiwan conseguiu sensibilizar imensos grupos de elites que se disseminaram pelo continente americano, conhecedores da experiência taiwanesa *in loco* e com os seus veículos de amizade com a ilha redobrados. No entanto, não só os intercâmbios serviriam para fomentar estas relações entre particulares e a lealdade que estes sustinham entre si. Os autores falam-nos que o ingrediente secreto em fazer e manter amigos bem próximos à causa taiwanesa era a “compensação” generosa com dinheiro vivo, clandestinamente transferida para os cofres destes políticos e militares. Esta foi uma autêntica “ [...] tática do agravo da era GMD que parece ter sobrevivido à morte do regime [...] ” (Erikson & Chen, 2007, pp. 73-74). E certamente continuada, pelo menos, até ao governo do PDP de Chen Shui-bian.

Estes eventos descritos por Erikson e Chen (2007) coincidem com os relatos de Marks (1998, pp. 289-293), em que a parceria entre os governos anticomunistas de Kai-shek e Stroessner permitiu a ida de uma grande porção de oficiais paraguaios para Taiwan com o objectivo de receber formação no Colégio Fu Hsing Kang (政治作战学校). Revelações Wikileaks, também indicam que, até 2011, havia o financiamento do governo de Taiwan das viagens realizadas pelos oficiais do governo e dos oficiais do exército do Paraguai à ilha (WikiLeaks.org, 2011, s.p.). Como também avança Rodriguez (2008), “ [...] as relações de Taiwan com os seus aliados da América Latina estão largamente dependentes da atitude de uma elite governadora pequena [...] ”. As eleições nos países latino-americanos são ocasiões propícias à mudança de orientação da política exterior ora em favor de Pequim ora a favor de Taipé. Por essa razão, os governos da RC e da RPC multiplicam o seu empenho diplomático em período eleitoral para assegurar a sua posição (Rodríguez, 2008, p. 222). Daí provem a explicação dos episódios já mencionados anteriormente do financiamento de campanhas eleitorais do Colorado pelo governo de Taiwan<sup>188</sup>. Zibechi (2012, s.p.) apresenta-nos esta pequena elite governadora representada no Paraguai e da qual nos falam os autores anteriores. Uma elite que começou a ser formada na ditadura de Stroessner, que concedeu a “ [...] militares, empresários e membros do Partido Colorado [...] ” a herança de mais de 80% dos terrenos do Paraguai que se vislumbra em 2012 nas mãos de apenas 2% da população do país sul-americano. Esta comparação entre distribuição da terra e os senhores do poder é para o autor “ [...] o maior exemplo do tipo de elites que se criaram no Paraguai [...] ”.

### **A ADEÇÃO AO PRINCÍPIO DE “UMA SÓ CHINA” IMPLICAVA ROMPER LAÇOS COM A RPC**

Como os países para iniciaram relações diplomáticas com Pequim teriam obrigatoriamente de aderir ao princípio de “uma só China” e quebrar as suas relações com Taipé, esta situação não se colocava como o percurso mais fácil para os aliados diplomáticos de Taiwan. Como nos indica Mendes et al. (2011, p. 77), “ [...] em alguns casos, esta é uma decisão complexa devido às razões históricas, políticas e económicas que sustentam a relação Taiwan-América Latina [...] ”. De facto, este panorama encaixa perfeitamente no discurso proferido por Carlos

---

<sup>188</sup> Ver WikiLeaks.org (2011) “Taiwan provided funds to ANR for 2008 elections”.

Mateo Balmelli, que qualificou a exigência de quebrar relações com Taiwan para reconhecer Pequim de “inaceitável” e de “chantagem” (Balmelli, 2003, s.p.)<sup>189</sup>.

### **TRÉGUA DIPLOMÁTICA**

Como avizinhava Ratliff (2009, pp. 8-9), a trégua diplomática aproximou Pequim e Taipé e criou um cessar-fogo na batalha pelos aliados diplomáticos na América Latina. Taiwan conseguiu, de facto, não ter quaisquer perdas nos aliados diplomáticos da região, mas somente porque Pequim se comprometeu tacitamente com a trégua de Ma e porque houve reaproximações do partido de Ma para com o continente (Mendes et al., 2011, p. 82). Foi por causa deste evento criado por Ma que o Paraguai não completou a mudança de reconhecimento para a RPC na Era de Lugo, pois foi dissuadido por Pequim, podendo assim Taiwan manter o seu último reduto na América do Sul (Zhu, 2012, p. 93). Futuramente, Xulio Ríos (comunicação pessoal, 2015) avisa que, caso haja uma mudança de governo nas próximas eleições em Taiwan no ano de 2016, existe a forte possibilidade de a trégua diplomática ser interrompida e “ [...] provocar um efeito rebote em todos os seus aliados, à exceção, quiçás do Vaticano [...] ”.

Em suma, adiou-se aquilo que parecia inevitável, remetendo assim o acolhimento do Paraguai pela RPC para um futuro ainda incerto (Nathan & Scobell, 2012, p. 188).

## **3.4.2 MOTIVOS ECONÓMICOS**

### **AS RELAÇÕES COMERCIAIS COM A RPC NÃO JUSTIFICAVAM A MUDANÇA DE RECONHECIMENTO DIPLOMÁTICO**

Em 2004, quando a RPC fazia pressões aos parceiros do Mercosul para vergar a vontade paraguaia e estabelecer-se um TLC, fizeram-se previsões sobre a possível abertura do mercado da RPC ao Paraguai e o cenário não era tão animador. De acordo com uma publicação ABC color (2004, s.p.), o Paraguai tinha uma série de fatores que colocavam a intenção de entrar no mercado da RPC numa posição muito difícil. Havia poucos bens que poderia exportar (à exceção de carne e bens agrícolas), um sector rural dotado de agricultores incultos, sem acesso a tecnologia, e a sua produção era praticamente incapaz de satisfazer a procura interna. Abrir um mercado de 1,300 milhões de consumidores a um país como o Paraguai, que nem a procura interna conseguia satisfazer era uma “utopia”. Naquela época, Pequim não procurava a importação de soja transgénica e a carne não era uma prioridade. Juntando a este facto a presumível hipótese da RPC realmente querer importar aqueles bens, haveria que ter preços competitivos no mercado chinês. Por essa razão, a quebra de relações oficiais com Taiwan não traria muito de benéfico, já que, depois de isso acontecer, o Paraguai teria de entrar no mercado chinês nas mesmas condições que todos os outros países do mundo (ABC color, 2004, s.p.). De acordo com Carron et al. (2004), nessa altura a balança comercial entre o Paraguai e a RPC avultava altos prejuízos para o primeiro, comparando as importações e exportações respetivas. Pensava-se que a China Popular tinha uma “missão impossível” em fazer crescer o seu PIB anual e que era preciso “50 anos de trabalho duro” para conseguir libertar-se das posições preocupantes no Índice de Desenvolvimento Humano, em que ocupava o 104º lugar de 175 países. O Paraguai ocupava o 84º lugar, e pensava-se que a RPC nunca poderia dar doações ao país, algo que lhe fazia muita falta. “ [...] O comércio exterior com a China Popular está na ordem dos 2236,72 milhões de dólares de

---

<sup>189</sup> Ver igualmente em ABC color “Resaltan Amistad entre Paraguay y Taiwán en acto de condecoración” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/resaltan-amistad-entre-paraguay-y-taiwan-en-acto-de-condecoracion-731848.html>.

importações [paraguaias] e de apenas 26 milhões de dólares de exportações a Pequim, o que comporta uma discrepância de mais de 200 milhões de dólares [...]”. O comércio com a RC era observado como menos prejudicial devido às importações de Taiwan alcançarem 26,52 milhões e as exportações paraguaias para Taiwan a ascenderam aos 10,4 milhões em 2003. Para o Paraguai, o déficit da balança comercial com a RC era facilmente coberto se houvesse mais cooperação com esse país, “[...] e tudo isto acontece sem necessidade de relações diplomáticas com a China Popular [...]” (Carron et al., 2004). Esta era uma visão compartilhada pelo titular do Congresso Paraguai, Carlos Balmelli, em 2004, durante o governo de Nicanor. Quando interpelado sobre as relações comerciais RPC, Balmelli aclarava que os continentais “[...] falavam de comércio, mas as cifras do intercâmbio comercial com a China continental são deficitárias para o Paraguai. O intercâmbio com Taiwan é deficitário mas menos [...]” (Balmelli, 2008, s.p.). Nos últimos anos de Nicanor, o valor das importações e das exportações entre Paraguai e Taiwan chegavam a níveis máximos históricos (embora tivessem levado uma queda abrupta quando Lugo subiu à presidência em 2008) (Osiw, 2011, s.p.). Foi no Paraguai que Taiwan aproveitou a sua extensa comunidade de emigrantes para alargar os seus contactos económicos. Foi através deles que se logrou a “[...] abertura de um centro regional de promoção, de alianças estratégicas entre empresas locais e taiwanesas (para produzir acessórios para automóveis destinado ao mercado intrazona) e inversões localizadas em parques industriais [...]”. A Ciudad del Este foi o pólo sul-americano que as empresas taiwanesas escolheram para investir e ampliar os seus planos com o Mercosul, tendo gasto avultadas quantias de dólares para colocar em funcionamento as suas unidades no Paraguai. Para desenvolver ainda mais a possibilidade de investimentos taiwaneses no país, o TLC traria ainda mais benefícios<sup>190</sup>, caso os membros do Mercosul não se opusessem a esse tratado (Cesarín, 2005, p. 29). Como notaram bem Chen e Erikson (2007, p. 85), a relação comercial com Taiwan é a “[...] relação comercial mais duradoura [do Paraguai] fora do hemisfério [...]”. Rich (2009, p. 175), também analisou no seu estudo de 2009, que as relações económicas dos aliados taiwaneses com a RPC, apenas a Burquina Faso e as Ilhas Salomão tinham percentagem significativa de exportações para a China Popular, ao passo que o Paraguai só enviava cerca de 4%. Isto levou o autor a concluir, naquela altura, que fatores não-económicos poderiam estar em cima da mesa no que se refere ao reconhecimento.

### **COOPERAÇÃO ECONÓMICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PROVIDENCIADOS PELA RC**

Balmelli, quando se dirigia ao público taiwanês que atendeu a sua cerimónia no Hotel Excelsior, explicou que o que uniu anteriormente os regimes ditatoriais de ambos os países evoluiu para algo bem diferente em tempos de democracia. A “segurança e a defesa nacional”, que era anteriormente priorizada, deu lugar a outro tipo de cooperação que pressupõe colmatar as necessidades de desenvolvimento do Paraguai e ajudá-lo no seu progresso (Balmelli, 2003, s.p.).

Como nos diz Erikson e Chen (2007, pp. 72-74), as relações entre os aliados diplomáticos e o governo na ilha têm sido construídas com base na partilha de valores políticos e na liberalização das suas economias. Sendo uma das democracias mais dinâmicas do Leste Asiático, e um dos “Tigres Asiáticos” a nível económico, a RC é percebida pelos decisores políticos na América Latina como “[...] um modelo invejável para o fomento rápido do desenvolvimento tecnológico, industrial e económico [...]” e não raras vezes os dirigentes destes países pedem

---

<sup>190</sup> Para verificar os presumíveis benefícios de um TLC Paraguai-Taiwan ver Cáceres “Relaciones Económicas comparativas entre Paraguay y Taiwán: El caso a favor de un Tratado de Libre Comercio” em: [https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.taiwanembassy.org%2Fpublic%2FAttachment%2F73166535571.doc&ei=R8ozVdVVxYzsBraDgfAE&usg=AFQjCNF\\_d\\_RU2X-DMuX9jvS8cud00NDX61Q&sig2=HqQ8R6Kg2Jt7cLdoaGyKDA](https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.taiwanembassy.org%2Fpublic%2FAttachment%2F73166535571.doc&ei=R8ozVdVVxYzsBraDgfAE&usg=AFQjCNF_d_RU2X-DMuX9jvS8cud00NDX61Q&sig2=HqQ8R6Kg2Jt7cLdoaGyKDA).

ao governo taiwanês tutoria para as suas economias ainda em desenvolvimento<sup>191</sup>. Taipé aceita esse pedido de auxílio enviando várias equipas onde desenvolvem cooperação em vários campos, “ [...] da agricultura à gestão piscatória e controlo de pestes à nanotecnologia [...] ”. Segundo Mendes et al. (2011, p. 82), Taipé utiliza uma estratégia de retenção dos seus aliados baseada na prestação de “ [...] ajuda financeira e cooperação para o desenvolvimento, e por isso, tem tido nos países mais pobres os seus principais aliados [...] ”. Esta também é uma visão compartilhada por Wang (1990, p. 173), que acrescenta que estes países preferem dar prioridade em procurar erradicar as suas lacunas para o desenvolvimento do que propriamente seguir a trilha marcada por Pequim. Aliás, a assistência económica brindada por Taiwan a países latino-americanos era mais benéfica. Este fator foi apontado por Venne (2004), como o “Joker” de Taiwan no trato com os países subdesenvolvidos, pois possuía uma economia capaz de lhes oferecer cooperação económica, embora, numa primeira instância, tenha prestado mais apoio técnico no terreno. Machado (2009, p. 225) remata afirmando que o Paraguai é um dos países mais pobres do globo e os seus vínculos diplomáticos com Taiwan têm-lhe oferecido o crescimento da sua economia e o apoio financeiro do seu longo e histórico aliado.

Na verdade, a RC oleou as suas relações bilaterais com os seus aliados com base na cooperação financeira e na assistência técnica. No que diz respeito à primeira existiram dois tipos de ajuda: a não-reembolsável (em norma canalizada para construção de infraestruturas e actividades de apoio ao desenvolvimento) e a reembolsável (sob forma de empréstimos) (Mendes et al., 2011, p. 74). No que se refere à reembolsável, o Paraguai, desde 1999, que teve nos bancos taiwaneses uma das suas fontes de entrada de capital e de refúgio financeiro em tempos de aperto da sua economia<sup>192</sup>. Como afirmou Erikson e Chen (2007, p. 79), Taiwan chegou a converter-se no maior credor do país depois do empréstimo da recheada quantia de dois dos seus bancos a chegar aos 400 milhões de dólares.

Em relação à ajuda financeira não-reembolsável, existem inúmeros exemplos onde Taiwan investiu o seu dinheiro. Por exemplo, para o governo paraguaio, as ajudas taiwanesas permitiram a inauguração da Nova Sede do Congresso Nacional em, 24 junho 2003, que contabilizou investimento a rondar os 20 milhões de dólares<sup>193</sup>, somados aos 6 milhões para equipamentos do Congresso<sup>194</sup>, os carros de luxo e veículos todo terreno<sup>195</sup>,

---

<sup>191</sup> Esta visão já era dada em inícios da década de 1990, pelo general paraguaio Lino Oviedo, que exaltava os grandíssimos projectos de Taiwan para parar o comunismo, mas também nos grandes progressos económicos que Taipé conseguiu gerar no país, sendo a RC um modelo para o Paraguai seguir (Marks, 1998, p. 305). Recentemente, na visita do presidente da cidade de Taipé, o presidente Horacio Cartes indicou que era desejo do seu país emular o “milagre económico” taiwanês (ver ABC color “Cartes quiere repetir ‘milagro’ de Taiwán” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/cartes-quiere-repetir-milagro-de-taiwan-1206247.html>).

<sup>192</sup> Para exemplos ver (Expósito, 2004, p. 13); The Economist “Misgovernment in Paraguay – Despair and anger” em: <http://www.economist.com/node/760600>; ABC color “Vice buscará renegociar crédito chino” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/vice-buscara-renegociar-credito-chino-740881.html>; ABC color “Hacienda busca nuevo crédito chino para pagar deuda pública” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/economia/hacienda-busca-nuevo-credito-chino-para-pagar-deuda-publica-894325.html>; UOL.com.br “Taiwan analisa perdoar dívida do Paraguai” em: <http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2007/10/11/ult1767u104847.jhtm>.

<sup>193</sup> Ver ABC color “Verguenza para el país, dice gobernador” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/82168216vergenza-para-el-pais-82178217-dice-gobernador-706618.html>.

<sup>194</sup> Ver ABC color “China donará US\$ 6 millones más para equipar Congreso” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/china-donara-us-6-millones-mas-para-equipar-congreso-693149.html>.

<sup>195</sup> Ver ABC color “A caballo regalado [...], dijo Carrizosa” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/a-caballo-regalado-dijo-carrizosa-804785.html>; “Taiwán dona dos camionetas” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/taiwan-dona-dos-camionetas-1006106.html>.

equipamentos eletrônicos<sup>196</sup>, *notebooks* para os elementos do Parlamento<sup>197</sup>, 100 mil dólares para o canal TV Cámara (televisão dos Deputados do Congresso)<sup>198</sup>, doações de edifícios<sup>199</sup>, doações de 8 milhões para Ministério das Finanças<sup>200</sup>, mais de 730 mil dólares ao Ministério das Relações Exteriores para modernizações em 2010<sup>201</sup> e outros 500 mil em 2013<sup>202</sup>, 368 mil dólares para o Ministério da Cultura<sup>203</sup>, 500 mil dólares ao Ministério da Indústria e do Comércio<sup>204</sup>, um helicóptero para o Presidente da República<sup>205</sup>, entre muitos outros. Outro exemplo são as habitações sociais compartilhadas por Taiwan aos sucessivos governos paraguaios, e que teve o seu auge na era Nicanor-Shui-bian com o maior empreendimento de construção de vivendas para “sem-tetos” alguma vez levada a cabo na América Latina (Suárez, 2008b, s.p.). Como disse o embaixador da RC, José Maria Liu, a prioridade de Taiwan no Paraguai são as vivendas (anexo 3, 4 e 5)<sup>206</sup>.

Segundo Arce (2010, s.p.), o Paraguai é, na atualidade, alegadamente um dos países que apenas mantêm as suas relações oficiais com o governo taiwanês devido às quantias milionárias que aterram no país sob forma de doações e ajuda financeira não-reembolsável, ou seja, pela “diplomacia dos cheques”.

Segundo Venne (2004), o ICDF de Taiwan é considerado como uma das vantagens para o Paraguai em ser aliado diplomático da RC. Criada através de um convénio estabelecido entre Taipé e Assunção em 1971, a Missão Técnica de Taiwan no Paraguai esteve orientada, ao longo das décadas, para a prestação de formação aos camponeses paraguaios, com o intuito de melhorar o seu bem-estar e incrementar a produção agrícola (Tase, 2014b, s.p.). A RC tem uma vasta experiência, não só a ajudar financeiramente os países, como também a prestar apoio no terreno, e esse tem sido um fator de peso na altura de escolher entre as “duas Chinas”. Uma vez concretizado o reconhecimento da China Popular, essas ajudas preciosas canalizadas fluentemente por Taiwan poderiam esfumar-se (Suárez, 2008c, s.p.). Através do ICDF, o governo de Taiwan passou a prestar auxílio à economia paraguaia através de planos de apoio a pequenas e médias empresas (Embajada del Paraguay en Taiwán, 2014, s.p.). Para além desse investimento existe a abertura de empresas taiwanesas no Paraguai que

---

<sup>196</sup> Ver ABC color “En el congreso entregan equipo electrónico chino” em: <http://www.abc.com.py/espectaculos/en-el-congreso-entregan-equipos-electronicos-chinos-876077.html>.

<sup>197</sup> Ver ABC color “Notebooks para parlamentarios” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/notebooks-para-parlamentarios-900941.html>.

<sup>198</sup> Ver ABC color “Con apoyo de Taiwán, Diputados tiene su TV” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/con-apoyo-de-taiwan-diputados-tiene-su-tv-989798.html>.

<sup>199</sup> Ver ABC color “Taiwán dona otro edificio para Cancillería” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/taiwan-dona-otro-edificio-para-cancilleria-1077595.html>.

<sup>200</sup> Ver ABC color “Hacienda recibió donación taiwanesa de 8 millones de dólares” em: <http://www.abc.com.py/nacionales/hacienda-recibio-donacion-taiwanesa-de-8-millones-de-dolares-615.html>.

<sup>201</sup> Ver Paraguay.com “Cancillería se modernizará gracias a una donación del gobierno de Taiwán” em: <http://www.paraguay.com/nacionales/cancilleria-se-modernizara-gracias-a-una-donacion-del-gobierno-de-taiwan-37229/pagina/4>.

<sup>202</sup> Ver ABC color “Taiwan dona US\$ 500.000 para modernizar RR.EE.” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/taiwan-dona-us-500000-para-modernizar-rree-586010.html>.

<sup>203</sup> Ver ABC color “Taiwán dona a Cultura” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/artes-espectaculos/taiwan-dona-a-cultura-153556.html>.

<sup>204</sup> Ver SELA “Taiwán dona US\$500 mil a Paraguay en el marco de su programa de cooperación” em: [http://www.sela.org/view/index.asp?ms=258&pageMs=26402&item\\_id=110500](http://www.sela.org/view/index.asp?ms=258&pageMs=26402&item_id=110500).

<sup>205</sup> Ver ABC color “Taiwán dona a Lugo el helicóptero que el Gobierno pretendía adquirir” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/taiwan-dona-a-lugo-el-helicoptero-que-el-gobierno-pretendia-adquirir-253637.html>.

<sup>206</sup> Ver Díaz e Silgueira (2014) em ABC color “Viviendas, prioridad de Taiwán para Paraguay” em: <http://www.abc.com.py/nacionales/viviendas-prioridad-de-taiwan-1290215.html>.

fazem abrir esperança de oportunidades de emprego à população do país<sup>207</sup>. A embaixada da RC em Assunção também articula vários canais de cooperação com a Universidade Nacional de Assunção e com o Ministério da Agricultura para ajudar a melhorar as condições de trabalho dos camponeses. Exemplo disso foi a nova fábrica, financiada pelo ICDF, que inauguraram juntos em San Lorenzo (Dep. Central), que servirá para os alunos da escola desencadear estudos no complexo, assim como irá permitir a produção de rações que serão vendidas a preços acessíveis aos lavradores e aos criadores de animais<sup>208</sup>. No Paraguai, praticamente todo o leque de assistências da ICDF como a “ [...] criação de peixes, produção pecuária, cultivo de flores e plantas [...] apoio económico e financeiro a instituições públicas e privadas dedicadas a actividades do bem públicas [...] bolsas para estudantes paraguaios [...] em universidades consideradas entre as melhores do mundo [...]”, são ressaltados anualmente e desenvolvidos com desenvoltura pela embaixada de Taiwan (Fleitas, 2013, s.p.).

O apoio da RC também se faz sentir nas ocasiões de mais necessidade. A RC esteve sempre na linha da frente na ajuda aos mais necessitados dos países centro-americanos quando estes foram atingidos por desastres naturais, como os tufões (Watson, 2004). No Paraguai, as secas e as inundações são o calcanhar de Aquiles. Em todos os momentos de calamidade, Taiwan enviou formas de assistência às populações mais carenciadas do Paraguai<sup>209</sup>.

No terceiro, e último capítulo, demonstrou-se em que bases se iniciou o relacionamento diplomático entre os dois governos, como foi mantido através da assinatura de protocolos de ajuda e cooperação, do legado de alguns embaixadores empreendedores e de ajudas monetárias, que nem sempre tinham o destinatário final bem definido. A troca destes apoios provenientes de Taiwan, o Paraguai auxiliava a causa da RC, mantendo vivo e dando corpo ao pedido por mais representação taiwanesa nas organizações internacionais. Nesta também ficou perceptível a importância colossal que os partidos políticos de cada país têm para o funcionamento perfeito ou reticente do relacionamento diplomático. Depois de toda a análise histórica e detalhada das relações diplomáticas, conseguiu-se dissecar as aflições que estrangulavam e que ainda preocupam a RC para a manutenção desta relação, as razões pelas quais se manteve e mantém o reconhecimento diplomático paraguaio e os respetivos benefícios inerentes para ambas as partes. Em suma, estão reunidas as condições necessárias para se proceder às conclusões deste estudo.

---

<sup>207</sup> Paraguay.com “Asiáticos instalan fábrica de paneles solares en Paraguay” em: <http://www.paraguay.com/nacionales/asiaticos-instalan-fabrica-de-paneles-solares-en-paraguay-103834>.

<sup>208</sup> Ver Noticias – Boletín Informativo sobre Taiwan: 16 de março de 2014, Vol.44 Nº7; ABC color “Taiwán ayudará a construir fábrica de balanceados” em: <http://www.abc.com.py/nacionales/inician-construccion-de-fabrica-de-balanceados-con-apoyo-de-taiwan-1223147.html>.

<sup>209</sup> Ver ABC color “Gral. Díaz, ya casi sin agua, pero piden no retornar aún” em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/interior/gral-diaz-ya-casi-sin-agua-pero-piden-no-retornar-aun-398043.html>; “Taiwaneses en Paraguay donan artículos para el Chaco” em: <http://www.abc.com.py/especiales/chaco-bajo-agua/taiwaneses-en-paraguay-donan-articulos-para-el-chaco-398572.html>; Hoy.com.py “Taiwán donó más de US\$ 20 millones en lo que va del año” em: <http://www.hoy.com.py/nacionales/taiwan-dono-mas-de-us-20-millones-en-lo-que-va-del-ano>; ICDF “Paraguay – Humanitarian Assistance” em: <http://www.icdf.org.tw/ct.asp?xitem=12886&ctNode=30069&mp=2>.

## CONCLUSÕES

No decurso desta dissertação procurou-se a resposta a quatro perguntas chave. Em relação à primeira pergunta, podemos afirmar que a posição que a RC outrora ostentou em tempos de Guerra Fria modificou totalmente com a vinda da década de 1970. Este foi o ponto de viragem para o seu desmoronar diplomático. Os EUA aproximaram-se da China Comunista, e os demais Estados seguiram a sua trilha reconhecendo a RPC. As motivações ideológicas que justificavam esse reconhecimento da RC já não estavam presentes. Outra causa para a contínua perda de aliados no continente Sul-americano foi a própria abordagem diplomática da RC face a este episódio que mudava a sua posição internacional. A abordagem “blocos certos”/ “blocos errados” terá sido um erro diplomático do governo de Kai-shek, assim como o corte de relações com os Estados que mudavam o reconhecimento para a RPC, pois representaram uma diplomacia autoflagelante. Acabaram por restar à RC, essencialmente, ditaduras militares na região que, com a transição para o modelo democrático e o fim da Guerra Fria, acabariam por aderir ao princípio “uma só China” de Pequim. Outro fator a considerar é o facto de muitos países na América do Sul, ao contrário do que acontece na América Central (onde se situa a grande parte dos aliados da RC), serem grandes nações que veem em Pequim um parceiro económico e geopolítico muito mais atraente. A consequência desta perda de parceiros na região leva a que a RC apenas consiga manter relações com países de pouca expressão, experientes na confrontação diplomática entre Taipé e Pequim, e que aproveitam esse facto para chantagear a RC em busca de mais compensações financeiras a troco de reconhecimento. Caso o governo taiwanês não corresponda às expectativas, o abandono é garantido e o receio de um efeito dominó ganha cada vez mais expressão quando o governo de Ma admite que a RC é totalmente incapaz de competir com a RPC numa batalha de persuasão diplomática e ter apresentado uma trégua nesse campo. Posteriormente, a ausência de parceiros diplomáticos da RC no continente sul-americano faz com que exceções à regra, como é o Paraguai, sejam coagidos a mudar esse reconhecimento. Assim conclui-se que se um país apoiar um Estado pária na cena internacional corre o risco de ele próprio vir a ser ostracizado pela sua opção diplomática.

Em relação à segunda questão, analisou-se neste estudo que uma das preocupações mais aflitivas para a RC foi o afastamento do Colorado do poder. De facto, se a relação com este partido estava bem complementada e solidificada com inúmeros anos de relacionamento e de “pessoalismo” entre os seus membros, os partidos da oposição, contudo, eram indesejados no governo, uma vez que Taiwan nunca tinha lidado com um governo paraguaio pró-China Popular sem quaisquer ligações interpessoais que fortalecessem a ligação. Mas, para grande preocupação da RC, mesmo dentro do Colorado onde deposita grande confiança, existem brechas. A aproximação de elementos importantes do Colorado a organizações que visam estabelecer relações com Pequim são acontecimentos preocupantes para a diplomacia taiwanesa. Portanto, nem todo o partido anunciava coesão quanto ao reconhecimento da RC. A posição vulnerável do Paraguai no Mercosul, sendo pressionado pelos seus membros, também deixou Taiwan impotente vendo um dos seus parceiros a ser coagido para uma decisão política que favoreciam a sua rival. Como o Paraguai não se alinou ao *complot*, foi oportunisticamente afastado da organização para se promulgar decisões do interesse do bloco. A corrupção manchou as ajudas taiwanesas. No Paraguai, a classe política utiliza o argumento da má gestão das ajudas de Taiwan como arma de arremesso contra o governo no poder. Essas ajudas, hoje, devido aos escândalos, tiveram de ser controladas. Aquela que era uma forte ferramenta diplomática de persuasão deixou de o ser, sob pena de ser também ela criticada na política doméstica taiwanesa. Sendo o Paraguai, atualmente, um dos maiores produtores de carne e de soja do mundo, a RPC poderia ser um mercado que permitiria retirar bastantes dividendos na balança comercial entre os dois países. Para além disso, o Paraguai precisa de infraestruturas estratégicas que, ao contrário da RC, só a RPC pode financiar. Os próprios taiwaneses no Paraguai não conseguem competir com os chineses que têm muito mais facilidade na cadeia de fornecimento dos produtos fabricados na RPC, atingindo uma relação custo-benefício

muito mais cômoda do que os produtos vindos de Taiwan. Os empresários paraguaios anseiam também pelo inaugurar da relação com a China Popular que traria mais benefícios para o seu sector. As relações comerciais com a RPC têm sido, ultimamente, muito mais frutuosas do que com a RC. E os projetos taiwaneses no Paraguai carecem de investimento, empregabilidade dada ao povo paraguaio e de mão-de-obra qualificada. Por último, existe a incerteza quanto ao futuro de uma relação diplomática que está hoje presa a uma trégua de um presidente e da vontade política de uma RPC poderosa.

No que concerne à terceira questão, com o apoio diplomático do Paraguai, a RC tem conseguido apoio nas organizações internacionais, valendo-se de um parceiro fiel que coloca a situação de Taiwan nos seus discursos às nações (exceto na Era Lugo). No ambiente competitivo com a RPC, o Paraguai foi o principal obstáculo a um TLC com o Mercosul, o que fez a China Popular não atingir os seus objetivos políticos e económicos. Com o Paraguai a RC conseguiu também reter um aliado com alguma expressão geopolítica (algo que carece enormemente), assegurar a presença de uma das suas embaixadas no continente, evitar o isolamento diplomático e manter um país aberto aos investidores taiwaneses com condições propícias ao negócio.

Em relação à última pergunta, o primeiro motivo é o histórico, devido ao longo legado de Stroessner contra o comunismo. Vários autores concordam que a manutenção desta resulta da sobrevivência de uma política encabeçada pelo ditador e da sua profunda admiração por Chiang e pelo GMD, que se fortaleceu na Liga Anticomunista. O alinhamento e a partilha de ideologia entre os dois países eram inegáveis. O isolamento do Paraguai durante o Stronismo também se apresentou como outro motivo pelo qual as relações saíram fortalecidas, já que a RC era dos poucos países que apoiava o governo e enviava a ajuda necessitada. Até à administração Nicanor, a vertente ideológica do Colorado repudiava o início de relações com a RPC, já que não existiria coerência com a posição internacional que se defendia, nem se queria sujeitar o país à relação com um país comunista sem respeito pelos direitos humanos. Além disso, a aderência ao princípio “uma só China” implicava romper os laços com a RC, algo que Assunção não compactuava. As relações pessoais mantidas pelas elites governamentais paraguaias e taiwanesas fortaleceram as relações entre os dois países. Os privilégios arrecadados a nível individual era da mais variada índole, desde as viagens de Estado, diplomatas e militares totalmente pagas pelo governo de Taiwan, ao enriquecimento das contas bancárias com cheques milionários. E sendo o Paraguai um dos países com um dos maiores índices de corrupção no mundo, a ligação com Taiwan trazia vários benefícios para a elite que governava o país, mantendo-se assim os vínculos convenientes. As cooperações económicas e técnicas de Taiwan ajudaram o Paraguai em muitos sectores (nomeadamente o agrícola) e a contornar o problema do desenvolvimento. O pacote de ajuda financeiro também foi extremamente compensatório, tanto a nível reembolsável como não-reembolsável, e isso levou ao Paraguai a recorrer em muitas ocasiões ao financiamento dos bancos de Taiwan e a receber várias facilidades na construção de obras monumentais para a classe política e em obras sociais, de apoio ao povo paupérrimo, a instituições que zelam pelo bem público (polícia, bombeiros, escolas, universidades, hospitais, instituições de caridade, etc.). O legado da RC é visível nos vários cantos do país. Até à Era Nicanor, o comércio com a RPC comportava um défice muito maior do que aquele auferido com Taiwan. Naquele tempo as potencialidades de exportar produtos paraguaios na RPC eram muito pequenas, não conseguindo sequer superar-se a procura interna e, por conseguinte, desnecessária a necessidade em abrir um mercado de imensos de consumidores. As condições oferecidas pela RPC para escoar os produtos paraguaios também não eram aliciantes. Finalmente, a trégua diplomática mantém estático qualquer mudança no reconhecimento diplomático, sendo portanto também mais um dos motivos pelos quais a RC mantém os seus aliados, inclusive o Paraguai. O comportamento de Pequim para com a trégua de Ma ficou demonstrado com a Gâmbia e é muito improvável que qualquer parceiro diplomático de Taiwan efetue alguma mudança no momento.

Em suma, este estudo de caso do Paraguai demonstra claramente o *soft power* utilizado pela RC ao longo dos anos para conseguir manter o seu último reduto num continente rodeado de animosidades para com a causa taiwanesa. Tentou mostrar-se como Taiwan tem desenvolvido uma autêntica luta em todas as frentes para assegurar o reconhecimento diplomático, como forma de evitar a capitulação de mais um aliado para a carteira de parceiros da RPC, assim como também se analisaram as razões que levaram um país a manter o seu reconhecimento isolado da RC. Analisando estas variáveis, entendemos a coesão da relação entre ambos e os principais problemas enfrentados graças ao isolamento, ao seguimento de uma política singular e diferenciada do resto do continente, e às estratégias utilizadas por Pequim quando está perante um caso de excecionalidade.

Finalmente, depreende-se que o destino da diplomacia da RC está condenada à vontade política de Pequim em conceder ou não a Taiwan o espaço vital que lhe interessa, estando também muitos dos parceiros diplomáticos de Taiwan “reféns” de uma trégua diplomática apresentada pela administração Ma. O tempo e a conjuntura actual jogam a favor da RPC, quer na “Questão de Taiwan” quer na contenda da diplomacia e do reconhecimento.

### ***DIFICULDADES E LIMITAÇÕES EXPERIENCIADAS NESTE ESTUDO***

Como mencionado na parte introdutória desta dissertação, esta é das primeiras dissertações, até à data, sobre este tema. Decorrente dessa situação, existem um certo número de dificuldades e limitações com as quais se deparou o presente estudo. Em primeiro lugar, a escassez de material bibliográfico sobre este tema provoca tremendas dificuldades na condução de um estudo desta natureza. Apesar de haver uma grande heterogeneidade de publicações sobre o contexto histórico, a política externa da RC e algum material sobre as relações dos países do continente Latino-americano com o governo de Taiwan, não se vislumbrou nenhum documento sobre as relações somente da América do Sul e RC, assim como foram encontradas poucas investigações sobre as relações diplomáticas entre Assunção e Taipé. Raríssimos ou mesmo inexistentes são os documentos realizados por observadores de ambos os países quanto aos laços oficiais que os une. A indisponibilidade dos membros oficiais da Embaixada da República da China no Paraguai não permitiu a realização de uma entrevista pessoal, onde se poderia retirar pontos relevantes de análise. As condições financeiras com que me deparei na altura da deslocação ao Paraguai não me permitiram adquirir um número suficiente de exemplares bibliográficos sobre a história, política e economia paraguaia. Desta feita, na ausência de tal fonte, não foi possível obter uma representação totalmente completa da conjuntura do país ao longo dos tempos.

### ***RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES***

Existem ainda muitas áreas por explorar nesta relação de longa-duração entre estes dois países. Esta dissertação foca-se principalmente no panorama histórico-diplomático, embora abranja também a análise da área económica.

De que forma a falta de supervisão das ajudas taiwanesas ajudam a manutenção do vínculo conveniente com um governo em Taipé despreocupado com o uso do seu dinheiro num dos países mais corruptos do mundo? Será que uma das promessas eleitorais da administração Ma fez efetivamente desaparecer a diplomacia dos cheques como um meio de manter os seus aliados diplomáticos fidelizados à sua causa? Se assim é, quais são os ramos de atuação da RC para compensar a não-entrada de cheques milionários nos cofres do Estado paraguaio? Caso aconteça uma quebra na trégua diplomática entre RC-RPC (por exemplo, com a derrota da administração Ma nas próximas eleições em Taiwan para o PDP), ir-se-á manter os laços oficiais com o Paraguai, mesmo durante o governo do íntimo Partido Colorado? Quais seriam os prós e os contras da não objeção paraguaia ao

estabelecimento de um TLC no Mercosul com a RPC? Sairia o Paraguai a ganhar economicamente desse protocolo? Caso o Paraguai decidisse quebrar a longa relação que tem com a RC e aderir ao princípio de “uma só China”, quais seriam os principais benefícios políticos, económicos e diplomáticos que receberia?

## BIBLIOGRAFIA

"People-to-People" Diplomacy. (Julho de 1987). Obtido em 2 de Janeiro de 2015, de Country Data - China: <http://www.country-data.com/cgi-bin/query/r-2896.html>

ABC Color. (24 de Dezembro de 2003). *Rachid descarta relaciones entre Paraguay y la China continental*. Obtido em 8 de Abril de 2015, de <http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/politica/rachid-descarta-relaciones-entre-paraguay-y-la-china-continental-737760.html>

ABC Color. (30 de Junho de 2004). *China ofrece su mercado, pidiendo a cambio Taiwán*. Obtido em 17 de Abril de 2015, de <http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/economia/china-ofrece-su-mercado-pidiendo-a-cambio-taiwan-771377.html>

ABC Color. (30 de Janeiro de 2005). *Tratado de libre comercio con Taiwán dará fuerte impulso al desarrollo paraguay*. Obtido em 16 de Março de 2015, de ABC: <http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/economia/tratado-de-libre-comercio-con-taiwan-dara-fuerte-impulso-al-desarrollo-paraguay-810117.html>

ABC Color. (30 de Abril de 2006). *Critican política de la "chequera" de Taiwán*. Obtido em 9 de Abril de 2015, de <http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/politica/critican-politica-de-la-chequera-de-taiwan-901116.html>

ABC Color. (25 de Junho de 2012). *Paraguay es excluido de videoconferencia del Mercosur con China*. Obtido em 17 de Março de 2015, de ABC: <http://www.abc.com.py/internacionales/paraguay-es-excluido-de-videoconferencia-del-mercosur-con-china-418618.html>

Alagappa, M. (2001). *Taiwan's Presidential Politics: democratization and cross-strait relations in the twenty-first century*. New York, USA: M.E. Sharpe, Inc.

Albertoni, N. (Agosto-Setembro de 2013). *Informe sobre la situación económica y comercial de Paraguay y cómo será su retorno al Mercosur*. Obtido em 12 de Abril de 2015, de Portalechero.com: [http://www.portalechero.com/innovaportal/file/4337/1/informe\\_8\\_-\\_informe\\_sobre\\_la\\_situacion\\_economica\\_y\\_comercial\\_de\\_paraguay\\_y\\_como\\_sera\\_su\\_retorno\\_al\\_mercosur.pdf](http://www.portalechero.com/innovaportal/file/4337/1/informe_8_-_informe_sobre_la_situacion_economica_y_comercial_de_paraguay_y_como_sera_su_retorno_al_mercosur.pdf)

Alexander, C. R. (2014). *China and Taiwan in Central America: Engaging Foreign Publics in Diplomacy*. New York, USA: Palgrave Macmillan.

Arce, E. (19 de Fevereiro de 2010). *Paraguay planea establecer relaciones diplomáticas con China*. Obtido em 16 de Abril de 2015, de BBC.co.uk: [http://www.bbc.co.uk/mundo/america\\_latina/2010/02/100218\\_0133\\_china\\_paraguay\\_jg.shtml](http://www.bbc.co.uk/mundo/america_latina/2010/02/100218_0133_china_paraguay_jg.shtml)

Atkinson, J. (25 de Junho de 2014). *Time for Taiwan to Rethink Its Diplomacy*. Obtido em 13 de Janeiro de 2015, de The Diplomat: <http://thediplomat.com/2014/06/time-for-taiwan-to-rethink-diplomacy/>

Ballantine, J. W. (1952). *Formosa: A problem for United States foreign policy*. Washington D.C., USA: Brookings institution.

Balmelli, C. M. (19 de Novembro de 2003). *Discurso Pronunciado por el Excelentísimo Señor Presidente del Congreso de la Nación, Don Carlos Mateo Balmelli, en ocasión de la condecoración otorgada por el Gobierno de la República de China en Taiwán*. Asunción, Paraguai.

Balmelli, C. M. (2008). *Es una hipocresía no aceptar a Taiwán en NN.UU*. Obtido em 17 de Abril de 2015, de ABC digital: <http://archivo.abc.com.py/especiales/elecciones2008/articulos.php?fec=2004-02-08&pid=93433>

Bellows, T. (1977). *Taiwan's Foreign Policy in the 1970s: A Case Study of Adaptation and Viability. Occasional Papers Reprints Series in Contemporary Asian Studies, IV*.

Biersteker, T. (2013). State, Sovereignty, and State. Em W. Carlsnaes, T. Risse, & B. A. Simmons, *Handbook of International Relations* (pp. 245-272). London, UK: SAGE.

Bishop, M. W. (14 de Julho de 2004). *Taiwan's free trade troubles*. Obtido em 3 de Janeiro de 2015, de Asia Times Online: <http://www.atimes.com/atimes/China/FG14Ad05.html>

Burdman, J. (Outono de 2005). América Latina en la última batalla diplomática China-Taiwán Quórum. *Revista de pensamiento iberoamericano [online]*, 211-221.

Burdman, J. (6 de Agosto de 2012). *La trama internacional del Paraguay*. Obtido em 12 de Abril de 2015, de El Estadista.com.ar: <http://elestadista.com.ar/?p=2552La%20trama%20internacional%20del%20Paraguay>

Bush, R. (2005). *Untying the Knot: Making Peace in the Taiwan Strait*. Washington D.C., USA: The Brookings Institution.

Caballero, W. (10 de Dezembro de 2014). *Paraguay pide que Taiwán participe de la COP 2015*. Obtido em 14 de Abril de 2015, de ABC color: <http://www.abc.com.py/internacionales/paraguay-pide-que-taiwan-participe-de-la-cop-2015-1314815.html>

Carneiro, P. H. (2007). *Uma avaliação crítica do processo de integração do Mercosul, à luz dos seus antecedentes, instrumentos e relações externas, em especial com a União Europeia*. Santiago de Compostela, Espanha: Universidade de Santiago de Compostela.

Carron, J. M., Patiño, A. R., & Ibarra, E. (8 de Outubro de 2004). *Mas vale pájaro en mano que mil volando*. Assunção, Paraguai: Diario Ultima Hora.

Cartes, H. (24 de Setembro de 2013). *Intervención en nombre de la República del Paraguay*. Obtido em 12 de Abril de 2015, de Permanent Mission of Paraguay to the United Nations: [http://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/68/PY\\_en.pdf](http://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/68/PY_en.pdf)

Cesarín, S. (2005). Ejes y estrategias del desarrollo económico chino en el largo plazo: implicancias para América Latina y el Caribe. Em S. Cesarín, & C. Moneta, *China y América Latina: nuevos enfoques sobre cooperación y desarrollo : ¿una segunda ruta de la seda?* (pp. 3-48). Buenos Aires, Argentina: BID-INTAL.

Chang, H., Chang, S., Cheng, D., Chou, G., Denlinger, P., Huang, J., & Unger, A. (1983). *Republic of China - A Reference Book*. Taipei, Taiwan: United Pacific International Inc.

Chang, J. Y. (2001). *The EU and Taiwan: The Un-official Relations incredibly connected*. Obtido de <http://www.tri.org.tw/research/impdf/266.pdf>

Chang, R. (14 de Dezembro de 2010). *Wu must seerve 17-and-a-half years*. Obtido em 2 de Janeiro de 2015, de Taipei Times: <http://www.taipetimes.com/News/taiwan/archives/2010/12/14/2003490925>

Chansiri, D. (2008). *The Chinese émigrés of Thailand in the Twentieth Century*. New York, USA: Library of Congress Cataloging-in-Publication Data.

*Charter of the United Nations and the Statute of the International Court of Justice*. (1945). Obtido em 25 de Abril de 2014, de Treaties of the United Nations: <https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf>

Chen, C.-J. (1999). *Preguntas y respuestas sobre la República de China*. Taipei, ROC: China Color Printing Co, Inc.

Cheng, P. P. (Agosto de 1988). *Asian Profile - Taiwan Under Chiang Kai-shek's Era: 1945-1976*. Obtido em 20 de Setembro de 2014, de Universität Wien: [http://www.univie.ac.at/Sinologie/repository/uePRDemokrUIDentTaiwanSeit1980/Cheng\\_TaiwanUnderChiangKai-shek\\_sEra1945-1976.pdf](http://www.univie.ac.at/Sinologie/repository/uePRDemokrUIDentTaiwanSeit1980/Cheng_TaiwanUnderChiangKai-shek_sEra1945-1976.pdf)

Ching-kuo, C. (1986). *China's Reunification and World Peace: president Chiang Ching-kuo's address, delivered in his capacity as chairman of the ruling party, at the opening of the third plenary session of the twelfth central committee of the Kuomintang*. Taipei, ROC: Guomindang.

Chinwanno, C. (2009). *Rising China and Thailand's Policy of Strategic Engagement*. Obtido em 15 de Novembro de 2014, de The National Institute for Defense Studies: [http://www.nids.go.jp/english/publication/joint\\_research/series4/series4.html](http://www.nids.go.jp/english/publication/joint_research/series4/series4.html)

Chöng, C.-h. (2007). *Between Ally and Partner: Korea-China Relations and the United States*. New York, USA: Columbia University Press.

Chong, L. M. (1996). *Fuertes lazos entre Paraguay y la República de China*. Obtido em 7 de Abril de 2015, de Taiwan Today: <http://taiwantoday.tw/noticiastest/fp.asp?xItem=29361&CtNode=2074&mp=121>

Chung, C.-t. (2012). *The Evolution of Taiwan's Grand Strategy: From Chiang Kai-shek to Chen Shui-bian*. Obtido em 3 de Novembro de 2014, de The London School of Economics and Political Science: [http://etheses.lse.ac.uk/594/1/Chung\\_Evolution\\_Taiwans\\_Strategy.pdf](http://etheses.lse.ac.uk/594/1/Chung_Evolution_Taiwans_Strategy.pdf)

Claude, I. L. (1966). Collective Legitimization as a Political Function of the United Nations. *International Organization*, 20, 367--379.

Clough, R. (1993). Chiang Ching-kuo's Policies. Em S.-c. Leng, *Chiang Ching-kuo's leadership in the development of the Republic of China on Taiwan* (pp. 133-159). Maryland, USA: The Miller Center of Public Affairs.

Clough, R. (2008). Taiwan under Nationalist rule, 1949-1982. Em D. Twitchett, & J. K. Fairbank, *The Cambridge history of China* (pp. 815 - 874). New York, USA: Cambridge University Press.

CNA. (7 de Maio de 2006). *Chen touts Taiwan in visit to Paraguay*. Obtido em 9 de Abril de 2015, de Taipei Times: <http://www.taipetimes.com/News/front/archives/2006/05/07/2003306562>

CNA. (26 de Novembro de 2013). *Gambia got too greedy, says Taiwan's foreign minister*. Obtido em 13 de Janeiro de 2015, de Want China Times: <http://www.wantchinatimes.com/news-subclass-cnt.aspx?id=20131126000055&cid=1101>

Costas, R. (27 de Junho de 2012). *Proposta de livre comércio entre Mercosul e China opõe Brasil e Argentina*. Obtido em 19 de Março de 2015, de BBC: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120627\\_china\\_mercosul\\_ru.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120627_china_mercosul_ru.shtml)

Cunha, L. (2008). *China - Cooperação e Conflito na Questão de Taiwan*. Lisboa, Portugal: Prefácio - Edição de Livros e Revistas, Lda.

Dean, D. (2014). *Unofficial Diplomacy - The American Institute in Taiwan: A Memoir*. Xlibris.

Denmark, A., & Fontaine, R. (Dezembro de 2009). Taiwan's Gamble: The Cross-Strait Rapprochement and its Implications for U.S. Policy. *Center for a New American Security*, pp. 1-8.

Dri, C. (2009). At What Point does a Legislature Become Institutionalized? The Mercosur Parliament's Path. *Brazilian Political Science Review*, III(2), 60-97.

Duchâtel, M. (2009). Beyond WHA: Assessing the cross-strait "diplomatic truce". *Track Two Dialogues on EU-China-Relations and Cross Strait Relations* (pp. 1-14). London: Stiftung Wissenschaft und Politik.

Duncan, H. L. (1966). *DTIC - Information for the Defense Community*. Obtido em 15 de Novembro de 2014, de Does China Want War: [www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA488149](http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA488149)

Embajada del Paraguay en Taiwán. (Março de 2014). *Relaciones entre la República del Paraguay y la República de China-Taiwán*. Taipei.

Erikson, D. P., & Chen, J. (2007). China, Taiwan, and the Battle for Latin America. *The Fletcher Forum of World Affairs*, 31(2), 69-89.

Expósito, F. (Janeiro de 2004). *Taiwán y América Latina: Estrategia de Aproximacion y Situacion Actual*. *UNISCI Discussion Papers*, 1-22.

Fairbank, J. K., & Goldman, M. (1998). *China: A New History*. Massachusetts, USA: The Belknap Press of Harvard University Press.

FCJ Editors. (21 de Junho de 1990). *President Andres Rodriguez; Paraguayan Chief Visits ROC*. Obtido em 7 de Abril de 2015, de Taiwan Today: <http://taiwantoday.tw/ct.asp?xItem=9144&CtNode=103>

FCJ Editors. (26 de Setembro de 1997). *Bid to rejoin United Nations falls short*. Obtido em 8 de Abril de 2015, de Taiwan Today: <http://www.taiwantoday.tw/fp.asp?xItem=15682&CtNode=451>

Felício, C. (25 de Junho de 2012). *China e Mercosul anunciam 'aliança estratégica global'*. Obtido em 17 de Março de 2015, de Valor.com.br: <http://www.valor.com.br/brasil/2727582/china-e-mercosul-anunciam-alianca-estrategica-global>

Ferreira, R. (2008). *Taiwán cree que Paraguay "sabr  decidir" sobre su voto en la ONU*. *Ultima Hora*, 9.

Fleitas, C. (5 de Fevereiro de 2013). *A 55 a os de un acontecimiento histórico*. Obtido em 31 de Março de 2015, de Embajada del Paraguay en la República de China (Taiwán): [http://www.embapartwroc.com.tw/espanol/relaciones\\_4\\_detail.php?nid=2](http://www.embapartwroc.com.tw/espanol/relaciones_4_detail.php?nid=2)

Forman, J. M., & Moreira, S. (2009). *Taiwan-China Balancing Act in Latin America*. *Chinese Soft Power and Its Implications for the United States*, 97-101.

Fossen, A. v. (2007). *The Struggle for Recognition: Diplomatic Competition between China and Taiwan in Oceania*. Obtido em 2 de Janeiro de 2015, de The Journal of Chinese Political Science: [http://www98.griffith.edu.au/dspace/bitstream/handle/10072/18133/49487\\_1.pdf;jsessionid=41DA2005068D1B427BFA55CD757402E8?sequence=1](http://www98.griffith.edu.au/dspace/bitstream/handle/10072/18133/49487_1.pdf;jsessionid=41DA2005068D1B427BFA55CD757402E8?sequence=1)

Garver, J. W. (1997). *The Sino-American alliance: Nationalist China and American Cold War strategy in Asia*. New York, USA: M.E. Sharpe.

Geldenhuys, D. (1990). *Isolated States: A Comparative Analysis*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Glantz, M. (2001). *Climate Affairs: A Premier*. USA: RAND.

Glaser, B. (2013). *Taiwan's Quest for Greater Participation in the International Community*. Center for Strategic and International Studies. Washington D.C.: Bowman & Littlefield.

Goddard, W. G. (1966). *Formosa - A Study in Chinese History*. London, UK: Macmillan and Company Limited.

Gomez, L. F. (27 de Setembro de 2012). *Debate General dei Sexagdsimo S ptimo Periodo Ordinario de Sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas*. Obtido em 12 de Abril de 2015, de Permanent Mission of Paraguay to the United Nations: [http://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/67/PY\\_es.pdf](http://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/67/PY_es.pdf)

Government Information Office (ROC). (Setembro de 2006). *In an Era of UN Reform...Right a 35-year Wrong - Welcome Taiwan into the United Nations, 1  edi o*. Tianjin Street, Taipei, Taiwan (ROC): Suhai Design and Production.

Grafeld, M. P. (6 de Julho de 2006). *Subject: Paraguayan president Stroessner's visit to the ROC*. Obtido em 1 de Abril de 2015, de US Department of State EO: <http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=316688&dt=2476&dl=1345>

Grasso, J. M. (1987). *Truman's Two-China Policy 1948-1950*. New York, USA: M. E. Sharpe.

Guelar, D. (2013). *La Invasi  Silenciosa: El desembarco chino en America del Sur*. Buenos Aires, Argentina: Penguin Random House Grupo Editorial.

Guerrero, P. (8 de Fevereiro de 2004). *Es una hipocresía no aceptar a Taiwán en NN.UU*. Obtido em 8 de Abril de 2015, de ABC digital: <http://archivo.abc.com.py/especiales/elecciones2008/articulos.php?fec=2004-02-08&pid=93433>

Gurtov, M., & Hwang, B.-M. (1980). *China under threat: the politics of strategy and diplomacy*. Baltimore, USA: Johns Hopkins University Press.

Hansson, U. (2007). *Chiang Ching-Kuo: A Motive Analysis*. Lund, Sweden: Lund University.

Henckaerts, J.-M. (1996). *The International Status of Taiwan in the New World Order: Legal And Political Considerations*. London, UK: Kluwer Law International Ltd.

- Hickey, D. v. (2007). *Foreign Policy Making in Taiwan: From Principle to Pragmatism*. New York, USA: Routledge.
- Ho, J. (15 de Fevereiro de 2005). *Paraguayan FTA safe: government*. Obtido em 16 de Março de 2015, de Taipei Times: <http://www.taipetimes.com/News/biz/archives/2005/02/15/2003223181>
- Hollar, S. (2009). Ma Ying-jeou. Em E. B. Editorial, *2009 Britannica Book of the Year* (pp. 91-92). London, UK: Encyclopaedia britannica inc.
- Hsieh, C. C. (1985). *Strategy for Survival The Foreign Policy and External Relations of Republic of China on Taiwan, 1949-79*. London, UK: Sherwood Press.
- Hsiu-chuan, S. (6 de Julho de 2012). *Taipei reaffirms ties and its respect for Paraguay transition*. Obtido em 12 de Abril de 2015, de Taipei Times: <http://www.taipetimes.com/News/taiwan/archives/2012/07/06/2003537090>
- Hsiuh-chuan, S. (4 de Junho de 2014). *Chinese pressure forces minister to change plans*. Obtido em 14 de Janeiro de 2015, de Taipei Times: <http://www.taipetimes.com/News/front/archives/2014/06/04/2003591949>
- Hsueh, H. (2011). *Encyclopedia of Taiwan*. Obtido em 4 de Abril de 2014, de Temporary Provisions Effective During the Period of National Mobilization for Suppression of the Communist Rebellion: <http://taiwanpedia.culture.tw/en/content?ID=3860>
- Hu, C.-f. (2005). Taiwan's Geopolitics and Chiang Ching-Kuo's Decision to Democratize Taiwan. *Stanford Journal of East Asian Affairs*, V(1), 26-44.
- Huang, R., & Wu, L. (31 de Maio de 2001). *ROC, Paraguay should work toward mutually beneficial ties: envoy*. Obtido em 8 de Abril de 2015, de CNA: <http://www.cnanews.gov.tw/eng/spec/specread.php?id=200105310015&pt=12&LArr=200106050003,200106040010,200106030003,200106030002,200106020014,200106020008,200106020004,200106010037,200106010021,200106010008,200106010004,200106010001,200105310015,20010531000>
- Huang, T.-f. (1996). Elections and the Evolution of the Kuomintang. Em H.-M. Tien, *Taiwan's Electoral Politics and Democratic Transition* (pp. 105-137). New York: M.E. Sharpe, Inc.
- Hughes, C. (1997). *Taiwan and Chinese Nationalism: National identity and status in international society*. London, UK: Routledge.
- Hung, J. (2002). *Chinese Taipei*. Obtido em 4 de Dezembro de 2014, de National Policy Foundation: <http://old.npf.org.tw/PUBLICATION/NS/091/NS-C-091-011.htm>
- Jacobs, J. B. (2012). *Democratizing Taiwan*. Leiden, The Netherlands: Brill.
- Jacobson, H., & Oksenberg, M. (1990). *China's Participation in the IMF, the World Bank, and GATT: Toward a Global Economic Order*. Michigan, USA: The University of Michigan Press.
- Jumamil, G. (2007). *Philippine - Taiwan Relations in a One China Policy: An Analysis of the Changing Relational Pattern*. Taipei, Republic of China (Taiwan): National Sun Yat-sen University.
- Kelly, R., & Brown, J. S. (2010). *Taiwan (Lonely Planet Country Guide)*. Obtido em 1 de Abril de 2014, de [http://books.google.com.br/books?id=yKUQE-xdQhsC&hl=pt-BR&source=gbs\\_navlinks\\_s](http://books.google.com.br/books?id=yKUQE-xdQhsC&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s)
- Kerr, G. H. (1992). *Formosa Betrayed*. California, USA: Taiwan Publishing Co.
- Klonsky, J. (31 de Julho de 2012). *Mercosur: South America's Fractious Trade Bloc*. Obtido em 16 de Março de 2015, de Council on Foreign Relations: <http://www.cfr.org/trade/mercosur-south-americas-fractious-trade-bloc/p12762#p3>
- Ko, J. (2005). Cold War Triumph? Taiwan Democratized in Spite of U.S Efforts. *Case Western Reserve Journal of International Law*, I(36), 137-182.
- Ku, S. Y. (1999). The Political Economy of Taiwan's Relations with Vietnam. *Contemporary Southeast Asia*, XXI.

- Ku, S. Y. (2009). Taiwan and Southeast Asia since Ma Ying-jeou's Presidency. *East Asian Policy*, pp. 87-95.
- Larsen, S. R., & Collins, J. L. (1985). *Allied Participation in Vietnam*. Obtido em 15 de Novembro de 2014, de Vietnam Studies: <http://www.history.army.mil/books/Vietnam/allied/index.htm#contents>
- Lee, S.-t. , & Williams, J. F. (2014). *Taiwan's Struggle: Voices of the Taiwanese*. Maryland, USA: Rowman & Littlefield.
- Lee, T.-h. (1999a). *Bridging the Perception Gap*. Obtido em 20 de Dezembro de 2014, de Understanding Taiwan: [http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/pais/research/easg/easg\\_calendar/understanding\\_taiwan.pdf](http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/pais/research/easg/easg_calendar/understanding_taiwan.pdf)
- Lee, T.-h. (1999b). *The Road to Democracy: Taiwan's pursuit of identity*. Tokyo, Japan: PHP Institute.
- Lee, T.-h. (2008). My Belief and Vision of Taiwan's Status and National Sovereignty. Em Z. Yan-xian, *An interview with Lee Teng-hui: His Belief and Philosophy* (Vol. III, pp. 215-223). Taipei, ROC (Taiwan): Academia Historica & Asian Culture Publication.
- Lee, W.-c. (Março de 2014). The Mutual Non-Denial Principle, China's Interests, and Taiwan's Expansion of International Participation. *Contemporary Asian Studies Series*, pp. 1-55.
- Leiteritz, R. J. (2012). China and Latin America: A Marriage Made in Heaven? *Colombia Internacional*(75), 49-81.
- Lentz, H. (2013). *Heads of states and governments: A worldwide encyclopedia of over 2,300 leaders, 1945 through 1992*. New York, USA: Routledge.
- Lin, A. C., & Keating, J. F. (2002). *Island in the Stream - A Quick Case Study of Taiwan's Complex History*. Obtido em 10 de Abril de 2014, de The Taiwan Library Online: <http://homepage.usask.ca/~llr130/island/islandframes.html>
- Lin, H. W. (2014). *International Journal of Social Sciences and Humanity*. Obtido em 3 de Abril de 2014, de Re-Constructed Unitary History on Green Island, Taiwan: The Former Political Prison/Oasis Villa : <http://www.ijssh.org/papers/465-CH362.pdf>
- Littell, M., & Beck, R. B. (2003). *World History: Patterns of Interaction*. Boston, Massachusetts, USA: Houghton Mifflin Harcourt Publishing Company.
- Liu, N. (25 de Maio de 2012). *Panama's absence at inauguration `warning': lawmaker*. Obtido em 20 de Janeiro de 2015, de Taipei Economic and Cultural Office in Miami: <http://www.taiwanembassy.org/US/MIA/ct.asp?xItem=282256&ctNode=2884&mp=57>
- Liu, P. H. (Junho de 2011). *Issues & Studies - Institute of International Relations, National Chengchi University, Taipei, Taiwan (ROC)*. Obtido em 2014 de Setembro de 24, de Dual Representation: Reviewing the Republic of China's Last Battle in the UN: [http://tkuir.lib.tku.edu.tw:8080/dspace/bitstream/987654321/80492/2/I\\_S-Vol%2047No%202--%E5%8A%89%E6%9B%89%E9%B5%ACpp%2087-118.pdf](http://tkuir.lib.tku.edu.tw:8080/dspace/bitstream/987654321/80492/2/I_S-Vol%2047No%202--%E5%8A%89%E6%9B%89%E9%B5%ACpp%2087-118.pdf)
- Machado, R. P. (2009). *Produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil*. Porto Alegre, Brasil: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Machado, R. P. (Set-Dez de 2010). Uma ou duas Chinas?. A "questão de Taiwan" sob o ponto de vista de uma comunidade chinesa ultramar (Ciudad del Este). *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, X(3), 468-489.
- Mackerras, C. (2001). *The New Cambridge Handbook of Contemporary China*. Cambridge, UK: Press Syndicate of the University of Cambridge.
- Mainland Affairs Council. (7 de Novembro de 2008). *Outcome and Explanation of the 2nd "Chiang-Chen Talks"*. Obtido em 7 de Janeiro de 2015, de The Second Chiang-Chen Talks (Archive): <http://www.mac.gov.tw/mp.asp?mp=201>
- Mainland Affairs Council. (Novembro de 2010). President Ma Ying-jeou's Mainland Policy. *Turning the Threat of War into Peace and Prosperity*. Taipé, ROC (Taiwan).

Mainland Affairs Council. (Março de 2013). President Ma delivers address at symposium on "1992 Consensus". 1-16. Taipei, ROC (Taiwan).

Marecos, R. (28 de Janeiro de 2009). *Desaparece millonaria donación de Taiwán*. Obtido em 16 de Abril de 2015, de ABC color: <http://www.abc.com.py/edicion-impresia/interior/desaparece-millonaria-donacion-de-taiwan-1141988.html>

Marks, T. A. (1998). *Counterrevolution in China: Wang Sheng and the Kuomintang*. London, UK: Frank Cass.

Matten, M. (2012). *Places of Memory in Modern China: History, Politics, and Identity*. Leiden, The Netherlands: Koninklijke Brill NV.

McDougal, M. S., & Goodman, R. M. (1966). *Chinese Participation in the United Nations: The Legal Imperative of a Negotiated Solution*. Obtido em 26 de Abril de 2014, de Faculty Scholarship Series. Paper 2604: [http://digitalcommons.law.yale.edu/fss\\_papers/2604](http://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/2604)

Meltzer, J. (Janeiro de 2014). Taiwan's Economic Opportunities and Challenges and The Importance of the Trans-Pacific Partnership. *The Brookings Institution: Center for East Asia Policy Studies*, 1-15.

Mendes, C., Iturre, M., & Nascimento, D. (2011). O "Factor" Taiwan na Política Externa Chinesa em África e na América Latina. *Estratégia*, XX, 69-86.

Méndez, F. L. (2011). Intervención del Excelentísimo Señor Presidente de la República del Paraguay. *Debate General 66º Periodo Ordinario de Sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas* (pp. 1-7). New York: Permanent Mission of Paraguay to the United Nations.

Ministerio de Industria y Comercio. (Setembro/Outubro de 2011). *Investment Opportunities in Paraguay*. Obtido em 17 de Abril de 2015, de [http://www.rediex.gov.py/beta/userfiles/file/Paraguay\\_Investment\\_Opportunities\\_Sept-Oct\\_2011\\_ENG.pdf](http://www.rediex.gov.py/beta/userfiles/file/Paraguay_Investment_Opportunities_Sept-Oct_2011_ENG.pdf)

Ministry of Education. (2006). *The MOE promotes education exchanges with Latin America*. Obtido em 9 de Abril de 2015, de Ministry of Education Republic of China (Taiwan): <http://english.moe.gov.tw/content.asp?mp=1&Cultem=7480>

Ministry of Foreign Affairs. (2014). *Economy*. Obtido em 11 de Janeiro de 2015, de Taiwan and the Republic of China at a Glance: [http://multilingual.mofa.gov.tw/web/web\\_UTF-8/MOFA/glance2013/glance-en/ch8.htm](http://multilingual.mofa.gov.tw/web/web_UTF-8/MOFA/glance2013/glance-en/ch8.htm)

Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (s.d.). *Clinton Publicly Reiterates U.S. "Three No's" Principles on Taiwan*. Obtido em 20 de Janeiro de 2015, de Embassy of the People's Republic of China in the United States of America: <http://www.china-embassy.org/eng/zmgx/zysj/kldfh/t36241.htm>

Ministry of Foreign Affairs, R. o. (s.d.). *Organizations*. Obtido em 15 de Novembro de 2014, de Taipei Economic and Cultural Office in Thailand: <http://www.roc-taiwan.org/th/ct.asp?xItem=387276&CtNode=1790&mp=232&xp1=>

Ministry of Foreign Affairs, Republic of China. (2012). *The Japanese Colonial Era (1895 - 1945)*. Obtido em 26 de Março de 2014, de The Irresistible Charms of Taiwanese Architecture: <http://www.taiwan.gov.tw/ct.asp?xItem=37235&CtNode=2232&mp=13>

MOFA. (1985). *ROC Remains Full Membership in Asian Development Bank*. Obtido em 15 de Dezembro de 2014, de Taiwan Info: [http://taiwaninfo.nat.gov.tw/ct.asp?xItem=117402&CtNode=103&htx\\_TRCategory=&mp=4](http://taiwaninfo.nat.gov.tw/ct.asp?xItem=117402&CtNode=103&htx_TRCategory=&mp=4)

Montero, C. (20 de Setembro de 1997). *Paraguay-Taiwan: Wants More Aid In Exchange For Diplomatic Support*. Obtido em 15 de Abril de 2015, de Inter Press Service: <http://www.ipsnews.net/1997/09/paraguay-taiwan-wants-more-aid-in-exchange-for-diplomatic-support/>

Monzón, N. B. (5 de Maio de 2006). *Dictator Stroessner received great sums of money of the Bank of China*. Obtido em 1 de Abril de 2015, de Indymedia.be: <http://www.indymedia.be/index.html%3Fq=node%252F2354.html>

- Moreira, M. M. (2014). *Historia del Paraguay*. Asunción, Paraguay: Servilibro.
- Nathan, A. J., & Scobell, A. (2012). *China's Search for Security*. Columbia University Press.
- Nathan, A., & Ross, R. (1998). *The Great Wall and the Empty Fortress: China's search for security*. New York, USA: W.W. Norton & Company, Inc.
- Nelson, T., & Cabrera, J. (2008). The Taiwan Relations Act, 30 Years On — Encounters and Successes in the U.S. Courts. *The Journal of World Investment & Trade*, IX(5), 355-370.
- Nye, J. (2004). *The Decline of America's Soft Power*. Obtido em 2 de Janeiro de 2015, de Foreign Affairs: <http://www.foreignaffairs.com/articles/59888/joseph-s-nye-jr/the-decline-of-americas-soft-power>
- Nye, J. (8 de Maio de 2012). *China's Soft Power Deficit*. Obtido em 2 de Janeiro de 2015, de The Wall Street Journal: <http://www.wsj.com/articles/SB10001424052702304451104577389923098678842>
- Oficina de Información del Gobierno. (Setembro de 2011a). Faro de la democracia, bastión de libertad. *La República de China - Avanzando hacia su segundo siglo, 1º*. Taipei, ROC (Taiwan): China Color Printing Co., Inc.
- Oficina de Información del Gobierno. (8 de Setembro de 2011b). Forjando la paz a través del Estrecho de Taiwan. *La República de China - Avanzando hacia su*. Taipei, ROC (Taiwan): China Color Printing Co., Inc.
- Oficina de Información del Gobierno. (8 de Setembro de 2011c). La República de China - Avanzando hacia su segundo siglo. *Benefactor humanitario del mundo*. Taipei, ROC (Taiwan): China Color Printing Co., Inc.
- Oficina de Información del Gobierno. (16 de Agosto de 2013). Noticias - Boletín Informativo sobre Taiwan. *Ma realiza visita a Haití y Paraguay, 43(22)*. Taipei, ROC (Taiwan): Red & Blue Color Printing Co. Ltd.
- Olazar, H. (30 de Maio de 2001). *Crisis política y despliegue militar en Paraguay*. Obtido em 8 de Abril de 2015, de Clarín: <http://edant.clarin.com/diario/2001/05/30/i-02602.htm>
- Osiw, N. (Fevereiro de 2011). *Análisis de la Relación Comercial Paraguay-Taiwán, Rep.China*. Obtido em 19 de Abril de 2015, de Rediex.gov.py: [http://www.rediex.gov.py/beta/userfiles/file/Analisis\\_Potencial\\_Mercado\\_Taiwan\\_2011.pdf](http://www.rediex.gov.py/beta/userfiles/file/Analisis_Potencial_Mercado_Taiwan_2011.pdf)
- Oviedo, E. D. (2005). Crisis del multilateralismo y auge de la diplomacia bilateral en la relacion Mercosur-China. *Banco Interamericano de Desarrollo*, 1-30.
- Pinto, P. A. (2005). *Taiwan - um futuro formoso para a ilha? : O interesse para o Brasil*. Porto Alegre, Brasil: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Poblete, N. L. (2011). *Public diplomacy as a method to improve the insertion of Taiwan in Latin America and attain a greater rapprochement to Chile*. Chile: Universidad del Desarrollo - Facultad de Gobierno.
- Pomar, W. (2003). *A Revolução Chinesa*. São Paulo, Brasil: Fundação Editora UNESP (FEU).
- Qing, S. (2007). *From Allies to Enemies - Visions of Modernity, Identity, and U.S. - China Diplomacy, 1945-1960*. London, UK: Harvard University Press.
- Rabossi, F. (2012). Ciudad del Este and Brazilian Circuits of Commercial Distribution. Em G. Mathews, G. L. Ribeiro, & C. A. Vega, *Globalization from Below: The World's Other Economy* (pp. 54-68). New York, USA: Routledge.
- Ratliff, W. (2009). In Search of a Balanced Relationship: China, Latin America, and the United States. *Asian Politics & Policy*, I(1), 1-30.
- Rawnsley, G. (2000). *Taiwan's Informal Diplomacy and Propaganda*. New York, USA: St. Martin's Press.
- Rehnfeldt, M. (2 de Junho de 2011). *Taiwán proveyó fondos a ANR para elecciones, según EE.UU*. Obtido em 16 de Abril de 2015, de ABC color: <http://www.abc.com.py/articulos/taiwan-proveyo-fondos-a-anr-para-elecciones-segun-eeuu-265756.html>
- Rehnfeldt, M., & Espínola, N. (29 de Agosto de 2009). *Lugo redirecciona una donación de Taiwán a espaldas del Congreso*. Obtido em 15 de Abril de 2015, de ABC color: <http://www.abc.com.py/articulos/lugo-redirecciona-una-donacion-de-taiwan-a-espaldas-del-congreso-15909.html>

- Rich, T. S. (2009). Status for Sale: Taiwan and the Competition for Diplomatic Recognition. *Issues & Studies*.
- Rickards, J. (Fevereiro de 2013). Liberalizing Trade. *American Chamber of Commerce Taipei*, 42(2).
- Rigger, S. (2005). Party Politics and Taiwan's External Relations. *Orbis - Party Politics and Foreign Policy in East Asia*, 413-428.
- Rigger, S. (2011). *Why Taiwan Matters: Small Island, Global Powerhouse*. Maryland, USA: Rowman & Littlefield.
- Ríos, X. (23 de Fevereiro de 2010). *Taiwán: ¿la pérdida de Paraguay?* Obtido em 4 de Abril de 2015, de Observatorio de la Política China: <http://www.politica-china.org/nova.php?id=1168&clase=6&lg=gal>
- Rodríguez, M. E. (2008). La batalla diplomática de Beijing y Taipei en América Latina y el Caribe. *Revista CIDOB d'afers internacionals*(81), 209-231.
- Roy, D. (2003). *Taiwan: A political history*. New York, USA: Cornell University Press.
- Saldanha, A. d. (1995). *Alguns Aspectos da "Questão de Macau" e o seu Reflexo nas Relações Luso-Chinesas no Âmbito da Organização das Nações Unidas*. Lisboa, Portugal: ISCSP Centro de Estudos de Instituições Internacionais.
- Santos, J. A. (29 de Setembro de 2014). *Intervención en nombre de la República del Paraguay - 69ª Sesión de la Asamblea General de las Naciones Unidas*. Obtido em 14 de Abril de 2015, de Permanent Mission of Paraguay to the United Nations: [http://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/69/PY\\_es.pdf](http://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/69/PY_es.pdf)
- Scobell, A. (28 de Abril de 2014). *China's Great Leap Outward and Latin America*. Obtido em 13 de Janeiro de 2015, de Latin America and Caribbean Center: <https://lacc.fiu.edu/research/publications/security-roundtable-scobell-final-paper.pdf>
- Shu-ling, K. (20 de Agosto de 2002). *Paraguay reaffirms relations with Taiwan*. Obtido em 8 de Abril de 2015, de Taipei Times: <http://www.taipetimes.com/News/taiwan/archives/2002/08/20/0000164880>
- Sicari, V. R. (2007). O Direito das Relações Diplomáticas. Em L. N. Brant, *Para Entender*. Belo Horizonte, Brasil: Del Rey, Ltda.
- Silver, L. R. (2008). *Sovereignty and its Discontents: The United Nations and its Impact on Legitimacy*. Connecticut, USA: The Honors College, Wesleyan University.
- Soto, S. (20 de Junho de 2011). *Figura Paraguay como único país sudamericano sin relación con China*. Obtido em 11 de Abril de 2015, de Paraguay oiková: <https://vivapy.wordpress.com/2011/06/20/figura-paraguay-como-unico-pais-sudamericano-sin-relacion-con-china/>
- Spence, J. (1999). *The Search for Modern China* (2ª ed.). New York, USA: W.W. Norton Company, Inc.
- St. James Agreement; June 12, 1941*. (2008). Obtido em 13 de Abril de 2014, de Yale Law School - Lillian Goldman Law Library: <http://avalon.law.yale.edu/imt/imtjames.asp>
- Suárez, J. D. (28 de Julho de 2007). *Sutilezas de la diplomacia taiwanesa en Paraguay*. Obtido em 16 de Abril de 2015, de Instituto Galego de Análise e Documentación Internacional: [http://www.igadi.org/china/2007/jds\\_sutilezas\\_diplomacia\\_taiwanesa\\_en\\_paraguay.htm](http://www.igadi.org/china/2007/jds_sutilezas_diplomacia_taiwanesa_en_paraguay.htm)
- Suárez, J. D. (2008a). *El triunfo de Lugo y sus posibles implicaciones en las relaciones bilaterales con la República de China*. Obtido em 9 de Abril de 2015, de Observatorio de la Economía y la Sociedad de China Nº 07: <http://www.eumed.net/rev/china/07/jds.htm>
- Suárez, J. D. (2008b). *Las relaciones entre el gobierno de Duarte Frutos y Taiwán*. Obtido em 8 de Abril de 2015, de Instituto Galego de Análise e Documentación Internacional: [http://www.igadi.org/china/2008/jds\\_las\\_relaciones\\_gobierno\\_duarte\\_frutos\\_taiwan.htm](http://www.igadi.org/china/2008/jds_las_relaciones_gobierno_duarte_frutos_taiwan.htm)
- Suárez, J. D. (2008c). *Ma: el espejismo de Fernando Lugo*. Obtido em 10 de Abril de 2015, de Instituto Galego de Análise e Documentación Internacional: [http://www.igadi.org/china/2008/jds\\_ma\\_el\\_espejismo\\_de\\_fernando\\_lugo.htm](http://www.igadi.org/china/2008/jds_ma_el_espejismo_de_fernando_lugo.htm)

Suárez, J. D. (Junho de 2010). *Soplan nuevos vientos en Asunción*. Obtido em 9 de Abril de 2015, de Observatorio de la Economía y la Sociedad China: <http://www.eumed.net/rev/china/13/jds.htm>

Taiwan Hoy. (1 de Janeiro de 1984). *Síntesis*. Obtido em 5 de Abril de 2015, de <http://taiwanhoy.nat.gov.tw/ct.asp?xItem=125852&CtNode=1538>

Taiwan Info. (1 de Dezembro de 1962). *Chronology*. Obtido em 1 de Abril de 2015, de TR 文章資料: <http://taiwaninfo.nat.gov.tw/fp.asp?xItem=167913&CtNode=124>

Taiwan Info. (Junho de 1963). *Chronology*. Obtido em 1 de Abril de 2015, de TR 文章資料: [http://taiwaninfo.nat.gov.tw/ct.asp?xItem=164395&CtNode=124&htx\\_TRCategory=&mp=4](http://taiwaninfo.nat.gov.tw/ct.asp?xItem=164395&CtNode=124&htx_TRCategory=&mp=4)

Taiwan Info. (1 de Setembro de 1995). *Paraguay leader to support UN bid*. Obtido em 7 de Abril de 2015, de [http://taiwaninfo.nat.gov.tw/ct.asp?xItem=13522&CtNode=103&htx\\_TRCategory=&mp=4](http://taiwaninfo.nat.gov.tw/ct.asp?xItem=13522&CtNode=103&htx_TRCategory=&mp=4)

Taiwan Info. (1 de Setembro de 1996). *Presidente del parguay visita la rep. de china*. Obtido em 7 de Abril de 2015, de [http://taiwaninfo.nat.gov.tw/ct.asp?xItem=51798&CtNode=458&htx\\_TRCategory=&mp=4](http://taiwaninfo.nat.gov.tw/ct.asp?xItem=51798&CtNode=458&htx_TRCategory=&mp=4)

Taiwan Review. (08 de Junho de 1984). *El Papa no ha olvidado a los católicos de Taiwan*. Obtido em 16 de Fevereiro de 2015, de <http://taiwanreview.nat.gov.tw/ct.asp?xItem=110552&CtNode=230>

Taiwan Today. (6 de Outubro de 1975). *Concluye visita el Presidente Stroessner*. Obtido em 1 de Abril de 2015, de Noticias de T@iwan: <http://taiwantoday.tw/noticias/ct.asp?xItem=162726&CtNode=2068>

Taiwan Today. (26 de Novembro de 1976). *Llegó el Embajador Paraguayo*. Obtido em 1 de Abril de 2015, de 文章資料: <http://www.taiwantoday.tw/ct.asp?xItem=160468&CtNode=145>

Taiwan Today. (26 de Março de 1984). *Parque Chiang Kai-shek inaugurado en ciudad del Paraguay*. Obtido em 5 de Abril de 2015, de Noticias de Taiwan: <http://taiwantoday.tw/noticias/ct.asp?xItem=108192&CtNode=2098>

Taiwan Today. (6 de Novembro de 1986). *Avenida "Presidente Chiang Kai-shek" fue inaugurada en Asunción, Paraguay*. Obtido em 7 de Abril de 2015, de Noticias de Taiwan: <http://taiwantoday.tw/noticias/ct.asp?xItem=100324&CtNode=2068>

Taiwan Today. (26 de Fevereiro de 1989). *La República de China reconoce al nuevo gobierno del Paraguay*. Obtido em 7 de Abril de 2015, de <http://www.taiwantoday.tw/ct.asp?xItem=80617&CtNode=145>

*Taiwan's Economic Development*. (2014). Obtido em 4 de Dezembro de 2014, de Small and Medium Enterprise Administration - Ministry of Economic Affairs: <http://www.moeasmea.gov.tw/ct.asp?xItem=72&CtNode=263&mp=2>

Tase, P. (21 de Maio de 2013). *Taiwan welcomes with high honors Dr. Federico Franco, President of Paraguay*. Obtido em 12 de Abril de 2015, de eurasia review: <http://www.eurasiareview.com/21052013-taiwan-welcomes-with-high-honors-dr-federico-franco-president-of-paraguay/>

Tase, P. (14 de Outubro de 2014a). *Paraguay: El Presidente Cartes mantuvo su primera visita oficial en Taiwán*. Obtido em 14 de Abril de 2015, de Eurasia Hoy: <http://eurasihoy.com/14102014-paraguay-el-presidente-cartes-mantuvo-su-primera-visita-oficial-en-taiwan/>

Tase, P. (5 de Junho de 2014b). *Una atenta mirada a la historia de las relaciones entre Paraguay y Taiwán*. Obtido em 14 de Abril de 2015, de 5días.com.py: <http://5dias.com.py/35315-una-atenta-mirada-a-la-historia-de-las-relaciones-entre-paraguay-y-taiwan>

Taylor & Francis. (2003). *The Europa World Year Book 2003*. London, UK.

The China Post. (6 de Agosto de 2010). *Taiwan seeks trade agreement with Singapore*. Obtido em 10 de Janeiro de 2015, de The China Post: <http://www.chinapost.com.tw/taiwan/national/national-news/2010/08/06/267562/p2/Taiwan-seeks.htm>

*The Collection of President Chiang Ching-kuo's Speech and Articles* (Vol. II). (1983). Taipei, ROC: Li Ming Culture Publishing.

- The Standard. (15 de Julho de 2014). *Taiwan told to learn lessons from rift with Gambia*. Obtido em 13 de Janeiro de 2015, de <http://standard.gm/site/news/4209-Taiwan-told-learn-lessons-from-rift-with-Gambia.html>
- Tiexun, L. (2009). *Academic Journal of "One Country, Two Systems" Vol.I*. Obtido em 4 de Dezembro de 2014, de On The Fundamental Characteristics of the "One Country, Two Systems" Policy: [http://www.ipm.edu.mo/research/en/one\\_country\\_two\\_systems\\_en\\_issue\\_1.php](http://www.ipm.edu.mo/research/en/one_country_two_systems_en_issue_1.php)
- Toledo, S. B. (10 de Março de 2014). *Cada vez más "MADE IN CHINA"*. Obtido em 13 de Abril de 2015, de ABC color: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/suplementos/empresas-y-negocios/cada-ves-mas-made-in-china-1220857.html>
- Tso, N. (12 de Novembro de 2008). *Taiwan Arrests Former President*. Obtido em 2 de Janeiro de 2015, de Time: <http://content.time.com/time/world/article/0,8599,1858363,00.html>
- UN Web Services Section. (2006). *The Atlantic Charter*. Obtido em 13 de Abril de 2014, de History of the Charter of the United Nations: <http://www.un.org/en/aboutun/charter/history/atlantic.shtml>
- Veiga, A. (5 de Junho de 2014). *Pinto da Costa visita República Popular da China*. Obtido em 13 de Janeiro de 2015, de Têla Nón - Notícias de São Tomé e Príncipe: <http://www.telanon.info/politica/2014/06/05/16636/pinto-da-costa-visita-republica-popular-da-china/>
- Venne, A. M. (2004). *Relations between the Republic of China (Taiwan) and the Republic of Paraguay. Ostasien Seminar*. Berlin: Freie Universität Berlin.
- Wachman, A. (1994). *Taiwan: national identity and democratization*. New York, USA: M.E. Sharpe, Inc.
- Wang, K. (Março de 2010). *Taiwan's Diplomatic Policy under the Ma Ying-jeou Administration*. Obtido em 7 de Janeiro de 2015, de The Freeman Spogli Institute for International Studies at Stanford University: [http://reap2-ws1.stanford.edu/publications/taiwans\\_diplomatic\\_policy\\_under\\_the\\_ma\\_yingjeou\\_administration/](http://reap2-ws1.stanford.edu/publications/taiwans_diplomatic_policy_under_the_ma_yingjeou_administration/)
- Wang, Y. S. (1990). *Foreign Policy of the Republic of China on Taiwan: An Unorthodox Approach*. New York, USA: Greenwood Publishing Group, Inc.
- Watson, C. (2004). *Adios Taiwan, Hola Beijing: Taiwan's Relations With Latin America. China Brief, IV(11)*.
- Wees, G. v. (18 de Novembro de 2007). *One China' policy: Back to basics*. Obtido em 20 de Janeiro de 2015, de Taipei Times: <http://www.taipetimes.com/News/editorials/archives/2007/11/18/2003388403/1>
- Wei, C. (2010). *China's Anti-Secession Law and Hu Jintao's Taiwan Policy. Yale Journal of Internation Affairs, 112-127*.
- Wei, S. (1999). *Some Reflections on the One-China Principle*. (T. B. Press, Ed.) *Fordham International Law Journal, 23(4)*, pp. 1169-1178.
- Wei-chen, T., & Chung, J. (7 de Julho de 2014). *Detente blamed for decline in international presence*. Obtido em 13 de Janeiro de 2015, de Taipei Times: <http://www.taipetimes.com/News/taiwan/archives/2014/06/07/2003592198>
- White Paper - The One-China Principle and the Taiwan Issue*. (2000). Obtido em 4 de Dezembro de 2014, de Taiwan Documents Project: <http://www.taiwandocuments.org/white.htm>
- WikiLeaks.org. (3 de Novembro de 2008). *Paraguay and Taiwan maintain diplomatic relations*. Obtido em 10 de Abril de 2015, de <https://wikileaks.org/cable/2008/11/08ASUNCION740.html>
- WikiLeaks.org. (2 de Junho de 2011). *PARAGUAY/TAIWAN/US - Taiwan provided funds to ANR for 2008 elections*. Obtido em 17 de Março de 2015, de [http://wikileaks.org/gifiles/docs/29/2967130\\_-os-paraguay-taiwan-us-taiwan-provided-funds-to-anr-for-2008.html](http://wikileaks.org/gifiles/docs/29/2967130_-os-paraguay-taiwan-us-taiwan-provided-funds-to-anr-for-2008.html)
- Williams, B. S. (2008). *Strictly Business? The Rise of China in Latin American Affairs*. Washington D.C, USA: American University Library.

World Trade Organization (report). (29 de Julho de 2014). *Report by Separate Customs Territory of Taiwan, Penghu, Kinmen and Matsu*. Obtido em 11 de Janeiro de 2015, de World Trade Organization - Trade Policy Review Body: [http://www.wto.org/english/tratop\\_e/tpr\\_e/g302\\_e.pdf](http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/g302_e.pdf)

Wsu, J. H. (21 de Fevereiro de 2009). *Ties between Taiwan and Paraguay still strong: Ma*. Obtido em 12 de Abril de 2015, de Taipei Times: <http://www.taipetimes.com/News/taiwan/archives/2009/02/21/2003436641>

Wu, H.-H. (1994). *Bridging the Strait : Taiwan, China, and the prospects for reunification*. Hong Kong, PRC: Oxford University Press.

Young, N. (2010). *People-to-People Diplomacy*. Obtido em 2 de Janeiro de 2015, de The Oxford International Encyclopedia of Peace: <http://www.oxfordreference.com/view/10.1093/acref/9780195334685.001.0001/acref-9780195334685-e-564>

Zhu, Z. (2012). *New Dynamics in East Asian Politics: Security, Political Economy, and Society*. New York, USA: The Continuum International Publishing Group Inc.

Zibechi, R. (3 de Agosto de 2012). *Después del golpe en Paraguay, China con el Mercosur*. Obtido em 20 de Abril de 2015, de Comunidad de Estados Latino Americanos y Caribeños: <http://www.cronicapopular.es/celac/despues-del-golpe-en-paraguay-la-alianza-estrategica-de-china-con-el-mercosur/>

## ANEXO 1

Tabela 1 – Quadro com a participação e estatuto de Taiwan em alguns organismos internacionais

ORGANISMO	DESIGNAÇÃO	ORGANISMO	DESIGNAÇÃO
Fundo Monetário Internacional (IMF)	<i>Chinese Taipei</i>	Comité Internacional da Cruz Vermelha	<i>Republic of China</i>
Comité Olímpico Internacional (IOC)	<i>Chinese Taipei</i>	Confederação Mundial do Trabalho (WCL)	<i>Taiwan</i>
Organização Mundial de Saúde (WHO)	<i>Chinese Taipei (Observador)</i>	Organização Mundial de Saúde Animal (WOAH)	<i>Taipei China</i>
Banco Mundial (WB)	<i>Chinese Taipei</i>	Banco de desenvolvimento Asiático (ADB)	<i>Chinese Taipei</i>
Banco Centro-americano de Integração Económica (BCIE)	<i>Republic of China</i>	Sistema de Integração Centro-americana (SICA)	<i>Republic of China</i>
Câmara de Comércio Internacional (ICC)	<i>Republic of China</i>	Organização das Nações e Povos Não-Representados (UNPO)	<i>Taiwan</i>
Conselho de Cooperação sobre Segurança na Ásia (CSCAP)	<i>Participation with individual capacity</i>	Organização Mundial do Comércio (WTO)	<i>Separate Customs Territory Taiwan, Pengu, Kinmen e Matsu</i>
Fórum Boao para a Ásia (BFA)	<i>Chinese Taipei</i>	Cooperação Económica Ásia-Pacífico (APEC)	<i>Chinese Taipei</i>

Fonte: Silva (2010) A condição internacional de Taiwan e a abertura de canais diplomáticos submersos como janela de oportunidade: o caso do CSCAP p. 169

**ANEXO 2****Tabela 2** – Convênios bilaterais assinados entre a RC e a República do Paraguai

NO.	NOMBRE	FIRMA		ENTRADA EN VIGOR
		LUGAR	FECHA	
1	Tratado de Comercio y Cooperación Económica y Protocolo Adicional.	Taipei	11/V/1962	29/XII/1962
2	Acuerdo por Notas Reversales, relativo al Artículo 5 del Tratado de Comercio y de Cooperación Económica.	Taipei	11/V/1962	29/XII/1962
3	Protocolo adicional al Tratado de Comercio y Cooperación Económica entre la República del Paraguay y la República de China.	Taipei	11/V/1962	29/XII/1962
4	Tratado de Amistad.	Asunción	7/VI/1968	21/II/1969
5	Acta sobre Cooperación Técnica y Económica.	Asunción	26/VIII/1971	
6	Acuerdo por Notas Reversales que prorroga la vigencia por 10 años del Tratado de Comercio y Cooperación Económica, su Protocolo Adicional y las Notas Reversales del 11 de mayo de 1962.	Asunción	28/XII/1972	28/XII/1972
7	Acuerdo de Cooperación Técnica.	Asunción	15/II/1973	15/II/1973
8	Acuerdo por Notas Reversales relativo a la conformación de la Misión Técnica Agrícola China en el Paraguay. N.R.N° 1/73	Asunción	15/II/1973	
9	Convenio sobre Turismo	Taipei	25 / IX /1975	12 / I /1976
10	Convenio sobre Inversiones	Taipei	25 / IX /1975	15 / I /1976
11	Contratos de Préstamos	Taipei	11 / X / 1988	
12	Tratado de Extradición	Taipei	24 / IV/1990	
13	Convenio de Cooperación Educacional en el campo Científico y Tecnológico	Taipei	19/VI/1990	
14	Primeras Enmiendas a Contratos de Préstamos entre el Banco Central del Paraguay y el Export - Import Bank de China	Taipei	12/XII/1990	
15	Convenio sobre Mutua Garantía de Inversiones	Taipei	6/IV/1992	25/V/2001
16	Contratos de Préstamos	Taipei	29/V/1993	
17	Convenio para Evitar la Doble Imposición y Prevenir la Evasión Fiscal con Respecto al Impuesto a la Renta	Asunción	28/IV/1994	
18	Acuerdo por Notas Reversales sobre Donación de 20.000.000 US\$ para la Construcción de una Nueva Sede del Congreso Nacional. N.R.N° 18/94	Asunción	21/XII/1994	03/V/1995
19	Protocolo de Actualización del Tratado de Comercio y de Cooperación Económica.	Taipei	26/VIII/1995	11/XI/1996

**O RECONHECIMENTO DIPLOMÁTICO DA REPÚBLICA DA CHINA E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS: O CASO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI**

20	Memorándum de Entendimiento sobre el fortalecimiento del Plan de Cooperación Técnico - Agrícola.	Taipei	26/VIII/1995	
21	Carta de Intención sobre Cooperación en el Estudio de la Planificación de una Nueva Ciudad de Asunción.	Taipei	26/VIII/1995	
22	Memorándum de Entendimiento para la Promoción de un Parque Industrial en la República del Paraguay.	Taipei	26/VIII/1995	
23	Plan de Modernización Cibernética del Ministerio de Relaciones Exteriores.	Asunción	14/VIII/1996	14/VIII/1996
24	Acuerdo por Notas Reversales relativo a la Construcción de un Puente entre Asunción y la Región Occidental.	Asunción	17/IX/1997	17/IX/1997
25	Acuerdo de Transporte Aéreo	Asunción	17/IX/1997	30/VII/1998
26	Acuerdo por Notas Reversales sobre Cooperación Económica no Reembolsable para la implementación de la Red Metropolitana del Ministerio de Relaciones Exteriores.	Asunción	10/X/1997	10/X/1997
27	Acuerdos por Notas Reversales sobre Cooperación Económica no Reembolsable a ser destinada al Proyecto de Exportación de Rubros Hortícolas, Frutas, Flores y Ganado Menor.	Asunción	05/X/1998	05/X/1998
28	Convenio de Préstamo entre la República del Paraguay y el Export – Import Bank de la República de China.	Taipei	22/VIII/2002	
29	Acuerdo para la Supresión de Visas en Pasaportes Diplomáticos y Oficiales.	Taipei	25/XII/2003	5/IX/2003
30	Convenio de Cooperación en los Ámbitos de la Cultura, la Educación, las Ciencias y el Deporte con China (Taiwán)	Asunción	8/IX/2009	24/VI/2010

Fonte: Site da Embaixada do Paraguai - [http://www.embapartwroc.com.tw/espanol/relaciones\\_3.php](http://www.embapartwroc.com.tw/espanol/relaciones_3.php)

## ANEXO 3

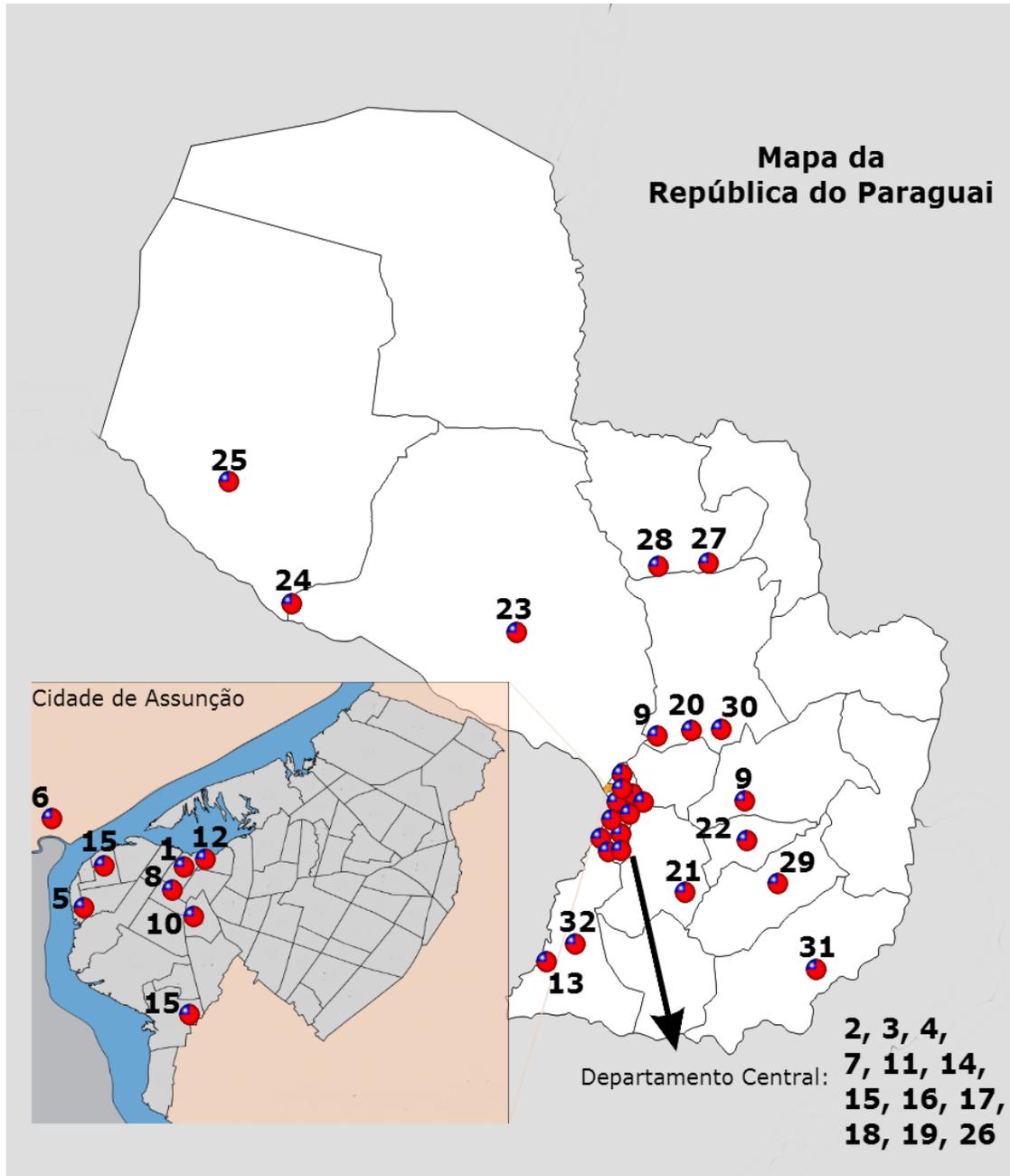
Tabela 3 – Cheques da RC dados ao Governo Paraguaio para construção vivendas de 2002 a 2015.

DATA	DOLARES (\$US) DOADOS	VIVENDAS	LINK
dez 2002	3 Milhões	500	<a href="http://www.abc.com.py/edicion-impres/economia/us-3-millones-dono-taiwan-a-paraguay-675604.html">http://www.abc.com.py/edicion-impres/economia/us-3-millones-dono-taiwan-a-paraguay-675604.html</a>
jan 2003 – mar 2003	2,9 Milhões	520	<a href="http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/taiwan-completa-donacion-para-casas-695875.html">http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/taiwan-completa-donacion-para-casas-695875.html</a>
out 2004 (1ª entrega) Objectivo da RC: Entregar 29M em 5 anos	3 Milhões	N/A	<a href="http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/taiwan-dona-3-millones-de-dolares-para-viviendas-792805.html">http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/taiwan-dona-3-millones-de-dolares-para-viviendas-792805.html</a>
fev 2005 (2ª entrega)	3 Milhões	700	<a href="http://www.abc.com.py/edicion-impres/economia/us-3-millones-dona-taiwan-para-viviendas-populares-814733.html">http://www.abc.com.py/edicion-impres/economia/us-3-millones-dona-taiwan-para-viviendas-populares-814733.html</a>
out 2005	3 Milhões	1200	<a href="http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/el-presidente-fustiga-a-los-que-criticano-obras-sociales-de-itaipu-860612.html">http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/el-presidente-fustiga-a-los-que-criticano-obras-sociales-de-itaipu-860612.html</a>
mai 2006 (Completo-se 22M)	3 Milhões	N/A	<a href="http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/otra-donacion-de-taiwan-por-us-3-millones-906099.html">http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/otra-donacion-de-taiwan-por-us-3-millones-906099.html</a>
mai 2007	4 Milhões	N/A	<a href="http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/taiwan-dono-ayer-us-4-millones-mas-985324.html">http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/taiwan-dono-ayer-us-4-millones-mas-985324.html</a>
jun 2008 (Completo-se objectivo:29M)	3 Milhões	N/A	<a href="http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/nicanor-recibio-el-ultimo-cheque-de-us-3-millones-1072540.html">http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/nicanor-recibio-el-ultimo-cheque-de-us-3-millones-1072540.html</a>
Balanço até 2008	Completo-se a doação total de 44 Milhões	N/A	<a href="http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/nicanor-recibio-el-ultimo-cheque-de-us-3-millones-1072540.html">http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/nicanor-recibio-el-ultimo-cheque-de-us-3-millones-1072540.html</a>
maio 2014 (1ª entrega)	18 Milhões	1,196	<a href="http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/taiwan-dona-us-18-millones-1244957.html">http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/taiwan-dona-us-18-millones-1244957.html</a>
Balanço do ano 2014	Doou-se 19 Milhões	Concluiu-se 1,126	<a href="http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/taiwan-prepara-la-entrega-de-us-14-millones-para-viviendas-1321185.html">http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/taiwan-prepara-la-entrega-de-us-14-millones-para-viviendas-1321185.html</a>
Projeto para o ano 2015	Doar 14 Milhões	Chegar a 832	<a href="http://www.abc.com.py/edicion-impres/economia/taiwan-preve-desembolsar-este-ano-us-14-millones-1326456.html">http://www.abc.com.py/edicion-impres/economia/taiwan-preve-desembolsar-este-ano-us-14-millones-1326456.html</a>
Objectivo até 2018	Chegar ao total de doações de 71M	Construir + 4500	<a href="http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/taiwan-dona-us-18-millones-1244957.html">http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/taiwan-dona-us-18-millones-1244957.html</a>

Fonte: ABC.com.py

## ANEXO 4

Figura 1 – Mapa com os investimentos em habitações sociais prestados pela RC no Paraguai



## ANEXO 5

Tabela 4 - Tabela com os investimentos em habitações sociais prestados pela RC no Paraguai

Nº MAPA	NO	DATA	LOCAL	QUANTIDADE VIVENDAS	PARTIDO NO GOVERNO
1		dez 2002	Assunção	320	Colorado
2		mar 2003	Departamento Central (Luque, Ñemby, Lambaré)	520	Colorado
3		ago 2003	Depart. Central (Ñemby, Limpio)	164	Colorado
4		ago 2003	Depart. Central (Luque)	210	Colorado
5		abr 2004	Assunção (Crnl. Oviedo)	620	Colorado
6		jul 2004	Depart. Presidente Hayes (Puerto Elsa)	24	Colorado
7		out 2004	Depart. Central (Lambaré)	81	Colorado
8		nov 2004	Assunção	72	Colorado
9		nov 2004	Depart. San Pedro (Itacurubí del Rosario), Depart. Caaguazú (S. Jose de los Arroyos)	320	Colorado
10		dez 2004	Assunção (Nanawa)	24	Colorado
11		mai 2005	Depart. Central (Caaguazú)	300	Colorado
12		mai 2005	Assunção (Presidente Franco)	44	Colorado
13		mai 2005	Depart. Ñembucú (Pilar)	40	Colorado
14		jun 2005	Depart. Central (San Lorenzo)	79	Colorado
15		jun 2005	Assunção (Maria Auxiliadora, San Antonio), Depart. Central (Santa Rita)	56	Colorado
16		mar 2006	Depart. Central (Lambaré)	71	Colorado
17		mai 2006	Depart. Central (Lambaré)	70	Colorado
18		jan 2007	Depart. Central (Tarumá)	63	Colorado
19		jul 2007	Depart. Central (San Lorenzo)	146	Colorado
20		set 2007	Depart. San Pedro (San Estanislao)	35	Colorado
21		2008	Depart. Paraguairí (Bernardino Caballero)	30	Colorado
22		mar 2009	Depart. Guairá (Paso Yobai)	30	AP-C
23		ago 2009	Depart. Presidente Hayes (Pozo Colorado)	35	AP-C
24		ago 2009	Depart. Boquerón (Colonia Campo Alegre)	42	AP-C
25		jan 2011	Depart. Boquerón (Fortin General Díaz)	36	AP-C
26		dez 2013	Depart. Central (Limpio)	148	Colorado
27		abr 2014	Depart. Concepción (Azotey, Arroyito, Puentesíño, Paso Barreto y Aleman Cue)	400	Colorado
28		dez 2014	Depart. Concepción (Horqueta)	110	Colorado
29		mar 2015	Depart. Caazapá (San Juan Nepomuceno)	107	Colorado
30		mar 2015	Depart. San Pedro (Capiibary)	102	Colorado
31		mar 2015	Depart. Itapúa (Obligado)	80	Colorado
32		Por inaugurar	Depart. Ñembucú (Tacuaras)	70	Colorado

Fonte: Elaboração própria baseada em dados dos artigos ABC.com.py e Hoy.com.py

## ENTREVISTA A PETER M. TASE

**André Saraiva Santos** - *En su opinión, ¿cuáles son los motivos principales para que el Paraguay tenga reconocido siempre el Gobierno de la República de China - Taiwán desde el gobierno del General Alfredo Stroessner hasta la actualidad?*

**Peter M. Tase** - La República del Paraguay es el único país en América del Sur que reconoce a Taiwán como un país independiente, apoya su membresía en la Organización de Naciones Unidas, es el único país en América Latina y el Caribe que no tiene relaciones diplomáticas con la República Popular de China (RPC), a pesar de que el gigante asiático es el socio comercial más grande del Paraguay y está muy bien posicionado en sus respectivas relaciones económicas y políticas con los tres países fronterizos del Paraguay: Argentina, Bolivia y Brasil. Asunción, reconoce oficialmente al gobierno de Taipéi en cambio de la asistencia económica y del fomento de proyectos agro-industriales con la ayuda de este último. También tenemos 'la compra' constante de los miembros del congreso nacional del Paraguay por parte del gobierno de Taiwán. En cambio de esto, se asegura un apoyo político del Paraguay en favor de Taiwán en todos los organismos internacionales, en donde el Paraguay es miembro pleno. Taipéi invierte muchos recursos monetarios en el desarrollo sustentable del Paraguay aparte de establecer vínculos extra oficiales con el partido Colorado, Asociación Nacional Republicana, que hoy está en el poder después de los cinco años de oposición durante los gobiernos de Fernando Lugo y Federico Franco (2008-2013). Para confirmar el único acercamiento entre Taiwán y el Paraguay quiero compartir la siguiente breve historia. En la mañana del 1 de junio, 2012, estuve en la sede del Vicepresidente de la República del Paraguay para entrar en audiencia con el Presidente en Ejercicio del Paraguay, Dr. Franco (durante estos días Fernando Lugo estuvo en una gira oficial de 24 días en Tailandia, Vietnam, Japón y Corea del Sur, la cual contribuyo hacia su destitución por el Juicio político iniciado e impuesto por el Congreso Nacional del Paraguay el 20 de junio del 2012) esperando en el pasillo que te lleva en el despacho del Vicepresidente, el sirviente de la sede gubernamental, me pregunto si yo estuve visitando de Taiwán, a pesar de tener una banderita pequeña de Estados Unidos ubicado en la parte izquierda de mi saco. Le conteste diciéndole que soy de Estados Unidos y después de eso él no me hablo más. Taiwán es el país más generoso que ayuda al Paraguay en varios sectores de producción y en erradicar la pobreza extrema en el país. Ayuda más que la unión europea y los Estados Unidos conjuntamente. Taiwán y el Japón son los dos países estratégicos que brindan ayuda económica en el Paraguay que supera a la ayuda económica que brinda la Unión Europea y los Estados Unidos. Hace 12 años atrás el gobierno de Taiwán dono el edificio histórico que estuvo destinado para las oficinas del Ministerio de Relaciones Exteriores del Paraguay, una inmueble ubicada en pleno centro capitalino (Palma y 14 de Mayo), donde funcionaba el Banco de Asunción.

El embajador taiwanés, Bing F. Yen, hizo la entrega del documento oficial de traspaso al canciller Leila Rachid, con lo cual se formalizo la donación. Taiwán compró el edificio del banco español que funcionaba en Paraguay desde 1977. La gestión se realizó directamente entre la República de China y los propietarios del ex banco. Según fuentes extraoficiales el inmueble costó alrededor de US\$ 3.800.000. Con la nueva sede se concentraron todas las oficinas en un solo edificio, lo que a partir del 2004, genero un ahorro en gastos de alquiler estimado en 200 millones de guaraníes mensuales. En esta oportunidad el gobierno de Taiwán condecoro con la Orden de la Estrella Brillante con Gran Cordón Especial al Presidente del Congreso Nacional Carlos Mateo Balmelli. Hay que enfatizar que el presente edificio del Congreso Nacional del Paraguay fue construido gracias a una donación de USD 20 millones del gobierno de Taiwán durante los primeros años del nuevo siglo.

**A.S.** - *Los vínculos entre el Colorado y los gobiernos en Taipéi son conocidos. No obstante, si se produce un cambio de gobierno en las elecciones (como lo que sucedió con Fernando Lugo), ¿qué consecuencias podrán venir de esa situación para las relaciones Taiwán-Paraguay?*

**P.M.T.** El Paraguay es uno de los pocos países del mundo que no tiene una firme hoja de ruta hacia la implementación de su política exterior y carece una estrategia nacional en política exterior y desarrollo de infraestructura doméstica. Asunción no tiene una voz propia e independiente en el concierto de las naciones, su postura internacional está siempre condicionada con las posturas que mantienen Brasil y Argentina. Para el presente gobierno, y en todos los gobiernos democráticos del Paraguay en los últimos 25 años, hemos tenido una actitud por parte de Asunción, que lo pone a esta nación tan sufriente, como una nación que no está acostumbrado de mirar más hacia los países euro-asiáticos y norte américa. Las aspiraciones de un Paraguay más globalizado siempre paran en Brasilia y Buenos Aires, para el actual Canciller Nacional es imposible pensar, en fortalecer vínculos económicos y políticos bilaterales, más hacia Bruselas, Beijing, Yakarta, Washington, D.C., Astana, Johannesburgo y Viena. El 2015 es un año de elecciones en Paraguay, en donde se elegirán los futuros intendentes en todo el país. En esta época se articuló la posibilidad de la candidatura de Fernando Lugo Méndez para futuro intendente de Encarnación, también su candidatura – por la segunda vez - como presidente de la República en las elecciones generales del 2018. Las relaciones entre Taiwán y el Paraguay seguirán en este ritmo, siendo inherentes, siempre tendremos la ayuda económica de la isla asiática en cambio del apoyo político que el Paraguay brinda con su voto como miembro en las Naciones Unidas. Según nos cuenta la historia las relaciones bilaterales entre ambos países, el curso de dichas relaciones no va a cambiar si en el día mañana tendremos nuevamente un gobierno de izquierda en el Paraguay. En los últimos cinco años, la única visita oficial, o cuasi-oficial en la República Popular de China fue la del Gobernador del Departamento Central del Paraguay, Blas Lanzoni, en el 2013, esta visita se percibió con muy poca atención por parte de Asunción. Mientras tanto durante los últimos dos años hemos tenido las visitas de grandes grupos de empresarios de China continental en Asunción, que NO fueron recibidos por parte del gobierno. Los únicos que fueron recibidos fue la comitiva de Sinohydro fue recibida por el Vicepresidente del Paraguay Juan Afara no fue recibida por las autoridades de la Cancillería Nacional. Sinohydro tiene actividades comerciales en más de 55 países en todo el mundo y es la 14 empresa más grande del mundo.

**A.S.** - *¿Cómo describe las relaciones Rep. China (Taiwán) y Paraguay en los años de Fernando Lugo?*

**P.M.T.** - Las relaciones entre el Paraguay y Taiwán bajo la gestión de Fernando Lugo Mendez, estuvieron excelentes y alcanzaron altos niveles de cooperación, en particular hacia el entrenamiento de los recursos humanos en las fuerzas armadas y el mejoramiento de la línea de producción agro-pecuaria. También la imagen nacional del Paraguay durante la gestión del Presidente Lugo, fue mucho más positiva de la que tiene hoy. Lugo estableció relaciones muy positivas con los países vecinos en particular con Ecuador, Venezuela, Cuba, Perú y Argentina.

**A.S.-** *¿Cuáles son los pilares que mantienen hoy el reconocimiento de Taipéi y no de Pekín? ¿Usted cree que tiene que ver solamente con la tregua diplomática de Ma Ying-Jeou?*

**P.M.T.** - La campaña diplomática del Presidente Ying – Jeou, obviamente tiene sus influencias en el mundo. En el caso del Paraguay, las relaciones con Taiwán siguen fortaleciéndose durante las últimas cinco décadas. En realidad Taiwán distribuye migajas en cambio del estratégico apoyo político que el Paraguay brinda en el mundo.

**A.S.** - *¿Por qué es tan importante para la República de China en Taiwán tener el apoyo diplomático de Asunción?*

**P.M.T.** - Paraguay es el único país de la América Latina que brinda apoyo incondicional político a Taiwán. El dinero de Taiwán ha financiado la construcción del edificio del Congreso, el de la Cancillería y hay un grande número de viajes de funcionarios del Gobierno y militares, pagados por la embajada de Taiwán. Desde el régimen anticomunista del General Stroessner, Taiwán goza una cooperación muy estrecha con Asunción. Taiwán hace una donación al Gobierno de Paraguay por el valor de entre US\$ 5 y 10 millones por año. También pagó por la renovación total del edificio del Ministerio de Relaciones Exteriores. El año 2007, los fondos taiwaneses fueron destinados a la construcción de viviendas para familias de escasos recursos y la compra de tierras para campesinos pobres. El Taiwán aporó fondos por más de USD 20 millones para utilizarse hacia la política de educación nacional y fortalecer el patriotismo y los valores nacionales en el Paraguay. Dichos fondos fueron mal utilizados y nunca se alcanzaron los objetivos previstos. El gobierno de Taiwán es una fuente importante de recursos para las campañas electorales del Partido Colorado en el Paraguay. Otra iniciativa importante es la Asociación Paraguay de Amigos de la China, está encabezada por el canciller paraguayo Diógenes Martínez, y está conformado por militares y policías retirados. Dicha organización hizo un fuerte lobby en contra de que establezca una oficina de comercio de la República Popular de China en Asunción.

**A.S.** - *El embajador de Taiwán es una presencia habitual en casi todas las salidas del presidente paraguayo fuera del Palacio de Los López, mismo cuando esas salidas no tengan ningún vínculo o ligación con Taiwán. ¿Cuál será su propósito? Prácticamente en ningún otro país del mundo se verifica esta situación, en la que un embajador parece un ministro del gobierno escoltando los pasos del presidente y su comitiva...*

**P.M.T.** - Apreciado Andre, esta es una importante observación que probablemente para todos los investigadores de América Latina va a aparecer un caso atípico que revela claramente la influencia visible y oculta que el gobierno de Taipéi tiene en el ámbito político y como vos lo has dicho, tiene contacto directo con el presidente del Paraguay. Taiwán hace grandes donaciones en la construcción de cientos de casas para las familias con escasos recursos en el Paraguay. Este proyecto, financiado por Taiwán, esta administrado en nivel nacional por la Secretaria Nacional de la Vivienda y el Hábitat. El espacio del embajador de Taiwán, ubicado siempre al lado del Presidente Horacio Cartes, esta comprado con el dinero publico del pueblo taiwanés. Las relaciones entre Taiwán y el Paraguay en algunos aspectos son más estrechas y solidas que las relaciones entre Gran Bretaña y los Estados Unidos de América.

## ENTREVISTA A XULIO RÍOS

**André Saraiva Santos** - *En su opinión, ¿cuáles son los motivos principales para que el Paraguay tenga reconocido siempre el Gobierno de la República de China - Taiwán desde el gobierno del General Alfredo Stroessner hasta la actualidad?*

**Xulio Ríos** – O factor inicial tem muito a ver com o anticomunismo militante dos dous ditadores que governavam na altura e a propia proximidade ambos os dois á Administración estadounidense. Mais complicado é sustentar a permanência do reconhecimento durante o efêmero mandato de Fernando Lugo (2008-2012). Neste caso, é evidente que a não ruptura tem a ver co novo clima existente no Estreito de Taiwan a raíz da “terceira cooperación” (2005) entre KMT e PCCh e a vitoria de Ma Ying-jeou em 2008.

**A.S.**- *Los vínculos entre el Colorado y los gobiernos en Taipéi son conocidos. No obstante, si se produce un cambio de gobierno en las elecciones (como lo que sucedió con Fernando Lugo), ¿qué consecuencias podrán venir de esa situación para las relaciones Taiwán-Paraguay?*

**X.R.** –Acho que debemos ponderar a situación interna e a global. No primeiro aspecto, há que reconecer a existência de numerosos envoltimentos na elite política, económicas e mesmo nos ambientes populares em virtude da ajuda de Taiwan destinada a projectos relacionados com a vivenda, a agricultura, etc. No segundo, a evolución das relacións a través do Estreito. Não é só uma mudança em Paraguai, pode ser uma mudança em Taipei, a partir de 2016, o que pode desembocar num cambio de plano esencial e provocar um efecto rebote em todos os seus aliados, a excepção, quizais do Vaticano. A situación é fráxil pese a aparentar resistencia.

**A.S.** - *¿Cómo describe las relaciones Rep. China (Taiwán) y Paraguay en los años de Fernando Lugo?*

**X.R.** –Foram tensas, turbas e confusas. Era evidente a intención de Lugo de trocar as relacións para Beijing. O que parou isso foi a “trégua diplomática”. Ma fez a Asunção a sua primeira viagem, lembremos, e o seu ministro Ou advertiu a Beijing de modo directo. Asunção serviu para que eles dous, Beijing e Taipei, fortaleceram a confianza mutua. Lugo deveu lidar com isso.

**A.S.** - *¿Cuáles son los pilares que mantienen hoy el reconocimiento de Taipéi y no de Pekín? ¿Usted cree que tiene que ver solamente con la tregua diplomática de Ma Ying-Jeou?*

**X.R.** – Há máis coizas, evidentemente, mas se a tregua rachar, as posibilidades de que se mantenha não sou moitas, entre outros, porque é provavel que outros países da área (que já valoram negativamente não ter reaccionado como a Costa Rica em 2007) se apurem a mudar de aliado. Mas entanto a tregua se mantenha, Beijing vai respeitala, diferenciando o aprofundamento dos vínculos económicos e comerciais dos políticos.

**A.S.** - *¿Por qué es tan importante para la República de China en Taiwán tener el apoyo diplomático de Asunción?*

**X.R.** – É um dos seus aliados mais significativos na Sudamerica e no mundo e desempeña un papel significado no Mercosur (onde só Paraguai não tem relacións com a China e isso dificulta a sinatura do TLC), que trata de explorar. A súa perda tería un valor simbólico nefasto de cara o resto dos seus aliados. É por isso que mima mais que Honduras, El Salvador, Guatemala ou Nicaragua e procura condicionar qualquer aproximación, não no âmbito privado, aos continentais.

**A.S.** - *El embajador de Taiwán es una presencia habitual en casi todas las salidas del presidente paraguayo fuera del Palacio de Los López, mismo cuando esas salidas no tengan ningún vínculo o ligación con Taiwán. ¿Cuál*

*será su propósito? Prácticamente en ningún otro país del mundo se verifica esta situación, en la que un embajador parece un ministro del gobierno escoltando los pasos del presidente y su comitiva...*

**X.R.** – Provavelmente terá a ver com a própria singularidade e estilo do Horacio Cartes, com uma trajetória, em fim, “especial”. E esperta os temores do descrédito da velha diplomacia de chequeira que poderiam estourar em qualquer momento, se bem do lado taiwanês são mais cautelosos do que anteriormente, visto o que aconteceu com o Chen Shui-bian.

## ENTREVISTA A JAVIER DIÉGUEZ SUÁREZ

**André Saraiva Santos** - *En su opinión, ¿cuáles son los motivos principales para que el Paraguay tenga reconocido siempre el Gobierno de la República de China - Taiwán desde el gobierno del General Alfredo Stroessner hasta la actualidad?*

**Javier Diéguez Suárez** – Augusto Roa Bastos en su obra Yo el Supremo (1974), lúcida caricatura del dictador latinoamericano y obra culmen de la literatura paraguaya, se afirma que “en la mayoría de los casos, lo esencial radica en lo más simple”. Si bien este aforismo pecaría de superficial si pretendiéramos servirnos de él para analizar las relaciones internacionales en su conjunto, puede sernos de ayuda para entender el motivo principal por el que Paraguay ha mantenido invariablemente su reconocimiento diplomático a la República de China en detrimento de Beijing, y en contraste con lo que han hecho sus países vecinos y aliados. Y es que si bien durante la mayor parte del gobierno dictatorial de Alfredo Stroessner el motivo principal de la alianza entre la República de China y la República del Paraguay no fue otro que el ideológico –debemos recordar que Estados Unidos no reconoció oficialmente al gobierno de Beijing como el legítimo representante de China hasta inicios de 1979.

Durante la dictadura de Stroessner, en el plano interno, nacional, es más que evidente que habría sido un auténtico contrasentido iniciar relaciones con la China comunista a la vez que perseguía y condenaba al exilio y al más absoluto ostracismo a la oposición comunista en su propio país. En el plano internacional, por otro lado, cualquier cambio en ese sentido se habría tomado como un auténtico desafío a Estados Unidos.

Durante los últimos años de la dictadura, si bien la carga ideológica y el enfrentamiento entre la China comunista y el mundo capitalista había tendido hacia una evidente normalización de relaciones, Stroessner optó por mantener inquebrantable tanto su discurso ideológico interno como –y por tanto- su férrea alianza con Taipéi. Taiwán, a su vez, se esforzó en dar motivos económicos más que suficientes para que el gobierno paraguayo mantuviera su alianza a toda costa con el gobierno de la isla.

Para los años inmediatamente posteriores a la caída de Stroessner puede afirmarse que no hubo un cambio de régimen en sentido estricto, ya que todas las esferas del Estado paraguayo siguieron controladas por las mismas élites políticas y económicas que habían dirigido el país durante la dictadura, así que los dirigentes colorados que tomaron el relevo del dictador estaban más que familiarizados con el *lobby* taiwanés. El Kuomintang, y por extensión el gobierno de la República de China, se percibían como uno de los más firmes aliados del Partido Colorado y, por extensión, del Gobierno del Paraguay. Puede decirse que la carga ideológica heredada era inherente.

Posteriormente la carga ideológica de ese relacionamiento ha ido desapareciendo hasta el punto de que, hasta hace bien poco, el principal motivo del mantenimiento de relaciones se basaba en el aspecto estrictamente económico; Taiwán ofrecía –y sigue ofreciendo- a las autoridades paraguayas una cantidad enorme de inversiones, cooperación y “ayuda” económica, y sin demandar control ni contraprestación alguna, salvo el de mantener las relaciones diplomáticas.

**A. S.-** *Los vínculos entre el Partido Colorado y los gobiernos en Taipéi son conocidos. No obstante, si se produce un cambio de gobierno en las elecciones (como sucedió con Fernando Lugo), ¿qué consecuencias podrían derivar de esa situación para las relaciones Taiwán-Paraguay?*

**J. D. S. –** En el actual contexto internacional, considero que no existe posibilidad real de que Paraguay rompa relaciones con Taipéi para establecerlas con Beijing, ya que tanto para las autoridades de China continental como

para las de Taiwán preservar el buen entendimiento y la normalización con su homólogo del otro lado del estrecho es mucho más importante que el de ganar o perder un aliado diplomático.

Debemos recordar que hace justo diez años se produjo la histórica cumbre entre Hu Jintao y Lien Chan – máximos líderes del PCCh y del KMT, respectivamente-, y la primera que se producía a tan alto nivel desde el fin de la segunda Guerra Mundial. Desde entonces, los avances en la normalización política entre Beijing y Taipéi han sido más que evidentes, avances que además han ido acompañados por el establecimiento de fuertes nexos económicos y financieros entre ambos países. La tregua diplomática entre ambas Chinas –fruto de la “tercera cooperación” entre el PCCh y el KMT- evidencia esa normalización política, y ni Beijing ni Taipéi van a poner en juego esos avances por Paraguay: en el punto de mira de Beijing está la reunificación, y en el de Taipéi mantener su supervivencia política, y cualquier enfrentamiento diplomático pondría en tela de juicio ese difícil equilibrio entre ambas capitales, así como todos los avances conseguidos a lo largo de esta década.

Eso sí, en el plano meramente interno, paraguayo, si se produjera un cambio de gobierno en Asunción las relaciones entre Taiwán y el nuevo gobierno paraguayo probablemente sufrieran un evidente enfriamiento. Es decir, serían menos estrechas y perderían protagonismo, dada la fuerte vinculación que tiene Taiwán –y *per se* la legación taiwanesa en Paraguay- con el Partido Colorado, tal y como ocurrió durante la etapa de gobierno de Fernando Lugo.

**A.S.** - *¿Cómo describe las relaciones Rep. China (Taiwán) y Paraguay en los años de Fernando Lugo?*

**J. D. S.** – Sin duda, las relaciones entre Taiwán y Paraguay durante los años de Fernando Lugo sufrieron un evidente enfriamiento, a pesar de que desde el inicio del mandato de Lugo quedó en evidencia que las autoridades de Beijing no estaban dispuestas a romper la tregua diplomática con Taipéi. Ello se debió a la estrechísima vinculación entre las autoridades de Taipéi y el Partido Colorado, lo que creó inevitables recelos, podría decirse que una falta de confianza casi endémica, entre el gobierno de Lugo y la representación taiwanesa. De ahí que tanto durante la campaña electoral como en los primeros meses del gobierno de Lugo las declaraciones de sus más estrechos colaboradores primero, y de los altos cargos y ministros presidenciales después, fueran todas en la línea de cambiar a favor de Beijing el histórico y tradicional relacionamiento diplomático de Paraguay con Taipéi. Intento que se frustró básicamente a causa del afianzamiento de la “tercera cooperación” entre el Kuomintang y el Partido Comunista de China, lo que dio como resultado la tregua diplomática entre Taiwán y China continental.

**A. S.** - *¿Cuáles son los pilares que mantienen hoy el reconocimiento de Taipéi y no de Pekín? ¿Usted cree que tiene que ver solamente con la tregua diplomática de Ma Ying-Jeou?*

**J. D. S.** – Si bien la “cooperación” económica y la “ayuda” financiera que ofrece Taiwán a Paraguay es un motivo importante que explica que el país suramericano haya mantenido hasta día de hoy su relacionamiento con la isla de Formosa, considero que, efectivamente, el motivo fundamental por el que Paraguay mantiene actualmente el reconocimiento diplomático de Taipéi en detrimento de Beijing no es otro que el de la tregua diplomática pactada entre el Partido Comunista de China y el Kuomintang, consecuencia de la llamada “tercera cooperación” entre ambos partidos políticos y gobiernos. Por las razones anteriormente esgrimidas, ni en Beijing ni en Taipéi conviene una ruptura de la tregua diplomática, por lo que si Asunción decidiera unilateralmente romper relaciones con Taipéi, Beijing no correspondería iniciando relaciones con el país suramericano. Buena prueba de ello es el ejemplo de Gambia. En definitiva, creo firmemente que mientras la cooperación/normalización entre Beijing y Taipéi perduren, cualquier cambio diplomático resulta inviable.

**A. S.** - *¿Por qué es tan importante para la República de China en Taiwán tener el apoyo diplomático de Asunción?*

**J. D. S.** – Es evidente que en los últimos decenios para Taipéi resultaba esencial mantener el apoyo diplomático de Paraguay ya que era –y continúa siendo- su más importante aliado, en términos geopolíticos. Y es que Taiwán mantiene apenas una veintena de aliados, todos de escasa relevancia. De ahí que mantener su escasa visibilidad internacional dependa enteramente de su capacidad de preservar su presencia diplomática tanto en los países aliados de Centroamérica como en Paraguay.

Debemos recordar que Paraguay forma parte tanto de organismos internacionales como de bloques regionales de gran importancia (Mercosur, Unasur, CELAC, OEA...), por lo que mantener a las autoridades de Asunción como aliadas diplomáticas supone para Taipéi hacerse con un “representante” permanente en dichos organismos y bloques. Ningún otro aliado de los que conserva Taiwán tiene mayor proyección y voz internacional que Paraguay, y de ahí su importancia estratégica para Taiwán.

**A. S.** - *El embajador de Taiwán es una presencia habitual en casi todas las salidas del presidente paraguayo fuera del Palacio de Los López, mismo cuando esas salidas no tengan ningún vínculo o ligación con Taiwán. ¿Cuál será su propósito? Prácticamente en ningún otro país del mundo se verifica esta situación, en la que un embajador parece un ministro del gobierno escoltando los pasos del presidente y su comitiva...*

**J. D. S.** – Cierto, y sin duda es fruto de la atípica relación –casi de dependencia mutua- que mantienen tanto el Partido Colorado como el gobierno de Asunción con Taiwán, y viceversa. Y es que el gobierno taiwanés es plenamente consciente de la importancia que supone mantener a Paraguay como firme aliado diplomático, ya que no en vano es el mayor y más importante aliado que conserva, mientras que el gobierno paraguayo de turno se sirve de ello para conseguir importantísimas contraprestaciones económicas, sea en forma de cooperación, donaciones de todo tipo, créditos... Esa dependencia mutua ha llegado a tal punto de que, efectivamente, el embajador taiwanés se ha convertido en una figura omnipresente en cualquier comitiva, inauguración o evento social importante, incluso cuando no exista relación evidente entre Taiwán y el evento en cuestión.

De hecho, ello no hace más que evidenciar la importancia que la cooperación taiwanesa –y por tanto, que el embajador taiwanés- tiene para el gobierno de Asunción, ya que muy a menudo los emprendimientos del gobierno paraguayo dependen de los fondos económicos donados directamente por Taipéi. Una situación realmente insólita, ya que ni siquiera la legación estadounidense tiene tal preponderancia ante las autoridades paraguayas.